

Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas _ 2006



Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade aberta

Capital social 395.099.775 euros

Matrícula na Conservatória
do Registo Comercial de Lisboa
e Pessoa Colectiva n.º 503215058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom",
"Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se
ao conjunto das empresas que constituem
a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas,
consoante o contexto.

Relatório e contas consolidadas 2006

página

8	Mensagem do presidente
11	01 Análise dos resultados consolidados
27	02 Evolução dos negócios
28	Mercado doméstico
40	Mercado internacional
47	03 Recursos humanos
49	04 Mercado de capitais
56	05 Principais eventos
60	06 Perspectivas futuras
62	Demonstrações financeiras consolidadas
150	Relatório e parecer do Conselho Fiscal
152	Certificação legal das contas consolidadas
154	Relatório de auditoria
156	Relatório de governo da Sociedade
197	Glossário
198	Extracto da acta da Assembleia Geral anual
199	Conselho de Administração
200	Indicadores-chave
202	Informação adicional aos accionistas



Saber fazer parte da vida das pessoas

1.000.000 de clientes

A Portugal Telecom continuou a conquistar novos clientes para a banda larga, sendo o principal motor do desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal.

Clientes de banda larga – ADSL e cabo (milhares)

2003	391
2004	687
2005	933
2006	1.047

Presença internacional _ A PT manteve o enfoque no Brasil e noutras geografias de crescimento, nomeadamente em África, tendo adquirido o controlo do operador móvel na Namíbia.

Inovação _ A inovação continua a ser uma forte aposta da Portugal Telecom evidenciada na sua oferta comercial. A convergência fixo-móvel, de que é exemplo o lançamento do primeiro serviço de home-zoning em Portugal, e a Mobile TV, na TMN, o triple-play, com o lançamento de serviços de telefonia, pela TV Cabo, e novos serviços de ADSL de retalho são provas do forte empenho em criar níveis cada vez mais aperfeiçoados e diversificados de satisfação do cliente.

Cash flow _ Forte geração de cash flow, com o free cash flow operacional a registar um crescimento de 22%.

50 milhões de clientes

Apesar da forte concorrência, a Portugal Telecom tem sabido manter a sua base de clientes e captar novas adesões nos principais serviços.

526

milhões de euros de dividendos

Os accionistas da PT receberam 47,5 cêntimos por acção em 2006, como dividendo relativo ao exercício do ano anterior, o que corresponde a um aumento de 36%. A forte aposta da Empresa na remuneração accionista traduziu-se num total de 526 milhões de euros em dividendos.

867

milhões de euros

O resultado líquido atingiu um nível histórico, tendo registado um crescimento de 33%, totalizando 867 milhões de euros.

Portugal Telecom

Portugal

Rede fixa

2.072 milhões de euros de receitas

- > Retailho [PT Comunicações 100%]
- > Voz e dados para grandes empresas [PT Corporate 100%]
- > Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
- > ISP e serviços de banda larga [PT.COM 100%]

Móvel

1.502 milhões de euros de receitas

- > TMN 100%

PT Multimédia

666 milhões de euros de receitas

- > TV por subscrição e Internet por cabo [TV Cabo]
- > Audiovisuais

Principais activos internacionais

receitas (milhões de euros)

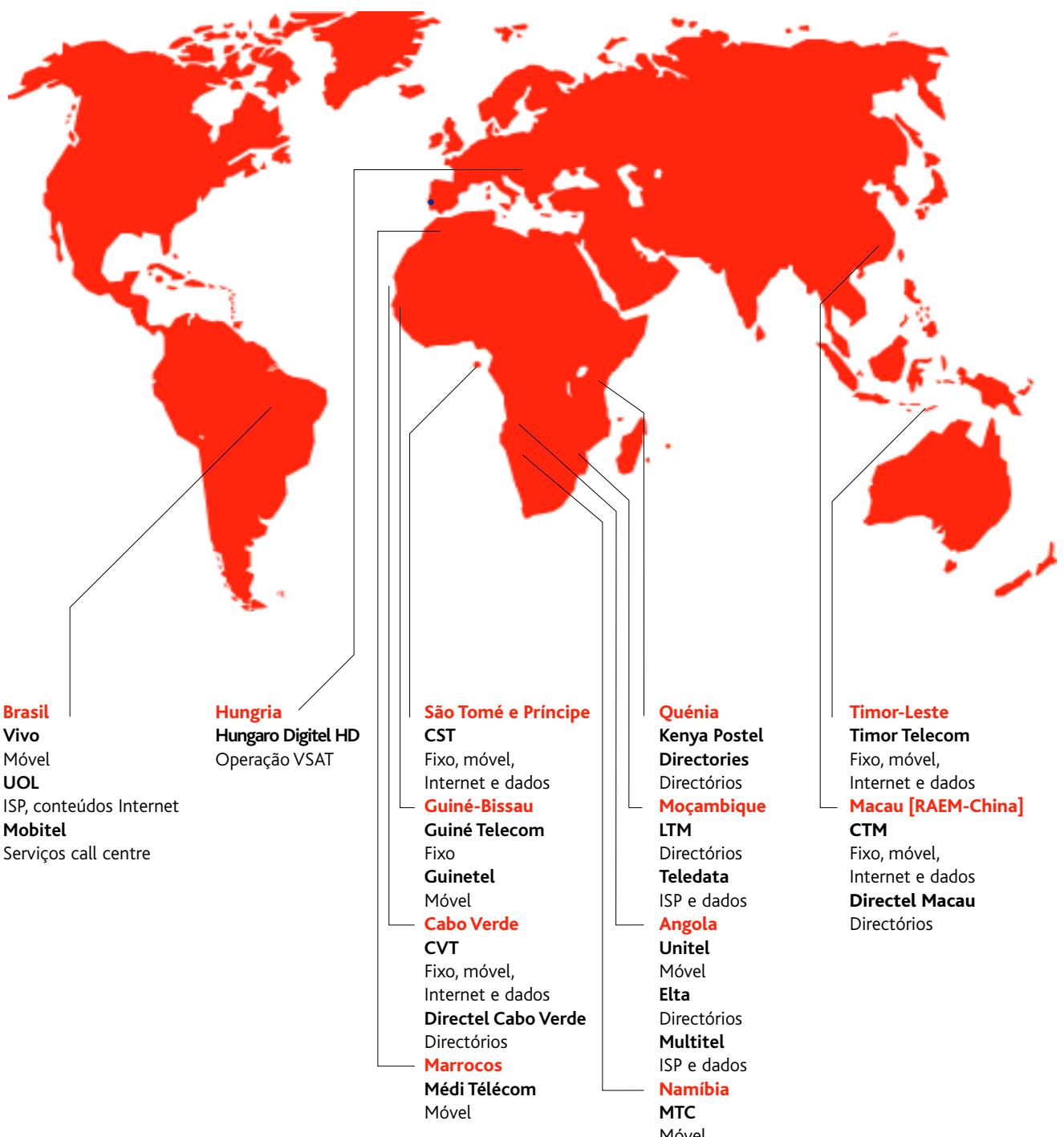
> Vivo 31,38%	Brasil	> Móvel	2.105
> Médi Télecom 32,18%	Marrocos	> Móvel	425
> Unitel 25%	Angola	> Móvel	517
> CTM 28%	Macau	> Fixo, móvel, Internet e dados	209
> MTC 34%	Namíbia	> Móvel	116
> CVT 40%	Cabo Verde	> Fixo, móvel, Internet e dados	63
> CST 51%	São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel, Internet e dados	9
> Timor Telecom 41,12%	Timor-Leste	> Fixo, móvel, Internet e dados	18
> UOL 29%	Brasil	> ISP, conteúdos e Internet	176

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de consultoria e negociação [PT Compras 100%];

Telemarketing e serviços de informação [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 78,12%]



Mensagem aos accionistas



Henrique Granadeiro
Presidente do Conselho de Administração
e da Comissão Executiva

O ano de 2006 fica marcado na história do Grupo Portugal Telecom pela oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom no dia 6 de Fevereiro, num processo que se prolongou por mais de um ano e que apenas foi encerrado na Assembleia Geral de accionistas de dia 2 de Março de 2007.

Fundo este processo, a equipa de gestão a que presido congratula-se pelos resultados conseguidos e pelo inequívoco apoio dos accionistas ao projecto que lhes foi proposto, num claro sinal de confiança na nossa capacidade de execução do mesmo.

Um desempenho operacional de excelência em todos os negócios

Em 2006, superámos as expectativas do mercado a nível operacional, na globalidade e em cada um dos nossos negócios.

Não obstante o inevitável efeito negativo que a longa duração da OPA terá tido sobre a vida da Empresa, impondo uma gestão condicionada em aspectos importantes ao desenvolvimento dos negócios, a Companhia respondeu com elevação e superação a este enorme desafio, registando no exercício de 2006 um resultado líquido sem precedentes, fruto de um extraordinário desempenho operacional e financeiro.

Apesar dos múltiplos constrangimentos regulatórios a que as empresas do Grupo ainda se encontram sujeitas, conseguimos, também neste período, uma maior proximidade aos nossos clientes, aumentando a sua satisfação e construindo a sua lealdade. Prova disso foi a forte dinâmica operacional que alcançámos nos nossos principais negócios, em particular no segundo semestre do ano, onde atingimos crescimentos assinaláveis em número de clientes.

Por exemplo, no negócio de rede fixa, importa referir que a migração de clientes para a concorrência foi sustida e contrabalançada com o reforço da posição de liderança na banda larga. No negócio móvel, o lançamento da "Casa T" pela TMN representou uma aposta clara e inovadora numa estratégia de convergência fixo-móvel que se traduz já em resultados muito positivos. Na PT Multimédia, para além do reforço da oferta de conteúdos e serviços digitais, iniciámos, já em 2007, a comercialização do serviço de voz e, consequentemente, de serviços integrados que oferecem aos clientes maior simplicidade e conforto. Salientamos, a nível dos negócios internacionais, que a Vivo, apesar da grande pressão concorrencial sentida durante o ano, demonstrou sinais de franca recuperação. E fazemos, finalmente, notar o forte desempenho das participadas em África com taxas de crescimento de receitas e de rentabilidade ímpares.

Reforço da presença internacional em geografias de crescimento

Ainda no que se refere à presença internacional da Portugal Telecom, importa acrescentar que mantivemos o nosso enfoque no mercado brasileiro, que nos assegura escala, e nos mercados africanos, que nos garantem crescimento a prazo.

No Brasil, tomámos a decisão de investir numa nova plataforma GSM cuja implementação decorreu no tempo recorde de apenas seis meses. Também integrámos as várias empresas que compunham a Vivo numa só e terminámos a integração de sistemas, com vantagens claras a nível operacional. Desta forma, a Vivo tem hoje uma invejável capacidade de resposta no mercado, o que é, já hoje, evidente em termos da forte recuperação de receitas e rentabilidade. Sabemos que a Vivo enfrenta desafios importantes, mas continuamos a acreditar que é um activo de enorme valor e potencial, dada a posição de liderança que ocupa no maior mercado da América Latina.

Em África, o Grupo PT adquiriu, em Agosto, uma participação de controlo no operador incumbente da Namíbia, reforçando assim a presença no continente, em particular num país com boas perspectivas de crescimento no sector das telecomunicações. Continuamos empenhados em desenvolver a nossa presença nesta geografia através da PT África, mas pautando sempre a nossa expansão por critérios de extrema selectividade na identificação de oportunidades de crescimento, procurando assegurar uma estratégia internacional verdadeiramente criadora de valor.

Continuámos a dinamizar a sociedade de informação em Portugal

O Grupo PT investe por ano, em Portugal, cerca de 600 milhões de euros nas suas redes de telecomunicações fixa, móvel e de cabo.

No ano de 2006, cumprimos um dos objectivos que nos propusemos no quadro do nosso compromisso para com a modernização do país: dotar todas as regiões de Portugal de uma oferta de banda larga com velocidade de até 4 megabytes, acessível a 99% da população. Podemos, assim, afirmar que estamos entre os quatro países da União Europeia que dispõem de cobertura total em banda larga e, também, no grupo da frente dos cinco países que oferecem o serviço a um preço mais acessível. Este quadro de realidades não teria sido alcançado sem o contributo do Grupo PT que, de forma consistente ao longo do tempo, tanto tem investido na sociedade de informação e do conhecimento no nosso país.

Terminada a OPA, vamos continuar a criar valor accionista

No ano de 2006, trabalhámos no desenvolvimento dos vários negócios e apostámos na motivação das nossas equipas, não deixando de ser inovadores e pioneiros no lançamento de novos produtos e serviços.

Somos um grupo de telecomunicações de dimensão internacional e que conquistou, por mérito próprio, uma invejável posição de liderança na generalidade dos mercados onde actua.

Agora, findo que está o processo da OPA, temos um compromisso muito claro para com os nossos accionistas, para com os nossos clientes e colaboradores e para com o país. Estamos fortemente determinados em cumpri-lo, como sempre temos feito ao longo da nossa história.

Temos uma estratégia de longo prazo que responde aos desafios que vamos enfrentar, no presente e no futuro, e que acreditamos poder, simultaneamente, maximizar o valor para os nossos accionistas, favorecer os consumidores e ser o garante da sustentabilidade empresarial para os nossos colaboradores e vital para o desenvolvimento do país.

É, agora, tempo de olhar em frente.

O Grupo Portugal Telecom tem tudo para continuar a ser a empresa de referência em Portugal e a bandeira empresarial deste país no mundo. Temos recursos humanos de excelência, accionistas comprometidos com a gestão, e a certeza de que sabemos fazer tão bem como os melhores. E é com isto mesmo que nos comprometemos para o futuro: trabalho, profissionalismo, dedicação, objectivos claros e criação de valor.



Henrique Granadeiro
Presidente
21 de Março de 2007

Conseguimos uma maior proximidade aos nossos clientes, aumentando a sua satisfação e construindo a sua lealdade. Prova disso foi a forte dinâmica operacional que alcançámos nos nossos principais negócios.

$$425+223/35=63/425+223/34*155$$

$$3+425223/34*155$$

$$25+223/34*155=63$$

01 _ Análise dos resultados consolidados

- 12 Resultados consolidados**
- 13 Receitas operacionais consolidadas
- 13 Custos operacionais consolidados
- 15 EBITDA
- 16 Resultado líquido
- 18 Capex**
- 19 Cash flow**
- 20 Balanço consolidado**
- 21 Dívida líquida consolidada
- 23 Benefícios de reforma
- 24 Capital próprio
(excluindo interesses minoritários)

Resultados consolidados

Demonstração de resultados consolidados ⁽¹⁾		milhões de euros		
		2006	2005	Δ 06/05
Receitas operacionais		6.342,9	6.385,4	(0,7%)
Rede fixa		1.911,8	2.050,4	(6,8%)
Móvel Portugal _ TMN		1.424,4	1.455,4	(2,1%)
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾		2.104,7	2.037,0	3,3%
Multimédia _ PT Multimédia		663,8	627,4	5,8%
Outros		238,2	215,2	10,7%
Custos operacionais		3.919,5	3.889,8	0,8%
Custos com o pessoal		668,4	667,3	0,2%
Custos com benefícios de reforma, líquidos		(72,1)	(21,6)	233,8%
Custos directos dos serviços prestados		908,4	881,2	3,1%
Custo das mercadorias vendidas		596,5	652,3	(8,5%)
Serviços de suporte		230,0	230,2	(0,1%)
Marketing e publicidade		155,4	184,4	(15,7%)
Fornecimentos e serviços externos		1.025,5	958,5	7,0%
Impostos indirectos		177,3	166,0	6,8%
Provisões e ajustamentos		230,2	171,5	34,2%
EBITDA ⁽²⁾		2.423,5	2.495,6	(2,9%)
Amortizações		1.209,8	1.120,7	8,0%
Resultado operacional ⁽³⁾		1.213,7	1.374,9	(11,7%)
Outros custos (receitas)		126,9	333,1	(61,9%)
Custos de curtailment, líquidos		20,3	314,3	(93,5%)
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas		8,1	1,2	n.s.
Outros custos, líquidos		98,4	17,7	n.s.
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		1.086,8	1.041,8	4,3%
Custos (ganhos) financeiros		125,0	51,3	143,7%
Juros líquidos		227,2	257,6	(11,8%)
Ganhos com variações cambiais, líquidos		(4,9)	(41,3)	(88,2%)
Ganhos em activos financeiros, líquidos		(18,3)	8,8	n.s.
Ganhos em empresas participadas, líquidos		(131,4)	(238,2)	(44,9%)
Outros custos financeiros, líquidos		52,3	64,5	(18,9%)
Resultado antes de impostos		961,8	990,5	(2,9%)
Imposto sobre o rendimento		(7,7)	(323,3)	(97,6%)
Resultado das operações continuadas		954,1	667,2	43,0%
Resultado das operações descontinuadas		0,0	21,7	n.s.
Interesses minoritários		(87,4)	(35,0)	149,8%
Resultado líquido		866,8	654,0	32,5%

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações. ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos de curtailment, líquidos + perdas com a alienação de activos fixos, líquidas + outros custos, líquidos.

Receitas operacionais consolidadas – receitas por segmento de negócio ⁽¹⁾

	milhões de euros		
	2006	2005	Δ 06/05
Rede fixa	2.071,8	2.213,6	(6,4%)
Móvel Portugal – TMN	1.502,4	1.557,1	(3,5%)
Móvel Brasil – Vivo ⁽¹⁾	2.104,7	2.036,9	3,3%
Multimédia – PT Multimédia	666,5	628,5	6,1%
Outros e eliminações	(2,4)	(50,6)	(95,3%)
Receitas operacionais consolidadas	6.342,9	6.385,4	(0,7%)

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005.

Receitas operacionais consolidadas

As receitas operacionais consolidadas diminuíram 0,7% em 2006, face a 2005, para 6.343 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição da Vivo, devido à apreciação do real no período, e da PT Multimédia. Em 2006, a redução das tarifas de interligação móvel tiveram um impacto negativo nas receitas operacionais da rede fixa e da TMN de 22 milhões de euros e 49 milhões de euros, respectivamente.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados totalizaram 5.129 milhões de euros em 2006, um aumento de 2,4% face a igual período do ano anterior, devido essencialmente à apreciação do real face ao euro. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados teriam registado uma diminuição de 2,0% em 2006.

Custos com o pessoal – Os custos com o pessoal aumentaram 0,2%, em 2006, para 668 milhões de euros, equivalentes a 10,5% das receitas operacionais consolidadas. Considerando uma taxa de câmbio do real face ao euro constante, os custos com o pessoal teriam registado uma diminuição de 2,6% em 2006, principalmente em resultado do decréscimo de 5,1% ocorrido no negócio de rede fixa. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 5,8% (em moeda local) dos custos com o pessoal na Mobitel, a empresa de call centers da PT no Brasil, em resultado do aumento do número médio de pessoal em 1.310 trabalhadores no exercício de 2006.

Custos com benefícios de reforma – Os custos com benefícios de reforma totalizaram 72 milhões de euros negativos em 2006, face a 22 milhões de euros negativos registados em 2005.

A evolução desta rubrica resulta essencialmente: (1) do aumento dos ganhos com serviços passados de 137 milhões de euros em 2005, para 151 milhões de euros em 2006, e (2) do aumento da rentabilidade esperada dos fundos, em resultado das contribuições efectuadas em 2005 e 2006. Em 2006, os ganhos com serviços passados no montante de 151 milhões de euros referem-se essencialmente à redução dos benefícios com cuidados de saúde (127 milhões de euros), no âmbito de alterações efectuadas ao Plano de Saúde, por forma a garantir a sua sustentabilidade e financiamento de longo prazo. Em 2005, os ganhos com serviços passados no montante de 137 milhões de euros referem-se: (1) à alteração da idade de reforma em Portugal (110 milhões de euros), e (2) à alteração da fórmula de cálculo da pensão para os funcionários públicos, de 90% do último salário para 90% da média dos salários dos últimos três anos (27 milhões de euros).

Custos directos dos serviços prestados – Os custos directos dos serviços prestados aumentaram 3,1% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 908 milhões de euros, em resultado, essencialmente: (1) do aumento de 7,4% nos custos de programação para 150 milhões de euros, principalmente na PT Multimédia; e (2) do crescimento dos outros custos directos em 23,5% para 122 milhões de euros, principalmente relacionado com o aumento dos custos com conteúdos da rede 3G da TMN. Os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos, aumentaram 0,2% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 563 milhões de euros, em resultado do fim do sistema de “Bill & Keep” parcial na Vivo, que foi compensado em parte pela descida dos volumes de tráfego na rede fixa e pela redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel em Portugal. Os custos directos representaram 14,3% das receitas operacionais consolidadas.

Custos operacionais consolidados ⁽¹⁾		milhões de euros		
		2006	2005	Δ 06/05
				% Receitas
Custos com o pessoal		668,4	667,3	0,2%
Custos com benefícios de reforma, líquidos		(72,1)	(21,6)	n.a.
Custos directos dos serviços prestados		908,4	881,2	3,1%
Custo das mercadorias vendidas		596,5	652,3	(8,5%)
Serviços de suporte		230,0	230,2	(0,1%)
Marketing e publicidade		155,4	184,4	(15,7%)
Fornecimentos e serviços externos		1.025,5	958,5	7,0%
Provisões e ajustamentos		230,2	171,5	34,2%
Impostos indirectos		177,3	166,0	6,8%
Custos operacionais, excluindo amortizações		3.919,5	3.889,8	0,8%
Amortizações		1.209,8	1.120,7	8,0%
Custos operacionais		5.129,3	5.010,5	2,4%
⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005.				

Custo das mercadorias vendidas _ Os custos das mercadorias vendidas registaram um decréscimo de 8,5% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 597 milhões de euros, apesar do impacto da apreciação do real face ao euro (39 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos das mercadorias vendidas teriam diminuído 14,6% no período, para 557 milhões de euros, principalmente devido à redução do preço dos equipamentos na TMN e na Vivo, não obstante o aumento da actividade comercial.

Serviços de suporte _ Os custos com serviços de suporte mantiveram-se estáveis nos 230 milhões de euros em 2006 face a 2005. A apreciação do real face ao euro (12 milhões de euros) e o aumento destes custos na Vivo, considerando uma taxa de câmbio do real face ao euro constante (5 milhões de euros), em resultado do aumento dos custos de call center, relacionado com o aumento da actividade comercial, foram compensados essencialmente por uma redução destes custos no negócio da rede fixa. Considerando uma taxa de câmbio do real face ao euro constante, os custos com serviços de suporte teriam registado uma redução de 5,3% em 2006. Esta rubrica representou 3,6% das receitas operacionais consolidadas.

Marketing e publicidade _ Os custos de marketing e publicidade diminuíram 15,7% em 2006, para 155 milhões de euros, reflexo do decréscimo em todos os segmentos: rede fixa (3 milhões de euros), TMN (5 milhões de euros), Vivo (30 milhões de euros) e PTM (2 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação do real face ao euro (7 milhões de euros).

Fornecimentos e serviços externos _ Os custos com fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 7,0% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.026 milhões de euros, principalmente em resultado da apreciação do real face ao euro (36 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio do real face ao euro constante, os custos com fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 3,2% em 2006, para 989 milhões de euros, principalmente em resultado do aumento da actividade comercial na TMN. Esta rubrica representou 16,2% das receitas operacionais consolidadas.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾		milhões de euros		
		2006	2005	Δ 06/05
Rede fixa		1.072,9	1.129,3	(5,0%)
Móvel Portugal _ TMN		658,7	673,5	(2,2%)
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾		496,2	507,4	(2,2%)
Multimédia _ PT Multimédia		211,1	195,3	8,1%
Outros		(15,4)	(9,9)	55,4%
EBITDA total		2.423,5	2.495,6	(2,9%)
Margem EBITDA (%)		38,2	39,1	(0,9pp)

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005.

Provisões e ajustamentos _ As provisões e ajustamentos aumentaram de 171 milhões de euros em 2005 para 230 milhões de euros em 2006. Este aumento resulta principalmente dos aumentos de 51 milhões de euros e 19 milhões de euros na rede fixa e na Vivo, respectivamente. O aumento na rede fixa decorre essencialmente da reversão, em 2005, de uma provisão de 23 milhões de euros, referentes a uma conta a receber da Angola Telecom, em resultado do seu recebimento, e de uma provisão para cobrir riscos associados a processos arbitrais em curso, no montante de 30 milhões de euros. O aumento ocorrido na Vivo resultou essencialmente da apreciação do real face ao euro (17 milhões de euros). Em 2006, esta rubrica representou 3,6% das receitas operacionais consolidadas.

Impostos indirectos _ Os impostos indirectos, que incluem essencialmente os custos de espectro (TMN e Vivo) e outros impostos, aumentaram de 166 milhões de euros em 2005 para 177 milhões de euros em 2006, essencialmente devido à apreciação do real face ao euro no período (14 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio do real face ao euro constante, esta rubrica teria diminuído 1,7% em 2006.

Amortizações _ As amortizações aumentaram 8,0% em 2006, para 1.210 milhões de euros, basicamente devido ao aumento da contribuição da Vivo (52 milhões de euros), essencialmente devido à apreciação do real face ao euro (51 milhões de euros), e da PT Multimédia (17 milhões de euros), em resultado essencialmente do aumento do capex em 2005 e no primeiro semestre de 2006. Esta rubrica de custos representou 19,1% das receitas operacionais consolidadas.

EBITDA

O EBITDA diminuiu 2,9% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 2.423 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 38,2%. A redução de 72 milhões de euros no EBITDA por segmento de negócio é essencialmente explicada: (1) pelo impacto negativo da redução das tarifas de interligação fixo-móvel na rede fixa e na TMN (32 milhões de euros); e (2) pela reversão de provisões na rede fixa, em 2005, no montante total de 53 milhões de euros, conforme supra explicado. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo decréscimo dos custos com benefícios de reforma, em resultado do aumento dos ganhos com serviços passados em 2006 (151 milhões de euros), face a 2005 (137 milhões de euros).

Resultado líquido

Custos de curtailment, líquidos _ Os custos de curtailment totalizaram 20 milhões de euros em 2006, incluindo os ganhos líquidos resultantes do cancelamento antecipado do protocolo com o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Excluindo este efeito, os custos de curtailment teriam ascendido a 229 milhões de euros correspondentes à saída de 792 pessoas.

Juros líquidos _ Os juros líquidos decresceram 11,8% em 2006, face a igual período do ano anterior, para 227 milhões de euros, essencialmente em resultado da redução de aproximadamente 0,9% no custo médio da dívida, para 5,7% em 2006. Excluindo os juros suportados pela Vivo e os juros associados ao equity swap sobre acções da PT Multimédia, o custo médio da dívida foi de 3,8%, o que compara com 4,5% em 2005.

Ganhos com variações cambiais, líquidos _ Os ganhos com variações cambiais totalizaram 5 milhões de euros em 2006, o que compara com 41 milhões de euros em 2005. Em 2006, esta rubrica inclui essencialmente os ganhos cambiais com a dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, resultantes da apreciação do real face ao dólar, os quais foram compensados pelas perdas cambiais relativas aos dividendos a receber da Unitel (denominados em dólares), na sequência da desvalorização do dólar face ao euro. Os ganhos registados em 2005 incluem essencialmente a variação cambial da dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, bem como dos empréstimos intragrupo concedidos pela PT Finance à Vivo (denominados em dólares), em resultado da apreciação do dólar face ao euro.

Ganhos em activos financeiros, líquidos _ Os ganhos líquidos com activos financeiros totalizaram 18 milhões de euros em 2006, face a perdas líquidas de 9 milhões de euros em 2005. Esta rubrica inclui essencialmente ganhos e perdas em determinados contratos derivados, nomeadamente: (1) contratos de equity swap sobre acções da PT Multimédia (ganhos de 10 milhões de euros em 2006, versus 25 milhões de euros em 2005); (2) exercício financeiro de contratos de equity swap sobre acções próprias (ganhos de 24 milhões de euros em 2006), (3) derivados cambiais da Vivo não afectos à cobertura de qualquer risco específico (perdas líquidas de 4 milhões de euros em 2006, versus 50 milhões de euros em 2005), e (4) derivados de taxa de câmbio da PT não afectos à cobertura de qualquer risco específico (perdas de 8 milhões de euros em 2006, face a ganhos de 14 milhões de euros em 2005).

Ganhos em empresas participadas, líquidos _ Os ganhos em empresas participadas totalizaram 131 milhões de euros em 2006, face a 238 milhões de euros em 2005. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados da Unitel em Angola (82 milhões de euros), da Médi Télecom em Marrocos (46 milhões de euros) e da CTM em Macau (15 milhões de euros). A redução nesta rubrica de 107 milhões de euros é essencialmente explicada pela redução nos ganhos relacionados com a UOL (de 175 milhões de euros em 2005 para 6 milhões de euros em 2006), os quais, em 2005, incluem ganhos relacionados com a reestruturação do investimento da PT na UOL, incluindo a venda de 16% no IPO realizado por esta participada em Dezembro de 2005. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos ganhos da Unitel e da Médi Télecom.

O resultado líquido atingiu um nível histórico, aumentando 32,5% em 2006 para 867 milhões de euros.

Outros custos financeiros, líquidos _ Os outros custos financeiros totalizaram 52 milhões de euros em 2006, face a 64 milhões de euros em 2005, e incluem essencialmente serviços bancários, comissões, descontos financeiros e outros custos de financiamento.

Imposto sobre o rendimento _ O imposto sobre o rendimento ascendeu em 2006 a 8 milhões de euros, em resultado essencialmente: (1) do reconhecimento de um crédito fiscal na Vivo, no montante de 134 milhões de euros, na sequência da conclusão da sua reestruturação societária no quarto trimestre de 2006; (2) do reconhecimento de um crédito fiscal de 53 milhões de euros no primeiro trimestre de 2006, em resultado da liquidação de uma subsidiária em Portugal; (3) do ganho de 142 milhões de euros registado no segundo trimestre de 2006, relacionado com a redução dos impostos diferidos passivos decorrente da tributação voluntária sobre mais-valias suspen-sas; e (4) do custo de 16 milhões de euros referente ao ajustamento do valor dos impostos diferidos, relacionado com a alteração do cálculo da derrama de 10% da colecta para 1,5% da matéria colectável no início de 2007. Excluindo estes efeitos extraordinários, o imposto sobre o rendimento teria ascendido a 321 milhões de euros em 2006, face a 323 milhões de euros em 2005, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 33% em 2006 e 2005.

Resultado das operações descontinuadas _ A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram vendidas nos períodos reportados e as mais-valias líquidas de imposto obtidas com a alienação desses investimentos. Na sequência do anúncio da venda da Lusomundo Serviços (negócio de media da PT Multimedia) e da PrimeSys, estes negócios foram apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 2005, de acordo com as normas dos IFRS. Como consequência, os resultados destas empresas foram incluídos nesta rubrica em 2005 até à data efectiva de venda que, no caso da Lusomundo Serviços, ocorreu em 25 de Agosto de 2005 e, no caso da PrimeSys, em 25 de Novembro de 2005. Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 2005, os ganhos líquidos obtidos com as alienações da Lusomundo Serviços (17 milhões de euros) e da PrimeSys (4 milhões de euros).

Interesses minoritários _ Os lucros atribuíveis a interesses minoritários totalizaram 87 milhões de euros em 2006, face a 35 milhões de euros no ano anterior. A variação desta rubrica é fundamentalmente explicada pelo aumento dos lucros atribuíveis a interesses minoritários da Vivo (34 milhões de euros em 2006, face a prejuízos de 11 milhões de euros em 2005) e aos lucros atribuíveis a interesses minoritários da MTC (9 milhões de euros), empresa consolidada pela primeira vez em 2006.

Resultado líquido _ O resultado líquido aumentou 32,5% em 2006, face a 2005, para 867 milhões de euros, principalmente devido aos aspectos extraordinários reconhecidos na rubrica de imposto sobre o rendimento, à redução dos custos de curtailment líquidos e ao impacto positivo da redução dos benefícios com cuidados de saúde.

Capex

Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾	milhões de euros			
	2006	2005	Δ 06/05	% Receitas
Rede fixa	238,5	233,1	2,3%	11,5
Móvel Portugal _ TMN	188,6	170,2	10,8%	12,6
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	386,8	361,0	7,2%	18,4
Multimédia _ PT Multimédia	132,8	119,9	10,8%	19,9
Outros	53,8	59,0	(8,8%)	n.s.
Capex total	1.000,5	943,1	6,1%	15,8

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005.

Em 2006, o total do capex aumentou 6,1%, face a igual período do ano anterior, para 1.001 milhões de euros, essencialmente em resultado do impacto da apreciação do real face ao euro (40 milhões de euros) e do aumento do capex em todos os negócios domésticos. Considerando uma taxa de câmbio constante, o capex teria aumentado 1,8% em 2006. O total do capex foi equivalente a 15,8% das receitas operacionais consolidadas.

Cash flow

EBITDA menos Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾				milhões de euros
	2006	2005	Δ 06/05	% Receitas
Rede fixa	834,3	896,1	(6,9%)	40,3
Móvel Portugal _ TMN	470,1	503,3	(6,6%)	31,3
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	109,4	146,5	(25,3%)	5,2
Multimédia _ PT Multimédia	78,3	75,4	3,8%	11,7
Outros	(69,2)	(68,9)	0,5%	n.s.
EBITDA menos Capex total	1.422,9	1.552,5	(8,3%)	22,4

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7315 em 2006 e de 3,0406 em 2005.

Free cash flow				milhões de euros
	2006	2005	Δ 06/05	
EBITDA menos Capex	1.422,9	1.552,5	(8,3%)	
EBITDA	2.423,5	2.495,6	(2,9%)	
Capex	(1.000,5)	(943,1)	6,1%	
Itens não monetários incluídos no EBITDA	(52,0)	(13,3)	291,9%	
Variação do fundo de maneio	228,4	(233,5)	n.s.	
Free cash flow operacional	1.599,4	1.305,7	22,5%	
Alienação (aquisição) de investimentos financeiros líquidos	(142,9)	364,6	n.s.	
Juros pagos	(317,5)	(201,6)	57,5%	
Contribuições e pagamentos relativos a benefícios de reforma	(279,8)	(399,8)	(30,0%)	
Impostos sobre o rendimento pagos	(51,0)	(71,6)	(28,7%)	
Outros movimentos	(27,9)	52,2	n.s.	
Free cash flow	780,2	1.049,6	(25,7%)	

EBITDA menos Capex _ O EBITDA menos Capex diminuiu 8,3% em 2006, face a 2005, para 1.423 milhões de euros. No seu conjunto, os negócios domésticos representaram aproximadamente 97% do total do EBITDA menos Capex.

Free cash flow operacional _ Em 2006, o free cash flow operacional aumentou 22,5%, face a 2005, para 1.599 milhões de euros, principalmente em resultado do desinvestimento em fundo de maneio em 2006, que resultou essencialmente da redução das contas a receber de clientes e do aumento das contas a pagar aos fornecedores de imobilizado.

Free cash flow _ O free cash flow diminuiu de 1.050 milhões de euros em 2005 para 780 milhões de euros em 2006, principalmente em resultado da diminuição dos recebimentos provenientes da alienação de investimentos financeiros e do aumento dos juros pagos. Em 2005, a PT gerou fundos no montante de 365 milhões de euros, em resultado da alienação de determinados negócios, nomeadamente da Lusomundo Serviços (174 milhões de euros), da PrimeSys (102 milhões de euros) e de uma participação de 16% na UOL (85 milhões de euros). Em 2006, a PT investiu 143 milhões de euros, incluindo 108 milhões de euros relativos à aquisição da MTC na Namíbia e 19 milhões de euros relativos à participação da PT no aumento de capital do BES. O free cash flow antes de aquisições e alienações de investimentos financeiros aumentou 34,8% em 2006. O aumento dos juros pagos na Portugal Telecom em 2006 resultou do pagamento dos juros das Eurobonds emitidas em Março e Junho de 2005 e do último pagamento dos juros da Eurobond que se venceu em Fevereiro de 2006. O aumento dos juros pagos na Vivo em 2006 resultou essencialmente da reestruturação da dívida realizada durante o ano.

Balanço consolidado

Balanço consolidado ⁽¹⁾	milhões de euros	
	31 Dez 2006	31 Dez 2005
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.083,7	3.911,8
Contas a receber	1.417,0	1.654,0
Existências	130,3	170,3
Investimentos financeiros	631,5	521,7
Activos intangíveis	3.490,9	3.601,6
Activos tangíveis	3.942,0	4.062,0
Benefícios de reforma	134,1	0,0
Outros activos	1.050,4	1.188,1
Impostos diferidos e custos diferidos	1.291,3	1.519,4
Total do activo	14.171,2	16.628,8
Contas a pagar	1.115,1	1.136,0
Dívida bruta	5.840,3	7.584,2
Benefícios de reforma	1.807,6	2.635,9
Outros passivos	1.995,7	2.147,2
Impostos diferidos e proveitos diferidos	306,5	543,5
Total do passivo	11.065,2	14.046,7
Capital próprio, excluindo interesses minoritários	2.255,2	1.828,4
Interesses minoritários	850,8	753,7
Total do capital próprio	3.106,0	2.582,1
Total do capital próprio e do passivo	14.171,2	16.628,8

(1) Considerando uma taxa de câmbio euro/real de 2,8118 no final de 2006 e de 2,7440 no final de 2005.

Activos e passivos _ A redução dos activos e passivos em 2006 resultou essencialmente da redução da dívida bruta e das disponibilidades, em resultado do reembolso da Eurobond que se venceu em Fevereiro de 2006, no montante de 900 milhões de euros, do reembolso das obrigações convertíveis em Dezembro de 2006, no montante de 390 milhões de euros, e dos dividendos pagos pela PT e outras subsidiárias em 2006, no montante de 582 milhões de euros.

Exposição líquida ao Brasil _ A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil totalizou 7.537 milhões de reais em 31 de Dezembro de 2006 (2.680 milhões de euros ao câmbio euro/real em 31 de Dezembro de 2005). Os activos denominados em reais no balanço em 31 de Dezembro de 2006 totalizaram 4.939 milhões de euros, equivalentes a, aproximadamente, 35% do total do activo.

Gearing _ O gearing [dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)] diminuiu para 54,7% em 31 de Dezembro de 2006, face a 58,7% no final de 2005, enquanto o indicador [(capital próprio+dívida de longo prazo)/total do activo] aumentou para 53,4% em 31 de Dezembro de 2006, face a 46,6% no final de 2005. O indicador dívida líquida/EBITDA, em 31 em Dezembro de 2006, era de 1,6 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 10,7 vezes.

Variação da dívida líquida		milhões de euros	
		2006	2005
Dívida líquida (saldo inicial)		3.672,5	3.573,2
Menos: Free cash flow		780,2	1.049,6
Efeitos de conversão cambial da dívida		(18,8)	126,4
Dividendos pagos ⁽¹⁾		581,5	445,4
Aquisição de acções próprias ⁽²⁾		62,1	253,0
Contribuição extraordinária para financiar benefícios de reforma com cuidados de saúde		302,3	300,0
Outros ⁽³⁾		(62,7)	24,1
Dívida líquida (saldo final)		3.756,6	3.672,5
Variação da dívida líquida		84,1	99,3
Variação da dívida líquida (%)		2,3%	2,8%

(1) Em 2006, esta rubrica inclui 526 milhões de euros relativos a dividendos pagos pela PT e dividendos pagos pelas outras subsidiárias aos respectivos accionistas minoritários. **(2)** Em 2006, esta rubrica corresponde ao valor nocional de contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções próprias da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005. **(3)** Em 2006, esta rubrica inclui essencialmente 42 milhões de euros relativos à consolidação das disponibilidades líquidas da MTC e 27 milhões de euros relativos a um recebimento da PT em resultado do ajustamento no preço de exercício do contrato de equity swap sobre 30,6 milhões de acções da PTM.

Dívida líquida consolidada		milhões de euros	
		31 Dez 2006	31 Dez 2005
Dívida de curto prazo		1.372,7	2.415,6
Empréstimos bancários		406,9	407,8
Empréstimos obrigacionistas		0,0	899,5
Obrigações convertíveis		0,0	390,3
Outros empréstimos		749,9	589,7
Equity swaps sobre acções próprias ⁽¹⁾		187,6	102,0
Locações financeiras		28,4	26,2
Dívida de médio e longo prazo		4.467,5	5.168,6
Empréstimos bancários		1.103,4	1.773,9
Empréstimos obrigacionistas		3.133,6	3.138,0
Outros empréstimos		0,3	31,2
Locações financeiras		230,2	225,5
Dívida total		5.840,3	7.584,2
Disponibilidades e títulos negociáveis		2.083,7	3.911,8
Dívida líquida		3.756,6	3.672,5

(1) Esta rubrica corresponde ao valor nocional de contratos de equity swap sobre 20,6 milhões de acções próprias da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005.

Dívida líquida consolidada

Dívida líquida _ A dívida líquida consolidada da PT em 31 de Dezembro de 2006 aumentou para 3.757 milhões de euros, face a 3.672 milhões de euros no final de 2005. O impacto positivo resultante do free cash flow de 780 milhões de euros gerado no período e da consolidação da MTC com uma posição

líquida de caixa de 42 milhões de euros foram mais do que compensados pelos dividendos pagos em 2006, no montante de 581 milhões de euros, pela contribuição extraordinária de 302 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma e pelos contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções próprias da PT, celebrados em 2006, com um valor nocional de 62 milhões de euros.

Perfil da maturidade da dívida líquida			milhões de euros
Maturidade	Dívida líquida	Notas	
2007	(711,0)	Posição líquida de cash	
2008	466,8		
2009	1.078,0	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril de 1999	
2010	326,8		
2011	124,4		
2012	1.201,3	Inclui 1.000 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Março de 2005	
2013	61,7		
2014	35,7		
2015	177,9		
2016 e seguintes	995,1	Inclui 500 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Março de 2005 (maturidade em 2017) e 500 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Junho de 2005 (maturidade em 2025)	
Total	3.756,6		

Ratings de dívida			
	Actual	Outlook	Última alteração
Standard & Poor's	BBB-	Estável	16 Março 2007
Moody's	Baa2	Estável	5 Março 2007
Fitch Ratings	BBB	Negativo	5 Março 2007

Dívida total _ Em 31 de Dezembro de 2006, 76,5% da dívida total era de médio e longo prazo, sendo 62,3% da dívida total a taxas fixas. Nessa data, 85,8% da dívida total estava denominada em euros, 0,4% em dólares e 13,7% em reais. Em 31 de Dezembro de 2006, os únicos empréstimos da PT com rating triggers eram empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante total de 365 milhões de euros. Em resultado do downgrade da PT, anunciado em 3 de Agosto de 2006, para BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch, a Empresa negocou com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. O acordo entre as duas entidades, assinado em 23 de Fevereiro de 2007, prevê a possibilidade de apresentação de garantia apenas no caso de redução do rating vigente à data actual (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch). A PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 749 milhões de euros estavam utilizadas em 31 de Dezembro de 2006. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, 185 milhões dos quais estavam utilizados em 31 de Dezembro de 2006. Deste modo, no final do ano, a PT tinha disponíveis e não utilizadas linhas de crédito e papel comercial no valor global de 841 milhões de euros. A proporção de 50%

da PT na dívida líquida da Vivo ascendia a 499 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Aproximadamente 95% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de derivados.

Maturidade _ Em 21 de Fevereiro de 2006, a PT efectuou o reembolso da Eurobond emitida em Fevereiro de 2001 (900 milhões de euros) e, em 6 de Dezembro de 2006, efectuou o reembolso das obrigações convertíveis emitidas em Dezembro de 2001 (390 milhões de euros). O custo médio e a maturidade da dívida da PT em 2006 foram de 5,7% e 7,4 anos, respectivamente, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais. Excluindo a dívida da Vivo e os juros dos equity swaps sobre acções da PT Multimédia, o custo médio da dívida foi de 3,8%, face a 4,5% em 2005. A maturidade da dívida, excluindo o Brasil, situou-se em 7,9 anos no final de Dezembro de 2006.

Ratings _ Após o insucesso da OPA, as agências de rating confirmaram o rating da PT em BBB- (S&P), Baa2 (Moody's) e BBB (Fitch).

Responsabilidades com benefícios de reforma	milhões de euros	
	2006	2005
Responsabilidades com pensões	3.073,8	3.274,1
Responsabilidades com cuidados de saúde	491,1	912,8
Salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados	997,7	964,7
Responsabilidades projectadas com benefício de reforma (PBO)	4.562,6	5.151,6
Valor de mercado dos fundos	(2.908,1)	(2.515,7)
Responsabilidades não financiadas brutas	1.654,4	2.635,9
Responsabilidades não financiadas líquidas do efeito fiscal	1.216,0	1.911,0

Movimento nas responsabilidades não financiadas	milhões de euros	
	2006	2005
Responsabilidades não financiadas (saldo inicial)	2.635,9	
Alterações no perímetro de consolidação	2,5	
Custo/(ganho) com benefícios de reforma, líquidos	(72,1)	
Ganhos com serviços passados não reconhecidos em resultado	(19,1)	
Cancelamento do Protocolo com o SNS	(220,4)	
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros	208,9	
Pagamentos e contribuições	(561,9)	
Ganhos actuariais, líquidos	(319,4)	
Responsabilidades não financiadas (saldo final)	1.654,4	
Variação nas responsabilidades não financiadas	(981,4)	
Variação nas responsabilidades não financiadas (%)	(37,2%)	

Benefícios de reforma

PBO _ Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e empregados suspensos, ascenderam a 4.563 milhões de euros. As responsabilidades foram actualizadas com base numa taxa de desconto de 4,75%, para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde, e de 4,25%, para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos. Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários desde 1994, no caso das pensões, e desde 2000, no caso dos cuidados de saúde.

Planos de saúde _ No segundo semestre de 2006, a PT efectuou alterações aos planos de saúde no sentido de garantir a sua sustentabilidade e financiamento de longo prazo. As alterações efectuadas respeitam essencialmente a uma redução generalizada da comparticipação da PT nos actos médicos e a um incremento progressivo das contribuições dos beneficiários (de 1,7% do salário em 2007 até 2,1% do salário em 2009), tendo as responsabilidades assumidas pela PT sido reduzidas em aproximadamente 146,4 milhões de euros. Esta redução das responsabilidades foi registada em resultados na parcela respeitante aos benefícios que se encontram vencidos (127 milhões de euros) e adicionada ao valor actual das responsabilidades não financiadas na parcela respeitante aos benefícios que não se encontram vencidos (19 milhões de euros), para ser reconhecida durante o período estimado que decorre até à data em que os benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores.

SNS **_** Adicionalmente, em Dezembro de 2006 a PT e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) acordaram proceder ao cancelamento antecipado do Protocolo celebrado em 2004 referente ao Plano de Saúde. No âmbito do referido Protocolo, o SNS comparticipava o Plano de Saúde da PT, através da entrega de um valor anual por beneficiário, e a PT, em contrapartida, suportava as despesas de saúde incorridas pelos beneficiários na rede de hospitais do SNS. Em termos históricos, o Protocolo evidenciava uma situação deficitária para a PT, tendo essa tendência sido incorporada no cálculo das responsabilidades com cuidados de saúde. Deste modo, o cancelamento antecipado do Protocolo com o SNS resultou numa diminuição das responsabilidades em aproximadamente 220 milhões de euros, registada como um ganho na demonstração dos resultados, na rubrica “Custos de curtailment, líquidos”.

Fundos **_** Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de mercado dos fundos situou-se em 2.908 milhões de euros, ascendendo as responsabilidades não financiadas brutas a 1.654 milhões de euros. A valorização efectiva dos fundos em 2006 foi de 6,8%, face uma taxa de rentabilidade esperada de 6,0%. Nos últimos quatro anos, a valorização efectiva dos fundos foi superior à taxa de rentabilidade esperada, nomeadamente 8,1% em 2003, 8,1% em 2004 e 8,4% em 2005. Em 31 de Dezembro de 2006, a alocação de activos dos fundos era de 41,5% em acções, 33,4% em obrigações, 12,0% em imobiliário e 13,1% em disponibilidades e outros.

Responsabilidades não financiadas **_** O decréscimo das responsabilidades não financiadas, em 2006, resultou principalmente da redução das responsabilidades com cuidados de saúde, da contribuição extraordinária para o fundo de cuidados de saúde de 302 milhões de euros realizada no início do ano e do registo de ganhos actuariais líquidos no montante de 319 milhões de euros.

Ganhos actuariais **_** Os ganhos actuariais líquidos apurados no exercício de 2006 incluem os efeitos das alterações de pressupostos actuariais, que tiveram um impacto global de 222 milhões de euros, e das diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais considerados no estudo actuarial do ano anterior, as quais tiveram um impacto global de 97 milhões de euros.

Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Capital próprio **_** Em 31 de Dezembro de 2006, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 2.255 milhões de euros, um aumento de 427 milhões de euros em 2006.

Reservas distribuíveis **_** Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis aumentaram de 720 milhões de euros em 2005 para 2.728 milhões de euros em 2006, em resultado fundamentalmente da operação de redução de capital concluída em Setembro de 2006 (1.072 milhões de euros) e de uma operação de reestruturação societária que consistiu na transferência das participações financeiras na PT Comunicações e na TMN para a nova sub-holding para os negócios domésticos PT Portugal (827 milhões de euros).

As reservas distribuíveis aumentaram de 720 milhões de euros em 2005 para 2.728 milhões de euros em 2006, em resultado fundamentalmente da reestruturação de capital concluída em Setembro de 2006.

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)	milhões de euros
	2006
Capital próprio excluindo interesses minoritários (saldo inicial)	1.828,4
Resultado líquido	866,8
Ajustamentos de conversão cambial ⁽¹⁾	(79,9)
Ganhos actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	218,7
Dividendos pagos	(526,4)
Compra de acções próprias ⁽²⁾	(85,6)
Variação do justo valor de instrumentos financeiros de cobertura e investimentos disponíveis para venda	33,2
Capital próprio excluindo interesses minoritários (saldo final)	2.255,2
Variação no capital próprio excluindo interesses minoritários	426,9
Variação no capital próprio excluindo interesses minoritários (%)	23,3%

(1) Esta rubrica está essencialmente relacionada com as alterações da taxa de câmbio do real face ao euro. **(2)** Esta rubrica corresponde aos contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções próprias da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Acionistas em Abril de 2005.

Variação nas reservas distribuíveis	milhões de euros
	2006
Reservas distribuíveis (saldo inicial)	719,8
Dividendos pagos	(526,4)
Resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC	658,6
Redução de capital ⁽¹⁾	1.072,4
Reestruturação empresarial ⁽²⁾	827,0
Ajustamentos de conversão cambial negativos	(6,8)
Dividendos não distribuídos por certas empresas subsidiárias	(14,1)
Outros	(2,8)
Reservas distribuíveis (saldo final)	2.727,8
Variação nas reservas distribuíveis	2.007,9
Variação nas reservas distribuíveis (%)	278,9%

(1) Esta rubrica refere-se à redução do capital social para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções para 0,35 euros, concluída em 11 de Setembro de 2006 no âmbito da reestruturação de capital aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006. **(2)** Alienação da PT Comunicações e da TMN à PT Portugal.



02 _ Evolução dos negócios

28 Mercado doméstico

28 Rede fixa

32 Móvel Portugal – TMN

36 Multimédia – PT Multimédia

40 Mercado internacional

40 Móvel Brasil – Vivo

44 Outros negócios internacionais

> Mercado doméstico

Rede fixa

Apesar da elevada concorrência no mercado, a PT registou um forte desempenho ao nível do ADSL, tendo compensado em certa medida a redução do nível de acessos tradicionais. Ao longo do ano, foram lançados serviços inovadores com o objectivo de endereçar novos segmentos de mercado, tal como promover a migração de clientes para ofertas de banda de maior valor acrescentado. Os diversos planos de preços introduzidos ao longo do ano contribuíram para estimular a utilização e aumentar a retenção dos clientes de rede fixa, em linha com a estratégia da PT de evoluir para um ambiente flat-rate no serviço de voz. Perante um contexto de pressão sobre as receitas, o desempenho ao nível do EBITDA da rede fixa em 2006 foi determinado pelo enfoque contínuo na melhoria de eficiência operacional, tendo para esse efeito a PT adoptado diversas medidas de redução de custos e aumento de produtividade.

Acessos por colaborador



Demonstração de resultados _ rede fixa ⁽¹⁾

	2006	2005	Δ 06/05
Receitas operacionais	2.071,8	2.213,6	(6,4%)
Retalho	1.173,5	1.318,8	(11,0%)
Wholesale (serviços a operadores)	464,2	457,7	1,4%
Dados e soluções empresariais	250,5	244,9	2,3%
Outras receitas de rede fixa	183,6	192,2	(4,5%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	998,9	1.084,3	(7,9%)
Custos com pessoal	272,0	286,7	(5,1%)
Custos com benefícios de reforma	(71,6)	(21,8)	228,2%
Custos directos dos serviços prestados	346,5	385,5	(10,1%)
Custos comerciais	83,3	95,5	(12,8%)
Outros custos operacionais	368,7	338,4	9,0%
EBITDA ⁽²⁾	1.072,9	1.129,3	(5,0%)
Amortizações	355,5	358,9	(0,9%)
Resultado operacional ⁽³⁾	717,3	770,4	(6,9%)
Margem EBITDA	51,8%	51,0%	0,8pp
Capex	238,5	233,1	2,3%
Capex em % das receitas operacionais	11,5%	10,5%	1,0pp
EBITDA menos Capex	834,3	896,1	(6,9%)

⁽¹⁾ Inclui transacções intragrupo. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações. ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos de curtailment + menos (mais)-valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais – As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 6,4% em 2006, quando comparado com o ano anterior, para 2.072 milhões de euros. As receitas de retalho decresceram 11,0% em 2006, principalmente devido à descida das receitas de tráfego e das receitas de taxas fixas, em resultado da concorrência dos operadores fixos e móveis. O lançamento da ORLA teve igualmente um impacto negativo nas receitas de taxas fixas. As receitas de ADSL de retalho compensaram parcialmente este desempenho, tendo registado um aumento de 13,0% em 2006, face ao período homólogo. O cres-

cimento de 13,0% dos planos de preços em 2006 ajudou a compensar a tendência de queda das receitas, com as receitas dos planos de preços a representarem 16,6% das receitas de tráfego. As receitas de wholesale aumentaram 1,4% em 2006, impulsionadas pelo aumento das receitas de circuitos alugados devido à expansão das redes móveis 3G, bem como pelo crescimento das linhas de desagregação do lacete local e dos acessos ORLA. As receitas de dados e soluções empresariais aumentaram 2,3% em 2006, face ao ano anterior, em resultado do forte crescimento de soluções VPN e circuitos.

EBITDA _ Em 2006, o EBITDA situou-se em 1.073 milhões de euros, representando um decréscimo de 5,0% em termos homólogos. Perante um contexto de pressão sobre as receitas, o desempenho do EBITDA da rede fixa em 2006 foi determinado pelo enfoque contínuo da PT na redução de custos. No âmbito dos custos com pessoal, a PT acelerou o seu programa de redução de efectivos e conteve os aumentos salariais para 2006 em 1,8%, abaixo dos níveis históricos. Como resultado, os custos com pessoal registaram um decréscimo de 5,1% em 2006, em comparação com o ano anterior. O programa de redução de efectivos originou um decréscimo de 614 trabalhadores em 2006, tendo permitido atingir um total de 613 linhas por trabalhador. Adicionalmente, a PT procedeu à revisão das suas responsabilidades laborais, nomeadamente através da reestruturação do plano de cuidados de saúde, com poupanças significativas. A PT continuou igualmente a reduzir activamente a sua base de custos, nomeadamente em termos de custos comerciais, de rede (aumento da produtividade) e outros custos operacionais. Como resultado, os custos comerciais e os outros custos operacionais decresceram 7,2% em 2006, face ao ano anterior (ajustado da reversão de uma provisão em 2005). Em 2006, os custos com benefícios de reforma foram negativos em 72 milhões de euros, principalmente em resultado do registo de ganhos com serviços passados, referentes a ajustamentos nas responsabilidades com cuidados de saúde.

Capex _ Em 2006, o capex situou-se em 239 milhões de euros, um acréscimo de 2,3% em termos homólogos, e equivalente a 11,5% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para: (1) o investimento na expansão da banda larga em termos de cobertura e de largura de banda, e (2) capex de cliente relacionado com o aumento dos contratos empresariais de outsourcing. O EBITDA menos Capex totalizou 834 milhões de euros em 2006.

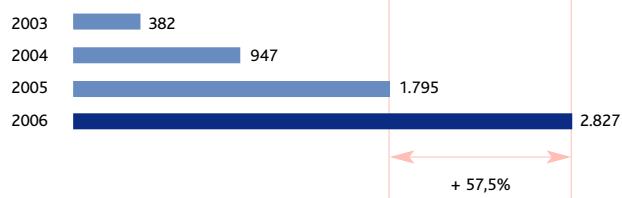
Acessos _ A continuação do crescimento do ADSL mitigou em larga medida o desligamento de acessos PSTN/RDIS. Os acessos ADSL de retalho totalizaram 685 mil no final de Dezembro de 2006, impulsionados pelo forte nível de adições líquidas no período. O nível de adições líquidas de linhas de desagregação do lacete local ascendeu a 124 mil em 2006, em comparação com 63 mil em 2005. Em termos de linhas de

voz, o efeito líquido da migração de linhas em pré-selecção para acessos ORLA resultou na redução, no segundo semestre do ano, de 50 mil linhas de voz dos operadores concorrentes, evidenciando a capacidade da PT em termos de retenção e de recuperação dos clientes. No quarto trimestre de 2006, o nível de desligamentos líquidos das linhas geradoras de tráfego da PT manteve-se estável em 42 mil, face ao terceiro trimestre de 2006, representando no entanto uma melhoria significativa face ao nível registado, nos primeiros e segundo trimestres de 2006, de 121 mil e 81 mil, respectivamente.

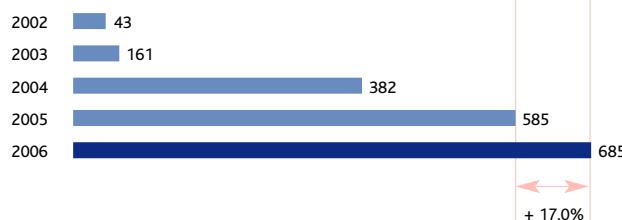
ADSL _ Como referido anteriormente, o ADSL de retalho continuou a registar um forte desempenho, tendo sido lançados novos serviços, destacando-se o lançamento de uma nova oferta competitiva, o Sapo ADSL 512 kbps, com o objectivo de penetrar novos segmentos de mercado e possibilitar a migração de clientes pré-pagos para clientes de assinatura. Por outro lado, a PT lançou ainda um novo produto pré-pago sem carregamentos obrigatórios, com o objectivo de acelerar a migração de clientes de Internet de banda estreita para banda larga. Actualmente, cerca de dois terços dos clientes de ADSL têm velocidades iguais ou superiores a 2 Mbps, em resultado dos vários upgrades de velocidade realizados ao longo do ano.

Planos de preços _ Os planos de preços aumentaram 57,5% em 2006, face ao período homólogo, para 2.827 mil, em linha com a estratégia da PT de passar para uma oferta de flat rates no serviço de voz, permitindo desta forma aumentar o nível de retenção dos clientes. Actualmente, cerca de 40% dos clientes residenciais de retalho aderiram aos planos de preços de tráfego ilimitado, com uma média de 2,7 planos de preços por cliente. Após o lançamento de um novo plano de preços que oferece tráfego ilimitado fixo-fixo, em horário económico, durante os dias úteis, os planos de preços de tráfego ilimitado passaram a representar aproximadamente 86% do total dos planos de preços no final de Dezembro de 2006. De salientar também o lançamento de um novo plano de preços para as chamadas fixo-móvel, que permite a cada cliente efectuar chamadas para uma rede móvel seleccionada, a 0,15 euros por minuto, pagando um preço mais elevado nas chamadas para as outras duas redes móveis.

Planos de preços (milhares)



ADSL retalho (milhares)



Dados operacionais _ rede fixa

	2006	2005	Δ 06/05
Acessos ('000)	4.404	4.478	(1,7%)
Acessos de retalho	4.001	4.355	(8,1%)
PSTN/RDIS	3.317	3.769	(12,0%)
Linhos geradoras de tráfego	2.909	3.194	(8,9%)
Pré-selecção	408	575	(29,1%)
ADSL retalho	685	585	17,0%
Acessos de wholesale	403	123	226,2%
Lacetos locais desagregados	196	72	171,8%
Acessos ORLA	142	0	n.s.
ADSL wholesale	65	51	25,6%
Adições líquidas ('000)	(74)	101	n.s.
Acessos de retalho	(353)	25	n.s.
PSTN/RDIS	(453)	(179)	153,0%
Linhos geradoras de tráfego	(285)	(269)	6,1%
Pré-selecção	(168)	90	n.s.
ADSL retalho	100	204	(51,0%)
Acessos de wholesale	279	76	266,9%
Lacetos locais desagregados	124	63	95,7%
Acessos ORLA	142	0	n.s.
ADSL wholesale	13	13	2,6%
Planos de preços ('000)	2.827	1.795	57,5%
ARPU (euros)	30,1	30,5	(1,4%)
Assinatura e voz	25,0	26,3	(4,7%)
Dados	5,0	4,2	19,4%
Tráfego total	13.442	14.818	(9,3%)
Tráfego de retalho	5.575	6.400	(12,9%)
Tráfego de wholesale	7.867	8.418	(6,5%)
MOU de retalho (minutos / mês)	158	163	(2,8%)
Trabalhadores	7.181	7.682	(6,5%)

ARPU _ Em 2006, o ARPU total diminuiu 1,4%, em comparação com o exercício anterior, para 30,1 euros. O ARPU de assinatura e voz decresceu 4,7% no período para 25,0 euros, enquanto o ARPU de dados aumentou 19,4%, decorrente do forte crescimento do ADSL.

Tráfego _ Em 2006, o tráfego de retalho diminuiu 12,9%, em termos homólogos, principalmente em resultado da concorrência dos operadores fixos e móveis. O MOU de retalho, excluindo as linhas em pré-selecção, decresceu 2,8% para 158 minutos em 2006. A redução de 6,5% do tráfego de wholesale resultou essencialmente da queda de 49,4% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à migração para banda larga.

Móvel Portugal – TMN

A TMN continuou, em 2006, a atrair novos clientes, confirmado a adequação da estratégia seguida de reposicionamento da marca, de lançamento de modelos exclusivos de telefones com múltiplas funcionalidades, de oferta de novos serviços inovadores como a Mobile TV e de reforço da banda larga móvel. O forte crescimento da base de clientes, com 391 mil adições líquidas, estimulou o desempenho das receitas de facturação. No âmbito da convergência fixo-móvel, a TMN estreia com sucesso o home-zoning em Portugal com a Casa T, a registar no início de 2007 mais de 100 mil novos aderentes.

Demonstração de resultados – móvel Portugal⁽¹⁾

	2006	2005	Δ 06/05
Receitas operacionais	1.502,4	1.557,1	(3,5%)
Prestação de serviços	1.363,2	1.403,6	(2,9%)
Facturação	1.117,0	1.116,3	0,1%
Interligação	246,2	287,3	(14,3%)
Vendas	129,7	146,3	(11,4%)
Outras receitas operacionais	9,4	7,1	33,1%
Custos operacionais, excluindo amortizações	843,7	883,5	(4,5%)
Custos com pessoal	56,0	54,2	3,4%
Custos directos dos serviços prestados	292,9	309,4	(5,3%)
Custos comerciais	306,6	310,5	(1,2%)
Outros custos operacionais	188,2	209,5	(10,2%)
EBITDA⁽²⁾	658,7	673,5	(2,2%)
Amortizações	220,1	204,9	7,4%
Resultado operacional⁽³⁾	438,6	468,7	(6,4%)
Margem EBITDA	43,8%	43,3%	0,6pp
Capex	188,6	170,2	10,8%
Capex em % das receitas operacionais	12,6%	10,9%	1,6pp
EBITDA menos Capex	470,1	503,3	(6,6%)

(1) Inclui transacções intragrupo. **(2)** EBITDA = resultado operacional + amortizações. **(3)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com redução de efectivos + menos (mais)-valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais – As receitas operacionais da TMN diminuíram 3,5% em 2006, quando comparado com o ano anterior, totalizando 1.502 milhões de euros, em resultado essencialmente do impacto da redução das tarifas de terminação móvel (49 milhões de euros) nas receitas de serviço e do decréscimo das vendas de equipamentos. O forte crescimento da base de clientes, na segunda metade de 2006, impulsionou o desempenho das receitas de facturação, que se mantiveram estáveis nos 1.117 milhões de euros em 2006, tendo aumentado 7,7% no segundo semestre de 2006, face ao primeiro semestre de 2006. A redução das tarifas de terminação móvel registada ao longo dos últimos trimestres continuou a motivar a forte descida das receitas de interligação. As reduções nas tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel, no início de cada trimestre do ano, traduziram-se numa descida média de 18,5% e 18,6% em 2006, respectivamente, fixando-se ambas em 0,11 euros por minuto em Outubro de 2006. Excluindo o impacto da descida das tarifas de terminação móvel de 49 milhões de euros, as receitas de serviço teriam aumentado 0,6% em 2006, face ao período homólogo.

EBITDA – O EBITDA registou um decréscimo de 2,2% em 2006, em comparação com o exercício anterior, totalizando 659 milhões de euros, em resultado da redução das tarifas de terminação móvel (um impacto negativo de 26 milhões de euros em 2006), bem como do forte aumento da actividade comercial, que resultou no acréscimo significativo de adições líquidas (+51,2% em 2006, face a 2005). Excluindo o impacto da descida das tarifas de terminação, o EBITDA teria aumentado 1,6% em 2006, face ao período homólogo. Apesar do aumento da actividade comercial, a margem EBITDA aumentou 0,6pp em 2006 para 43,8%. Este forte desempenho da margem EBITDA foi impulsionado pelo contínuo enfoque na redução de custos. A margem EBITDA antes de custos de aquisição e retenção aumentou 1,5pp em 2006.

Capex – O capex totalizou 189 milhões de euros em 2006, equivalente a 12,6% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para o aumento de capacidade e cobertura de rede 3G/3.5G (aproximadamente 72% do capex de rede). No final do ano, a rede 3G da TMN cobria cerca de 80% da população. O EBITDA menos Capex situou-se em 470 milhões de euros em 2006, equivalente a 31,3% das receitas operacionais.

Dados operacionais _ móvel Portugal

	2006	2005	Δ 06/05
Clientes ('000)	5.704	5.312	7,4%
Adições líquidas ('000)	391	259	51,2%
MOU (minutos)	120	122	(1,1%)
ARPU (euros)	21,0	22,8	(7,9%)
Facturação	17,2	18,1	(5,1%)
Interligação	3,8	4,7	(18,7%)
ARPM (cêntimos euro)	17,5	18,8	(6,8%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	13,3	11,8	1,5pp
SARC (euros)	55,1	59,2	(6,9%)
Trabalhadores	1.140	1.184	(3,7%)

Posição de liderança _ A TMN continuou a aumentar significativamente a sua base de clientes ao longo do ano de 2006, reforçando a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. O reposicionamento da marca TMN foi consolidado com as campanhas do Verão e do Natal, as quais contribuíram para aumentar a notoriedade da marca. A TMN tem-se continuado a diferenciar no mercado, através do lançamento de novos produtos e serviços inovadores. A reestruturação do portfolio de equipamentos tem sido um aspecto crucial desta estratégia. O portfolio de equipamentos para as campanhas do Natal incluiu dez modelos exclusivos, tendo sido focado em equipamentos que permitem o acesso rápido à Internet, o serviço de Mobile TV e o download de músicas. A TMN tem dado igualmente uma forte ênfase à expansão da oferta de banda larga móvel, oferecendo actualmente três pacotes com velocidades até 384 Kbps, 640 Kbps e 3,6 Mbps (HSDPA). No início do ano, a TMN lançou um serviço de Mobile TV, tendo alargado a sua oferta no quarto trimestre do ano para 26 canais, incluindo notícias, música e desporto. Em Outubro, foi ainda introduzida uma nova funcionalidade, “fast zapping”, com o objectivo de melhorar a utilização do serviço de Mobile TV. No final de Junho de 2006, a TMN lançou ainda, pela primeira vez em Portugal, o mobile ticketing, em parceria com a Lusomundo Cinemas, permitindo aos clientes o recebimento dos bilhetes de cinema por SMS no seu telemóvel.

Clientes _ Em 2006 foram adicionados 391 mil clientes, um aumento de 51,2% em termos homólogos. Considerando as adições líquidas, no segundo semestre de 2006, de 342 mil, a quota de mercado da TMN em termos de adições líquidas aumentou significativamente de 13% no primeiro semestre para 45% no segundo semestre de 2006. Como resultado, a base de clientes da TMN aumentou 7,4%, face ao ano anterior, para 5.704 mil no final de Dezembro de 2006. A continuação do crescimento dos clientes pós-pagos, tanto no segmento de consumo como no segmento empresarial, permitiu aumentar o seu peso para 19,4% da base total de clientes no final de Dezembro de 2006. No final de Outubro, a TMN lançou o primeiro serviço de home-zoning em Portugal, “Casa T”. O lançamento deste serviço registou uma forte aceitação, com o total de clientes “Casa T” a situar-se em mais de 100 mil no início de 2007.

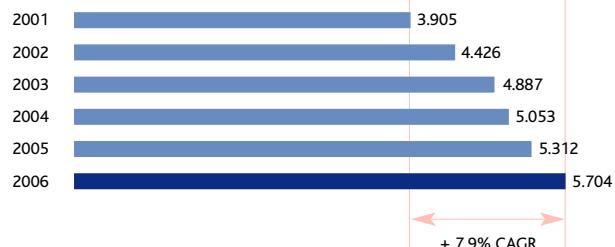
As receitas de serviços de dados continuaram a contribuir positivamente para a evolução do ARPU, representando já 13,3% das receitas de serviço em 2006, face a 11,8% no ano anterior. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o forte crescimento de serviços de dados não-SMS, que aumentaram 21,7% em 2006.

ARPU _ O ARPU em 2006 diminuiu 7,9%, quando comparado com o ano anterior, para 21,0 euros, em resultado da desida do ARPU de interligação e do ARPU de facturação, principalmente devido à forte sazonalidade na activação de clientes no período de férias. O decréscimo de 18,7% do ARPU de interligação resultou da forte redução das tarifas de terminação móvel que ocorreu até Outubro de 2006.

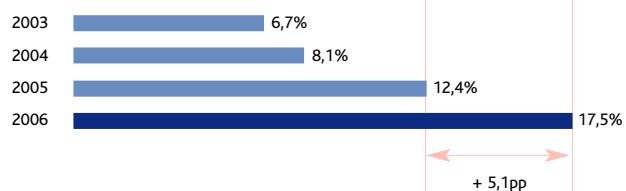
MOU _ A utilização média mensal (MOU) diminuiu 1,1% em 2006, face ao exercício anterior, para 120 minutos, essencialmente influenciada pelo impacto dilutivo do forte nível de adições líquidas, especialmente no final do ano. Este efeito foi particularmente evidenciado em termos de tráfego terminado, com o MOU fixo-móvel a registar um decréscimo de 11,1% no período.

Receitas de serviços de dados _ As receitas de serviços de dados continuaram a contribuir positivamente para a evolução do ARPU, representando já 13,3% das receitas de serviço em 2006, face a 11,8% no ano anterior. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o forte crescimento de serviços de dados não-SMS, que aumentaram 21,7% em 2006, face ao período homólogo, e representaram 23,0% do total das receitas de dados em 2006. O número de mensagens (SMS) em 2006 totalizou cerca de 127 mensagens por mês por utilizador activo de SMS, refletindo o sucesso do lançamento de um novo plano tarifário direcionado para o segmento jovem. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representava 52% da base total de clientes no final do ano.

Clientes TMN (milhares)



Crescimento de clientes pós-pagos (%)



Peso dos dados nas receitas de serviço (%)



Estrutura das receitas de dados não-SMS (%)



Multimédia – PT Multimédia

A PT Multimédia continuou a investir na expansão e upgrade da rede cabo, tendo concluído o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição no segundo trimestre. O reforço da oferta de serviços de TV por subscrição, bem como a melhoria da qualidade do serviço e o apoio ao cliente, permitiram um sólido desempenho operacional, com as receitas e o EBITDA a registarem aumentos de 6 e 8%, respectivamente. O sucesso do pacote de 65 canais de TV digital, tal como o aumento de subscrições do canal de desporto e da taxa de penetração do serviço Internet, impulsionaram o crescimento do ARPU total.

Margem EBITDA (%)

2004	29,9%
2005	31,1%
2006	31,7%

Demonstração de resultados _ multimédia ⁽¹⁾

	2006	2005	Δ 06/05
Receitas operacionais	666,5	628,5	6,1%
TV por subscrição e Internet por cabo	591,1	553,0	6,9%
Audiovisuais	52,6	53,4	(1,5%)
Cinema	43,7	40,0	9,2%
Outros e eliminações	(20,9)	(18,0)	16,1%
Custos operacionais, excluindo amortizações	455,4	433,2	5,1%
Custos com pessoal	40,0	43,9	(9,0%)
Custos directos dos serviços prestados	203,0	201,3	0,8%
Custos comerciais	56,9	48,0	18,4%
Outros custos operacionais	155,5	139,9	11,2%
EBITDA ⁽²⁾	211,1	195,3	8,1%
Amortizações	102,5	61,9	65,5%
Resultado operacional ⁽³⁾	108,6	133,4	(18,6%)
Margem EBITDA	31,7%	31,1%	0,6pp
Capex	132,8	185,5	(28,4%)
Capex em % das receitas operacionais	19,9%	29,5%	(9,6pp)
EBITDA menos Capex	78,3	9,8	n.s.

⁽¹⁾ Inclui transacções intragrupo. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações. ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com redução de efectivos + menos (mais)-valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da PT Multimédia aumentaram 6,1% em 2006, em comparação com o ano anterior, impulsionadas pelo acréscimo das receitas de TV por subscrição e Internet por cabo.

EBITDA _ Em 2006, o EBITDA ascendeu a 211 milhões de euros, um aumento de 8,1%, em termos homólogos, essencialmente em resultado do acréscimo do ARPU do negócio de TV por subscrição no período. Apesar do sólido crescimento das receitas, o forte aumento da actividade comercial resultou no acréscimo dos custos comerciais. A PT Multimédia continuou a investir na melhoria da qualidade do serviço e apoio ao cliente, bem como no reforço da oferta de serviços de TV por subscrição.

Capex _ O capex da PT Multimédia diminuiu 28,4% em 2006, face ao exercício anterior, para 133 milhões de euros, equivalente a 19,9% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para: (1) o aumento das casas passadas; (2) a reestruturação da arquitectura da rede de fibra para uma arquitectura "fiber-to-the-hub", a fim de permitir uma maior largura de banda para os clientes, e (3) investimentos relativos ao lançamento de serviços de voz. O EBITDA menos Capex ascendeu a 78 milhões de euros em 2006, face a 10 milhões de euros em 2005.

Dados operacionais – TV por subscrição e Internet por cabo

	2006	2005	Δ 06/05
Casas passadas ('000)	2.852	2.666	7,0%
Clientes TV por subscrição ^{(1) (2)} ('000)	1.480	1.479	0,1%
Adições líquidas TV por subscrição ('000)	1	30	(96,5%)
Subscreções premium ⁽²⁾ ('000)	780	774	0,8%
Pay-to-basic ratio (%)	52,7	52,3	0,4pp
Acessos banda larga via cabo ('000)	362	348	3,9%
Adições líquidas banda larga cabo ('000)	14	43	(68,1%)
ARPU total (euros)	29,1	27,6	5,7%
Trabalhadores	1.330	1.341	(0,8%)

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV por subscrição. A TV por subscrição oferece vários pacotes básicos, suportados em diversas tecnologias, direcionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e hotelaria), com distinto âmbito geográfico (Portugal continental, ilhas e internacional) e com um número variável de canais. **(2)** Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (i.e., promoções do tipo "Experimente e Compre").

Casas passadas – Em linha com o compromisso da PT Multimédia de investir na expansão e upgrade da sua rede, foram adicionadas 186 mil casas passadas em 2006. O número de casas passadas totalizou 2.852 mil no final de Dezembro de 2006, das quais 97,1% dispunham de capacidade para Internet de banda larga. Em 2006, registaram-se progressos na implementação da arquitectura “fiber-to-the-hub”, encontrando-se actualmente em pleno funcionamento os cinco anéis ópticos de elevada capacidade, os quais constituem a arquitectura “fiber-to-the-hub” da zona da Grande Lisboa. O serviço de TV por subscrição atingiu 1.480 mil clientes no final de Dezembro de 2006, com 29 mil adições líquidas no quarto trimestre do ano, evidenciando uma clara melhoria face ao desempenho dos três trimestres anteriores.

Banda larga – Os clientes de banda larga (Netcab) aumentaram 3,9% em 2006, em relação ao ano anterior, para 362 mil. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo aumentou para 34,2% no final de Dezembro de 2006, face a 32,0% no final de Dezembro de 2005.

Processo de digitalização – O pacote de 65 canais de TV digital (“TV Cabo Funtastic Life”), lançado em Maio de 2005, tem continuado a registar um elevado nível de aceitação, tendo atingido 270 mil clientes no final de Dezembro de 2006, em resultado das 163 mil adições líquidas registadas no ano. No segundo trimestre de 2006, a PT Multimédia completou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set-top-boxes digitais ascendido a 682 mil no final de Dezembro 2006.

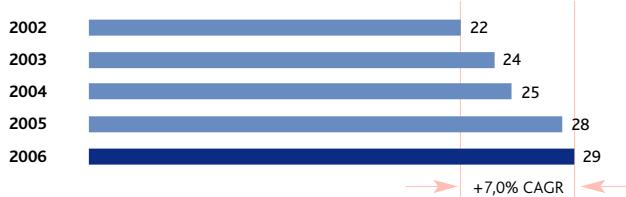
O número de clientes premium do canal Sport TV cresceu de forma assinalada ao longo do ano, reflectindo a qualidade da oferta do canal de desporto.

Subscrições premium _ O canal Sport TV registou um forte desempenho ao longo do ano, com 63 mil adições líquidas, aumentando o número total de clientes para 474 mil no final de Dezembro de 2006. Esta evolução reflecte a qualidade da oferta do canal Sport TV, bem como o impacto positivo da implementação de medidas de antipirataria. O número de subscrições dos serviços premium aumentou 0,8%, para 780 mil no final de Dezembro de 2006, correspondendo a um pay-to-basic ratio de 52,7%.

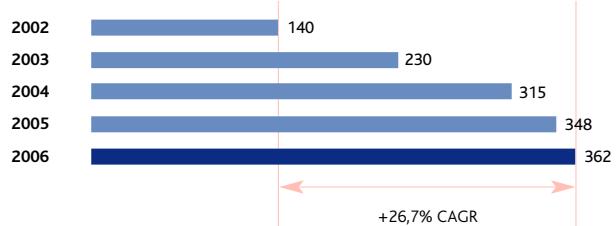
ARPU _ O ARPU total da TV por subscrição e Internet por cabo aumentou 5,7% em 2006, face ao período homólogo, para 29,1 euros, reflectindo o sucesso do serviço digital “TV Cabo Funtastic Life”, o aumento de subscrições do canal Sport TV e o acréscimo da taxa de penetração do serviço Internet.

3 Play _ Em 23 de Janeiro de 2007, a TV Cabo anunciou o lançamento de serviços de telefonia, estabelecendo-se como um operador integrado de triple-play – “3 Play”. A oferta integrada lançada comprehende serviços de televisão por subscrição, Internet de banda larga e serviços de voz. O up-selling dos serviços de voz para os clientes de banda larga actuais deverá permitir à TV Cabo continuar a aumentar o ARPU, reduzir a taxa de churn, bem como melhorar a segmentação das suas ofertas com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes. O serviço de voz inclui chamadas fixas nacionais ilimitadas, encontrando-se disponível para os clientes que, para além do serviço de televisão por subscrição, também subscrevam a assinatura de Internet de banda larga. Actualmente, cerca de 80% da rede da TV Cabo encontra-se preparada para prestar o novo serviço de telefonia. No final de 2007, a cobertura da rede para este serviço deverá aumentar para cerca de 90%.

ARPU total (euros)



Acessos banda larga (milhares)



> **Mercado internacional**

Móvel Brasil – Vivo

A Vivo manteve o enfoque estratégico na aquisição e retenção de clientes de elevado valor ao longo de 2006, tendo implementado medidas para aumentar o nível de utilização e reduzir activamente a base de custos.

Demonstração de resultados _ móvel Brasil (1)

	2006	2005	Δ 06/05
Receitas operacionais	11.498,0	12.387,0	(7,2%)
Prestação de serviços	9.777,5	10.567,8	(7,5%)
Vendas	1.391,7	1.422,0	(2,1%)
Outras receitas operacionais	328,9	397,2	(17,2%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	8.787,3	9.301,3	(5,5%)
Custos com pessoal	631,0	627,3	0,6%
Custos directos de serviços prestados	1.359,6	1.310,0	3,8%
Custos comerciais	3.277,1	3.913,6	(16,3%)
Outros custos operacionais	3.519,5	3.450,4	2,0%
EBITDA (2)	2.710,8	3.085,7	(12,1%)
Amortizações	2.763,4	2.761,9	0,1%
Resultado operacional (3)	(52,7)	323,8	n.s.
Margem EBITDA	23,6%	24,9%	(1,3pp)
Capex	2.113,0	2.195,1	(3,7%)
Capex em % das receitas operacionais	18,4%	17,7%	0,7pp
EBITDA menos Capex	597,7	890,6	(32,9%)

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com redução de efectivos + menos (mais)-valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, diminuíram 7,2% em 2006, em comparação com o ano anterior, para 11.498 milhões de reais, principalmente em resultado do decréscimo das vendas de equipamentos e das outras receitas operacionais. As receitas de serviço decresceram 7,5% em 2006, face ao período homólogo, em grande parte decorrente de um ambiente de elevada concorrência.

EBITDA _ O EBITDA diminuiu 12,1% em 2006, face ao exercício anterior, para 2.711 milhões de reais. No âmbito da reestruturação em curso, a Vivo continuou a implementar medidas para aumentar a utilização e reduzir activamente os seus custos, com o objectivo de melhorar a sua performance operacional. A integração de várias empresas operacionais da Vivo permitiu manter estáveis os custos com pessoal em 631 milhões de reais no período. Os custos de aquisição e de retenção, os quais incluem custos de marketing, subsídios e comissões, registaram uma forte descida de 21,6% em 2006, face ao período homólogo, em resultado do aumento das adições brutas efectuadas em lojas próprias, da alteração do mix dos equipamentos e da redução dos custos de marketing e das comissões. As medidas adoptadas para controlar as dívidas de

cobrança duvidosa tiveram um impacto significativo nos custos, com as provisões a decrescerem para 235 milhões de reais no segundo semestre, face a 661 milhões de reais no primeiro semestre de 2006. Esta evolução resultou da implementação de medidas que tiveram como objectivo controlar a clonagem de cartões (uma diminuição de 95%), reduzir o risco de crédito associado às aquisições dos clientes e melhorar o processo de cobranças. O EBITDA foi ainda influenciado positivamente no quarto trimestre de 2006 pela reversão de uma provisão para contingências fiscais relativas a impostos operacionais (PIS/Cofins).

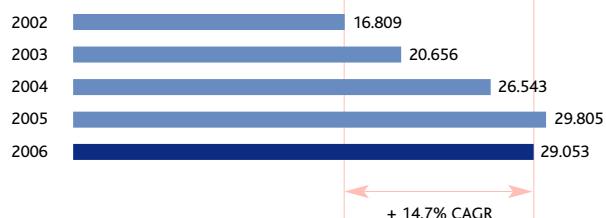
Capex _ O capex diminuiu 3,7% em 2006, relativamente ao ano anterior, para 2.113 milhões de reais, equivalente a 18,4% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para: (1) a implementação da rede GSM/EDGE; (2) a cobertura e qualidade da rede, e (3) a consolidação e racionalização dos sistemas de facturação, CRM e ERP.

Dados operacionais _ móvel Brasil ⁽¹⁾

	2006	2005	Δ 06/05
Clientes ('000)	29.053	29.805	(2,5%)
Adições líquidas ('000)	(752)	3.262	n.s.
MOU (minutos)	74	78	(5,4%)
ARPU (reais)	27,1	28,7	(5,3%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	6,8	6,0	0,7pp
SARC (reais)	130,7	166,6	(21,6%)
Trabalhadores	5.896	6.084	(3,1%)

⁽¹⁾ Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro.

Clientes _ Em 2006, o nível de concorrência permaneceu muito elevado, em particular no segmento médio e alto, onde alguns operadores diminuíram consideravelmente os níveis de barreira à entrada. As adições líquidas no segundo semestre do ano ascenderam a 528 mil, aumentando o número total de clientes da Vivo para 29.053 mil. Aproximadamente 46% das adições líquidas no segundo semestre de 2006 foram provenientes de clientes pós-pagos. O decréscimo anual de 2,5% da base de clientes é explicado pelo ajustamento da base de dados de 1.823 mil clientes, efectuado no segundo trimestre de 2006.

Clientes Vivo (milhares)

A percentagem das receitas de dados nas receitas de serviço continuou a registar uma evolução positiva, representando já 7% das receitas de serviço. Aproximadamente 48% das receitas de dados foram provenientes de serviços de dados não-SMS, como downloads e acesso à Internet.

Receitas de dados _ As receitas de dados aumentaram 0,7pp em 2006, face ao período homólogo, representando 6,8% das receitas de serviços. Aproximadamente 48% das receitas de dados foram provenientes de serviços de dados não-SMS, como downloads, acesso à Internet e outros. No segundo semestre do ano, a Vivo reduziu significativamente os preços de SMS, com o objectivo de estimular a utilização de dados.

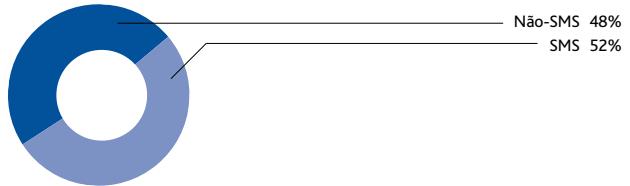
MOU _ Em 2006, o MOU total diminuiu 5,4%, em termos homólogos, para 74 minutos, devido essencialmente à evolução negativa do MOU pré-pago. A redução do tráfego de interligação, em resultado do rebalanceamento das tarifas e do aumento dos preços de interligação fixo-móvel (V-UM), influenciou o segmento pré-pago. De salientar, contudo, que, no segundo semestre de 2006, o MOU total registou uma evolução positiva, impulsionado pelo aumento significativo do MOU originado, em resultado de campanhas agressivas lançadas no segundo semestre, com o objectivo de aumentar a utilização móvel.

ARPU _ O ARPU total da Vivo em 2006 foi de 27,1 reais, um decréscimo de 5,3% em relação ao exercício anterior, principalmente em resultado da descida do tráfego de interligação, da migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel e das promoções de tráfego. Porém, no segundo semestre do ano, o ARPU total registou um comportamento favorável, principalmente em resultado do efeito positivo do fim do sistema de Bill & Keep parcial. As campanhas promocionais realizadas no período, tendo em vista o aumento da utilização, também tiveram um impacto positivo no tráfego e no ARPU.

Peso dos dados nas receitas (%)

2004	4,2%
2005	6,0%
2006	6,8%

Estrutura das receitas de dados não-SMS (%)



Outros negócios internacionais

Destaque dos principais activos em África, no Brasil e na Ásia em 2006 ^{(1) (2)}								milhares (clientes), milhões (financeiros)	
	Posição	Clientes	Receitas local	Δ 06/05	EBITDA local ⁽⁵⁾	Δ 06/05	Margem	Receitas euros	EBITDA euros
Médi Télécom ⁽³⁾	32,18%	5.169,6	4.691,2	7,3%	2.078,4	19,7%	44,3%	425,1	188,3
Unitel ⁽³⁾	25,00%	2.048,7	649,3	45,9%	433,9	40,9%	66,8%	517,1	345,5
CTM ⁽³⁾	28,00%	473,4	2.101,2	10,9%	811,0	1,3%	38,6%	209,1	80,7
MTC ⁽⁴⁾	34,00%	609,7	999,6	21,2%	590,3	13,9%	59,1%	115,8	68,4
CVT ⁽⁴⁾	40,00%	181,9	6.957,7	14,2%	4.417,9	26,0%	63,5%	63,1	40,1
CST ⁽⁴⁾	51,00%	26,0	139.101	26,9%	48.538	23,7%	34,9%	8,8	3,1
Timor Telecom ⁽⁴⁾	41,12%	51,6	23,2	34,4%	9,4	70,3%	40,6%	18,5	7,5
UOL	29,00%	1.590,0	480,7	8,3%	136,3	33,8%	28,4%	176,0	49,9

(1) Todas as informações calculadas em GAAP local. **(2)** Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT e Timor Telecom. **(3)** Método de equivalência patrimonial. **(4)** Método de consolidação integral. **(5)** EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Marrocos – Médi Télécom

Em 2006, as receitas operacionais da Médi Télécom aumentaram 7,3%, em termos homólogos, para 4.691 milhões de dirham marroquinos, enquanto o EBITDA subiu 19,7% para 2.078 milhões de dirham. A base total de clientes aumentou 28,1%, face a 2005, para 5.170 mil clientes, com as adições líquidas em 2006 a totalizarem 1.135 mil. O MOU decresceu 13,9%, situando-se em 51 minutos em 2006. O ARPU foi de 90 dirham em 2006, um decréscimo de 13,1% face ao exercício anterior, essencialmente em resultado do aumento da base de clientes.

Angola – Unitel

As receitas operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento, em 2006, de 45,9% e 40,9%, respectivamente, devido ao forte crescimento dos clientes. As adições líquidas totalizaram 851 mil em 2006, com a base total de clientes a atingir 2.049 mil no final de Dezembro de 2006, um acréscimo de 71,1% face ao período homólogo. O MOU decresceu 19,1% em 2006, em relação ao ano anterior, para 141 minutos, em resultado do forte crescimento da base de clientes. O ARPU totalizou 34 dólares em 2006, um decréscimo de 24,9% face a 2005, principalmente em resultado da redução do MOU no período.

Macau – CTM

As receitas operacionais da CTM aumentaram 10,9% em 2006, em comparação com o ano anterior, para 2.101 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 1,3% em 2006, face ao período homólogo, para 811 milhões de patacas. No segmento móvel, os clientes aumentaram 21,7% para 297 mil no final de Dezembro de 2006. Apesar do aumento da base de clientes, o ARPU móvel da CTM aumentou 13,7% em 2006 para 250 patacas. Em Outubro de 2006, a CTM ganhou uma licença de terceira geração (3G) em Macau.

Namíbia – MTC

As receitas operacionais e o EBITDA da MTC, em 2006, aumentaram 21,2% e 13,9%, respectivamente, em termos homólogos, devido ao forte crescimento da base de clientes. As adições líquidas totalizaram 161 mil em 2006, com a base total de clientes a atingir 610 mil no final de Dezembro de 2006, um acréscimo de 35,8% face ao final de Dezembro de 2005. O ARPU foi de 158 dólares namibianos em 2006, um decréscimo de 8,6% face a 2005, principalmente em resultado do crescimento da base de clientes no período.

Cabo Verde – CVT

As receitas operacionais e o EBITDA da CVT em 2006 aumentaram 14,2% e 26,0%, respectivamente, em comparação com o ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos cresceu 2,3% em 2006, face ao período homólogo, para 73 mil. No segmento móvel, a base de clientes registou um crescimento de 33,2% em 2006 para 109 mil clientes, com adições líquidas de 27 mil clientes. O MOU do segmento móvel atingiu 79 minutos, um decréscimo de 2,3% em 2006. O ARPU móvel foi de 3.062 escudos cabo-verdianos em 2006, um aumento de 1,8% face ao período homólogo.

São Tomé e Príncipe – CST

As receitas operacionais da CST aumentaram 26,9%, em termos homólogos, para 139.101 milhões de dobras em 2006, e o EBITDA registou um acréscimo de 23,7%, para 48.538 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 6 mil novos clientes em 2006, atingindo um total de 18 mil clientes no final de Dezembro de 2006, equivalente a um aumento de 54,1% face ao ano anterior. O MOU do segmento móvel decresceu 6,0% em 2006, situando-se em 81 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU móvel foi de 384 mil dobras em 2006, um acréscimo de 2,3% relativamente ao ano anterior.

Timor-Leste – Timor Telecom

As receitas operacionais e o EBITDA da Timor Telecom registraram, em 2006, acréscimos de 34,4% e 70,3%, respectivamente, face ao exercício anterior, essencialmente em resultado do aumento dos clientes móveis. No segmento móvel, a Timor Telecom adicionou 16 mil novos clientes em 2006, aumentando a base de clientes para 49 mil no final de Dezembro de 2006, um aumento de 48,6% face ao período homólogo. O MOU do segmento móvel aumentou 8,7% em 2006, atingindo 105 minutos. O ARPU do segmento móvel foi de 36 dólares em 2006, representando um acréscimo de 1,4% face a 2005.

Brasil – UOL

As receitas operacionais da UOL aumentaram 8,3% em 2006, face ao exercício anterior, para 480 milhões de reais, em resultado do crescimento da base de clientes e das receitas de publicidade. O EBITDA registou um acréscimo de 33,8% para 136 milhões de reais em 2006, correspondendo a uma margem EBITDA de 28,4%, reflectindo o forte crescimento da publicidade da marca e de links patrocinados, bem como o controlo rigoroso de custos. A base de clientes da UOL atingiu 1.590 milhões no final de Dezembro de 2006, incluindo 793 mil clientes de banda larga, que registaram um crescimento de 35% no período. Em Dezembro de 2006, o número de páginas vistas e de visitantes únicos aumentou em ambos 24%, face ao ano anterior.



03 _ Recursos humanos

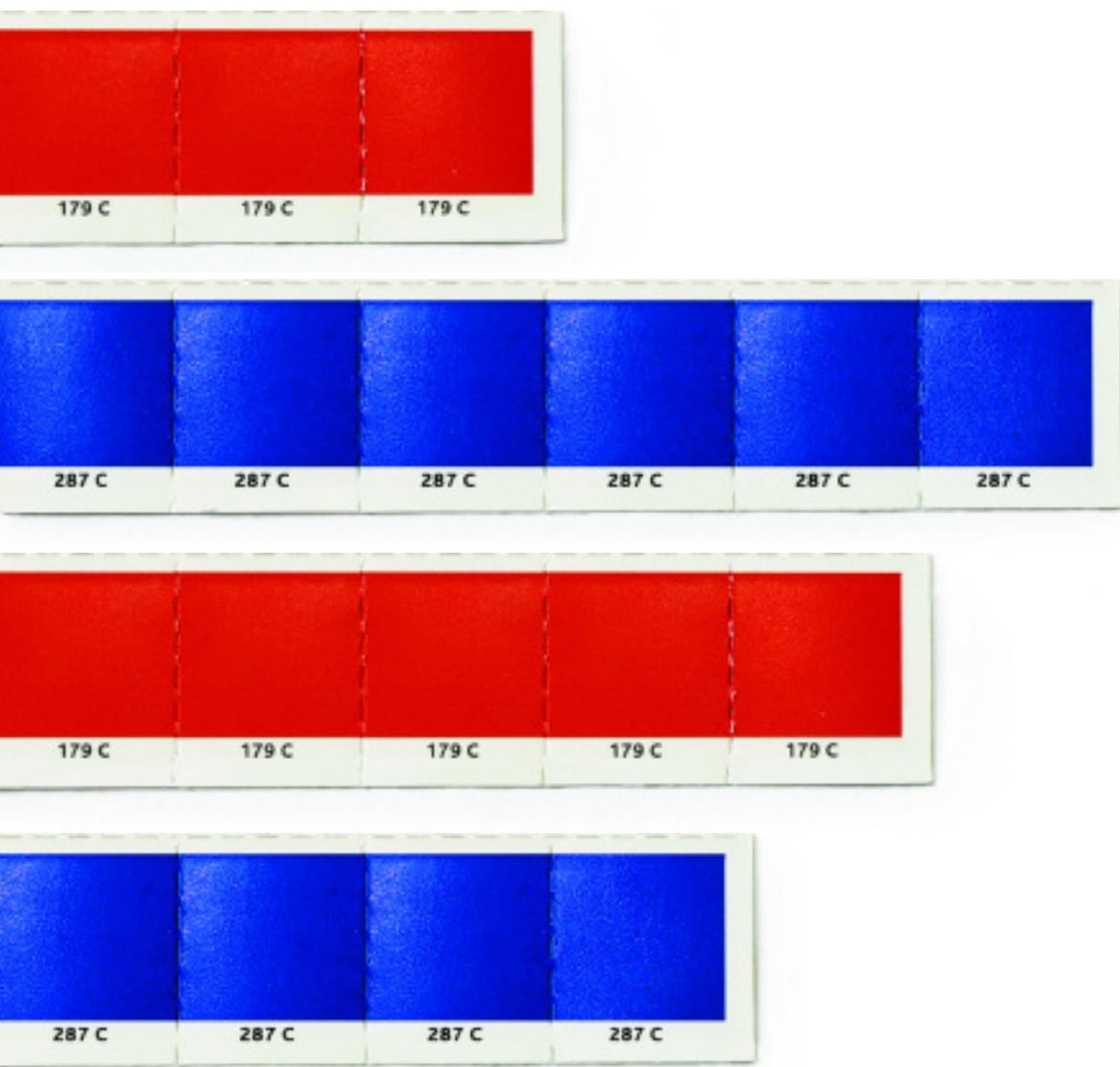
Número de trabalhadores e rácios de produtividade

	31 Dez 2006	31 Dez 2005	Variação	Δ 06/05
Mercado doméstico				
Rede fixa	12.666	13.101	(435)	(3,3%)
Móvel Portugal _ TMN	7.181	7.682	(501)	(6,5%)
Multimédia _ PT Multimédia	1.140	1.184	(44)	(3,7%)
Outros	1.330	1.341	(11)	(0,8%)
Mercado internacional				
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	3.015	2.894	121	4,2%
Outros	19.392	19.289	103	0,5%
Trabalhadores do Grupo				
Acessos fixos por trabalhador	32.058	32.390	(332)	(1,0%)
Cartões móveis por trabalhador	613	583	30	5,2%
TMN	5.003	4.487	516	11,5%
Vivo	4.928	4.899	29	0,6%

⁽¹⁾ O número de trabalhadores do segmento móvel Brasil corresponde a 50% dos trabalhadores da Vivo.

No final de Dezembro de 2006, a PT tinha 32.058 trabalhadores, dos quais 39,5% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número de acessos por trabalhador aumentou 5,2% em 2006, face ao ano anterior, para 613 linhas, reflectindo o programa de redução de efectivos realizado no período, enquanto na TMN o número de cartões por trabalhador aumentou 11,5% para 5.003. No final de Dezembro de 2006, o número total de trabalhadores da Vivo diminuiu 3,1% para 5.896 trabalhadores, tendo o número de cartões por trabalhador aumentado 0,6% para 4.928 cartões.

A PT concluiu o seu programa de redução de efectivos de acordo com o planeado, tendo-se registado, em 2006, saídas de 792 trabalhadores, dos quais 614 da rede fixa.



04 _ Mercado de capitais

- 50 Remuneração accionista
- 52 Estrutura accionista
- 53 Performance bolsista
- 54 Desempenho obrigacionista
- 55 Relação com investidores

Remuneração accionista

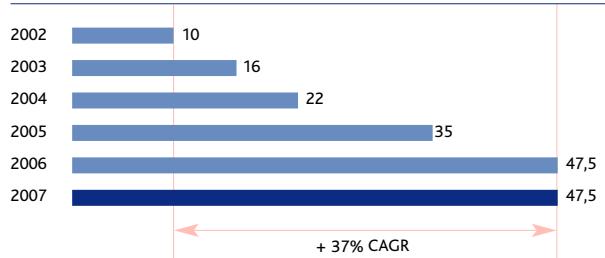
Em 2006, a PT distribuiu aos seus accionistas 526 milhões de euros em dividendos, relativos aos resultados do exercício de 2005, o que se traduziu num crescimento de 36% face ao ano anterior. Reforçando o seu compromisso de aumentar a remuneração accionista, e suportado na sólida capacidade financeira da Empresa, o Conselho de Administração propôs um pacote de remuneração atractivo para o período 2006-2009, que totaliza 6,2 mil milhões de euros.

Suportado na capacidade financeira sólida da PT, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório de 20 de Fevereiro de 2007, um aumento do pacote de remuneração accionista até 2009 para um montante de 6,2 mil milhões de euros, equivalente a 5,6 euros por acção, com a seguinte composição:

- Remuneração de 2,1 mil milhões de euros correspondente a um programa de aquisição de acções próprias. As acções serão adquiridas ao preço de mercado, até ao valor máximo de 11,50 euros por acção, correspondendo à aquisição de um mínimo de 16,5% do capital social actual da PT;
- Remuneração de 2 mil milhões de euros correspondente aos dividendos de 526 milhões de euros pagos em 2006 e relativos ao exercício de 2005, ao pagamento em 2007 de um dividendo igual a 47,5 céntimos por acção relativo ao exercício de 2006 e um compromisso de pagamento de um dividendo anual de 57,5 céntimos por acção em 2008-2009, após conclusão do programa de aquisição de acções próprias; e
- Distribuição de 180,6 milhões de acções da PT Multimédia aos accionistas da PT num valor equivalente a 2,0 mil milhões de euros ou 1,8 euros por cada acção da PT, tendo por referência o preço de fecho de 16 de Fevereiro de 2006 da PT Multimédia (10,85 euros por acção).

No que se refere ao dividendo do exercício de 2006 a pagar em 2007, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral Anual de Accionistas, agendada para o próximo dia 27 de Abril, a distribuição de um dividendo de 47,5 céntimos por acção, relativo ao exercício de 2006, em linha com o valor distribuído no ano passado.

Dividendos por acção (céntimos)



Estrutura accionista

Participações qualificadas em 31 Dezembro 2006

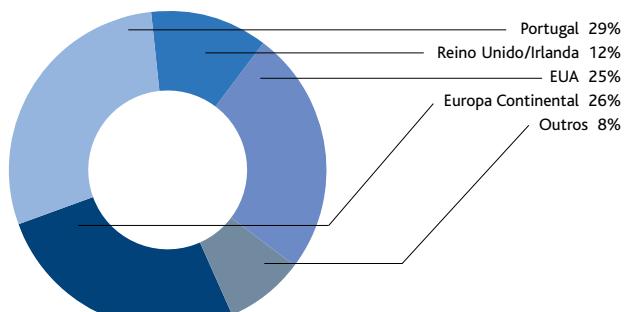
Entidades	N.º de acções	% do capital
Telefónica	112.473.826	9,96%
Banco Espírito Santo	87.734.177	7,77%
Brandes Investment Partners	83.649.255	7,41%
Caixa Geral de Depósitos	57.740.600	5,11%
Telmex	38.460.000	3,41%
Ongoing Strategy Investments ⁽¹⁾	34.012.746	3,01%
Paulson & Co.	26.385.303	2,34%
Fidelity Group	23.592.185	2,09%
Fundação José Berardo	23.357.466	2,07%
Barclays	23.216.664	2,07%
UBS	22.779.481	2,02%

⁽¹⁾ Inclui participação da Insight Strategic Investments.

A PT tem uma base accionista diversificada, com cerca de 70% do capital a ser detido por accionistas internacionais, estando essencialmente repartidos entre os Estados Unidos e a Europa. O mercado português aumentou o seu peso no capital da PT para 29%, com a Europa Continental e os EUA a representarem, cada, cerca de um quarto do capital.

No final de 2006, as participações dos accionistas qualificados representavam, no seu conjunto, aproximadamente 47% do capital da PT, conforme se evidencia na tabela seguinte:

Distribuição geográfica (%)



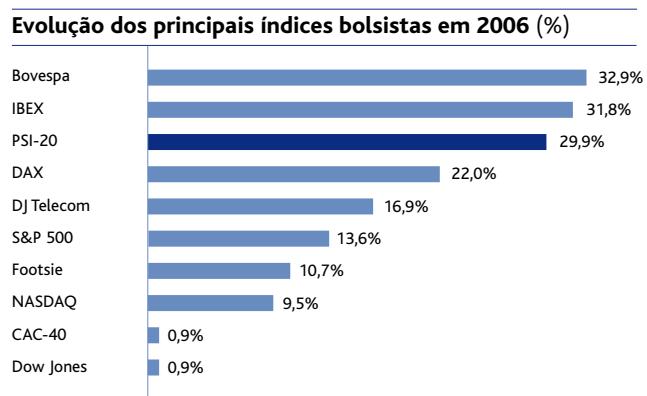
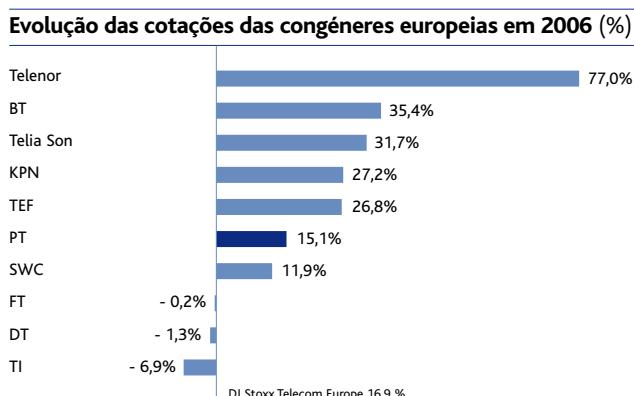
Performance bolsista

As acções da PT registaram, em 2006, uma evolução favorável, acompanhando o movimento ascendente do sector das telecomunicações europeias, embora condicionada pela oferta pública de aquisição lançada sobre a Empresa em Fevereiro de 2006. A cotação das acções registou em 2006 uma subida de 15,1%, face ao ano anterior, tendo fechado o ano a 9,84 euros. O índice DJ Stoxx Telecom Europe observou igualmente um crescimento de 16,9% em 2006, bem como o índice PSI-20, que registou um aumento de 29,9% no mesmo período.

Entre as principais praças financeiras, destaque para o índice Bovespa, que registou a maior subida em 2006 (+32,9%), seguido do IBEX (+31,8%). O índice PSI-20 também registou um comportamento positivo, tendo registado a segunda maior subida (+29,9%) de entre os mercados europeus.

Em 2006, a PT negociou um total de 1.220 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 5 milhões de acções, tendo o volume de transacções representado cerca de um quarto do valor global negociado na Euronext. O turnover médio da PT registou um aumento em 2006, situando-se em cerca de 107%, em comparação com 98% no ano anterior.

Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR da PT registaram, em 2006, uma subida de 28,5%, tendo fechado o ano a 12,94 dólares. Em termos de transacções, negociaram-se em média, ao longo de 2006, cerca de 102 mil ADR por dia. No final de 2006, o número de ADR outstanding ascendia a 52,4 milhões, dos quais 70% eram detidos por accionistas qualificados internacionais. De salientar que o programa de ADR da PT continua a ser um dos mais activos entre os das congénères europeias.



Desempenho obrigacionista

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT em 2006 continuou a ser a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, cash flows operacionais elevados, em resultado de fortes posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e no mercado de rede móvel no Brasil, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Em 2006, a PT manteve uma forte liquidez, evidenciada pelo valor elevado das disponibilidades, a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito não utilizadas e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média superior a 7 anos.

No entanto, os factores determinantes da evolução do rating e do desempenho das obrigações da PT em mercado secundário ao longo do ano foram o anúncio de lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre a empresa, em 6 de Fevereiro de 2006, e o plano de remuneração accionista apresentado pela Administração da PT.

Rating

Logo após o anúncio da OPA, a Standard & Poor's colocou a qualidade da dívida da PT em observação, com implicações negativas, enquanto a Moody's iniciou a revisão do rating para possível downgrade, devido à possibilidade de aumento do endividamento que resultaria da concretização da OPA. Na sequência da apresentação pela Administração da empresa de

um plano alternativo de remuneração accionista, implicando o aumento do endividamento, a Standard & Poor's e a Moody's alteraram, em 8 de Março de 2006, o rating da PT para, respectivamente, BBB+ e Baa1. Em 3 de Agosto de 2006, o reforço da remuneração dos accionistas anunciado pela PT levou a nova redução do rating para BBB- (Standard & Poor's) e Baa2 (Moody's). Após o insucesso da OPA, as duas agências confirmaram o rating da PT em BBB- (Standard & Poor's) e Baa2 (Moody's), ambos com outlook estável.

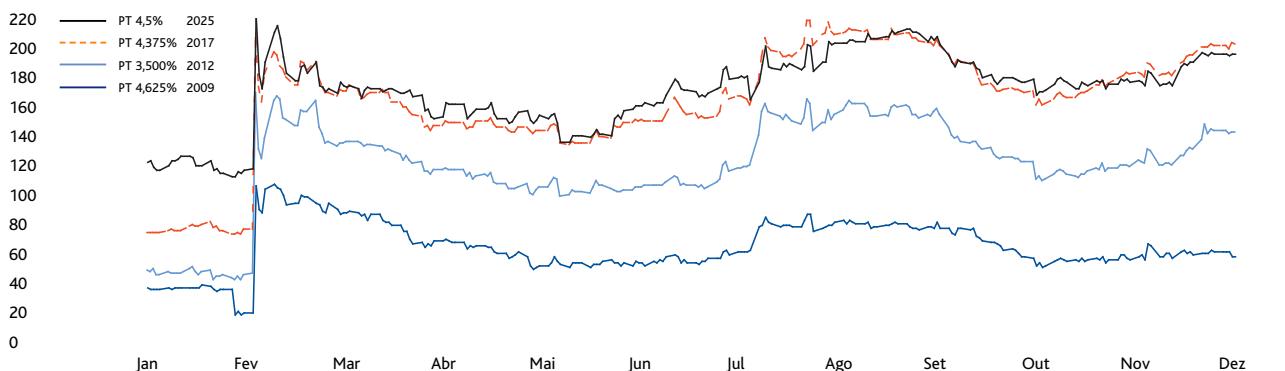
Obrigações

Os spreads das Eurobonds da PT mantiveram-se relativamente estáveis até ao anúncio de lançamento da OPA, momento em que subiram substancialmente devido à percepção do mercado que o eventual sucesso da OPA levaria a uma deterioração significativa da qualidade do crédito da PT. Por esta razão, a evolução dos spreads das obrigações emitidas pela PT foi, até ao final do ano, determinada essencialmente pela probabilidade associada ao êxito da oferta.

A evolução do preço das Exchangeable Bonds (obrigações convertíveis) da PT reflectiu essencialmente a proximidade do momento de reembolso destes títulos, já que a cotação das acções se manteve sempre afastada do preço de conversão das obrigações. Estes títulos foram reembolsados em 6 de Dezembro de 2006.

Evolução dos spreads das Eurobonds da PT em 2006 (pontos-base)

Fonte: Bloomberg



Relação com investidores

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus accionistas e outros membros da comunidade financeira.

Ao longo de 2006, a PT prosseguiu as suas actividades de relação com investidores, realizando diversos eventos, nomeadamente roadshows, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conference-calls, tendo ainda participado em conferências na Europa e nos Estados Unidos.

Em termos globais, a PT realizou, em 2006, cerca de 280 reuniões com analistas e investidores, das quais 200 foram realizadas no âmbito dos roadshows e conferências, tendo as restantes 80 reuniões e conference-calls tido lugar na sede da Empresa.

É de destacar a realização, em 2006, de três roadshows na Europa e nos Estados Unidos, dos quais se salienta o roadshow realizado em Março (após a divulgação dos resultados anuais), que envolveu contactos com investidores em catorze cidades de oito países.

A qualidade das actividades de relação com investidores foi mais uma vez considerada como referência pela comunidade financeira, a nível nacional e internacional. A nível internacional, a PT foi distinguida pela Institutional Investor com a atribuição de dois prémios:

- Melhor Investor Relations Professional do Sector das Telecomunicações pelo Sell-side
- Melhor Investor Relations de Portugal

Ainda a nível internacional, a PT foi distinguida nos IR Magazine Continental Europe Awards 2006, com a atribuição do prémio de Melhor Investor Relations Officer em Portugal. De salientar, também, que a PT ocupa a quarta posição no ranking dos melhores sites de IR do mundo no sector das telecomunicações, promovido pelo IR Web Report. A nível nacional, foi atribuído à PT, nos Investor Relations Awards 2006, o prémio de Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations.

05 _ Principais eventos

Eventos do ano

Remuneração accionista

21.ABR.06 | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de accionistas, a distribuição de um dividendo de 0,475 euros por acção relativo ao exercício de 2005. O respectivo pagamento ocorreu a 19 de Maio.

03.AGO.06 | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a proposta de remuneração accionista, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008, de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo o dividendo pago em Maio de 2006, de 536 milhões de euros).

Spin-off da PT Multimédia

03.AGO.06 | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de efectuar o spin-off da sua participação de 58,43% na PT Multimédia. Nesta transacção, cada accionista da PT deverá receber 4 acções da PT Multimédia por cada 25 acções detidas da PT.

Custos com benefícios de reforma

08.MAI.06 | A Comissão Executiva executou uma decisão aprovada em Janeiro de 2006, tendo efectuado uma contribuição adicional de 300 milhões de euros para um fundo para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma.

03.AGO.06 | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de reduzir o prazo de financiamento do défice com benefícios de reforma de 14 para 6 anos, através de contribuições extraordinárias no montante de mil milhões de euros durante o período 2006-2008, mediante a obtenção de um quadro de relações laborais mais favorável.

OUT.06 | A PT procedeu ao ajustamento dos benefícios de cuidados de saúde do Grupo, em linha com outros planos similares em Portugal. A PT decidiu não celebrar um novo protocolo com o Sistema Nacional de Saúde (SNS) após a conclusão do protocolo actual, em vigor até ao final de 2008, a não ser que as condições económico-financeiras deste protocolo se alterem, de forma a terem um impacto neutral ou positivo para a PT.

DEZ.06 | A PT e o SNS decidiram terminar o protocolo existente, com efeitos a Outubro de 2006, na sequência da decisão referida anteriormente. O efeito combinado desta decisão, com o ajustamento dos benefícios de cuidados de saúde anteriormente referido, originou uma redução de 367 milhões de euros nas responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO).

Capital social

21.ABR.06 | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de accionistas, um aumento do capital social no montante de 338.656.950 euros, por incorporação dos seguintes montantes: (1) 91.704.891 euros de prémios de emissão de acções; (2) 121.523.559 euros de reserva legal, e (3) 125.428.500 euros de reserva especial de cancelamento de acções próprias. Na mesma Assembleia Geral, os accionistas aprovaram uma redução do capital social para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções para 0,35 euros.

11.MAI.06 | A PT procedeu à escritura pública de aumento de capital no montante de 338.656.950 euros, para 1.467.513.450 euros, através do aumento do valor nominal das acções de 1 euro para 1,30 euros.

11.SET.06 | A PT procedeu à escritura pública de redução de capital no montante de 1.072.413.675 euros, para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções de 1,30 euros para 0,35 euros.

Rede GSM da Vivo

20.JUL.06 | O Conselho de Administração da Vivo aprovou o investimento numa rede GSM/EDGE convertível para W-CDMA, a ser adicionada à actual rede CDMA. O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsídiação aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos acordos actuais de roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tal como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.

Reestruturação societária da Vivo

22.FEV.06 | Os accionistas da TCP, TCO, TSD, TLE e CRTPar aprovaram a reestruturação societária da Vivo nas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Esta reestruturação ficou concluída em 30 de Março de 2006 e consistiu na incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades TSD, TLE e CRTPar pela TCP, que passou a ser denominada Vivo Participações, SA.

31.MAR.06 | As acções da Vivo Participações (ON e PN) começaram a ser transaccionadas no Bovespa e na New York Stock Exchange.

Dívida

08.MAR.06 | A Moody's e a Standard & Poor's alteraram, respectivamente, os seus ratings para a PT de A3 e A- para Baa1 e BBB+.

03.AGO.06 | A Moody's e a Standard & Poor's alteraram, respectivamente, os seus ratings para a PT de Baa1 e BBB+ para Baa2 e BBB-.

04.AGO.06 | A Fitch Ratings alterou o seu rating para a PT de BBB+ para BBB.

Conselho de Administração

21.ABR.06 | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de accionistas, a eleição do Conselho de Administração para o triénio 2006-2008.

24.ABR.06 | O Conselho de Administração da PT procedeu à designação da Comissão Executiva, que passou a ter a seguinte composição:
Henrique Granadeiro (presidente)
Zeinal Bava (vice-presidente)
Rodrigo Costa (vice-presidente)
Luís Pacheco de Melo (chief financial officer)
João Pedro Baptista
António Caria
Rui Pedro Soares

Oferta pública de aquisição

06.FEV.06 | A Sonaecom publicou um anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de acções da PT, não solicitada, com vista à obtenção de uma posição de controlo na Empresa.

06.MAR.06 | A PT divulgou o relatório do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição anunciada preliminarmente pela Sonaecom em 6 de Fevereiro de 2006.

28.SET.06 | A PT anunciou ter recebido o projecto de decisão de não-oposição da Autoridade da Concorrência à operação de concentração notificada pela Sonaecom relativa às ofertas públicas de aquisição anunciadas sobre a PT e a PT Multimédia.

22.DEZ.06 | A PT anunciou que a Autoridade da Concorrência a notificou da decisão de não-oposição à operação de concentração notificada pela Sonaecom relativa às ofertas públicas de aquisição em curso sobre a PT e a PT Multimédia, acompanhada da imposição de condições e obrigações destinadas a garantir o cumprimento de compromissos assumidos pelo notificante.

Eventos subsequentes

Lançamento pela TV Cabo de serviços de telefonia

23.JAN.07 | A TV Cabo anunciou o lançamento de serviços de telefonia, estabelecendo-se como um operador integrado de triple-play.

Oferta pública de aquisição

12.JAN.07 | A PT divulgou uma actualização ao relatório do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom. Nesse mesmo dia, a PT foi notificada pela CMVM da decisão de registo da oferta.

20.FEV.07 | A PT divulgou uma actualização ao relatório do Conselho de Administração, na sequência da revisão da contrapartida da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom a 15 de Fevereiro de 2007.

27.FEV.07 | A PT anunciou um esclarecimento sobre o pacote de remuneração acionista divulgado na actualização ao relatório do seu Conselho de Administração, de 20 de Fevereiro de 2007, sobre a revisão da contrapartida da oferta.

01.MAR.07 | Na sequência da alteração do prospecto relativo à oferta lançada pelas sociedades Sonaecom SGPS e Sonaecom BV, o Conselho de Administração da PT anunciou que as alterações ao prospecto efectuadas pelas oferentes em nada alteraram a contrapartida e termos da oferta revista anunciada, apenas explicitaram as condições de financiamento da oferta, nomeadamente a venda de activos e afectação, através do pagamento de dividendos, dos resultados da PT para o serviço da dívida contraída pelas oferentes. Desta forma, o Conselho de Administração reiterou integralmente a posição manifestada e os compromissos assumidos no seu relatório de 20 de Fevereiro.

02.MAR.07 | Os accionistas rejeitaram, com maioria dos votos emitidos na Assembleia Geral, a proposta relativa à alteração dos Estatutos que constituía a condição necessária para a concretização da oferta lançada pela Soneacom. Deste modo, e de acordo com o entendimento da CMVM, a oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom sobre a PT e sobre a PT Multimédia, bem como os respectivos efeitos, consideraram-se extintos.

Assembleia Geral de accionistas

02.MAR.07 | Para além da rejeição da proposta relativa à alteração dos Estatutos referida anteriormente, os accionistas aprovaram ainda a:

- Eleição do vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, Daniel Proença de Carvalho, e do secretário da Mesa da Assembleia Geral, Francisco Manuel Leal Barona, na sequência da cessação de funções dos anteriores titulares, para completar o mandato correspondente ao triénio 2006/2008;
- Ratificação da cooptação do administrador Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos para completar o mandato correspondente ao triénio 2006/2008.

Dívida

05.MAR.07 | A Moody's confirmou o seu rating para a PT em Baa2, com outlook estável, na sequência do insucesso da OPA. A Fitch Ratings também confirmou o seu rating para a PT em BBB, com outlook negativo.

16.MAR.07 | A Standard & Poor's confirmou o seu rating para a PT em BBB-, com outlook estável, na sequência do insucesso da OPA.

06 _ Perspectivas futuras

“Temos uma estratégia de longo prazo que responde aos desafios que vamos enfrentar, no presente e no futuro, e que acreditamos poder, simultaneamente, maximizar o valor para os nossos accionistas, favorecer os consumidores e ser o garante da sustentabilidade empresarial para os nossos colaboradores e vital para o desenvolvimento do país.”

Henrique Granadeiro
Presidente

A Portugal Telecom tem como objectivo continuar a explorar o potencial de crescimento do seu portfolio de activos a nível doméstico e internacional. Em termos do negócio doméstico, a estratégia da PT terá os seguintes vectores de actuação:

- > Separação das redes fixas através do spin-off da PT Multimédia;
- > Oferta de serviços com enfoque na convergência fixo-móvel;
- > Desenvolvimento de uma oferta de triple-/quadruple-play;
- > Empenho no lançamento rápido de serviços 3G e adopção de novas tecnologias (WiFi, WiMax, HSDPA);
- > Continuação da aposta no aumento da quota de mercado no móvel;
- > Prosseguimento de medidas de controlo de custos;
- > Exploração de oportunidades de partilha de redes móveis com vista à obtenção de poupanças operacionais; e
- > Autonomização do negócio grossista da rede fixa.

A nível internacional, a PT continuará a desenvolver o negócio móvel no Brasil e a explorar do potencial de crescimento dos activos africanos, nomeadamente através de:

- > Enfoque na criação de valor nos negócios no Brasil e na melhoria da sua performance operacional;
- > Cristalização de valor dos activos em África;
- > Procura selectiva de oportunidades criadoras de valor com o objectivo de complementar o portfolio da PT; e
- > Clara definição das parcerias internacionais.

Suportado na capacidade financeira sólida da PT, o Conselho de Administração propôs um pacote de remuneração accionista até 2009 com a seguinte composição:

- > Execução de um programa de aquisição de acções próprias no montante de 2,1 mil milhões de euros, que consistirá na aquisição de um mínimo de 16,5% do capital social actual a um preço máximo de 11,5 euros por acção;
- > Pagamento, em 2007, de um dividendo de 47,5 céntimos por acção e um compromisso de pagamento de um dividendo anual de 57,5 céntimos por acção, em 2008-2009 (após a conclusão do programa de aquisição de acções próprias); e
- > Distribuição de 180,6 milhões de acções da PT Multimédia aos accionistas da Portugal Telecom.

Lisboa, 21 de Março de 2007.

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas

página

nota

64	Demonstração dos resultados consolidados
65	Balanço consolidado
66	Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos
67	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
68	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
68	1 Nota introdutória
69	2 Bases de apresentação
73	3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
83	4 Erros, alterações de políticas e estimativas
84	5 Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira
85	6 Receitas operacionais
86	7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio
93	8 Custos com pessoal
93	9 Custos com benefícios de reforma
100	10 Custos directos dos serviços prestados
101	11 Custos das mercadorias vendidas
101	12 Fornecimentos e serviços externos
102	13 Locação operacional
102	14 Impostos indiretos
102	15 Outros custos (ganhos)
103	16 Perdas (ganhos) em activos financeiros
103	17 Outros custos (ganhos) financeiros
103	18 Impostos e taxas
106	19 Operações descontinuadas
106	20 Interesses minoritários
107	21 Dividendos
107	22 Resultados básicos por acção
108	23 Investimentos de curto prazo

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Março de 2007.

página	nota
108	24 Contas a receber – clientes
109	25 Contas a receber – outros
109	26 Existências
110	27 Impostos a pagar e a recuperar
111	28 Custos diferidos
112	29 Outros activos correntes e não correntes
112	30 Investimentos em empresas participadas
114	31 Outros investimentos
115	32 Activos intangíveis
118	33 Activos tangíveis
119	34 Empréstimos obtidos
123	35 Contas a pagar – outros
123	36 Acréscimos de custos
123	37 Proveitos diferidos
124	38 Provisões e ajustamentos
126	39 Outros passivos correntes e não correntes
127	40 Capital próprio
130	41 Instrumentos financeiros
135	42 Garantias e compromissos financeiros assumidos
136	43 Demonstração dos fluxos de caixa
139	44 Partes relacionadas
141	45 Processos judiciais em curso
142	46 Eventos subseqüentes
143	Anexo – detalhe das empresas participadas
143	I. Empresas subsidiárias
147	II. Empresas associadas
148	III. Empresas controladas conjuntamente

Demonstração dos resultados consolidados

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
OPERações CONTINUADAS			
RECEITAS			euros
Prestações de serviços	6	5.783.556.158	5.836.879.781
Vendas	6	461.218.596	447.461.824
Outras receitas	6	98.172.268	101.076.689
		6.342.947.022	6.385.418.294
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS			
Custos com o pessoal	8	668.383.435	667.331.163
Custos com benefícios de reforma, líquidos	9	(72.114.978)	(21.605.155)
Custos directos dos serviços prestados	10	908.351.001	881.181.310
Custo das mercadorias vendidas	11	596.513.104	652.281.025
Serviços de suporte		230.004.854	230.180.097
Marketing e publicidade		155.401.134	184.409.651
Fornecimentos e serviços externos	12	1.025.503.161	958.527.829
Impostos indirectos	14	177.251.170	166.036.274
Provisões e ajustamentos	38	230.193.672	171.477.441
Amortizações	32 e 33	1.209.777.642	1.120.668.813
Custos de curtailment, líquidos	9	20.302.638	314.309.785
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas		8.123.362	1.178.075
Outros custos, líquidos	15	98.431.053	17.652.164
		5.256.121.248	5.343.628.472
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		1.086.825.774	1.041.789.822
Juros líquidos		227.245.692	257.637.731
Ganhos com variações cambiais, líquidos		(4.891.607)	(41.335.993)
Ganhos em activos financeiros, líquidos	16	(18.278.335)	8.765.259
Ganhos em empresas participadas, líquidos	30	(131.354.166)	(238.226.177)
Outros custos financeiros, líquidos	17	52.289.059	64.453.097
		125.010.643	51.293.917
Resultado antes de impostos		961.815.131	990.495.905
Menos: Imposto sobre o rendimento	18	7.687.318	323.273.235
Resultado das operações continuadas		954.127.813	667.222.670
OPERações DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	19	–	21.732.952
RESULTADO LÍQUIDO		954.127.813	688.955.622
Atribuível a interesses minoritários	20	87.368.156	34.970.803
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	22	866.759.657	653.984.819
Resultado básico por acção das operações continuadas	22	0,78	0,55
Resultado básico por acção	22	0,78	0,57

As notas fazem parte integrante desta demonstração de resultados consolidados.

Balanço consolidado

31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
ACTIVO			euros
Activo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		548.464.617	612.158.485
Investimentos de curto prazo	23	1.535.233.729	3.299.609.953
Contas a receber – clientes	24	1.181.912.412	1.389.229.606
Contas a receber – outros	25	218.912.177	244.263.314
Existências	26	130.280.564	152.172.630
Impostos a recuperar	27	211.747.572	203.813.170
Custos diferidos	28	121.714.749	146.271.926
Outros activos correntes	29	50.405.004	106.210.553
Total do activo corrente		3.998.670.824	6.153.729.637
Activo não corrente			
Contas a receber – clientes		916.813	677.552
Contas a receber – outros	25	15.237.939	19.804.605
Impostos a recuperar	27	124.531.128	117.244.409
Custos diferidos		2.628.424	3.429.929
Investimentos em empresas participadas	30	499.098.279	425.602.626
Outros investimentos	31	132.391.079	96.079.089
Activos intangíveis	7.e) e 32	3.490.881.263	3.601.620.470
Activos tangíveis	7.e) e 33	3.942.033.190	4.062.003.121
Benefícios de reforma	9	134.060.519	–
Activos por impostos diferidos	18	1.167.007.154	1.387.811.009
Outros activos não correntes	29	663.792.688	760.811.964
Total do activo não corrente		10.172.578.476	10.475.084.774
Total do activo		14.171.249.300	16.628.814.411
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	34	1.372.724.030	2.415.606.371
Contas a pagar – fornecedores		635.712.710	716.143.471
Contas a pagar – outros	35	479.376.513	413.744.612
Acréscimos de custos	36	680.217.532	707.921.185
Proveitos diferidos	37	215.738.311	208.155.446
Impostos a pagar	27	316.962.828	237.236.979
Provisões	38	105.151.491	163.098.954
Outros passivos correntes	39	82.495.889	85.612.446
Total do passivo corrente		3.888.379.304	4.947.519.464
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	34	4.467.537.132	5.168.626.522
Contas a pagar – outros		56.453	2.473.302
Impostos a pagar	27	25.787.484	32.413.222
Proveitos diferidos		380.097	429.155
Provisões	38	102.633.567	115.423.190
Benefícios de reforma	9	1.807.570.587	2.635.883.744
Passivos por impostos diferidos	18	90.377.817	334.867.077
Outros passivos não correntes	39	682.488.921	809.101.370
Total do passivo não corrente		7.176.832.058	9.099.217.582
Total do passivo		11.065.211.362	14.046.737.046
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	40	395.099.775	1.128.856.500
Prémios de emissão de acções	40	–	91.704.891
Acções próprias	40	(187.612.393)	(102.044.948)
Reserva legal	40	82.706.881	179.229.361
Reserva de acções próprias	40	–	125.428.500
Resultados acumulados	40	1.965.055.467	405.216.985
Capital próprio excluindo interesses minoritários		2.255.249.730	1.828.391.289
Interesses minoritários	20	850.788.208	753.686.076
Total do capital próprio		3.106.037.938	2.582.077.365
Total do capital próprio e do passivo		14.171.249.300	16.628.814.411

As notas fazem parte integrante deste balanço consolidado.

Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005	euros
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio				
Benefícios de reforma				
Ganhos actuariais líquidos	9.6	319.415.213	(730.276.049)	
Impacto fiscal (i)	18	(100.691.917)	199.547.931	
Instrumentos financeiros				
Derivados de cobertura (ii)	41	25.598.738	56.482	
Investimentos disponíveis para venda				
Variação no valor de mercado	31	19.831.643	(6.774.190)	
Transferências para resultados no momento da venda	16	–	5.960.000	
Impacto fiscal (i)	18	(12.223.825)	208.370	
Ajustamentos de conversão cambial (iii)		(79.860.785)	700.952.138	
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados		172.069.067	169.674.682	
Total de resultados reconhecidos		954.127.813	688.955.622	
Atribuível a interesses minoritários		87.368.156	34.970.803	
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom		1.038.828.724	823.659.501	

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

(i) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o impacto fiscal inclui o efeito da alteração da taxa de imposto para o exercício de 2007 nos impostos diferidos, o qual ascendeu a um total de 16.231.317 euros (Nota 18). (ii) Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica inclui um custo de 7 milhões de euros e um ganho de 0,2 milhões de euros, respectivamente, transferidos para resultados. Os valores remanescentes incluídos nesta rubrica resultam da variação no valor de mercado destes derivados. (iii) Os ganhos registados em 2005 referem-se essencialmente à valorização do real face ao euro de 3,6147 em 31 de Dezembro de 2004, para 2,744 em 31 de Dezembro de 2005; ao invés, as perdas ocorridas em 2006 resultam essencialmente da desvalorização do real face ao euro de 2,744 para 2,8118 em 31 de Dezembro de 2006.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			euros
Recebimentos de clientes		7.392.240.379	7.187.846.822
Pagamentos a fornecedores		(3.668.694.463)	(3.808.664.290)
Pagamentos ao pessoal		(711.353.490)	(660.821.689)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		(54.315.840)	(71.572.316)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	9	(561.853.113)	(699.806.967)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	43.a)	(608.188.638)	(554.681.592)
Fluxos das actividades operacionais (1)		1.787.834.835	1.392.299.968
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.b)	20.265.545.874	10.933.899.233
Investimentos financeiros	43.c)	6.895.804	391.815.749
Activos tangíveis		11.480.821	12.699.978
Subsídios de investimento		129.093	1.572.005
Juros e proveitos similares		238.967.185	262.021.737
Dividendos	43.d)	36.110.881	21.424.425
Outras actividades de investimento	43.e)	53.796.064	12.365.601
		20.612.925.722	11.635.798.728
Pagamentos respeitantes a			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.b)	(18.501.169.649)	(12.727.737.929)
Investimentos financeiros	43.f)	(95.036.377)	(27.168.785)
Activos tangíveis		(818.459.845)	(760.210.386)
Activos intangíveis		(21.061.568)	(16.216.709)
Outras actividades de investimento		(29.382.265)	(15.205.147)
Fluxos das actividades de investimento (2)		1.147.816.018	(1.910.740.228)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos	43.g)	16.283.725.363	24.239.836.385
Aumentos de capital e prémios de emissão	43.h)	39.292	12.798.336
Subsídios		3.795.801	1.913.794
Outras actividades de financiamento	43.i)	282.301	18.189.355
		16.287.842.757	43.126.085.870
Pagamentos respeitantes a			
Empréstimos obtidos	43.g)	(18.024.793.291)	(22.276.187.094)
Amortizações de contratos de locação financeira		(32.959.253)	(12.928.273)
Juros e custos similares		(560.221.757)	(487.392.109)
Dividendos/distribuição de resultados	43.j)	(581.488.701)	(445.415.157)
Aquisição de acções próprias	40.3	–	(340.455.888)
Outras actividades de financiamento	43.k)	(81.046.856)	(120.171.654)
		(19.280.509.858)	(42.535.898.175)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(2.992.667.101)	590.187.695
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(57.016.248)	71.747.435
Variação de caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas		–	8.442.819
Efeito das diferenças de câmbio		(6.677.620)	103.849.227
Caixa e seus equivalentes no início do período		612.158.485	428.119.004
Caixa e seus equivalentes no fim do período		548.464.617	612.158.485

As notas fazem parte integrante destas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

em 31 de Dezembro de 2006

(montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1 Nota introdutória

a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, SA (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, SA) e as suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial (“Grupo”, “Grupo Portugal Telecom” ou “Empresa”) operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente no Brasil.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto (TLP), SA (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, SA (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2006, o Estado português e as entidades por si controladas, directa ou indirectamente, detêm 7% do capital da Portugal Telecom e todas as acções da Categoria A (Nota 40.1).

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Actividade

O Grupo opera essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado de a PT Comunicações ter celebrado com o Estado português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP, ADSL e dial-up para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela PT.COM – Comunicações Interactivas, SA (“PT.COM”), que presta igualmente serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA (“TMN”), através do sistema global de comunicações móveis (“GSM”), cuja licença foi concedida pelo Estado português em 1992 (por um período de 15 anos) e do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período de 15 anos). Durante o exercício de 2006, a Anacom concedeu à TMN a renovação da licença de GSM até 16 de Março de 2022.

A PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (“PT Multimédia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, SA (“TV Cabo”), a PT Multimédia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal continental, Madeira e Açores. A PT Multimédia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, sendo as áreas mais significativas a distribuição de filmes através da Lusomundo Audiovisuais, SA (“Lusomundo Audiovisuais”) e a exploração de salas de cinema através da Lusomundo Cinemas, SA (“Lusomundo Cinemas”).

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel NV (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, SA – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, SA) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Vivo, através da empresa Vivo, SA, desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul e outros onze estados nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Em 5 de Dezembro de 2005, os Conselhos de Administração das empresas holdgins intermédias da Vivo, incluindo a TCP, TCO, Telesudeste, Telereste e Celular CRT, aprovaram a proposta de realização de uma reestruturação societária. Em 22 de Fevereiro de 2006, os accionistas dessas empresas aprovaram, na respectiva Assembleia Geral Extraordinária, a reestruturação societária das empresas da Vivo. Esta operação consistiu na incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades Telesudeste, Telereste e Celular CRT pela TCP. Após esta reestruturação, a TCP foi redonominada Vivo Participações, SA. Como consequência desta reestruturação, os accionistas da TCO, Telesudeste, Telereste e Celular CRT receberam acções da TCP de acordo com os rácios de conversão determinados com base nas respectivas avaliações: 3,0830 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TCO, 3,2879 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telesudeste, 3,8998 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telereste, e 7,0294 novas acções da TCP por cada 1 acção da Celular CRT. Após esta operação, todas as empresas que prestam serviço móvel passaram a ser controladas integralmente pela Vivo Participações, SA. Este processo de reestruturação societária foi concluído em Outubro de 2006 com a fusão por incorporação na Global Telecom (empresa que prestava o serviço móvel nos Estados do Paraná e Santa Catarina e que era integralmente detida pela TCP) de todas as restantes empresas da Vivo que prestavam o serviço móvel nas restantes áreas acima identificadas. Posteriormente, a Global Telecom foi redonominada para Vivo, SA.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Março de 2007.

2

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q).

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia e com todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2006. No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas subsidiárias (Anexo I).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral da empresa subsidiária ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades consolidadas integralmente encontram-se indicadas no Anexo I.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários” (Nota 20).

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da empresa subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se de todos os lucros até que a parte dos prejuízos atribuível aos accionistas minoritários e que foram absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Para as aquisições realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004, os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias, decorrentes das transacções entre empresas do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se indicadas no Anexo III.

Empresas associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (Anexo II) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas por contrapartida de resultados financeiros na rubrica de “Ganhos e perdas em empresas participadas” (Nota 30) e por contrapartida de outras variações ocorridas nos activos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registado como goodwill. O goodwill é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos e perdas ocorridos em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma associada.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou empresas/grupos em processo de venda são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes e empresas em processo de venda deverão ser mensurados pelo menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor deduzido dos custos da venda.

Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3. Atendendo à excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O goodwill é registado como activo e incluído nas rubricas de “Investimentos em empresas participadas” (Associadas – Nota 30) e de “Activos intangíveis” (Subsidiárias e entidades controladas conjuntamente – Nota 32). O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Durante os exercícios de 2006 e 2005, a principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação foi a inclusão da Mobile Telecommunications Limited (“MTC”) em resultado da aquisição de uma participação de 34% desta empresa em Setembro de 2006. No âmbito desta aquisição, a Portugal Telecom celebrou com os restantes accionistas um acordo parassocial, que lhe atribui poder para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada, tendo deste modo a PT reunido as condições previstas no IAS 27 para a consolidação integral dos activos e passivos desta participada.

Os activos e passivos da MTC foram desta forma consolidados no balanço consolidado da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2006, enquanto a demonstração dos resultados consolidados inclui os resultados da MTC dos últimos quatro meses de 2006. Os activos e passivos da MTC em 1 de Setembro de 2006, data em que a MTC foi incluída no perímetro de consolidação, são como segue:

	Valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos	Valor de mercado dos activos identificados (i)	euros Total
ACTIVO			
Activo corrente	66.062.847	–	66.062.847
Activos intangíveis	7.037.337	7.085.832	14.123.169
Activos tangíveis	47.680.742	–	47.680.742
Outros activos correntes	605.639	–	605.639
Total do activo	121.386.565	7.085.832	128.472.397
PASSIVO			
Passivo corrente	11.240.416	–	11.240.416
Outros passivos não correntes	14.795.400	2.480.041	17.275.441
Total do passivo	26.035.816	2.480.041	28.515.857
Total dos activos líquidos adquiridos			99.956.540
			34%
Participação da PT nos activos líquidos adquiridos			33.985.224

(i) No processo de alocação do preço de compra da MTC, a Portugal Telecom identificou activos intangíveis não incluídos nas demonstrações financeiras da MTC, relacionados com a licença detida pela MTC que lhe permite operar no mercado de telecomunicações da Namíbia, tendo o impacto fiscal do registo deste activo intangível ascendido a 2.480.041 euros.

No âmbito desta aquisição, a Portugal Telecom procedeu à alocação do preço de compra deste investimento, conforme discriminado abaixo:

Contrato parassocial (Nota 32) (i)	34.163.176
Participação da PT nos activos líquidos adquiridos	33.985.224
Goodwill (Nota 32)	40.499.689
Preço de compra (Nota 43.f)	108.648.089

(i) Esta rubrica refere-se ao acordo celebrado com os restantes accionistas da MTC, que permite à PT definir e controlar as políticas financeiras e operacionais da empresa. O valor de mercado deste acordo foi determinado com base na comparação entre o valor de compra de 34% do capital da MTC e uma transacção de compra e venda efectuada no passado por antigos accionistas da MTC, uma vez que a principal diferença entre ambas as transacções reside essencialmente na obtenção do controlo da empresa por parte da Portugal Telecom.

3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

2

3

a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas pela diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição, sendo essa dedução por depreciação das existências reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período como custo das mercadorias vendidas. Usualmente, estas perdas estão relacionadas com obsolescência tecnológica e custos de aquisição superiores ao preço de venda.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, perdas por imparidade acumuladas e subsídios, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g) e 38). Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	4-20
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo por contrapartida de resultados do período, tal como as análises de imparidade. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao item e quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

A partir do momento em que determinados bens de imobilizado passam a ser considerados como “detidos para venda”, cessa a amortização inerente e passam a ser classificados como activos correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Perdas e ganhos com a alienação de activos fixos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por goodwill (Nota 2.a), licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de software.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo quando incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo, a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os activos intangíveis, excluindo o goodwill, são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização praticadas são como segue:

Licenças de telecomunicações	
Licenças de Banda A e de Banda B detidas pela Vivo	Período das licenças
Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença (até 2015)
Direitos de aquisição de capacidade	Período dos contratos
Licenças de utilização de software	3 – 6 anos
Outros activos intangíveis	3 – 8 anos

No âmbito do processo de alocação do preço de compra da MTC (Nota 2.b), a Portugal Telecom identificou um activo intangível relacionado com o acordo celebrado com os restantes accionistas da MTC, o qual permite à PT controlar a MTC. Este acordo não tem qualquer prazo definido, pelo que o respectivo activo intangível não está a ser amortizado, sendo no entanto objecto de análise de imparidade.

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

As empresas do Grupo efectuam periodicamente avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis (com vida útil definida). Esta avaliação é igualmente efectuada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo correspondem aos negócios de rede fixa, móvel e multimédia em Portugal, e ao negócio móvel no Brasil. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados do período a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c) e 38). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de "Juros líquidos".

As provisões são revistas e actualizadas na data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de reforma

A PT Comunicações, a PT Sistemas de Informação, SA (“PT SI”) e a DCSI – Dados, Comunicações e Soluções Informáticas, Lda. (“DCSI”) têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos pela PT Comunicações fundos de pensões autónomos para o efeito (Nota 9.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com pensões e complementos de reforma, reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma”, representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na demonstração dos resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações, a PT SI e a DCSI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 9.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisição e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas no balanço representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzidas do justo valor dos activos do fundo constituído e dos ganhos obtidos com a alteração de responsabilidades passadas que ainda não se encontram reconhecidos.

j) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido no balanço um passivo, o qual é registado na demonstração dos resultados do período na rubrica “Custos de curtailment, líquidos”, reflectindo a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais (Nota 9).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos.

l) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

(ii) Investimentos

Os investimentos financeiros, excluindo as partes de capital em empresas participadas, são classificados como detidos até à maturidade ou disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer nos 12 meses subsequentes à data do balanço. São registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. **Os investimentos disponíveis para venda** são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo eventuais despesas inerentes à transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor no capital próprio. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Na data de alienação ou imparidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda, o valor acumulado das alterações de justo valor, registadas directamente no capital próprio, passa a ser reconhecido na demonstração dos resultados do período.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes e reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acções, por parte do detentor da obrigação, reconhecido directamente no capital próprio. Em cada momento, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iv) Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respectivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 36).

(v) Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(vi) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A actividade do Grupo está essencialmente exposta a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura daqueles riscos financeiros a que se encontra exposto, sujeitos à análise e aprovação da Comissão Executiva, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada balanço.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “cash flow” são registadas directamente no capital próprio, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, quando o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos pelo IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura ou que não tenham sido especificamente afectos a uma relação de cobertura contabilística, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

(vii) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Acções próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em “Outras reservas”.

Os equity swaps sobre acções próprias, celebrados pela Portugal Telecom, são reconhecidos como um passivo financeiro e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(viii) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

(ix) Operações de “Qualified Technological Equipment”

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de “Qualified Technological Equipment” (“QTE”), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito (“veículos”), as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um sale and lease back, mantendo-se os equipamentos registados no balanço consolidado. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, em resultado de o Grupo obter os benefícios económicos gerados pelas mesmas, o que implicou o registo de um activo não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 29) e de um passivo não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 39). Em cada momento, estes montantes são mensurados pelo seu valor actual.

Os prémios recebidos pelo Grupo no início daquelas operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das mesmas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção de activos tangíveis são objecto de capitalização, apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- > Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- > Existe forte probabilidade de que os activos venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- > Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na demonstração dos resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na demonstração dos resultados como custos no período em que ocorrem.

Não é política do Grupo a capitalização de custos financeiros. Os valores incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locação

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 34). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 13).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia encontram-se abrangidas pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos Portugal Telecom e PT Multimédia, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como está estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

p) Rédito e especialização dos exercícios

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de circuitos alugados são registadas, no período a que respeitam como locação operacional de propriedades de investimento, na rubrica “Outras receitas”.

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas. A PT Comunicações tem um contrato com a empresa Páginas Amarelas, SA através do qual esta última é responsável pela produção e distribuição das listas telefónicas, bem como da comercialização do espaço publicitário incluído nas listas. O custo total pago pela PT Comunicações por estes serviços é uma percentagem fixa de 64% das receitas brutas resultantes da venda do espaço publicitário. As receitas da venda do espaço publicitário são facturadas directamente pela PT Comunicações aos seus clientes durante o período de vigência de cada lista. Estas receitas são registadas em resultados, mensalmente, durante o referido período.

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas do serviço de TV por subscrição e Internet por cabo resultam essencialmente do seguinte: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço, os quais são reconhecidos no período em que o serviço é prestado; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo, a qual é reconhecida no período em que é colocada; (iii) aluguer de equipamento, o qual é reconhecido no período de aluguer, e (iv) venda de equipamento, a qual é reconhecida no momento da venda.

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são alocadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respectivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

As receitas da actividade de exibição cinematográfica provêm da venda de bilhetes de cinema, e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

q) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. A cada data de balanço, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o goodwill, e em itens monetários que constituam extensão do investimento denominado na moeda funcional do Grupo PT ou da participada em questão e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos directamente no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- > Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- > Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- > Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de Janeiro de 2004 para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na demonstração dos resultados apenas na data da alienação dos respectivos investimentos financeiros.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Dívida de curto prazo".

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, ao pessoal, benefícios de reforma e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço, que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Portugal Telecom, baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes e considerou determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- > Vidas úteis do activo intangível e tangível;
- > Registo de provisões e ajustamentos;
- > Definição dos pressupostos actuariais para o cálculo do valor das responsabilidades com benefícios de reforma;
- > Análise de imparidade do goodwill; e
- > Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas nas correspondentes notas anexas.

4

Erros, alterações de políticas e estimativas

Durante o exercício de 2006 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

5 Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao euro:

Moeda	Código	2006	2005
Coroa dinamarquesa	DKK	7,4560	7,4605
Coroa norueguesa	NOK	8,2380	7,9850
Coroa sueca	SEK	9,0404	9,3885
Dirham marroquino	MAD	11,1354	10,9097
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	17,222,3	14,109,9
Dólar australiano	AUD	1,6691	1,6109
Dólar canadiano	CAD	1,5281	1,3725
Dólar namibiano	NAD	9,2124	7,4642
Dólar de Hong Kong	HKD	10,2409	9,1474
Dólar dos EUA	USD	1,3170	1,1797
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	251,7700	252,8700

Moeda	Código	2006	2005
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9570
Franco suíço	CHF	1,6069	1,5551
Iene japonês	JPY	156,9300	138,9000
Libra esterlina	GBP	0,6715	0,6853
Metical de Moçambique	MZN	34,4700	28,0244
Pataca de Macau	MOP	10,5481	9,4218
Peso argentino	ARS	4,0474	3,5763
Pula de Botswana	BWP	7,9313	6,4606
Rand da África Sul	ZAR	9,2124	7,4642
Real do Brasil	BRL	2,8118	2,7440
Xelim queniano	KES	91,6632	85,4693
Xelim ugandês	UGX	2,292,2	2,145,9

Nos exercícios de 2006 e 2005, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médio relativamente ao euro:

Moeda	Código	2006	2005
Dirham marroquino	MAD	11,0362	11,0088
Dólar namibiano	NAD	8,6332	7,8663
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	15,735,4	13,161,9
Dólar dos EUA	USD	1,2557	1,2448
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	264,1325	248,0433
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9581
Franco suíço	CHF	1,5731	1,5483

Moeda	Código	2006	2005
Metical de Moçambique	MZN	32,1779	28,3866
Pataca de Macau	MOP	10,0475	9,9745
Peso argentino	ARS	3,8875	3,6292
Pula de Botswana	BWP	7,3955	6,3584
Real do Brasil	BRL	2,7315	3,0406
Xelim queniano	KES	90,8083	93,2484
Xelim ugandês	UGX	2,310,2	2,203,7

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios de 2006 e 2005 repartem-se da seguinte forma:

	euros	
	2006	2005
Rede fixa (Nota 7.a)	1.911.837.744	2.050.441.875
Prestações de serviços (Nota 3.p)	1.866.109.503	2.003.232.356
Vendas (i)	32.094.571	33.784.240
Outras receitas (ii)	13.633.670	13.425.279
Móvel Portugal – TMN (Nota 7.b)	1.424.388.104	1.455.414.354
Prestações de serviços (Nota 3.p)	1.289.008.163	1.306.232.456
Vendas (i)	126.011.945	142.187.634
Outras receitas (ii)	9.367.996	6.994.264
Móvel Brasil – Vivo (Nota 7.c)	2.104.711.912	2.036.932.906
Prestações de serviços (Nota 3.p)	1.789.759.729	1.737.785.062
Vendas (i)	254.752.333	233.836.060
Outras receitas (ii)	60.199.850	65.311.784
Multimédia (Nota 7.d)	663.789.770	627.426.321
Prestações de serviços (Nota 3.p)	619.648.820	582.453.926
Vendas (i)	35.518.777	33.892.397
Outras receitas (ii)	8.622.173	11.079.998
Outros	238.219.492	215.202.838
Prestações de serviços (iii)	219.029.943	207.175.981
Vendas	12.840.970	3.761.493
Outras receitas	6.348.579	4.265.364
	6.342.947.022	6.385.418.294

(i) As vendas de mercadorias do Grupo incluem essencialmente vendas de equipamentos terminais da rede fixa, nomeadamente telefones fixos e modems (acesso à Internet de banda larga), equipamentos terminais móveis na TMN e na Vivo, e set-top boxes (televisão por subscrição), cable modems (acesso à Internet por cabo) e DVD no segmento Multimédia. (ii) As outras receitas operacionais do Grupo incluem essencialmente benefícios de penalidades contratuais aplicadas a clientes, alugueres de equipamento, espaços e outra infra-estruturas próprias, recuperação de impostos e outras despesas operacionais relativas a exercícios anteriores e receitas provenientes de estudos, projectos e assistência técnica. (iii) Esta rubrica respeita essencialmente à prestação de serviços por parte de empresas não incluídas nos segmentos, incluindo essencialmente a Mobitel (operação de call center no Brasil), a MTC (operação móvel celular na Namíbia) e a Cabo Verde Telecom (operação integrada de telecomunicações).

Nos exercícios de 2006 e 2005, as receitas operacionais consolidadas por mercado geográfico são conforme segue:

	euros	
	2006	2005
Portugal	4.038.205.260	4.196.120.132
Brasil	2.165.975.225	2.104.700.809
Outros países	138.766.537	84.597.353
	6.342.947.022	6.385.418.294

7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio

A principal forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo PT é a natureza dos serviços prestados e o tipo de tecnologia utilizada nas diversas empresas operacionais do Grupo. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada. Desta forma, foram identificados os seguintes segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

- > Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais);
- > Móvel – Portugal (TMN);
- > Móvel – Brasil (Vivo);
- > Multimédia (incluindo TV por subscrição e Internet por cabo e distribuição e exibição cinematográfica).

O segmento rede fixa inclui essencialmente a PT Comunicações, a PT Prime, a PT.COM e a PT Corporate.

No que se refere aos negócios móveis, o Grupo PT estabeleceu dois segmentos distintos, “Móvel – Portugal” e “Móvel – Brasil”, atendendo ao facto de as licenças e tecnologias de cada um desses negócios serem substancialmente diferentes. Em termos de tecnologia, GSM/UMTS é a tecnologia utilizada na TMN, enquanto o CDMA é a principal tecnologia utilizada pela Vivo. Adicionalmente, os mercados de telecomunicações móveis em Portugal e no Brasil apresentam diferenças significativas em termos de ambiente económico e regulatório, classes de clientes, fornecedores e estratégias de marketing, o que vem reforçar ainda mais a decisão do Grupo PT de estabelecer estes dois negócios separadamente.

O critério secundário de segmentação utilizado pela Portugal Telecom é de natureza geográfica, tendo sido identificados os seguintes segmentos de negócio:

- > Portugal;
- > Brasil;
- > Outros países.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos exercícios de 2006 e 2005, é conforme segue:

a) Rede fixa

	euros	
	2006	2005
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	1.866.109.503	2.003.232.356
Prestações de serviços – intragrupo	146.172.657	154.987.772
Vendas – clientes externos (Nota 6)	32.094.571	33.784.240
Vendas – intragrupo	690.603	369.024
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	13.633.670	13.425.279
Outras receitas – intragrupo	13.080.530	7.757.822
	2.071.781.534	2.213.556.493
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS		
Custos com o pessoal	271.970.593	286.713.146
Custos com benefícios de reforma, líquidos (i)	(71.553.000)	(21.799.000)
Custos directos dos serviços prestados	346.480.833	385.475.988
Custo das mercadorias vendidas	32.678.000	33.760.128
Marketing e publicidade	39.630.306	42.372.712
Serviços de suporte	126.642.680	141.327.335
Fornecimentos e serviços externos	210.004.952	223.554.136
Impostos indirectos	5.891.200	6.714.148
Provisões e ajustamentos (ii)	37.183.186	(13.827.539)
Amortizações	355.521.631	358.878.101
Custos de curtailment, líquidos (iii)	6.091.803	314.309.786
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos (iv)	9.749.124	(3.599.054)
Outros custos, líquidos	1.648.732	4.773.024
	1.371.940.040	1.758.652.911
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		
Juros líquidos (v)	699.841.494	454.903.582
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(93.455)	(9.102.034)
Ganhos em activos financeiros, líquidos	1.740.579	(275.932)
Ganhos em empresas participadas, líquidos (vi)	(1.445.020)	(2.109.291)
Outros custos financeiros, líquidos (vii)	–	3.583.587
	1.169.321	(3.615.790)
Resultado antes de impostos		
Menos: Imposto sobre o rendimento	698.672.173	458.519.372
Resultado líquido	489.064.021	326.126.610

(i) A evolução desta rubrica resulta essencialmente do aumento dos ganhos reconhecidos com serviços passados de 136.568.000 euros em 2005 e 150.556.684 euros em 2006 e do aumento da rentabilidade esperada dos activos dos fundos decorrente das contribuições efectuadas para os fundos (Nota 9). (ii) Em 2005, esta rubrica inclui a reversão de um ajustamento para cobranças duvidosas (23 milhões de euros), referente a uma conta a receber da Angola Telecom, a qual foi recebida nesse período, e a reversão de uma provisão constituída em anos anteriores para cobrir os riscos associados com a rescisão de certos contratos onerosos (30 milhões de euros). (iii) A redução ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente do reconhecimento de um ganho de 220.417.000 euros relativo ao impacto do cancelamento antecipado do Protocolo celebrado com o Serviço Nacional de Saúde ("SNS") no âmbito do Plano de Saúde (Nota 9.2). (iv) Em 2006, esta rubrica inclui cerca de 11 milhões de euros relacionados com abates de imobilizado corpóreo, que ocorreram em muito menor escala em 2005 (Nota 33). (v) A redução dos ganhos financeiros com juros líquidos está essencialmente relacionada com a redução do free cash flow gerado nos últimos dois anos em resultado dos níveis de contribuições para os fundos de benefícios de reforma, incluindo a PT Prestações. (vi) Em 2005, esta rubrica inclui as perdas relativas à alienação da Marconi Suisse e da Marconi France e à apropriação das perdas destas participadas até à data em que as mesmas foram alienadas. (vii) A redução verificada nesta rubrica está associada a custos não recorrentes incorridos em 2005 relacionados com algumas cessões de crédito efectuadas nesse ano, bem como com as vendas das participações financeiras na Marconi Suisse e na Marconi France.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	euros	
	2006	2005
Activo	4.203.333.498	4.585.353.917
Passivo	3.152.213.639	3.968.450.057

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2006 e 2005 foi de 239 milhões de euros e 233 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 7.181 e de 7.682, respectivamente.

b) Móvel – Portugal

	2006	2005	euros
RECEITAS			
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	1.289.008.163	1.306.232.456	
Prestações de serviços – intragrupo	74.225.967	97.388.260	
Vendas – clientes externos (Nota 6)	126.011.945	142.187.634	
Vendas – intragrupo	3.666.972	4.150.726	
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	9.367.996	6.994.264	
Outras receitas – intragrupo	75.187	99.624	
	1.502.356.230	1.557.052.964	
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS			
Custos com o pessoal	56.002.890	54.156.186	
Custos directos dos serviços prestados	292.852.093	309.366.472	
Custo das mercadorias vendidas	170.555.611	192.721.138	
Marketing e publicidade	30.350.283	35.519.723	
Serviços de suporte	35.393.808	32.426.829	
Fornecimentos e serviços externos	224.154.024	203.746.645	
Impostos indirectos	22.670.064	28.767.472	
Provisões e ajustamentos	11.679.529	26.820.889	
Amortizações	220.113.746	204.863.727	
Custos com a redução de efectivos	669.084	–	
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas	105.115	3.463.068	
Outros custos, líquidos	2.099.677	860.783	
	1.066.645.924	1.092.712.932	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	435.710.306	464.340.032	
Juros líquidos (i)	(5.283.072)	(426.877)	
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	516.813	(136.470)	
Perdas em empresas participadas, líquidas	(3.385)	4.901	
Outros custos financeiros, líquidos	941.236	1.056.481	
	(3.828.408)	498.035	
Resultado antes de impostos	439.538.714	463.841.997	
Menos: Imposto sobre o rendimento	121.484.647	126.882.972	
Resultado líquido	318.054.067	336.959.025	

(i) O aumento dos ganhos com juros líquidos está relacionado com o aumento do free cash flow gerado na TMN nos últimos dois anos.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006	2005	euros
Activo	2.496.628.387	2.332.126.821	
Passivo	1.205.928.371	1.365.541.324	

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2006 e 2005 foi de 189 milhões de euros e 170 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.140 e de 1.184, respectivamente.

c) Móvel – Brasil

	euros	
	2006	2005
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	1.789.759.729	1.737.785.062
Vendas – clientes externos (Nota 6)	254.752.333	233.836.060
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	60.199.850	65.311.784
	2.104.711.912	2.036.932.906
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS		
Custos com o pessoal	115.504.566	103.159.931
Custos directos dos serviços prestados	248.871.761	215.423.347
Custo das mercadorias vendidas	385.151.405	420.490.506
Marketing e publicidade	63.767.476	87.021.314
Serviços de suporte	158.990.603	137.492.794
Fornecimentos e serviços externos	345.117.155	308.282.872
Impostos indirectos	126.913.606	112.129.282
Provisões e ajustamentos	164.187.221	145.518.487
Amortizações	505.846.599	454.175.504
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos	(2.431.564)	(253.830)
Outros custos, líquidos (i)	56.528.474	4.588.077
	2.168.447.302	1.988.028.284
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(63.735.390)	48.904.622
Juros líquidos	92.429.146	101.676.254
Ganhos com variações cambiais, líquidos	(8.530.559)	(14.655.530)
Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (ii)	4.103.236	50.464.091
Outros custos financeiros, líquidos	31.602.515	34.414.216
	119.604.338	171.899.031
Resultado antes de impostos	(183.339.728)	(122.994.409)
Menos: Imposto sobre o rendimento (iii)	(156.886.220)	10.973.541
Resultado líquido	(26.453.508)	(133.967.950)

(i) Em 2006, esta rubrica inclui aproximadamente 51 milhões de euros (Nota 15) referentes ao ajustamento do valor de realização de determinados equipamentos de rede CDMA, por motivos de obsolescência tecnológica. (ii) Esta rubrica inclui custos relacionados com a variação no valor de mercado de cross currency swaps contratados pela Vivo, que são reconhecidos de acordo com o IAS 39 como detidos para negociação. A variação ocorrida nesta rubrica está essencialmente relacionada com a maior desvalorização do dólar face ao real em 2005 do que em 2006, bem como pela redução da exposição da Vivo ao Dólar efectuada em 2006. (iii) Em 2006, esta rubrica inclui um ganho de cerca de 134 milhões de euros (Nota 18) relativo ao reconhecimento de activos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores, os quais passaram a ser recuperáveis em resultado da reestruturação societária da Vivo concluída no segundo semestre de 2006 (Nota 1).

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2006 e 2005 foi de 387 milhões de euros e 361 milhões de euros, respectivamente.

O detalhe do activo e passivo da Vivo, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	euros	
	2006	2005
Activos correntes	902.752.315	1.232.713.722
Activos intangíveis	2.245.254.964	2.419.439.509
Activos tangíveis	1.131.810.840	1.194.488.946
Activos por impostos diferidos	351.507.323	180.188.698
Outros activos não correntes	142.454.925	140.648.581
Total do activo	4.773.780.367	5.167.479.456
Passivos correntes	1.059.188.211	1.149.449.592
Dívida de médio e longo prazo	517.255.183	722.432.315
Outros passivos não correntes	87.071.963	110.885.628
Total do passivo	1.663.515.357	1.982.767.535

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento (50% da Vivo) é de 2.948 e de 3.042, respectivamente.

d) Multimédia

	2006	2005	euros
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS			
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	619.648.820	582.453.926	
Prestações de serviços – intragrupo	1.486.591	452.349	
Vendas – clientes externos (Nota 6)	35.518.777	33.892.397	
Vendas – intragrupo	277.456	202.741	
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	8.622.173	11.079.998	
Outras receitas – intragrupo	929.053	372.942	
	666.482.870	628.454.353	
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS			
Custos com o pessoal	39.975.868	43.917.989	
Custos directos dos serviços prestados	203.037.771	201.336.349	
Custo das mercadorias vendidas	16.808.161	13.199.148	
Marketing e publicidade	18.310.892	20.295.907	
Serviços de suporte	54.232.116	40.317.922	
Fornecimentos e serviços externos	108.136.065	103.392.847	
Provisões e ajustamentos	13.557.318	9.902.107	
Impostos indirectos	1.340.233	800.841	
Amortizações	102.502.152	61.919.610	
Custos com a redução de efectivos	1.340.634	–	
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos, líquidos	443.305	70.599	
Outros ganhos, líquidos (i)	(4.139.876)	(1.675.949)	
	555.544.639	493.477.370	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos			
Juros líquidos	8.360.958	6.143.383	
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(423.917)	688.080	
Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos	3.517	(737)	
Perdas em empresas participadas, líquidas	(365.944)	(3.539.915)	
Outros custos/(proveitos) financeiros, líquidos (ii)	180.839	(2.488.436)	
	7.755.453	802.375	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários			
Menos: Imposto sobre o rendimento (iii)	29.051.689	35.183.210	
Resultado das operações continuadas	74.131.089	98.991.398	
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas (iv)	–	14.050.473	
Resultado líquido	74.131.089	113.041.871	
<p>(i) Em 2006, esta rubrica inclui um ganho de 8.017.195 euros referentes à redução de uma provisão constituída em 2005 para fazer face a garantias prestadas no âmbito da alienação da Lusomundo Media (Nota 15) e um custo de 5,7 milhões de euros relativo ao impacto da alteração da vida útil estimada de determinados activos imobilizados corpóreos (Nota 15). (ii) Em 2005, esta rubrica inclui um ganho de 3 milhões de euros relacionado com os put warrants emitidos pela PT Multimédia. (iii) Em 2006, esta rubrica inclui um custo de 8 milhões de euros relacionado com o impacto das alterações ocorridas na legislação fiscal, explicadas em maior detalhe na Nota 18, e um ganho de 3 milhões de euros (Nota 18) relativo ao reconhecimento de activos por impostos diferidos na Sport TV sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores que se passaram a considerar recuperáveis. (iv) Em 2005, esta rubrica inclui os ganhos líquidos obtidos com a alienação da Lusomundo Media, conforme mencionado na Nota 19.</p>			

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006	2005	euros
Activo	1.151.825.499	1.177.448.844	
Passivo	551.112.718	562.125.935	

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento nos exercícios de 2006 e 2005 foi de 133 milhões de euros e 186 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.376 e de 1.388, respectivamente.

O detalhe do activo e passivo da Sport TV, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006	2005	euros
Activos correntes	48.931.781	46.396.318	
Activos tangíveis	6.681.233	1.879.868	
Impostos diferidos	2.611.331	—	
Outros activos não correntes	9.770.075	14.844.641	
Total do activo	67.994.420	63.120.827	
Passivos correntes	41.978.242	24.913.021	
Dívida de médio e longo prazo	17.500.000	34.592.053	
Outros passivos não correntes	56.453	33.628	
Total do passivo	59.534.695	59.538.702	

e) Reconciliação das receitas, do resultado líquido e dos activos

Nos exercícios de 2006 e 2005, a reconciliação do total das receitas por segmento com o total das receitas consolidadas era como segue:

	2006	2005	euros
Receitas			
Relativas aos segmentos reportados	6.345.332.546	6.435.996.716	
Relativas a outras operações	549.720.637	467.604.335	
Eliminação das operações intragrupo	(552.106.161)	(518.182.757)	
6.342.947.022	6.385.418.294		

Nos exercícios de 2006 e 2005, a reconciliação do resultado líquido por segmento com o resultado líquido consolidado era como segue:

	2006	2005	euros
Resultado líquido			
Relativo aos segmentos reportados	854.795.669	642.159.556	
Relativo a outras operações	(114.526.119)	(80.835.874)	
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:			
Juros líquidos suportados com empréstimos a nível corporativo	(131.832.115)	(159.347.005)	
Ganhos (perdas) com variações cambiais, líquidos	(1.805.477)	26.956.141	
Ganhos (perdas) em activos financeiros, líquidos	20.940.068	39.588.804	
Ganhos em empresas associadas, líquidos (i)	130.984.837	238.274.750	
Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados (ii)	195.570.950	(17.840.750)	
	954.127.813	688.955.622	

(i) A redução ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente da redução dos ganhos relacionados com a UOL, os quais em 2005 incluíam o impacto da reestruturação do investimento detido pela Portugal Telecom nesta empresa participada (Nota 30). (ii) Em 2006, esta rubrica inclui essencialmente o reconhecimento de um crédito fiscal de 53 milhões de euros (Nota 18.b) decorrente da liquidação de uma empresa participada e um ganho de 142 milhões de euros (Nota 18.b) relativo à reversão do imposto diferido passivo sobre mais-valias suspensas, decorrente da tributação voluntária das mesmas, que originou um benefício de 50% sobre o imposto a pagar.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a reconciliação do activo líquido por segmentos e o total do activo líquido consolidado é como segue:

	2006	2005	euros
Total dos activos			
Activos relativos aos segmentos reportados	12.625.567.751	13.262.409.038	
Activos relativos a outras operações e eliminações (i)	894.074.381	2.872.749.137	
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:			
Investimentos em empresas associadas e outros	585.838.311	466.646.041	
Goodwill	65.768.857	27.010.195	
	14.171.249.300	16.628.814.411	

(i) A redução ocorrida nesta rubrica refere-se essencialmente à redução dos investimentos de curto prazo, conforme explicado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a reconciliação do total do passivo por segmentos e o total do passivo consolidado é como segue:

	2006	2005	euros
Total dos passivos			
Passivos relativos aos segmentos reportados	6.572.770.085	7.878.884.851	
Passivos relativos a outras operações e eliminações	(252.389.174)	(84.175.156)	
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados:			
Dívida bruta	4.744.830.451	6.252.027.351	
	11.065.211.362	14.046.737.046	

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, e o investimento em activos tangíveis e intangíveis nos exercícios de 2006 e 2005 apresentam os seguintes valores:

	2006	2005	euros		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis	Activos intangíveis	Investimento em activos tangíveis e intangíveis
Portugal	8.754.295.771	6.131.463.187	2.685.753.152	1.148.693.900	580.447.658
Brasil	4.866.913.022	1.690.551.545	1.145.651.310	2.249.235.370	392.932.179
Outros (i)	550.040.507	3.243.196.630	110.628.728	92.951.993	27.133.666
	14.171.249.300	11.065.211.362	3.942.033.190	3.490.881.263	1.000.513.503

	2005	2004	euros		
	Total do activo	Total do passivo	Activos tangíveis	Activos intangíveis	Investimento em activos tangíveis e intangíveis
Portugal	9.518.868.466	7.100.868.067	2.792.325.984	1.173.753.925	562.880.516
Brasil	5.424.259.539	2.012.647.707	1.208.508.378	2.424.078.318	369.798.180
Outros (i)	1.685.686.406	4.933.221.272	61.168.759	3.788.227	10.455.793
	16.628.814.411	14.046.737.046	4.062.003.121	3.601.620.470	943.134.489

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 195.242.342 euros e 3.158.205.855 euros relacionados com a PT Finance, empresa subsidiária do Grupo com sede na Holanda. O activo da PT Finance corresponde basicamente a aplicações de curto prazo, e os passivos correspondem a empréstimos obtidos nos mercados financeiros, os quais são utilizados para financiar os negócios das empresas do Grupo, principalmente em Portugal e no Brasil. Em 31 de Dezembro de 2005, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 1.552.783.879 euros e 4.875.966.814 euros relacionados com a PT Finance. A redução em 2006 resulta essencialmente da amortização de uma Eurobond em Fevereiro de 2006, no montante de 900 milhões de euros (Nota 34), e da amortização dos Exchangeable Bonds em Dezembro de 2006, no montante de 390 milhões de euros (Nota 34).

8 Custos com pessoal

7

Os custos com pessoal nos exercícios de 2006 e 2005 repartem-se da seguinte forma:

8

9

	euros	
	2006	2005
Remunerações	529.339.752	531.487.848
Encargos sociais	100.311.879	100.687.854
Cuidados de saúde	14.864.112	12.956.069
Acção social	8.363.565	7.960.729
Formação	7.720.174	8.502.500
Seguros	4.439.056	3.933.039
Outros	3.344.897	1.803.124
	668.383.435	667.331.163

9 Custos com benefícios de reforma

9.1 Pensões e complementos de reforma

Conforme referido na Nota 3.h), a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados suspensos, bem como a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais, são as seguintes:

- a)** Os reformados e empregados oriundos da Telecom Portugal (“Plano CGA”) e contratados antes de 14 de Maio de 1992 têm o direito a receber da PT Comunicações uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor equivalente a 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto em algumas situações um incremento anual.
- b)** Os reformados e empregados oriundos dos TLP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor equivalente a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.
- c)** Os reformados e empregados oriundos da TDP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após essa data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.
- d)** Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA (“Marconi”), uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como dois complementos adicionais (“Marconi Fundo de Melhoria” e “Marconi Fundo Complementar”). Os empregados contratados após essa data não têm direito a estes benefícios dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.
- e)** No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos anos de serviço.

Os empregados da PT SI e DCSI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estivessem abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Os estudos actuariais destes planos de benefícios de reforma, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram elaborados com base no “Projected Unit Credit Method” e utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	2006	2005
Taxa anual de rendimento dos fundos de longo prazo	6,00%	6,00%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões	4,75%	4,50%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com salários de pré-reformados e suspensos	4,25%	3,50%
Taxa anual de crescimento salarial	2,25%	3,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,75%	2,00%
Taxa de inflação	1,75%	2,00%

A taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações de rating elevado à data de balanço e com maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros usualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada com base na política salarial definida pela gestão e na manutenção de um crescimento real dos salários de 50 pontos-base.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais para 2006 e 2005 foram os seguintes:

	2006	2005
Tábuas de mortalidade		
Activos e pré-reformados		
Homens	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)
Pensionistas		
Homens	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada
Tábuas de invalidez: Swiss Reinsurance Company		
Rotação de empregados: Nula		

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma resultam da adopção de tábuas de mortalidade usualmente aceites para efeitos actuariais, sendo as mesmas ajustadas periodicamente para reflectir a experiência de mortalidade verificada no universo fechado de beneficiários dos Planos.

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos de pensões, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, eram como segue:

	2006	2005
Valor actual das responsabilidades projectadas da PT Comunicações, da PT SI e da DCSI:		euros
Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos	2.472.147.525	2.544.743.313
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	997.670.254	964.731.000
Activos	601.677.808	729.350.000
	4.071.495.587	4.238.824.313
Valor de mercado dos fundos	(2.263.925.000)	(2.200.172.000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas (Nota 9.3)	1.807.570.587	2.038.652.313

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades não financiadas com pensões foram reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma” do passivo não corrente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

	2006		2005	
	Euros	%	Euros	%
Acções (i)	1.024.536.020	45,3%	798.928.907	36,3%
Obrigações	726.262.119	32,1%	757.849.915	34,4%
Imobiliário (ii)	264.172.280	11,7%	315.478.934	14,3%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	248.954.581	11,0%	327.914.244	14,9%
	2.263.925.000	100,0%	2.200.172.000	100,0%

(i) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica inclui investimentos em acções da PT e de partes relacionadas, como segue:

	2006		2005	
	Número de acções	Euros	Número de acções	Euros
Telefónica	8.928.305	143.924.277	8.928.305	113.478.757
Banco Espírito Santo	13.107.904	178.529.652	7.864.744	106.960.518
Portugal Telecom	3.887.262	38.250.658	3.879.192	33.167.092
	360.704.587		253.606.367	

(ii) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que representam cerca de 89% do valor das propriedades de investimento detidas pelos fundos.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nos activos dos fundos de pensões foi como segue:

	2006		2005
		Euros	
Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões	2.200.172.000		1.972.620.000
Rendimento real dos fundos		158.277.996	167.177.000
Pagamento de benefícios		(163.959.000)	(148.046.236)
Contribuições efectuadas pela Empresa		59.844.004	197.781.236
Contribuições dos empregados		9.590.000	10.640.000
Saldo final dos activos dos fundos de pensões	2.263.925.000		2.200.172.000

A composição do custo com pensões nos exercícios de 2006 e 2005 é como segue:

	2006		2005
		Euros	
Custo com o serviço do período		21.793.000	19.534.845
Custo financeiro do período		176.964.706	189.146.000
Rendimento estimado dos fundos		(130.803.000)	(120.944.000)
Ganhos com serviços passados		(23.301.000)	(136.568.000)
Subtotal (Nota 9.5)	44.653.706		(48.831.155)
Custos de curtailment (Nota 9.5)		197.304.200	296.243.885
Custo com pensões	241.957.906		247.412.730

Em 2005, os ganhos com serviços passados respeitam à alteração da idade da reforma em Portugal e da fórmula de cálculo dos benefícios de reforma do Plano CGA, de 90% do último salário para 90% da média dos salários dos últimos três anos. Em 2006, os ganhos com serviços passados respeitam à alteração da fórmula da cálculo dos benefícios de reforma no Plano Marconi e para alguns beneficiários do Plano CGA.

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, e são reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentados na Demonstração de Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi como segue:

	2006	2005	euros
Saldo inicial (Nota 40.6)	1.653.137.579	1.107.306.000	
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.6)	(208.250.000)	544.000.000	
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais (Nota 9.6):			
Relacionados com as responsabilidades	(13.253.000)	48.064.579	
Relacionados com os activos do fundo	(27.474.996)	(46.233.000)	
Saldo final (Nota 40.6)	1.404.159.583	1.653.137.579	

Em 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito líquido (i) do aumento da taxa de desconto de 4,50% para 4,75%, para as responsabilidades com pensões, e de 3,50% para 4,25%, para as responsabilidades com salários, (ii) da redução da taxa anual de crescimento dos salários de 3% para 2,25%, (iii) da redução da taxa anual de crescimento das pensões e da taxa de inflação de 2% para 1,75%, e (iv) dos ajustamentos nas tábuas de mortalidade utilizadas (PA (90), de menos 3 para menos 4 anos). Em 2005, a alteração de pressupostos actuariais corresponde à diminuição da taxa anual de desconto de 5,75% para 4,5%, para as responsabilidades com pensões, e de 4,0% para 3,5%, para as responsabilidades com salários.

9.2 Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é efectuada pela PT ACS, que foi constituída com o único objectivo de proceder à gestão corrente do Plano de Saúde.

Este Plano de Saúde patrocinado pela PT Comunicações abrange todos os empregados contratados até 31 de Dezembro de 2003 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI e da DCSI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano.

O financiamento do Plano de Saúde é garantido pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constitui um fundo autónomo para o efeito.

No segundo semestre de 2006, a PT Comunicações efectuou alterações aos Planos de Saúde no sentido de garantir a sua sustentabilidade e financiamento de longo prazo. As alterações efectuadas respeitam essencialmente a uma redução generalizada da comparticipação da PT Comunicações nos actos médicos e a um incremento progressivo das contribuições dos beneficiários (de 1,7% do salário em 2007 até 2,1% do salário em 2009), tendo as responsabilidades assumidas pela PT Comunicações sido reduzidas em aproximadamente 146,4 milhões de euros. Esta redução das responsabilidades foi registada em resultados na parcela respeitante aos benefícios relativos aos reformados, pré-reformados e suspensos (127,3 milhões de euros), sendo a parcela remanescente respeitante aos benefícios relativos aos empregados activos (19,1 milhões de euros) diferida e a reconhecer em resultados durante o período estimado que decorre até à data em que os benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores.

Adicionalmente, em Dezembro de 2006 a PT Comunicações e o SNS acordaram proceder ao cancelamento antecipado do Protocolo celebrado em 2004 referente ao Plano de Saúde. No âmbito do referido Protocolo, o SNS comparticipava o Plano de Saúde da PT Comunicações, através da entrega de um valor anual por beneficiário, e a PT Comunicações, em contrapartida, suportava as despesas de saúde incorridas pelos beneficiários na rede de hospitais do SNS. Em termos históricos, o Protocolo evidenciava uma situação deficitária para a PT Comunicações, tendo essa tendência sido incorporada no cálculo das responsabilidades com cuidados de saúde. Deste modo, o cancelamento antecipado do Protocolo com o SNS resultou numa diminuição das responsabilidades em aproximadamente 220,4 milhões de euros, registada como um ganho na demonstração dos resultados, na rubrica “Custos de curtailment, líquidos”.

Os estudos actuariais do Plano de Saúde, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram elaborados com base no “Projected Unit Credit Method” e utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	2006	2005
Taxa anual de rendimento dos fundos de longo prazo	6,00%	6,00%
Taxa de desconto das responsabilidades com saúde	4,75%	4,50%
Taxa de crescimento dos custos com saúde		
Próximos 3,5 anos	3,50%	3,50%
Anos seguintes	2,75%	3,00%
Taxa anual de crescimento salarial	2,25%	3,00%
Taxa de inflação	1,75%	2,00%

A taxa anual de desconto das responsabilidades com saúde foi estimada com base em taxas de rendimentos de longo prazo de obrigações de rating elevado à data do balanço e com maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada com base na política salarial definida pela gestão e na manutenção de um crescimento real dos salários em 50 pontos-base.

A taxa anual de crescimento dos custos com saúde foi determinada com base em indicadores específicos para este sector e informação histórica, sendo no caso da taxa de longo prazo indexada igualmente à taxa de inflação.

Os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais para 2006 e 2005 foram os seguintes:

	2006	2005
Tábuas de mortalidade		
Activos e pré-reformados		
Homens	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)
Pensionistas		
Homens	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada
Tábuas de invalidez: Swiss Reinsurance Company		
Rotação de empregados: Nula		

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma resultam da adopção de tábuas de mortalidade usualmente aceites para efeitos actuariais, sendo as mesmas ajustadas periodicamente para reflectir a experiência de mortalidade verificada no universo fechado de beneficiários do Plano.

Com base nos estudos actuariais, a responsabilidade projectada com cuidados de saúde, o valor actual dos fundos e os ganhos com serviços passados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	2006	2005
Valor actual das responsabilidades projectadas	491.102.185	912.807.431
Valor de mercado do fundo de pensões	(644.224.704)	(315.576.000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	(153.122.519)	597.231.431
Ganhos com serviços passados (i)	19.062.000	–
Valor actual das responsabilidades não financiadas (excessivas) (Nota 9.3)	(134.060.519)	597.231.431

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações ao Plano de Saúde relativo aos benefícios que ainda não se encontram vencidos, que foi deferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores (18 anos).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades não financiadas ou excessivas com cuidados de saúde foram reconhecidas no balanço na rubrica de "Benefícios de reforma", respectivamente no activo e passivo não corrente, sendo que em 31 de Dezembro de 2006 são apresentadas líquidas dos ganhos com serviços passados respeitantes aos benefícios que ainda não foram adquiridos pelos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, era como segue:

	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Acções	289.205.401	44,9%	105.516.357	33,4%
Obrigações	260.860.332	40,5%	128.302.463	40,7%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	94.158.971	14,6%	81.757.180	25,9%
	644.224.704	100,0%	315.576.000	100,0%

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nos activos deste fundo foi como segue:

	euros	
	2006	2005
Saldo inicial dos activos do fundo	315.576.000	–
Rendimento real dos fundos	26.320.417	15.576.000
Contribuições efectuadas pela PT Comunicações	302.328.287	300.000.000
Saldo final dos activos do fundo	644.224.704	315.576.000

A composição do custo com cuidados de saúde, nos exercícios de 2006 e 2005, é como segue:

	euros	
	2006	2005
Custo com o serviço do período	6.868.000	5.228.000
Custo financeiro do período	40.554.000	39.998.000
Rendimento estimado dos fundos	(36.935.000)	(18.000.000)
Ganhos com serviços passados (i)	(127.255.684)	–
Subtotal (Nota 9.5)	(116.768.684)	27.226.000
Custos de curtailment (Nota 9.5)	11.609.762	18.065.900
Cancelamento do Protocolo com o SNS (Notas 7.a) e 9.5)	(220.417.000)	–
	(325.575.922)	45.291.900

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações ao Plano de Saúde relativo aos benefícios que já se encontram vencidos.

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e/ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais são calculados anualmente pelo actuário e reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentados na Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidos. O movimento nos ganhos e perdas actuariais acumulados líquidos, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi como segue:

	euros	
	2006	2005
Saldo inicial (Nota 40.6)	316.875.470	132.431.000
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.6)	(14.078.000)	149.000.000
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos (Nota 9.6):		
Relacionados com as responsabilidades	(66.973.800)	33.020.470
Relacionados com os activos do fundo	10.614.583	2.424.000
Saldo final (Nota 40.6)	246.438.253	316.875.470

Em 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito líquido (i) do aumento da taxa de desconto de 4,5% para 4,75%, (ii) da redução da taxa de crescimento das despesas de saúde de médio e longo prazo de 3% para 2,75%, (iii) da redução da taxa de crescimento salarial de 3% para 2,25% e (iv) do ajustamento nas tábuas de mortalidade utilizadas (PA (90), de menos 3 para menos 4 anos). Em 2005, a alteração de pressupostos actuariais corresponde à diminuição da taxa de desconto de 5,75% para 4,5%.

9.3 Responsabilidades com os planos de benefícios de reforma

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 nas rubricas de balanço de “Benefícios de reforma” foi como segue:

	Pensões e complementos de reforma (Nota 9.1)	Cuidados de saúde (Nota 9.2)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.619.758.856	701.797.528	2.321.556.384
Alterações no perímetro de consolidação (i)	(8.846.352)	–	(8.846.352)
Custo/(ganho) líquido do período (Nota 9.5)	(48.831.155)	27.226.000	(21.605.155)
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 9.5)	296.243.885	18.065.900	314.309.785
Pagamentos e contribuições (Nota 9.4)	(365.504.500)	(334.302.467)	(699.806.967)
Perdas actuariais, líquidas (Nota 9.6)	545.831.579	184.444.470	730.276.049
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.038.652.313	597.231.431	2.635.883.744
Alterações no perímetro de consolidação (i)	1.270.982	1.241.684	2.512.666
Custo/(ganho) do período (Nota 9.5)	44.653.706	(116.768.684)	(72.114.978)
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 9.5)	197.304.200	11.609.762	208.913.962
Cancelamento do Protocolo com o SNS (Nota 9.5)	–	(220.417.000)	(220.417.000)
Pagamentos e contribuições (Nota 9.4)	(225.332.618)	(336.520.495)	(561.853.113)
Ganhos actuariais, líquidos (Nota 9.6)	(248.977.996)	(70.437.217)	(319.415.213)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.807.570.587	(134.060.519)	1.673.510.068

(i) Em 2006, esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma e cuidados de saúde da DCSI, empresa adquirida durante o exercício. Em 2005, esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma da Lusomundo Media, empresa alienada nesse período (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo excedentário das responsabilidades fundeadas para cuidados de saúde foi reclassificada e apresentada no balanço na rubrica “Benefícios de reforma” do activo não corrente.

9.4 Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos exercícios de 2006 e 2005, os pagamentos e contribuições respeitantes aos benefícios de reforma foram como segue:

	2006	2005
Pensões		
Contribuições para os fundos	59.844.004	197.781.236
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	165.488.614	167.723.264
Subtotal (Nota 9.3)	225.332.618	365.504.500
Cuidados de saúde		
Contribuições para o fundo	302.328.287	300.000.000
Pagamentos à PT ACS	34.192.208	34.302.467
Subtotal (Nota 9.3)	336.520.495	334.302.467
	561.853.113	699.806.967

9.5 Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos patrocinados pela Empresa foram registados nas demonstrações dos resultados dos exercícios de 2006 e 2005, conforme segue:

	2006	2005	euros
Custos com benefícios de reforma, líquidos			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	44.653.706	(48.831.155)	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(116.768.684)	27.226.000	
	(72.114.978)	(21.605.155)	
Custos de curtailment, líquidos			
Programa de redução de efectivos			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	197.304.200	296.243.885	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	11.609.762	18.065.900	
Pagamento por cessação de contrato de trabalho	20.277.419	–	
Cancelamento do Protocolo com o SNS (Notas 9.2 e 9.3)	(220.417.000)	–	
Provisão para contas a receber do SNS (Notas 25 e 38)	11.528.257	–	
	20.302.638	314.309.785	

9.6 Ganhos actuariais líquidos

No exercícios de 2006 e 2005, o movimento e a natureza dos ganhos actuariais líquidos registados na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos foram conforme segue:

	2006	2005	euros
Alterações nos pressupostos actuariais			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	(208.250.000)	544.000.000	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(14.078.000)	149.000.000	
	(222.328.000)	693.000.000	
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	(40.727.996)	1.831.579	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(56.359.217)	35.444.470	
	(97.087.213)	37.276.049	
	(319.415.213)	730.276.049	

10 Custos directos dos serviços prestados

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Custos com telecomunicações (i)	562.649.227	561.634.307	
Custos com programação	149.850.782	139.580.362	
Listas telefónicas (Nota 3.p)	74.391.838	81.687.887	
Aluguer de estações-base (i)	53.728.489	43.325.131	
Direitos de exibição e cópias de filmes	25.136.277	23.387.836	
Outros	42.594.388	31.565.787	
	908.351.001	881.181.310	

(i) Em 2006 e 2005, estas rubricas incluem custos relacionados com locações operacionais, relativas a aluguer de capacidade, no montante de 104.281.651 euros e 90.628.979 euros, respectivamente (Nota 13).

11 Custo das mercadorias vendidas

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Custos das mercadorias vendidas	597.782.110	647.722.506	
Aumentos nos ajustamentos a existências (Nota 38)	2.527.916	7.090.586	
Reduções nos ajustamentos a existências (Nota 38)	(3.796.922)	(2.532.067)	
	596.513.104	652.281.025	

12 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Comissões	283.306.890	249.502.758	
Trabalhos especializados	179.539.080	184.218.170	
Manutenção e reparação	174.321.818	157.215.633	
Locação operacional (Nota 13)	79.013.047	68.742.262	
Electricidade	71.973.062	61.155.174	
Comunicação	29.128.811	27.275.071	
Instalação, montagem e remoção de equipamento terminal	23.412.144	25.597.855	
Deslocações e estadas	14.781.502	16.042.820	
Vigilância e segurança	14.439.539	13.282.996	
Combustíveis, água e outros fluidos	12.513.227	11.370.190	
Material de escritório	11.466.119	12.127.789	
Seguros	10.883.188	11.402.137	
Transporte	10.639.865	10.917.310	
Limpeza	10.277.898	8.966.127	
Outros	99.806.971	100.711.537	
	1.025.503.161	958.527.829	

13 Locação operacional

Nos exercícios de 2006 e 2005, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	2006	2005	euros
Custos directos (Nota 10)	104.281.651	90.628.979	
Fornecimentos e serviços externos (Nota 12) (i)	79.013.047	68.742.262	
	183.294.698	159.371.241	

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a aluguer de equipamento de transporte e rendas de propriedades.

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades futuras do Grupo com os contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012 e anos seguintes	2007
2007	158.923.053						
2008		86.160.051					
2009			78.182.752				
2010				59.538.459			
2011					55.970.434		
2012 e anos seguintes						185.745.272	
							624.520.021

14 Impostos indirectos

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Taxas de utilização de espectro	108.729.658	105.595.883	
Imposto sobre o valor acrescentado (i)	23.993.355	23.946.301	
Outros impostos indirectos (ii)	44.528.157	36.494.090	
	177.251.170	166.036.274	

(i) Em 2006, esta rubrica inclui um montante de 4.214.639 euros registado a deduzir a esta rubrica e que corresponde a uma redução de provisões para contas a receber por se ter considerado esperável a recuperação do IVA desses saldos (Nota 38). (ii) Esta rubrica inclui essencialmente impostos indirectos suportados pela Vivo relacionados com as taxas Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e Funtel (Fundo Nacional de Telecomunicações), e com outros impostos e taxas municipais, federais e estaduais no Brasil.

15 Outros custos (ganhos)

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Aumentos nas provisões e ajustamentos (Nota 38) (i)	3.295.160	1.949.648	
Reduções nas provisões e ajustamentos (Nota 38) (ii)	(12.728.490)	(39.463)	
Outros (iii)	107.864.383	15.741.979	
	98.431.053	17.652.164	

(i) Em 2006, esta rubrica respeita essencialmente a provisões registadas pela Portugal Telecom relacionadas com a retenção na fonte de impostos sobre o rendimento de não-residentes. (ii) Em 2006, esta rubrica inclui 8.509.000 euros (Nota 38) relacionados com a redução da provisão para os custos estimados com a alienação da Lusomundo Media (Nota 19), dos quais 8.017.195 euros (Nota 7.d) foram registados pela PT Multimédia e o restante pela Portugal Telecom. (iii) Em 2006, esta rubrica inclui (1) 51 milhões de euros (Nota 7.c) e 33) relativos ao ajustamento do valor de determinados equipamentos de rede CDMA por motivos de obsolescência tecnológica, (2) 5,7 milhões de euros (Notas 7.d) e 33) relativos ao impacto da alteração da vida útil estimada de determinados activos immobilizados corpóreos na PT Multimédia e (3) custos incorridos pela Portugal Telecom e pela PT Multimédia, no montante total de 37 milhões de euros, relacionados com a oferta pública de aquisição de que ambas as empresas foram alvo durante o exercício de 2006.

16 Perdas (ganhos) em activos financeiros

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
	euros	euros
Instrumentos derivados (i)	(17.498.511)	13.966.003
Investimentos em imóveis (ii)	(727.682)	(163.271)
Outros, líquidos (iii)	(52.142)	(5.037.473)
	(18.278.335)	8.765.259

(i) Em 2006 e 2005, esta rubrica inclui, respectivamente, perdas líquidas de 14.422.914 euros e 26.303.052 euros relativas às variações líquidas negativas no valor de mercado dos instrumentos derivados classificados como detidos para negociação (Nota 41). Estas perdas foram parcialmente compensadas por (a) ganhos de 8.408.150 euros em 2006 e 12.337.049 euros em 2005, relativos a dividendos obtidos pela Portugal Telecom com equity swaps sobre acções da PT Multimédia, e (b) um ganho de 23.513.275 euros em 2006 referente ao exercício financeiro de equity swaps sobre 11.340.000 acções próprias (Notas 40 e 43). (ii) Esta rubrica inclui os ganhos relativos às rendas cobradas em imóveis propriedade do Grupo arrendados a terceiros, líquidos das amortizações relativas a esses imóveis (Nota 31). (iii) Em 2006, esta rubrica inclui (1) um ganho de 1.344.000 euros relacionado com os dividendos recebidos do Banco Espírito Santo (Nota 43), e (2) uma perda de 1.136.737 euros relacionada com a desvalorização cambial do Fundo Íris Capital. Em 2005, esta rubrica inclui essencialmente (1) um ganho de 5.920.000 euros relativo à venda da participação financeira na Media Capital, (2) um ganho de 1.545.600 euros relacionado com os dividendos recebidos do Banco Espírito Santo (Nota 43) e (3) um custo de 3.916.639 euros relacionado com a desvalorização do investimento financeiro na Web-Lab.

17 Outros custos (ganhos) financeiros

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
	euros	euros
Comissões e outros serviços bancários	29.272.936	32.620.839
Outros, líquidos	23.016.123	31.832.258
	52.289.059	64.453.097

18 Impostos e taxas

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama, atingindo uma taxa agregada de cerca de 27,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2007, a Derrama passará a ser, no máximo, de 1,5% sobre a matéria colectável, atingindo desta forma uma taxa agregada máxima de 26,5%. O impacto da alteração da taxa de Derrama na valorização dos impostos diferidos foi registado em 2006 no resultado do exercício ou directamente em resultados acumulados, de acordo com o reconhecimento dos respectivos impostos diferidos.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia são tributadas de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detêm, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006, excepto para as situações que foram objecto de registo de uma provisão (Nota 38).

a) Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nos impostos diferidos foram como segue:

	Alteração de taxa (i)							euros		
	Saldo 31 Dez 2005	Alterações ao perímetro de consolidação	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Impostos a pagar (Nota 27)	Resultado líquido	Resultados acumulados	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2006
Impostos diferidos activos										
Benefícios de reforma	720.255.233	690.983	(176.539.877)	(84.191.070)	–	–	(234.254)	(16.500.847)	–	443.480.168
Prejuízos fiscais reportáveis (ii)	286.876.872	–	135.657.268	–	(5.537.361)	(137.127.830)	(7.322.971)	–	–	272.545.978
Provisões	133.288.748	–	(17.089.026)	–	(1.203.761)	–	(2.408.020)	–	75.621	112.663.562
Contribuição adicional para o fundo de pensões	139.990.269	–	71.232.656	–	–	–	(7.680.834)	–	–	203.542.091
Instrumentos financeiros	18.477.273	–	1.188.042	(6.999.804)	39.344	–	(536.861)	–	1.056.006	13.224.000
Outras diferenças temporárias	88.922.614	–	36.064.997	–	(2.807.165)	–	(513.536)	–	(115.555)	121.551.355
	1.387.811.009	690.983	50.514.060	(91.190.874)	(9.508.943)	(137.127.830)	(18.696.476)	(16.500.847)	1.016.072	1.167.007.154
Impostos diferidos passivos										
Mais-valias fiscais com tributação suspensa (iii)	271.627.295	–	(268.331.022)	–	–	–	(119.864)	–	–	3.176.409
Reavaliação de activos fixos	16.530.675	–	(1.658.776)	–	–	–	(541.223)	–	11.729	14.342.405
Instrumentos financeiros e activos disponíveis para venda	12.418.218	–	(6.867.410)	5.493.551	–	–	(170.483)	(269.530)	1.056.006	11.660.352
Outras diferenças temporárias	34.290.889	17.275.441	9.993.600	–	1.153.834	–	(1.613.939)	–	98.826	61.198.651
	334.867.077	17.275.441	(266.863.608)	5.493.551	1.153.834	–	(2.445.509)	(269.530)	1.166.561	90.377.817
	(16.584.458)	317.377.668	(96.684.425)	(10.662.777)	(137.127.830)	–	(16.250.967)	(16.231.317)	(150.489)	

(i) Na sequência da alteração da taxa nominal de imposto em Portugal a partir de 1 de Janeiro de 2007, de 27,5% para 26,5%, conforme foi mencionado atrás, os impostos diferidos foram actualizados de acordo com a taxa imposto expectável de recuperação. Os impactos desta alteração foram registados na rubrica de imposto sobre o rendimento da demonstração dos resultados, no montante de 16.250.967 euros, e directamente em resultados acumulados, no montante de 16.231.317 euros. (ii) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos pela PT Multimédia, pela Vivo e pela Sport TV nos montantes de 71 milhões de euros, 199 milhões de euros e 3 milhões de euros, respectivamente. Durante o exercício de 2006, a Vivo e a Sport TV registaram activos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais de exercícios anteriores nos montantes de, respectivamente, 134 milhões de euros (Nota 7.c) e 3 milhões de euros (Nota 7.d). (iii) A redução ocorrida nesta rubrica refere-se à adopção pela Empresa do regime voluntário de tributação de mais-valias obtidas na alienação de investimentos em períodos anteriores, cuja tributação tinha sido suspensa ao abrigo do regime de reinvestimento. Deste modo, o montante não tributado ao abrigo deste regime, 141.972.529 euros, foi registado como um ganho na demonstração dos resultados consolidados de 2006, conforme referido no detalhe da reconciliação da taxa de imposto.

	Alterações ao perímetro de consolidação							Ajustamentos de conversão cambial	Impostos a pagar (Nota 27)	euros			
	Saldo 31 Dez 2004	Resultado líquido	Resultados acumulados	Outros movimentos						Saldo 31 Dez 2005			
Impostos diferidos activos													
Benefícios de reforma	633.933.981	(2.432.747)	(110.793.932)	199.547.931	–	–	–	–	–	–	720.255.233		
Prejuízos fiscais reportáveis	535.569.417	(8.909.622)	2.462.271	–	16.586.861	(261.690.411)	2.858.356	286.876.872					
Provisões	112.188.079	(5.803.538)	16.631.756	–	10.272.451	–	–	–	–	–	133.288.748		
Contribuição adicional para o fundo de pensões	26.202.668	–	113.787.601	–	–	–	–	–	–	–	139.990.269		
Instrumentos financeiros	21.823.859	–	(3.892.741)	208.370	–	–	–	–	337.785	–	18.477.273		
Outras diferenças temporárias	41.912.912	–	15.550.331	–	31.762.363	–	(302.992)	–	88.922.614	–			
	1.371.630.916	(17.145.907)	33.745.286	199.756.301	58.621.675	(261.690.411)	2.893.149	58.621.675	1.387.811.009	2.893.149	1.387.811.009		
Impostos diferidos passivos													
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	272.860.764	(585.265)	(648.204)	–	–	–	–	–	–	–	271.627.295		
Reavaliação de activos fixos	20.768.991	(2.235.362)	(2.002.954)	–	–	–	–	–	–	–	16.530.675		
Instrumentos financeiros	8.976.821	–	2.578.873	–	–	–	–	–	862.524	–	12.418.218		
Outras diferenças temporárias	25.249.831	–	11.250.260	–	–	–	–	–	(2.209.202)	–	34.290.889		
	327.856.407	(2.820.627)	11.177.975	–	–	–	–	–	(1.346.678)	334.867.077	334.867.077		
	(14.325.280)	22.567.311	199.756.301	58.621.675	(261.690.411)	4.239.827							

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prejuízos fiscais reportáveis das empresas subsidiárias em Portugal expiram como segue:

	2006		2005	
	Registados como impostos diferidos activos	Não reconhecidos	Registados como impostos diferidos activos	Não reconhecidos
2006	–	–	–	195.510.362
2007	–	20.811.015	–	20.811.015
2008	–	3.883.962	477.242.146	3.883.962
2009	282.473.528	4.477.091	311.981.853	4.477.091
2010	–	21.057.364	–	21.057.364
2011	–	–	–	–
2012	10.445.324	–	–	–
	292.918.852	50.229.432	789.223.999	245.739.794

Em 31 de Dezembro de 2006, os prejuízos fiscais reportáveis das subsidiárias em Portugal incluem 282 milhões de euros referentes ao consolidado fiscal da PT Multimédia e 10 milhões de euros referentes à Sport TV.

Os prejuízos fiscais apurados pela Vivo, no montante de 586 milhões de euros, não têm prazo de caducidade, podendo ser utilizados até um limite anual de 30% dos lucros fiscais gerados durante o exercício.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios de 2006 e 2005, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	2006		2005	
Resultado antes de impostos	961.815.131		990.495.905	
Taxa nominal de imposto	27,5%		27,5%	
	264.499.161		272.386.374	
Reversão de impostos diferidos passivos relativos à tributação de 50% dos ganhos obtidos na alienação de certos investimentos (Nota 7.e)	(141.972.529)		–	
Prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	(137.074.448)		–	
Prejuízos fiscais não recuperáveis (i)	54.723.658		59.252.594	
Liquidação de uma empresa subsidiária (Nota 7.e)	(53.342.681)		–	
Alteração da taxa de imposto em Portugal (ii)	16.250.967		–	
Diferenças permanentes	12.308.925		(17.483.830)	
Taxas de imposto diferenciadas	(9.416.219)		(7.994.637)	
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 27 e 38)	8.545.381		6.873.860	
Liquidação adicional de imposto relativa a exercícios anteriores	–		12.677.670	
Outros	(6.834.897)		(2.438.796)	
	7.687.318		323.273.235	
Imposto sobre o rendimento				
Imposto corrente (Nota 27)	308.814.019		345.840.546	
Imposto diferido (iii)	(301.126.701)		(22.567.311)	
	7.687.318		323.273.235	

(i) Esta rubrica está relacionada essencialmente com prejuízos fiscais de determinadas empresas instrumentais pertencentes à Brasilcel, em que não é expectável virem a ser obtidos lucros tributáveis que permitam recuperar esses prejuízos fiscais. (ii) Esta rubrica refere-se ao impacto nos impostos diferidos da alteração da taxa de Derrama de 10% sobre a colecta para 1,5% da matéria colectável. (iii) A variação ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente (a) de um ganho de 268.135.502 euros registado em 2006 em resultado da reversão de impostos diferidos passivos relacionados com ganhos obtidos na alienação de investimentos financeiros, no seguimento da adopção pela Empresa do regime voluntário de tributação de mais-valia acima mencionado, e (b) de um ganho de 137.074.448 euros referente ao registo em 2006 de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos custos com impostos diferidos activos relacionadas com os benefícios de reforma, de ganhos de 3 milhões de euros em 2005 para custos 105 milhões de euros em 2006, em linha com a evolução dos montantes registados nas rubricas "Custos com benefícios de reforma, líquidos" e "Custos de curtailment, líquidos" da demonstração dos resultados.

19 Operações descontinuadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não existem operações classificadas no balanço como descontinuadas. No exercício de 2005, a demonstração dos resultados das operações descontinuadas refere-se aos resultados das empresas que foram alienadas nesse exercício, até à data da respectiva venda, que ocorreram, respectivamente, em Agosto de 2005, no caso da Lusomundo Media, e em Novembro de 2005, no caso da PrimeSys.

Adicionalmente, o resultado das operações descontinuadas em 2005 inclui os ganhos líquidos obtidos com a alienação da Lusomundo Media (17 milhões de euros) e da PrimeSys (4 milhões de euros).

Em 2005, o resultado das operações descontinuadas é como segue:

	euros
Receitas	163.565.721
Custos recorrentes	159.734.880
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	3.830.841
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos e outros custos	(30.904)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	3.861.745
Juros e outros custos financeiros, líquidos	1.386.724
Resultados antes de impostos	2.475.021
Imposto sobre o rendimento	(1.562.143)
Resultado líquido	912.878
Ganhos obtidos com a alienação de investimentos financeiros (i)	20.820.074
Resultado das operações descontinuadas	21.732.952

(i) Esta rubrica inclui os ganhos líquidos de imposto obtidos na alienação da Lusomundo Media (16.809.196 euros) e da PrimeSys (4.010.878 euros). O ganho obtido com a alienação da Lusomundo Media, líquido de imposto, totalizou 37,7 milhões de euros, tendo sido reconhecido líquido de uma provisão de 18.929.000 euros (Nota 38) para fazer face a garantias assumidas no âmbito do contrato de compra e venda deste investimento financeiro.

20 Interesses minoritários

Durante os exercícios de 2006 e 2005, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

	euros
Saldo 31 Dez 2005	Saldo 31 Dez 2006
Brasilcel (ii)	558.432.965
PT Multimédia (iii)	171.034.246
MTC	62.619.712
Cabo Verde Telecom	37.683.845
Cabo TV Madeirense	6.264.681
Timor Telecom	4.137.046
Cabo TV Açoreana	2.277.948
CST	1.564.571
LTM	1.475.269
Previsão	1.094.263
Kenya Postel Directories	1.050.462
Outras	3.153.200
753.686.076	850.788.208
67.621.297	1.434.821
15.122.053	(58.247.452)
87.368.156	(16.196.743)

								euros
	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aquisições, alienações e aumentos de capital	Resultado líquido	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 31 Dez 2005
Brasilcel (ii)	305.770.785	–	114.451.321	(11.026.917)	(10.007.415)	126.714.194	(2.633.398)	523.268.570
PT Multimédia (iii)	212.124.711	–	–	33.923.866	(32.122.888)	(67.634)	(35.782.448)	178.075.607
Cabo Verde Telecom	30.728.281	–	–	8.190.353	(5.370.263)	–	119.952	33.668.323
Cabo TV Madeirense	6.056.156	–	–	1.851.972	(1.376.400)	–	–	6.531.728
Timor Telecom	2.258.891	–	(206.622)	874.749	–	400.461	–	3.327.479
Cabo TV Açoreana	2.019.394	–	–	709.916	(477.343)	–	–	2.251.967
CST	1.466.715	–	–	396.550	(57.717)	(64.563)	(65.776)	1.675.209
Kenya Postel Directories	886.003	–	(96.294)	221.817	(243.888)	247.499	–	1.015.137
LTM	1.482.547	–	–	627.644	(479.750)	(136.820)	–	1.493.621
Previsão	1.053.501	–	–	78.005	(22.132)	–	(285)	1.109.089
Outras	3.781.990	(1.385.177)	(2.770.636)	(877.152)	(94.028)	42.513	2.571.836	1.269.346
	567.628.974	(1.385.177)	111.377.769	34.970.803	(50.251.824)	127.135.650	(35.790.119)	753.686.076

(i) Em 2006, as alterações no perímetro de consolidação estão relacionadas essencialmente com a aquisição da MTC (Nota 2.b). (ii) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos seus respetivos capitais próprios e resultados. Os aumentos dos interesses minoritários nos exercícios de 2006 e 2005 estão relacionados, respetivamente, com a operação de reestruturação completada pela Vivo em Fevereiro de 2006 (Nota 1.b) e com o aumento de capital da TCP em Janeiro de 2005. O aumento dos resultados atribuíveis aos accionistas minoritários em 2006 resulta essencialmente do ganho relacionado com o registo inicial de impostos diferidos por prejuízos fiscais de exercícios anteriores, conforme descrito na Nota 7.c). (iii) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimédia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros. Em 2005, parte do custo reconhecido pela PT Multimédia directamente em capitais próprios com o exercício financeiro dos put warrants efectuado pela Portugal Telecom foi transferido na consolidação para o resultado líquido, para eliminar o registo pela Portugal Telecom do correspondente ganho em resultados. Em 2005, a coluna "Outras variações" inclui um valor de aproximadamente 32 milhões de euros, referente à proporção dos accionistas minoritários nos put warrants emitidos em Maio de 2005.

21 Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 21 de Abril de 2006, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,475 euros referente ao exercício de 2005, tendo sido pago um dividendo total de 526.402.838 euros em 2006 (Notas 40 e 43.i).

22 Resultados básicos por acção

Os resultados básicos por acção, nos exercícios de 2006 e 2005, foram calculados como segue:

		2006	2005
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)	866.759.657	630.950.386
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)	–	23.034.433
Resultado líquido	(3)	866.759.657	653.984.819
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(4)	1.108.876.226	1.138.250.826
Resultado básico por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)/(4)	0,782	0,554
Resultado básico por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)/(4)	–	0,020
Resultado básico por acção	(3)/(4)	0,782	0,575

Em 31 de Dezembro de 2006, não existiam quaisquer efeitos com impacto no resultado diluído por acção, uma vez que os empréstimos convertíveis foram reembolsados durante o exercício de 2006 (Nota 34).

23 Investimentos de curto prazo

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Obrigações de rendimento fixo	492.607.644	1.203.619.203	
Outras aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.042.626.085	2.095.990.750	
	1.535.233.729	3.299.609.953	

(i) Em 31 de Dezembro 2005, esta rubrica incluía um montante de 37.923.201 euros relativo ao valor de mercado de determinados derivados de taxa de câmbio e taxa de juro contratados pela Vivo, os quais não estavam a cobrir qualquer operação específica (Nota 41), tendo os mesmos sido liquidados durante o exercício de 2006.

A redução ocorrida nos investimentos de curto prazo está relacionada essencialmente com: (i) o reembolso das obrigações não convertíveis emitidas pela PT Finance em Fevereiro de 2001, no montante de 899.500.000 euros (Nota 34); (ii) o reembolso das obrigações convertíveis emitidas pela PT Finance em Dezembro de 2001, no montante de 390.335.000 euros (Nota 34); e (iii) os dividendos pagos em 2006, no montante de 526.402.838 (Nota 43.j).

24 Contas a receber – clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Contas a receber de clientes (i)	1.410.621.902	1.525.016.152	
Acréscimos de proveitos	161.947.862	219.855.066	
Outros	–	143.333	
	1.572.569.764	1.745.014.551	
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 38) (ii)	(390.657.352)	(355.784.945)	
	1.181.912.412	1.389.229.606	

(i) A redução ocorrida nesta rubrica está relacionada essencialmente com o write-off de contas a receber que estavam cobertas por ajustamentos para cobranças duvidosas, no montante de cerca de 185 milhões de euros (Nota 38). (ii) O aumento das provisões para contas a receber de clientes está essencialmente relacionado com o registo pela Vivo de provisões de cerca de 30 milhões de euros relacionadas com problemas na facturação decorrentes da migração de sistemas para uma plataforma unificada.

25 Contas a receber – outros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Outras contas a receber correntes			
Adiantamentos a fornecedores	67.351.747	59.659.787	
Contas a receber de partes relacionadas (i)	52.582.086	44.791.581	
Contribuições do SNS (ii)	35.425.856	37.664.548	
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (iii)	17.985.959	19.670.923	
Depósitos judiciais	16.810.729	12.875.715	
Especialização de juros a receber	7.314.030	16.705.404	
Outros	53.219.004	68.822.811	
	250.689.411	260.190.769	
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 38)	(31.777.234)	(15.927.455)	
	218.912.177	244.263.314	
Outras contas a receber não correntes			
	17.415.215	21.910.698	
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 38)	(2.177.276)	(2.106.093)	
	15.237.939	19.804.605	

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui um montante de 26 milhões de euros (Nota 44) referente a dividendos atribuídos pela Unitel que foram liquidados em Janeiro de 2007. (ii) Estas contribuições estão relacionadas com o acordo celebrado com o SNS, ao abrigo do qual esta entidade tem de efectuar uma comparticipação por beneficiário do plano. Estas contribuições a receber foram originadas como segue:

	2002	2003	2004	2005	2006	euros
2002						4.134.200
2003						3.271.690
2004						4.635.254
2005						9.327.041
2006						14.057.671
						35.425.856

Em resultado do processo de cancelamento antecipado do Protocolo com o SNS (Nota 9.2), a PT Comunicações registou um ajustamento no montante de 19.953.801 euros para fazer face a eventuais riscos de cobrabilidade de alguns destes valores. Uma parcela deste ajustamento, no montante de 11.528.257 euros (Nota 9.5), refere-se a contas a receber de comparticipações com beneficiários reformados, a qual foi reconhecida como uma dedução do ganho resultante do cancelamento do Protocolo com o SNS; a parcela remanescente no montante de 8.425.544 euros referente a comparticipações de beneficiários activos foi registada como custo na rubrica "Provisões e ajustamentos". (iii) Este valor corresponde a descontos concedidos por conta do Estado português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex no final de 2002 e considerando os termos do Acordo Modificativo ao Contrato de Concessão, o Estado português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro. Em 31 de Dezembro de 2006, a conta a receber refere-se aos descontos concedidos durante o exercício de 2006.

26 Existências

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Mercadorias (i)	131.028.707	155.942.498	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.747.586	17.634.839	
Produtos e trabalhos em curso	7.137.219	6.801.647	
Adiantamentos por conta de compras	–	41.217	
	154.913.512	180.420.201	
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 38)	(24.632.948)	(28.247.571)	
	130.280.564	152.172.630	

(i) Esta rubrica inclui essencialmente (1) equipamentos terminais móveis da Vivo e da TMN, (2) telefones e modems (acesso à Internet por ADSL) do negócio da rede fixa e (3) set-top boxes (acesso à televisão por cabo), cable-modems (acesso à Internet por cabo) e DVD do negócio multimédia.

27 Impostos a pagar e a recuperar

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006		2005	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Operações em Portugal				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	42.025.536	63.617.392	30.505.492	70.946.476
Segurança Social	–	8.291.722	–	8.412.868
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	–	8.690.404	–	8.469.984
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	20.997.678	117.289.642	18.863.663	5.438.577
Outros	1.550.871	1.692.400	1.492.138	1.050.631
	64.574.085	199.581.560	50.861.293	94.318.536
Impostos em países estrangeiros	147.173.487	117.381.268	152.951.877	142.918.443
	211.747.572	316.962.828	203.813.170	237.236.979
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	124.531.128	25.787.484	117.244.409	32.413.222

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rubricas de “Impostos em países estrangeiros” incluem essencialmente 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, conforme segue:

	2006		2005	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Imposto sobre o rendimento	36.415.422	14.826.855	58.811.881	34.083.312
Impostos indirectos	101.965.330	87.792.618	81.877.050	94.251.531
Outros	8.792.735	14.761.795	12.262.946	14.583.600
	147.173.487	117.381.268	152.951.877	142.918.443
Impostos não correntes				
Imposto sobre o rendimento (i)	81.062.529	–	75.879.145	–
Impostos indirectos (ii)	43.468.599	25.787.484	41.365.264	32.413.222
	124.531.128	25.787.484	117.244.409	32.413.222

(i) Esta rubrica diz respeito essencialmente a impostos sobre o rendimento retidos na fonte referentes a dividendos recebidos pelas empresas holdings intermédias da Vivo, os quais serão recuperáveis num prazo superior a um ano a partir do momento em que essas empresas obtiverem lucros tributáveis que lhes permita a recuperação dos mesmos. (ii) Os impostos a receber incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente a impostos indirectos pagos na aquisição de imobilizado, os quais segundo as leis brasileiras só poderão ser recuperáveis durante um período de 48 meses. Os impostos a pagar incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente ao ICMS apurado no Estado do Paraná, o qual será pago num prazo de 48 meses com base num acordo especial celebrado com as autoridades governamentais locais.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante líquido a pagar e a recuperar relativo a “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” tem a seguinte composição:

	2006		2005	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício			(116.612.097)	(4.407.986)
Pagamentos por conta			7.201.228	7.741.149
Retenções efectuadas por terceiros			3.274.064	4.411.542
Imposto a recuperar (i)			9.844.841	5.725.835
Outros			–	(45.454)
Imposto a receber (pagar), líquido			(96.291.964)	13.425.086

(i) Esta rubrica está relacionada com as retenções efectuadas por terceiros na Portugal Telecom, as quais só serão recuperadas quando o Grupo começar a pagar impostos após a utilização dos prejuízos fiscais reportáveis.

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento reflectido no balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e os custos com o imposto corrente sobre o rendimento dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

	2006	2005	euros
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período	116.612.097	4.407.986	
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 18)	137.127.830	261.690.411	
Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sediadas no estrangeiro (i)	45.631.371	66.104.582	
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 18 e 38)	8.545.381	6.873.860	
Outros	3.565.066	6.424.634	
	311.481.745	345.501.473	

(i) Em 2006, esta rubrica inclui essencialmente 24 milhões de euros relativos à Vivo (45 milhões de euros em 2005), 9 milhões de euros referentes à Cabo Verde Telecom (7 milhões de euros em 2005), 7 milhões de euros relativos à MTC e 1 milhão de euros relativo à PT Finance (8 milhões de euros em 2005).

O imposto corrente do período foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2006	2005	euros
Imposto sobre o rendimento (Nota 18)	308.814.019	345.840.546	
Resultados acumulados	2.667.726	(339.073)	
	311.481.745	345.501.473	

28

Custos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Publicação de listas telefónicas	35.231.362	42.055.087	
Publicidade e propaganda	25.674.326	30.542.748	
Direitos de transmissão de eventos desportivos	21.731.063	18.145.515	
Venda de equipamentos (i)	13.561.835	18.459.419	
Rendas e alugueres	7.752.817	8.100.226	
Distribuição de canais	2.825.949	3.817.421	
Manutenção e reparação	1.898.802	7.890.849	
Juros pagos antecipadamente	831.413	2.134.677	
Outros	12.207.182	15.125.984	
	121.714.749	146.271.926	

(i) As vendas de equipamentos são reconhecidas apenas quando o cliente final activa o equipamento, pelo que a margem negativa, assim como os respectivos impostos indirectos, são reconhecidos no momento da activação.

29 Outros activos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Outros activos correntes			
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I. ix) e 39)	46.332.009	48.342.815	
Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia (Nota 41)	–	42.020.704	
Outros	4.072.995	15.847.034	
	50.405.004	106.210.553	
Outros activos não correntes			
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I. ix) e 39)	627.430.804	744.003.413	
Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia e dos derivados de taxa de juro de cobertura de cash flow (Nota 41)	21.033.234	–	
Outros	15.328.650	16.808.551	
	663.792.688	760.811.964	

30 Investimentos em empresas participadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Partes de capital em empresas associadas	229.455.418	175.633.432	
Goodwill, líquido de perdas por imparidade	164.612.372	166.860.191	
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	102.018.169	75.989.257	
Partes de capital em empresas participadas	3.012.320	4.767.644	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	–	2.352.102	
	499.098.279	425.602.626	

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Unitel	116.979.117	72.921.020	
Universo Online, Inc ("UOL")	51.827.526	46.985.983	
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM")	30.296.559	33.865.473	
Médi Télecom (i)	9.798.765	–	
Banco Best, SA	7.362.020	7.583.700	
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")	3.721.127	3.897.665	
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA	3.534.312	3.865.964	
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (ii)	2.992.787	2.992.788	
Guiné Telecom, SARL (ii)	2.907.534	3.716.555	
Hungaro Digitel KFT	2.477.113	1.969.094	
Outras empresas	3.458.879	4.856.623	
	235.355.739	182.654.865	
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 38)	(5.900.321)	(7.021.433)	
	229.455.418	175.633.432	

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, esta empresa passou a ter capitais próprios positivos, ao invés dos capitais próprios negativos que apresentava em 31 de Dezembro de 2005. (ii) Em 31 de Dezembro de 2006, estes investimentos financeiros encontram-se totalmente ajustados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade”, tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Páginas Amarelas	83.754.434	83.754.434	
UOL	53.773.291	54.843.158	
Unitel	26.498.503	26.498.503	
Outras empresas	586.144	1.764.096	
	164.612.372	166.860.191	

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não foram registadas perdas por imparidade relativamente aos valores de goodwill acima indicados.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estes empréstimos eram como segue:

	2006	2005	euros
Médi Télecom	68.106.243	70.257.631	
Sportinveste Multimédia (i)	35.318.668	35.318.668	
Sport TV	12.500.000	17.500.000	
INESC (ii)	3.292.066	3.292.066	
Outras empresas	2.041.301	1.439.065	
	121.258.278	127.807.430	
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 38)	(3.292.066)	(3.293.313)	
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 38) (iii)	(15.948.043)	(48.524.860)	
	102.018.169	75.989.257	

(i) Este montante inclui prestações acessórias de 30.023.168 euros (Nota 42) e empréstimos de 5.295.500 euros. (ii) Este empréstimo encontra-se integralmente ajustado. (iii) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederem o valor do investimento inicial, tendo por esse motivo sido reconhecidas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estes ajustamentos têm a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Sportinveste Multimédia	15.948.043	12.426.827	
Médi Télecom (Nota 38)	–	36.098.033	
	15.948.043	48.524.860	

No caso de as perdas acumuladas excederem o valor dos investimentos financeiros (incluindo empréstimos) registados no activo, o Grupo regista uma provisão para esse efeito na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos”, sempre que tenham sido assumidas responsabilidades com essa participada (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Partes de capital em empresas participadas” tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Archways	2.997.158	1.695.391	
Regiforum (i)	–	857.058	
Outras empresas	2.830.185	2.215.195	
	5.827.343	4.767.644	
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 38)	(2.815.023)	–	
	3.012.320	4.767.644	

(i) Esta empresa foi liquidada no decorrer do exercício de 2006.

Nos exercícios de 2006 e 2005, os ganhos e perdas em empresas associadas tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Unitel	82.477.320	50.580.539	
Médi Télécum (i)	45.571.110	3.183.869	
CTM	14.815.486	16.457.134	
UOL (ii)	6.150.137	175.386.845	
Outras (iii)	(17.659.887)	(7.382.210)	
	131.354.166	238.226.177	

(i) Em 2006, uma parcela da participação da Portugal Telecom nos ganhos da Médi Télécum no montante de 36.098.033 euros (Nota 38) foi registada como uma redução de provisões para perdas em empresas associadas, de modo a anular essa provisão, uma vez que a Médi Télécum passou a apresentar capital próprios positivos em 31 de Dezembro de 2006. (ii) A redução ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente de os ganhos relativos à UOL em 2005 incluirem o impacto da reestruturação do investimento detido pela Portugal Telecom nesta empresa participada. (iii) Em 2006, esta rubrica inclui (a) perdas de aproximadamente 8 milhões de euros referentes ao registo de uma provisão para o investimento na empresa Cellco, e (b) perdas em diversas empresas associadas no montante total de 7.826.555 euros que foram registados como um aumento das provisões para perdas em empresas associadas (Nota 38).

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2006 e no exercício findo nessa data eram como segue:

	Participação	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	euros
Unitel	25,00%	657.489.749	189.573.281	467.916.468	517.082.106	329.909.280	
Médi Télécum	32,18%	1.146.312.081	1.115.862.221	30.449.860	425.073.848	141.613.145	
UOL	29,00%	263.143.894	84.428.287	178.715.607	165.095.125	21.207.369	
CTM	28,00%	165.642.343	57.440.347	108.201.996	209.126.648	52.912.450	

31 Outros investimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Investimentos financeiros disponíveis para venda (Note 3.Iii)	99.744.129	60.592.486	
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	26.344.787	27.693.584	
Outros investimentos financeiros	6.302.163	7.793.019	
	132.391.079	96.079.089	

O valor de mercado dos investimentos financeiros disponíveis para venda foi determinado com base na sua cotação de mercado à data do balanço, tendo a respectiva variação sido reconhecida em “Resultados acumulados”. O detalhe e o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2006 foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Aumento de capital (Nota 43.f)	Variação no valor de mercado	Saldo 31 Dez 2006	euros
Banco Espírito Santo	57.120.000	19.320.000	18.900.000	95.340.000	
Telefónica	3.472.486	–	931.643	4.404.129	
	60.592.486	19.320.000	19.831.643	99.744.129	

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita essencialmente a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais perdas por imparidade registadas em resultados. As rendas destes imóveis obtidas pela PT Comunicações decorrem dos alugueres destes activos, tendo ascendido a 1.770.948 euros e a 1.242.647 euros em 2006 e 2005, respectivamente (Nota 16). Durante os exercícios de 2006 e 2005, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 1.043.266 euros e a 1.079.376 euros, respectivamente (Nota 16), não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Cypress (i)	3.016.754	3.016.754	
Taguspark	1.296.875	1.296.875	
Seguradora Internacional	704.448	704.448	
Vortal	687.514	687.514	
Outras empresas	6.477.901	8.518.294	
	12.183.492	14.223.885	
Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 38)	(5.881.329)	(6.430.866)	
	6.302.163	7.793.019	

(i) Esta participação financeira foi alienada já no decorrer do exercício de 2007.

32 Activos intangíveis

Durante os exercícios de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2006	euros
Valor de custo							
Propriedade industrial e outros direitos	3.054.360.600	20.204.865	130.552.346	(56.093.523)	38.439.955	3.187.464.243	
Goodwill	1.252.866.414	–	41.767.243	(16.912.229)	6.320.082	1.284.041.510	
Outros activos intangíveis	23.881.640	–	3.209.235	1.423.843	(1.569.812)	26.944.906	
Activos intangíveis em curso	18.145.079	–	52.979.684	(1.715.966)	(51.736.613)	17.672.184	
	4.349.253.733	20.204.865	228.508.508	(73.297.875)	(8.546.388)	4.516.122.843	
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial e outros direitos	739.141.197	5.804.386	290.439.334	(19.709.750)	(6.857.384)	1.008.817.783	
Outros activos intangíveis	8.492.066	–	5.488.771	(260.331)	2.703.291	16.423.797	
	747.633.263	5.804.386	295.928.105	(19.970.081)	(4.154.093)	1.025.241.580	
	3.601.620.470	14.400.479	(67.419.597)	(53.327.794)	(4.392.295)	3.490.881.263	

	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2005	euros
Valor de custo							
Propriedade industrial e outros direitos	2.425.550.867	(28.521.414)	73.042.619	525.193.126	59.095.402	3.054.360.600	
Goodwill	1.222.855.000	(139.238.694)	4.650.454	164.599.654	–	1.252.866.414	
Outros activos intangíveis	13.649.626	111.475	8.807.250	2.362.764	(1.049.475)	23.881.640	
Activos intangíveis em curso	34.072.322	1.749	61.827.794	15.834.719	(93.591.505)	18.145.079	
	3.696.127.815	(167.646.884)	148.328.117	707.990.263	(35.545.578)	4.349.253.733	
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial e outros direitos	394.094.248	(11.695.842)	273.198.848	101.819.398	(18.275.455)	739.141.197	
Outros activos intangíveis	5.736.949	(233.209)	2.371.253	134.546	482.527	8.492.066	
	399.831.197	(11.929.051)	275.570.101	101.953.944	(17.792.928)	747.633.263	
	3.296.296.618	(155.717.833)	(127.241.984)	606.036.319	(17.752.650)	3.601.620.470	

As alterações no perímetro de consolidação em 2006 estão relacionadas essencialmente com a aquisição da MTC (Nota 2.b). As alterações no perímetro de consolidação em 2005 decorrem dos activos intangíveis da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 19), alienados no segundo semestre de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

- > Um montante de 339.964.723 euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações ao Estado português, o qual corresponde ao valor pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16.604.413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de QTE (8.430.864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica;
- > Um montante de 1.777.361.753 euros relativo a 50% do (i) valor imputado às licenças de Banda A detidas pela Vivo no processo de alocação do preço de compra de certas subsidiárias da Brasilcel agora incorporadas na Vivo, e (ii) do valor de custo das licenças de Banda B adquiridas em exercícios anteriores por empresas subsidiárias da Brasilcel para operar em determinados estados brasileiros;
- > Um montante de 603.230.160 euros relativo a licenças de utilização de software;
- > Um montante de 168.983.705 euros relativo a contratos de aquisição de capacidade em satélites celebrados pela TV Cabo, os quais foram registados como locação financeira;
- > Um montante de 133.092.912 euros relativo ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS. Adicionalmente, a TMN e os demais operadores móveis assumiram o compromisso de efectuar contribuições para a sociedade da informação, tendo em 2006 sido constituído um grupo de trabalho dos operadores móveis e representantes do Estado, com o objectivo de definir os termos e os montantes das referidas contribuições;
- > Um montante de 78.188.721 euros relativo ao aluguer de equipamentos terminais que foram disponibilizados a clientes de serviços móveis pós pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos de aluguer;
- > Um montante de 34.163.176 euros (Nota 2.b) resultante da imputação do preço de compra da MTC e relativo ao valor do acordo parassocial celebrado com os restantes accionistas, o qual atribui à Portugal Telecom o controlo da MTC; e
- > Um montante de 22.126.657 euros relativo à imputação do preço de compra da Sport TV ao valor de mercado do contrato celebrado entre esta entidade e a PPTV para aquisição dos direitos de transmissão da Superliga de Futebol entre 2004 e 2008.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	euros	
	2006	2005
Vivo (i)	692.801.517	701.383.586
Rede fixa		
PT.COM	162.624.017	162.624.017
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	75.634.389	75.634.389
PT Prime (transmissão de dados)	32.126.523	32.126.523
Outras empresas	570.204	570.204
	270.955.133	270.955.133
Multimédia		
TV por subscrição	254.516.010	253.248.456
Outros negócios		
MTC (Nota 2.b)	40.499.689	—
PT SI	8.956.960	8.956.960
Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Web-Lab	6.543.675	6.543.675
TV Cabo Macau	2.610.251	4.650.454
Outras empresas	34.023	3.898
	65.768.850	27.279.239
	1.284.041.510	1.252.866.414

(i) A redução do goodwill do segmento Vivo resulta essencialmente da desvalorização do real brasileiro face ao euro em 2006 (a taxa de câmbio do real brasileiro face ao euro, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, era de, respectivamente, 2,8118 e 2,7440).

Para efeitos da análise de imparidade, o goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis (Nota 7). O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo goodwill, não excede o seu valor recuperável.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, não foram identificados nem ocorreram indícios de perdas de imparidade nos activos intangíveis.

33 Activos tangíveis

Durante os exercícios de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2006	euros
Valor de custo							
Terrenos e recursos naturais	79.629.860	–	2.312.775	(272.885)	(967.825)	80.701.925	
Edifícios e outras construções	936.482.427	1.743.311	56.727.434	(2.207.897)	1.265.119	994.010.394	
Equipamento básico	11.217.237.559	79.181.389	455.369.922	(69.566.280)	11.170.085	11.693.392.675	
Equipamento de transporte	76.931.737	–	20.068.542	(372.063)	(13.476.967)	83.151.249	
Ferramentas e utensílios	20.240.728	(21.360)	1.498.937	(145.963)	792.151	22.364.493	
Equipamento administrativo	964.421.977	381.682	82.916.060	(4.694.126)	(2.507.426)	1.040.518.167	
Outros activos tangíveis	65.655.643	–	3.829.650	(103.776)	(682.804)	68.698.713	
Activos tangíveis em curso	152.051.621	–	241.376.013	(7.353.249)	(183.105.359)	202.969.026	
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	1.359.837	–	(470.221)	9.898	(566.901)	332.613	
	13.514.011.389	81.285.022	863.629.112	(84.706.341)	(188.079.927)	14.186.139.255	
Amortizações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	12.417.562	–	–	–	(87.590)	12.329.972	
Edifícios e outras construções	519.591.043	683.228	48.899.458	(571.856)	(7.405.651)	561.196.222	
Equipamento básico	8.019.715.144	33.285.575	761.886.334	(48.402.612)	(69.618.329)	8.696.866.112	
Equipamento de transporte	39.693.211	–	14.742.687	(225.130)	(10.978.014)	43.232.754	
Ferramentas e utensílios	17.753.878	(92)	826.139	(82.138)	(39.111)	18.458.676	
Equipamento administrativo	777.628.771	529.212	85.220.550	(2.893.519)	(12.250.934)	848.234.080	
Outros activos tangíveis	65.208.659	–	2.274.369	(447.067)	(3.247.712)	63.788.249	
	9.452.008.268	34.497.923	913.849.537	(52.622.322)	(103.627.341)	10.244.106.065	
	4.062.003.121	46.787.099	(50.220.425)	(32.084.019)	(84.452.586)	3.942.033.190	

	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 31 Dez 2005	euros
Valor de custo							
Terrenos e recursos naturais	98.487.608	(19.241.345)	38.281	2.844.964	(2.499.648)	79.629.860	
Edifícios e outras construções	955.449.657	(70.369.659)	26.994.188	12.680.197	11.728.044	936.482.427	
Equipamento básico	10.266.167.216	(129.994.189)	383.899.733	569.708.854	127.455.945	11.217.237.559	
Equipamento de transporte	62.684.851	(2.551.239)	25.963.081	1.006.345	(10.171.301)	76.931.737	
Ferramentas e utensílios	18.950.206	(463.304)	537.403	932.769	283.654	20.240.728	
Equipamento administrativo	851.087.993	(7.561.057)	89.101.677	28.810.141	2.983.223	964.421.977	
Outros activos tangíveis	69.092.264	(6.546.046)	4.949.275	164.438	(2.004.288)	65.655.643	
Activos tangíveis em curso	182.779.184	(295.330)	266.871.056	58.718.274	(356.021.563)	152.051.621	
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	260.486	(26.088)	1.102.132	17.857	5.450	1.359.837	
	12.504.959.465	(237.048.257)	799.456.826	674.883.839	(228.240.484)	13.514.011.389	
Amortizações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	12.641.436	(11.825)	(25.422)	–	(186.627)	12.417.562	
Edifícios e outras construções	525.268.980	(56.667.055)	43.415.242	2.844.138	4.729.738	519.591.043	
Equipamento básico	7.170.154.671	(92.064.454)	713.882.551	363.973.573	(136.231.197)	8.019.715.144	
Equipamento de transporte	37.437.139	(1.538.837)	12.065.724	546.160	(8.816.975)	39.693.211	
Ferramentas e utensílios	16.764.528	(188.538)	524.755	479.809	173.324	17.753.878	
Equipamento administrativo	701.829.950	(5.364.737)	77.108.709	16.182.080	(12.127.231)	777.628.771	
Outros activos tangíveis	104.591.048	(2.042.548)	(1.872.847)	705.024	(36.172.018)	65.208.659	
	8.568.687.752	(157.877.994)	845.098.712	384.730.784	(188.630.986)	9.452.008.268	
	3.936.271.713	(79.170.263)	(45.641.886)	290.153.055	(39.609.498)	4.062.003.121	

As alterações no perímetro de consolidação em 2006 estão relacionadas essencialmente com a aquisição da MTC (Nota 2.b). As alterações no perímetro de consolidação em 2005 decorrem dos activos intangíveis da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 19), alienados no segundo semestre de 2005.

Em 2006, a coluna de “Transferências, abates e outros” inclui (i) 51 milhões de euros relativos ao ajustamento do valor de determinados equipamentos de rede CDMA na Vivo por motivos de obsolescência tecnológica (Nota 15), (ii) 11 milhões de euros relacionados com abates de imobilizado corpóreo na PT Comunicações (Nota 7.a), e (iii) 5,7 milhões de euros relativos ao impacto do ajuste ao valor contabilístico de certos activos imobilizados na PT Multimédia (Nota 15).

Relativamente aos activos tangíveis e em curso são de referir as seguintes situações:

- > A existência de imobilizações corpóreas do negócio de rede fixa, no montante de 8.435.017 euros, e do negócio de televisão por cabo, no montante de 210.416.036 euros, instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia ou do domínio público;
- > Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 15.579.430 euros;
- > Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95 e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão ascendem a 1.239.689.172 euros;
- > A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 22.497.797 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- > Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN celebraram contratos de QTE, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

34

Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2006		2005	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	–	–	390.335.000	–
Empréstimos por obrigações não convertíveis	–	3.133.646.046	899.500.000	3.138.028.389
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	381.866.643	1.075.326.685	383.542.978	1.726.563.563
Empréstimos internos	24.994.569	28.075.839	24.218.954	47.345.559
Outros empréstimos				
Papel comercial	749.411.565	–	574.774.497	–
Empréstimos externos	460.231	271.654	14.941.899	31.233.930
Equity swaps sobre acções próprias (Nota 40.3)	187.612.393	–	102.044.948	–
Locação financeira	28.378.629	230.216.908	26.248.095	225.455.081
	1.372.724.030	4.467.537.132	2.415.606.371	5.168.626.522

a) Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 6 de Dezembro de 2001, a PT Finance emitiu Exchangeable Bonds no valor de 550.000.000 de euros, as quais conferiam o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção e maturidade em 6 de Dezembro de 2006. A taxa de juro anual deste empréstimo era de 2%, sendo o pagamento de juros anual no final de cada período. Em Dezembro de 2003, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 euros, e em Outubro de 2004 foram canceladas 10.000 obrigações convertíveis, no montante de 50.000.000 de euros. Em 6 de Dezembro de 2006, o montante remanescente destas obrigações convertíveis de 390.335.000 euros (Notas 23 e 43) foi reembolsado.

b) Empréstimos por obrigações não convertíveis

Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes (“GMTN”) no valor de 1.000.000.000 de euros. Estes títulos correspondiam a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma taxa de juro anual de 4,625% e maturidade em Abril 2009. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que estavam em carteira, com um valor nominal de 120.500.000 euros. Em 31 de Dezembro de 2006, o valor das obrigações em circulação ascendia a 879.500.000 euros. Na mesma data, o seu valor de mercado era de 877.125.350 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PT Finance procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1.000.000.000 de euros. Estes títulos correspondiam a obrigações não convertíveis, com uma taxa de juro anual de 5,75% e maturidade em Fevereiro de 2006. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que estavam em carteira, com um valor nominal de 100.500.000 euros. Em Fevereiro de 2006, o montante remanescente destas obrigações em circulação de 899.500.000 euros foi reembolsado (Notas 23 e 43).

Em 1 de Agosto de 2003, a Vivo contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais brasileiros (89 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006), com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 104,4% do CDI.

Em 1 de Maio de 2005, a Vivo contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 1.000 milhões de reais brasileiros (178 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006), com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual entre 103,3% e 104,2% do CDI.

Durante 2005, o Grupo, através da sua participada PT Finance, procedeu à emissão de três Eurobonds, no âmbito do Programa de Global Medium Term Notes, com os seguintes montantes e maturidades:

- Em 24 de Março de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 1.000 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 3,75% e maturidade em 2012;
- Em 24 de Março de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,375% e maturidade em 2017; e
- Em 16 de Junho de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,5% e maturidade em 2025.

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de mercado destas obrigações ascendia a, respectivamente, 920.600.000 euros, 433.150.000 euros e 407.650.000 euros.

As despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais são relacionadas com os arredondamentos na fixação das taxas de juro das emissões e com comissões, são diferidas e registadas a deduzir a estes empréstimos, sendo reconhecidas em resultados durante o período dos referidos empréstimos. Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo destes custos diferidos ascendia a 12.587.008 euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante máximo do Programa de Global Medium Term Notes da PT Finance era de 7.500.000.000 euros.

c) Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

		2006		2005	
	Moeda original	Euros		Moeda original	Euros
Euros	945.336.195	945.336.195		1.376.955.739	1.376.955.739
Dólares americanos	28.128.423	21.357.952		100.507.176	85.197.233
Reais brasileiros (i)	1.505.081.850	535.273.437		1.946.765.922	709.462.800
Outras		8.296.152			10.055.282
	1.510.263.736			2.181.671.054	

(i) A redução nos empréstimos denominados em reais brasileiros está relacionada essencialmente com a reestruturação da dívida da Vivo, a qual gerou uma redução da dívida bruta e das disponibilidades.

Em 2003, foi contratada uma Multicurrency Revolving Credit Facility no montante de 500 milhões de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 2005, esta Facility foi renegociada, tendo as datas de vencimento sido alteradas para Fevereiro de 2009 e de 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos). No final de 2005, esta Facility estava a ser utilizada na sua totalidade, tendo em 2006 sido efectuado o reembolso parcial da mesma em 460 milhões de euros, pelo que em 31 de Dezembro de 2006 se encontra utilizado um montante de 40 milhões de euros ao abrigo desta Facility (Nota 43.g).

Em 2004, a Portugal Telecom e a PT Finance contrataram três outras Multicurrency Revolving Credit Facilities no montante de 400 milhões de euros, nas seguintes datas, montantes e maturidades:

- Em 24 de Junho de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade inicial de quatro anos, alterada em 2005 para seis anos;
- Em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade inicial de três anos, alterada em 2005 para cinco anos;
- Em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de três anos e meio.

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante utilizado pelo Grupo no âmbito destas quatro Facilities era de 185 milhões de euros. Na mesma data, o valor de mercado das parcelas utilizadas pelo Grupo ascendia a 184 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante total de financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (“BEI”) e do KFW era de, respectivamente, 699 milhões de euros e 8 milhões de euros, com vencimento até 2014. Àquela data, o valor de mercado destas parcelas de dívida ascendia a 683 milhões de euros e 6 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	2006	2005
Taxa máxima	5,46%	4,60%
Taxa mínima	3,00%	2,44%

d) Papel comercial

A Portugal Telecom tem contratado programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 875.000.000 euros, estando utilizado um montante de 749.411.565 euros em 31 de Dezembro de 2006, a uma taxa de juro média anual de 3,80%, com liquidação prevista para Janeiro de 2007.

e) Dívida de médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2006, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	euros
2008	466.763.333
2009	1.077.972.639
2010	326.766.896
2011	124.427.107
2012	1.201.255.300
2013 e anos seguintes	1.270.351.857
	4.467.537.132

f) Condicionalismos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006, os principais condicionalismos financeiros (“covenants”) incluídos em contratos de dívida, todos eles em situação de cumprimento àquela data, eram como segue:

Alteração de controlo

As Credit Facilities, no montante total de 900 milhões de euros, e alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 386 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, conferem o direito aos mutuantes de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom.

Notações de rating

Alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 365 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, estabelecem que, caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB/Baa2 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo banco. Em resultado do downgrade da Portugal Telecom, anunciado em 3 de Agosto de 2006, para BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch, a Empresa negocou com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. O acordo entre as duas entidades, assinado em 23 de Fevereiro de 2007, prevê a possibilidade de apresentação de garantia apenas no caso de redução do rating vigente à data actual (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch).

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

A Credit Facility de 500 milhões de euros estabelece que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas “Material Subsidiaries” (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados).

Alienação de activos

A Credit Facility de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 680 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom. No âmbito do acordo com o BEI de 23 de Fevereiro de 2007, referido acima, o banco renunciou ao exercício dos seus direiros no âmbito desta cláusula exclusivamente para efeitos da operação de spin-off da PT Multimédia (sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas da Portugal Telecom).

Ráculos financeiros

A Credit Facility de 500 milhões de euros e uma das Credit Facilities de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A Credit Facility de 100 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à Credit Facility de 500 milhões de euros e a uma das Credit Facilities de 150 milhões de euros podem ser alteradas se o rácio dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 31 de Dezembro de 2006, este rácio é equivalente a 1,55.

Negative pledge

O Programa de Global Medium Term Notes e as Credit Facilities que totalizam 900 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de negative pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

35 Contas a pagar – outros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Fornecedores de imobilizado	417.871.361	319.762.088	
Pessoal	18.382.030	16.496.914	
Outros	43.123.122	77.485.610	
	479.376.513	413.744.612	

36 Acréscimos de custos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Fornecimentos e serviços externos	299.237.991	256.175.923	
Juros a liquidar (i)	196.902.460	268.199.421	
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	111.835.095	109.452.606	
Descontos a conceder a clientes	39.057.657	46.055.106	
Outros	33.184.329	28.038.129	
	680.217.532	707.921.185	

(i) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica inclui 58,5 milhões de euros e 72,6 milhões de euros (Nota 41), respectivamente, relativos ao justo valor da componente de juro de derivados contratados pela Vivo. Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui ainda 11,2 milhões de euros (Nota 41) relativos ao justo valor de derivados de taxa de juro e taxa de câmbio detidos para negociação por diversas empresas do Grupo. A redução ocorrida nesta rubrica em 2006 está essencialmente relacionada com os juros das obrigações não convertíveis emitidas pela PT Finance em Fevereiro de 2001, as quais foram amortizadas em Fevereiro de 2006 (Nota 34).

37 Proveitos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Facturação antecipada	193.298.636	183.983.467	
Tráfego pré-pago	111.408.166	105.931.306	
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes	39.942.294	32.811.670	
Outra facturação antecipada	41.948.176	45.240.491	
Outros	22.439.675	24.171.979	
	215.738.311	208.155.446	

38 Provisões e ajustamentos

Durante os exercícios de 2006 e 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos:

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2006	euros
Ajustamentos								
Contas a receber (Notas 24 e 25)	373.818.493	521.587	283.188.936	(42.065.033)	(6.258.490)	(184.593.631)	424.611.862	
Existências (Nota 26)	28.247.571	–	2.653.654	(5.247.510)	(227.079)	(793.688)	24.632.948	
Investimentos (Notas 30 e 31)	65.270.472	–	6.336.241	(36.098.033)	310.993	(1.982.891)	33.836.782	
	467.336.536	521.587	292.178.831	(83.410.576)	(6.174.576)	(187.370.210)	483.081.592	

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2006	euros
Provisões para riscos e encargos								
Processos judiciais em curso (Nota 45)	74.717.074	–	26.460.483	(2.286.421)	(1.924.893)	(44.579.301)	52.386.942	
Impostos	68.293.691	–	13.960.219	(32.635.330)	(1.391.010)	(4.572.492)	43.655.078	
Outras	135.511.379	–	5.374.211	(12.385.262)	(934.093)	(15.823.197)	111.743.038	
	278.522.144	–	45.794.913	(47.307.013)	(4.249.996)	(64.974.990)	207.785.058	
	745.858.680	521.587	337.973.744	(130.717.589)	(10.424.572)	(252.345.200)	690.866.650	

	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros movimentos	Saldo 31 Dez 2005	euros
Ajustamentos								
Contas a receber (Notas 24 e 25)	384.282.577	(9.470.260)	218.146.238	(45.861.667)	24.366.734	(197.645.129)	373.818.493	
Existências (Nota 26)	33.738.318	(11.736.143)	7.455.408	(2.733.665)	2.836.002	(1.312.349)	28.247.571	
Investimentos (Notas 30 e 31)	163.570.034	(5.822.982)	9.316.174	(100.845.406)	(1.668.379)	721.031	65.270.472	
	581.590.929	(27.029.385)	234.917.820	(149.440.738)	25.534.357	(198.236.447)	467.336.536	
Provisões para riscos e encargos								
Processos judiciais em curso (Nota 45)	83.464.327	(16.547.762)	21.301.308	(32.698.384)	8.574.753	10.622.832	74.717.074	
Impostos	63.564.078	(3.343.758)	9.103.991	(2.494.247)	12.094.237	(10.630.610)	68.293.691	
Outras	104.484.746	35.272.827	40.619.172	(11.666.178)	2.693.118	(35.892.306)	135.511.379	
	251.513.151	15.381.307	71.024.471	(46.858.809)	23.362.108	(35.900.084)	207.785.058	
	833.104.080	(11.648.078)	305.942.291	(196.299.547)	48.896.465	(234.136.531)	745.858.680	

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de “Provisões para riscos e encargos” foi classificada no balanço de acordo com a data expectável da liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

	2006	2005	euros
Provisões correntes			
Processos judiciais em curso		32.053.458	34.772.400
Impostos		26.512.397	52.369.318
Outras		46.585.636	75.957.236
	105.151.491	163.098.954	
Provisões não correntes			
Processos judiciais em curso		20.333.484	39.944.674
Impostos		17.142.681	15.924.373
Outras		65.157.402	59.554.143
	102.633.567	115.423.190	
	207.785.058	278.522.144	

A provisão para impostos destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos das diversas empresas do Grupo e de consultores fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” tem a seguinte composição:

	2006	2005
Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g)	58.867.102	49.139.262
Programas de fidelização (i)	42.607.492	41.048.865
Investimentos financeiros negativos (ii)	4.548.077	4.899.962
Custos estimados com a alienação da Lusomundo Media (iii)	–	18.929.000
Digitalização da rede TV Cabo (iv)	–	10.295.804
Outros	5.720.367	11.198.486
	111.743.038	135.511.379

(i) Esta provisão foi reconhecida pela TMN e pela Vivo para fazer face aos custos estimados com programas de fidelização de clientes, tendo sido calculada com base nos custos de catálogo à data do balanço, bem como na estimativa dos níveis de utilização. (ii) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento financeiro (incluindo empréstimos) que se encontravam registadas no activo (Notas 2.a) e 30). (iii) No seguimento da alienação da Lusomundo Media em Agosto de 2005, o Grupo registou uma provisão no montante de 18.929.000 euros (Nota 19) para fazer face a garantias assumidas com o comprador decorrentes do contrato de venda deste investimento. Em 2006, o Grupo concluiu o processo negocial com o comprador, tendo acordado pelo pagamento de 10.420.000 euros a título da execução das garantias prestadas. O valor remanescente de 8.509.000 euros foi revertido (Nota 15). (iv) A provisão para digitalização da rede TV Cabo foi registada em períodos anteriores e destinava-se a fazer face aos compromissos assumidos pela PT Multimédia de substituição dos serviços premium analógicos por uma oferta digital. Esta provisão foi totalmente utilizada no decorrer de 2006.

As alterações no perímetro de consolidação em 2006 estão relacionadas essencialmente com a aquisição da MTC (Nota 2.b). As alterações no perímetro de consolidação em 2005 decorrem da alienação da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 19) no segundo semestre de 2005.

Nos exercícios de 2006 e 2005, o reforço das provisões e ajustamentos foi registado nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	2006	2005
Provisões e ajustamentos	304.124.737	259.567.845
Custos de curtailment, líquidos (Nota 9.5)	11.528.257	–
Imposto sobre o rendimento (Notas 18 e 27)	8.545.381	6.873.860
Perdas em empresas participadas (Nota 30)	7.826.555	9.486.170
Outros custos, líquidos (Nota 15)	3.295.160	1.949.648
Custos das mercadorias vendidas (Nota 11)	2.527.916	7.090.586
Operações descontinuadas (Nota 19)	–	18.929.000
Outros	125.738	2.045.182
	337.973.744	305.942.291

Nos exercícios de 2006 e 2005, a redução nas rubricas de provisões foi registada nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	2006	2005
Provisões e ajustamentos	(71.841.408)	(83.618.848)
Ganhos em empresas participadas (i)	(36.675.164)	(109.645.406)
Outros custos, líquidos (Nota 15)	(12.728.490)	(39.463)
Impostos indirectos (Nota 14)	(4.214.639)	–
Custos das mercadorias vendidas (Nota 11)	(3.796.922)	(2.532.067)
Outros	(1.460.966)	(463.763)
	(130.717.589)	(196.299.547)

(i) Em 2006, esta rubrica inclui essencialmente 36.098.033 euros (Nota 30) relativos à redução da provisão para perdas na Médi Télécum.

Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica de “Provisões e ajustamentos” da demonstração dos resultados inclui os seguintes itens:

	2006	2005	euros
Aumentos nas provisões e ajustamentos	304.124.737	259.567.845	
Reduções nas provisões e ajustamentos	(71.841.408)	(83.618.848)	
Dívidas incobráveis	11.054.239	3.241.773	
Recuperação de dívidas incobráveis	(13.143.896)	(7.713.329)	
	230.193.672	171.477.441	

Na rubrica de “Ajustamentos a contas a receber”, a redução na coluna de “Outros movimentos” decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, que se encontravam provisionados (Nota 24).

Na rubrica de “Provisões para processos judiciais em curso”, a redução na coluna de “Outros movimentos” resulta essencialmente da resolução desfavorável de um processo intentado contra a Vivo decorrente da privatização da Telebrás em 1998, mediante o qual a Vivo pagou um montante de 26 milhões de euros (Nota 45.2).

39 Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Outros passivos correntes			
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l. ix) e 29)	46.332.009	48.342.815	
Dividendos a pagar (i)	8.909.070	15.843.427	
Outros (ii)	27.254.810	21.426.204	
	82.495.889	85.612.446	
Outros passivos não correntes			
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l. ix) e 29)	627.430.804	744.003.413	
Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 41)	44.048.655	53.542.200	
Outros (iii)	11.009.462	11.555.757	
	682.488.921	809.101.370	

(i) Este montante respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontram por liquidar. (ii) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui essencialmente 20 milhões de euros respeitantes a uma conta a pagar a accionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas em 2005. No âmbito desta operação, as acções emitidas pelas diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova acção. Em virtude de determinados accionistas não possuírem o número suficiente de acções para receber uma nova acção, foi efectuado um leilão das acções não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos accionistas, o qual será liquidado na medida que esses accionistas o solicitem. (iii) Esta rubrica inclui essencialmente acréscimos de custos relacionados com juros incorridos com determinados empréstimos obtidos pela Vivo, cujo vencimento ocorre a mais de 12 meses.

40 Capital próprio

38

Durante os exercícios de 2006 e 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

39

40

	Capital social	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Resultados acumulados	Total do capital próprio, excluindo interesses minoritários	euras
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.166.485.050	91.704.891	(189.751.440)	154.225.075	87.799.950	376.080.511	1.686.544.037	
Compra de acções próprias	—	—	(252.749.396)	—	—	—	—	(252.749.396)
Reserva para acções próprias canceladas	—	—	—	—	340.455.888	(340.455.888)	—	—
Cancelamento de acções próprias	(37.628.550)	—	340.455.888	—	(302.827.338)	—	—	—
Dividendos atribuídos e pagos (Nota 43.j)	—	—	—	—	—	(395.085.000)	(395.085.000)	—
Aplicação de resultados a reserva legal	—	—	—	25.004.286	—	(25.004.286)	—	—
Acções próprias adquiridas pela PT Multimédia a accionistas minoritários	—	—	—	—	—	(33.977.853)	(33.977.853)	—
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	—	—	—	—	—	169.674.682	169.674.682	—
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	—	—	—	—	—	653.984.819	653.984.819	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.128.856.500	91.704.891	(102.044.948)	179.229.361	125.428.500	405.216.985	1.828.391.289	
Aumento de capital por incorporação de reservas	338.656.950	(91.704.891)	—	(121.523.559)	(125.428.500)	—	—	—
Redução de capital	(1.072.413.675)	—	—	—	—	1.072.413.675	—	—
Contratação de equity swaps sobre acções próprias	—	—	(171.984.398)	—	—	—	(171.984.398)	—
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias	—	—	86.416.953	—	—	—	86.416.953	—
Dividendos atribuídos e pagos (Notas 21 e 43.j)	—	—	—	—	—	(526.402.838)	(526.402.838)	—
Aplicação de resultados a reserva legal	—	—	—	25.001.079	—	(25.001.079)	—	—
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	—	—	—	—	—	172.069.067	172.069.067	—
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	—	—	—	—	—	866.759.657	866.759.657	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	395.099.775	—	(187.612.393)	82.706.881	—	1.965.055.467	2.255.249.730	

40.1 Capital social

Em 21 de Dezembro de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, e no âmbito do programa de recompra de acções próprias, a Portugal Telecom procedeu ao cancelamento de 37.628.550 acções ordinárias que se encontravam em carteira nessa data. Deste modo, a Portugal Telecom viu o seu capital social reduzido de 1.166.485.050 euros para 1.128.856.500 euros, em 31 de Dezembro de 2005, com um valor nominal de 1 euro cada.

Na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foram aprovados um aumento de capital de 338.656.950 euros e posterior redução de capital no montante de 1.072.413.675 euros. O aumento de capital foi efectuado em 11 de Maio de 2006 através da incorporação dos prémios de emissão de acções, reservas legais e reservas de acções próprias. A redução de capital, realizada em 11 de Setembro de 2006, foi efectuada por transferência do referido montante para a rubrica de “Resultados Acumulados”. Em consequência destas duas operações, o capital social da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2006 passou a ascender a 395.099.775 euros e encontra-se representado por 1.128.856.500 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 0,35 euros cada e com a seguinte distribuição:

- 1.128.856.000 ordinárias; e
- 500 acções de Categoria A.

As matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em assembleia geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom, SGPS, SA;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como dos membros do Conselho Fiscal;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe;

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

40.2 Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultaram de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias. A totalidade dos prémios de emissão de acções foi utilizada no aumento de capital realizado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

40.3 Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as acções próprias em carteira correspondiam a equity swaps contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma efectiva aquisição de acções, de acordo com o IAS 32, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 34).

Durante o exercício de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor	Valor contabilístico por acção euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	21.551.006	21.551.006	168.200.434	189.751.440	8,80
Compras e contratação de equity swaps	29.317.544	29.317.544	223.431.852	252.749.396	
Cancelamento de acções próprias (Nota 40.1)	(37.628.550)	(37.628.550)	(302.827.338)	(340.455.888)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	13.240.000	13.240.000	88.804.948	102.044.948	7,71
Contratação de equity swaps	18.740.000	18.740.000	153.244.398	171.984.398	
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias (i)	(11.340.000)	(11.340.000)	(75.076.953)	(86.416.953)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	20.640.000	20.640.000	166.972.393	187.612.393	9,09

(i) Durante o segundo semestre de 2006, a Portugal Telecom procedeu ao exercício financeiro de equity swaps sobre 11.340.000 acções próprias, tendo recebido um montante de 23.513.275 euros (Nota 16) em resultado da diferença entre o preço de exercício contratado nesses equity swaps e a cotação da acção da Portugal Telecom nas datas em que se procedeu ao exercício financeiro.

40.4 Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Uma parcela da reserva legal no montante de 121.523.559 euros foi utilizada no aumento de capital realizado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

40.5 Reserva de acções próprias

A reserva de acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas. A reserva de acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. A totalidade da reserva de acções próprias foi utilizada no aumento de capital realizado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

40.6 Resultados acumulados

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os resultados acumulados têm a seguinte composição:

	31 Dez 2006	31 Dez 2005
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio		
Perdas actuariais líquidas (Nota 9)	(1.650.597.836)	(1.970.013.049)
Derivados de cobertura	3.984.931	(21.613.807)
Investimentos disponíveis para venda	22.968.096	3.136.453
Ajustamentos de conversão cambial (i)	637.337.339	717.198.124
	(986.307.470)	(1.271.292.279)
Impacto fiscal	430.471.597	543.387.339
	(555.835.873)	(727.904.940)
Reservas livres e resultados transitados	1.654.131.683	479.137.106
Resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe	866.759.657	653.984.819
	1.965.055.467	405.216.985

(i) Esta rubrica corresponde essencialmente aos ajustamentos de conversão cambial desde 1 de Janeiro de 2004 dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira (Nota 3.q), que inclui principalmente o investimento do Grupo no Brasil, cujos ajustamentos de conversão cambial totalizam cerca de 652 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, dos quais 95% dizem respeito à Vivo.

41 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivados são utilizados pelo Grupo, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, sendo igualmente necessária a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Derivados com acções

De modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom contratou em anos anteriores junto de uma instituição financeira equity swaps sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital. Estes equity swaps tinham as seguintes condições em 31 de Dezembro de 2005:

- > 18.375.090 acções, com um preço inicial de 8,87 euros e maturidade de 4 meses; e
- > 12.200.000 acções, com um preço inicial de 7,05 euros e maturidade de 4 meses.

Em 24 de Julho de 2006, estes equity swaps foram liquidados financeiramente, por término do prazo inicial, tendo a Empresa recebido um montante de 26,8 milhões de euros (Nota 43.e) em resultado da diferença entre os preços iniciais contratados e a cotação da acção PTM nessa data (9,02 euros). Na mesma data, a Portugal Telecom contratou um novo equity swap sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia com um preço inicial de 9,02 euros e maturidade de 2 anos.

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Banco Espírito Santo contratos de derivados com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitiam à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de euros, bem como conferiam a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. Estas opções terminaram em 31 de Dezembro de 2005 e não puderam ser exercidas por ambas as partes em resultado de não ter sido atingido o strike contratado. A exigibilidade do montante acima referido estava sujeita à condição suspensiva de ao Banco Espírito Santo ser pago o preço das opções que o Banco Espírito Santo tinha contratado com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda. A Portugal Telecom recebeu 50% deste montante no exercício de 2005, no total de 8,3 milhões de euros. Em Junho de 2006, o Banco Espírito Santo informou a Portugal Telecom que os restantes 50%, também no total de 8,3 milhões de euros, não lhe foram pagos. Consequentemente, este contrato foi terminado.

Instrumentos de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de acordo com o IAS 39, tendo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 sido reconhecidos como derivados de cobertura os seguintes contratos (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

31 Dez 2006				milhões de euros
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Cobertura de fluxos de caixa				
Portugal Telecom	399,0	Swaps de taxa de juro em EUR	6,8	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cobertura de valor de mercado				
Portugal Telecom	40,3	Cross currency swaps EUR/USD	5,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	565,8	Cross currency swaps USD/BRL	0,8	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	320,4	Cross currency swaps JPY/BRL	1,3	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos

31 Dez 2005				milhões de euros
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Cobertura de fluxos de caixa				
Portugal Telecom	585,0	Swaps de taxa de juro em EUR	7,6	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cobertura de valor de mercado				
Portugal Telecom	54,1	Cross currency swaps EUR/USD	6,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	961,5	Cross currency swaps USD/BRL	1,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	161,3	Cross currency swaps JPY/BRL	1,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos
Vivo	40,1	Swaps de taxa de juro em BRL	1,8	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro
Vivo	197,1	Swaps de taxa de juro em USD	1,8	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro

Instrumentos detidos para negociação

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de acordo com o IAS 39, tendo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 sido reconhecidos como instrumentos detidos para negociação os seguintes contratos (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

31 Dez 2006					milhões de euros
Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Portugal Telecom	251,6	Swaps de taxa de juro em EUR	5,5	Instrumentos resultantes de coberturas anteriores de risco de taxa de juro	
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	2,3	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente	
Portugal Telecom	275,8	Equity swaps sobre acções PT Multimédia	1,6	Aumentar a exposição à PT Multimédia	
Cabo Verde Telecom	2,1	Cross currency swap EUR/USD	2,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro em financiamentos	
Vivo	12,5	Cross currency swaps USD/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	1,9	Cross currency swaps EUR/BRL	0,4	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	875,8	Swaps de taxa de juro em BRL	0,5	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Vivo	176,5	Swaps de taxa de juro em USD	0,8	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Mobitel	16,6	Cross currency swaps USD/BRL	3,3	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

31 Dez 2005					milhões de euros
Empresa	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Portugal Telecom	102,0	Swaps de taxa de juro em EUR	4,5	Instrumentos resultantes de coberturas anteriores de risco de taxa de juro	
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	3,3	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente	
Portugal Telecom	249,0	Equity swaps sobre acções PT Multimédia	0,3	Aumentar a exposição à PT Multimédia	
Cabo Verde Telecom	3,3	Cross currency swaps EUR/USD	3,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro em financiamentos	
Vivo	318,2	Cross currency swaps USD/BRL	0,8	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	5,8	Cross currency swaps EUR/BRL	0,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Mobitel	17,8	Cross currency swaps USD/BRL	4,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O movimento ocorrido nos exercícios de 2006 e 2005 no valor de mercado dos derivados é como segue:

milhões de euros					
Variação no valor de mercado					
Saldo 31 Dez 2005	Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2006
Derivados de cobertura de valor de mercado					
Taxa de juro e taxa de câmbio	(122,3)	(125,1)	–	151,3	2,0 (94,1)
Derivados detidos para negociação					
Taxa de câmbio	(26,6)	(8,4)	–	–	– (35,0)
Taxa de câmbio e taxa de juro	36,3	(9,5)	–	(38,3)	0,3 (11,2)
Taxa de juro	(5,3)	(3,7)	–	1,7	(0,0) (7,4)
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 43.e)	42,0	1,8	–	(26,8)	– 17,0
Derivados de cobertura de fluxos de caixa					
Taxa de juro	(21,6)	–	25,6	–	– 4,0
	(97,6)	(144,9)	25,6	88,0	2,2 (126,7)

milhões de euros					
Variação no valor de mercado					
Saldo 31 Dez 2004	Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 31 Dez 2005
Derivados de cobertura de valor de mercado					
Taxa de juro e taxa de câmbio	(60,6)	(140,1)	–	101,8	(23,5) (122,3)
Derivados detidos para negociação					
Taxa de câmbio	(40,7)	14,1	–	–	– (26,6)
Taxa de juro e taxa de câmbio	39,8	(50,5)	–	23,0	24,0 36,3
Taxa de juro	(0,2)	(3,6)	–	– (1,5)	– (5,3)
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 29)	31,2	10,8	–	–	– 42,0
Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia	(12,6)	4,2	–	–	8,3 –
Derivados de cobertura de fluxos de caixa					
Taxa de juro	(21,7)	–	0,1	–	– (21,6)
	(64,8)	(164,9)	0,1	124,8	7,4 (97,6)

A variação no valor de mercado dos derivados de cobertura e dos derivados detidos para negociação, ocorrida no exercício de 2006, foi registada em resultados conforme segue:

milhões de euros			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos (Nota 16)
			Total
Derivados de cobertura de valor de mercado			
Taxa de juro e taxa de câmbio	69,0	56,1	– 125,1
Derivados detidos para negociação			
Taxa de câmbio	–	–	8,4 8,4
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	5,4	4,1 9,5
Taxa de juro	–	–	3,7 3,7
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	–	(1,8) (1,8)
	69,0	61,4	14,4 144,9

A variação no valor de mercado dos derivados de cobertura e dos derivados detidos para negociação, ocorrida no exercício de 2005, foi registada em resultados conforme segue:

	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos (Nota 16)	milhões de euros Total
Derivados de cobertura de valor de mercado				
Taxa de juro e taxa de câmbio	87,7	52,4	–	140,1
Derivados detidos para negociação				
Taxa de juro	–	–	(14,1)	(14,1)
Taxa de juro	–	–	50,5	50,5
Taxa de juro	–	–	3,6	3,6
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	(1,4)	–	(9,4)	(10,8)
Opcões de compra e venda de acções da PT Multimédia	–	–	(4,2)	(4,2)
	86,3	52,4	26,3	164,9

Em 31 de Dezembro de 2006, os derivados contratados pela Empresa encontram-se reconhecidos a valor de mercado, estando registados no balanço conforme segue:

	Activos Aumentos (Diminuições)		Passivos (Aumentos) Diminuições			
	Investimentos de curto prazo	Outros activos não correntes (Nota 29)	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros activos correntes e não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	–	(35,6)	(58,5)	–	(94,1)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio	–	–	–	–	(35,0)	(35,0)
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	–	–	(11,2)	–	(11,2)
Taxa de juro	1,7	–	–	–	(9,0)	(7,4)
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	17,0	–	–	–	17,0
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	–	4,0	–	–	–	4,0
	1,7	21,0	(35,6)	(69,7)	(44,0)	(126,7)

Em 31 de Dezembro de 2005, os derivados contratados pela Empresa encontram-se reconhecidos a valor de mercado, estando registados no balanço conforme segue:

	Activos Aumentos (Diminuições)		Passivos (Aumentos) Diminuições			
	Investimentos de curto prazo (Nota 23)	Outros activos não correntes (Nota 29)	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros activos correntes e não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	–	(49,8)	(72,6)	–	(122,3)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio	–	–	–	–	(26,6)	(26,6)
Taxa de câmbio e taxa de juro	37,9	–	(1,6)	–	–	36,3
Taxa de juro	–	–	–	–	(5,3)	(5,3)
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	42,0	–	–	–	42,0
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	–	–	–	–	(21,6)	(21,6)
	37,9	42,0	(51,4)	(72,6)	(53,5)	(97,6)

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tinha apresentado avales, garantias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	euros
	2006
Garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal	41.130.444
Garantias bancárias a favor de tribunais	2.342.952
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas por	
TMN	22.628.679
PT Comunicações	8.100.531
PT Multimédia	8.294.647
Outras	4.148.774
	43.172.631
Cartas de conforto e avales a favor de terceiros	
Sport TV	31.500.000
PT Ventures	5.669.686
Outras	2.666.666
	39.836.352

As garantias bancárias solicitadas pela TMN incluem uma garantia apresentada no âmbito das operações de QTE contratadas pela TMN (Nota 33) e garantias apresentadas à Anacom referentes ao cumprimento de obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS adquirida em Dezembro de 2000. As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas às Autarquias e Câmaras Municipais, estando relacionadas essencialmente com processos intentados contra a empresa referentes às taxas de ocupação da via pública. As garantias bancárias solicitadas pela PT Multimédia incluem garantias apresentadas à Alta Autoridade para a Comunicação Social referentes à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão e garantias exigidas por locadores de salas de cinema.

As cartas de conforto e os avales a favor de terceiros foram prestadas por empresas do Grupo relativamente a financiamentos obtidos por empresas associadas. A PT Multimédia concedeu à Sport TV um aval solidário com a Sporinveste (o outro accionista da Sport TV, em conjunto com a PT Conteúdos) até ao montante de 70 milhões de euros, como forma de garantia de um financiamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos Jogos da Superliga de Futebol, para as épocas de 2004-2005 a 2007-2008. Em 31 de Dezembro de 2006, a dívida da Sport TV ascende a 63 milhões de euros, a qual é consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, pelo que 50% deste empréstimo está reconhecido no balanço consolidado do Grupo. Deste modo, a garantia não reconhecida no balanço consolidado do Grupo, que em 31 de Dezembro de 2006 ascende a 31.500.000 euros, está incluída na tabela supra apresentada.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Junho de 2006, a Médi Télécom celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio de bancos de Marrocos, pelo montante global de 544 milhões de euros. Este financiamento foi utilizado para amortizar a dívida de médio e longo prazo denominada em moeda estrangeira, a qual tinha sido emitida em exercícios anteriores através de contratos celebrados com um consórcio liderado pelo International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale.

Tal com já sucedia com os contratos dos empréstimos amortizados, as condições dos novos contratos de financiamento obrigam a Médi Télécom a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Móviles España (32,18% do capital) e Banque Marocaine du Commerce Extérieur (17,59% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Em Outubro de 2006, o outro accionista da Médi Télécom assinou também o Shareholders Support Deed.

No âmbito deste acordo, as partes comprometem-se a efectuar contribuições (sob a forma de capital ou empréstimos) até a um montante máximo de 168 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros destinados ao pagamento do serviço da dívida, sendo que este compromisso cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 2,0. Em 31 de Dezembro de 2006, como consequência da renegociação do Shareholders Support Deed efectuada em meados de 2006, o passivo máximo que a Portugal Telecom pode incorrer ascende a 54 milhões de euros, que é proporcional à participação da Portugal Telecom na Médi Télécom.

(b) O Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2006, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste Multimédia no montante de 30.023.168 euros (Nota 30).

(c) Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos e conteúdos, respectivamente no montante de aproximadamente 116 milhões de euros e 43 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com os empréstimos bancários (Nota 34) eram as seguintes:

Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	161.224.684
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	6.210.663

Em 31 de Dezembro de 2006, a Portugal Telecom tinha depósitos bancários no montante de 28.026.893 euros que se encontravam cativos, em resultado de operações de cross border lease realizadas pelo Grupo (Nota 33). Na mesma data, a Vivo tinha activos tangíveis e aplicações financeiras dados como garantia de processos judiciais em curso, cujo valor ascendia a 19.225.763 euros e 8.116.509 euros, respectivamente.

43 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o disposto no IAS 7, havendo os seguintes aspectos a salientar:

(a) A rubrica “Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros” inclui essencialmente os custos registados na demonstração dos resultados na rubrica de “Impostos indirectos” (Nota 14), bem como os pagamentos e recebimentos de IVA em Portugal.

(b) Estas rubricas incluem essencialmente a contratação e o resgate de aplicações financeiras de curto prazo. Os recebimentos líquidos provenientes de aplicações financeiras de curto prazo no montante de 1.764.376.225 euros em 2006 e os pagamentos líquidos respeitantes a aplicações financeiras de curto prazo no montante de 1.793.838.696 euros em 2005 estão relacionados essencialmente com os movimentos ocorridos nos empréstimos obtidos (Nota 43.g). O aumento dos fluxos de aplicações financeiras de curto prazo em 2006, tanto nos recebimentos como nos pagamentos, resulta essencialmente de o Grupo Portugal Telecom ter centralizado, a partir do início de 2006, a gestão da tesouraria.

(c) Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica de “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
Lusomundo Media	–	174.476.893	
Primesys	–	101.787.961	
UOL	–	85.569.547	
Intelsat	–	15.055.553	
Media Capital	–	12.880.000	
SportTV	3.975.469	–	
Iris Capital	2.328.287	–	
Outras	592.048	2.045.795	
	6.895.804	391.815.749	

(d) Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
CTM	15.038.429	14.794.501	
Unitel	15.024.110	–	
Páginas Amarelas	2.283.714	3.526.280	
Lisboa TV	1.641.167	906.861	
Banco Espírito Santo	1.344.000	1.545.600	
Outras	779.461	651.183	
	36.110.881	21.424.425	

(e) Em 2006, a rubrica “Outros recebimentos de actividades de investimento” inclui essencialmente um montante de 26.772.985 euros referente ao exercício financeiro dos equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 41) e um montante de 23.513.275 euros referente ao exercício financeiro dos equity swaps sobre acções próprias da Portugal Telecom (Nota 16).

(f) Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	2006	2005	euros
MTC (i)	57.489.375	–	
BES (Nota 31)	19.320.000	–	
Web-Lab (ii)	6.418.036	–	
Mobitel (iii)	3.574.460	–	
Vivo (iv)	–	8.953.229	
Banco Best	–	2.931.929	
Distodo	–	1.200.000	
Outras	8.234.506	14.083.627	
	95.036.377	27.168.785	

(i) Esta rubrica inclui o montante de 108.648.089 euros pago pela aquisição de uma participação de 34% na MTC (Nota 2.b), líquido de um montante de 51.158.714 euros relativo ao saldo de caixa e equivalentes de caixa existente na MTC em 1 de Setembro de 2006, data em que esta empresa foi incluída no perímetro de consolidação. (ii) Esta rubrica respeita à aquisição aos antigos accionistas da Web-Lab dos 10% de participação no capital social que o Grupo ainda não detinha. Em resultado desta operação, a Portugal Telecom detém agora 100% desta participada. (iii) Em 2006, a PT Brasil adquiriu uma participação adicional de 4,26% no capital da Mobitel, ficando desta forma a controlar 100% desta empresa. (iv) Em 2005, esta rubrica respeita à liquidação da parcela remanescente da dívida referente à aquisição da TCO efectuada em 2003.

(g) Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Em 2006, os pagamentos de empréstimos obtidos, líquidos, ascenderam a 1.741.067.928 euros e incluem basicamente: (i) 899.500.000 euros referentes à amortização da Eurobond emitida em 21 de Fevereiro de 2001 (Nota 34); (ii) 460.000.000 euros referentes ao reembolso parcial da Multicurrency Revolving Credit Facility contratada em 2003 (Nota 34); e (iii) 390.335.000 euros referentes ao reembolso das obrigações convertíveis emitidas pela PT Finance em Dezembro de 2001 (Nota 34).

Em 2005, os recebimentos de empréstimos obtidos, líquidos, ascendem a 1.966.203.848 euros e incluem essencialmente: (i) 2.000 milhões de euros referentes às novas emissões de Eurobonds efectuadas pela PT Finance em 2005 (Nota 34); (ii) 250 milhões de euros relativos ao financiamento contraído junto do BEI; e (iii) 584.950.000 euros relacionados com a amortização dos Floating Rate Notes emitidos em 16 de Dezembro de 2001 pela PT Finance.

(h) No exercício 2005, a rubrica “Recebimentos provenientes de aumentos de capital e prémios de emissão” inclui o montante de 12.445.604 euros relativo à participação dos minoritários no aumento de capital ocorrido em algumas empresas participadas da Vivo em Julho de 2005.

(i) Em 2005, a rubrica “Recebimentos provenientes de outras actividades de financiamento” respeita essencialmente aos montantes recebidos pela Vivo relacionados com a operação de agrupamento de ações realizada no primeiro semestre de 2005.

(j) Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica “Pagamentos respeitantes a dividendos” inclui o pagamento de dividendos das seguintes entidades:

	2006	2005	euros
Portugal Telecom (Notas 21, 23 e 40)	526.402.383	395.085.000	
PT Multimédia	26.926.177	24.478.010	
MTC	13.095.694	–	
Empresas subsidiárias da Brasilcel	6.463.482	17.346.247	
Cabo Verde Telecom	6.011.557	5.370.566	
Outras	2.588.953	3.135.334	
	581.488.701	445.415.157	

(k) Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica “Outros pagamentos respeitantes a actividades de financiamento” inclui, respectivamente, 68.325.813 euros e 51.046.132 euros relacionados com derivados de cobertura de taxa de câmbio contratados pela Vivo. Em 2005, esta rubrica inclui adicionalmente 59.033.605 euros pagos aos accionistas minoritários da PT Multimédia relativos a uma operação de emissão de put warrants.

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e as transacções ocorridas durante o exercício findo nessa data entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e consolidadas pelo método proporcional (na parcela referente aos 50% não detidos pelo Grupo PT) são como segue:

Empresa	Empréstimos concedidos			euros
	(Nota 30)	Contas a receber	Contas a pagar	
Médi Télecom	68.106.243	11.182.595	2.187.396	
Sportinveste Multimédia	35.318.668	68.094	—	
Sport TV	12.500.000	3.262.598	8.786.037	
Inesc	3.292.066	502.718	—	
Siresp	980.951	1.756.418	21.000	
Unitel (i)	379.651	38.419.763	67.147	
Teledata de Moçambique	76.103	815.687	21.797	
Multitel	73.212	3.312.295	356.141	
Vivo	—	11.883.846	100.295	
Páginas Amarelas	—	9.286.412	50.104.723	
Caixanet	—	3.949.043	—	
Fundação PT	—	3.357.638	—	
Guiné Telecom	—	3.403.513	6.048.598	
PT ACS	—	1.795.715	4.647.135	
Outras empresas	531.384	4.572.432	16.002.647	
	121.258.278	97.568.767	88.342.916	

(i) A rubrica de contas a receber da Unitel inclui um montante de 26 milhões de euros (Nota 25) referentes a dividendos atribuídos que foram liquidados em Janeiro de 2007.

Empresa	Custos	Receitas	Juros obtidos
Páginas Amarelas	65.156.009	2.693.756	—
Sport TV	33.881.977	2.349.557	—
Lisboa TV	18.143.849	16.787	—
PT ACS	15.070.655	431.959	—
Unitel	9.384.922	15.426.658	44.900
Médi Télecom	8.454.156	6.741.641	2.619.304
Octal TV	3.354.686	342.089	—
Guiné Telecom	1.230.690	1.381.694	—
Sportinveste Multimédia	1.178.049	598.599	—
Cellco	329.310	1.085.420	193.094
Caixanet	189.704	12.265.075	—
CTM	121.187	241.088	—
Teledata de Moçambique	60.595	167.468	—
Siresp	27.804	2.825.311	—
Vivo	7.326	46.277.328	206.120
Outras empresas	3.751.501	2.169.041	60.134
	160.342.420	95.013.471	3.123.552

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- > Prestação de serviços de call center por parte da Mobitel à Vivo;
- > Custos suportados pela PT Comunicações relacionadas com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas;
- > Custos com programação suportados pela TV Cabo relacionados com os conteúdos da Sport TV e Lisboa TV.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal decurso da actividade. As transacções ocorridas durante o exercício de 2006 e os saldos em 31 de Dezembro de 2006 com os principais accionistadas da Portugal Telecom são como segue:

Empresa	Receitas	Custos	Juros obtidos (suportados)	Contas a receber	Contas a pagar	euros
BES	30.551.088	19.333.344	12.627.504	4.582.709	9.694.467	
Caixa Geral de Depósitos	5.113.376	15.476.492	108.180	2.009.315	12.449	
Barclays	84.083	24.956	(817.978)	157.645	–	
UBS	–	2.502	(1.162.461)	32	–	
	35.748.547	34.837.293	10.755.245	6.749.702	9.706.916	

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte dessas instituições financeiras.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital da Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2006, a Telefónica detém 9,96% do capital social da Portugal Telecom.

A Portugal Telecom estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

c) Outros

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom nos exercícios de 2006 e 2005 foram as seguintes:

	2006		2005	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores executivos	4.669.866	13.517.920	3.316.054	4.875.915
Administradores não executivos	1.611.589	1.266.515	2.227.795	398.489
Conselho Fiscal	173.677	—	173.163	—
Assembleia Geral	1.719	—	4.966	—
	6.456.851	14.784.435	5.721.978	5.274.404

O crescimento das remunerações fixas dos administradores executivos resulta essencialmente do alargamento da Comissão Executiva de cinco para sete membros, ocorrido no final de 2005. Em 2006, as remunerações variáveis dos administradores executivos e não executivos incluem 9.705.048 euros e 966.876 euros, respectivamente, referentes a pagamentos devidos pela aplicação da cláusula de não concorrência na cessação de funções, os quais foram registados na demonstração dos resultados na rubrica de “Custos de curtailment, líquidos”.

Em complemento da política de remuneração acima descrita, é apenas atribuído aos administradores da Portugal Telecom um conjunto de regalias inerentes e necessárias ao exercício dos seus respectivos cargos.

Em 2006 e 2005, as remunerações fixas do pessoal-chave da gestão do Grupo PT ascenderam a 6.884.828 euros e 9.267.437 euros, respectivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 3.555.009 euros e 5.558.582 euros, respectivamente.

45 Processos judiciais em curso

45.1 Processos com entidades reguladoras

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela Anacom, pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis ao Grupo PT. Actualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à actividade da PT Comunicações, da PT Prime, da PT Multimédia, da TV Cabo e da PT Conteúdos, por alegadas práticas abusivas de preços predatórios, esmagamento de margens e práticas discriminatórias. Caso a Portugal Telecom venha a ser indiciada pelo incumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, podem ser aplicadas multas e penalidades. Até ao momento, apenas contra a PT Comunicações foram, pela Autoridade da Concorrência, por duas vezes, formuladas acusações, num mesmo caso, de alegada recusa de acesso às condutas em que está instalada a rede básica de telecomunicações. A PT Comunicações respondeu a essas acusações sustentando que, embora tenha dado, e continue a dar, à generalidade dos operadores acesso às suas condutas em condições não discriminatórias, de acordo com as suas responsabilidades de gestão das ditas infra-estruturas, considera que, dadas as circunstâncias, o direito da concorrência não a deve impedir de as reservar para si, se assim o entender, nas condições em que a regulamentação das telecomunicações o permitir. A PT Comunicações espera que a Autoridade da Concorrência chegue à mesma conclusão, uma vez concluídas as investigações em curso.

A PT Multimédia e a TV Cabo foram também acusadas por alegadas práticas abusivas nos termos do artigo n.º 4 do Decreto-Lei n.º 18/2003 no seguimento da celebração de um Acordo de Parceria em Março de 2000, entre a PT Multimédia, a TV Cabo e a SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA (“SIC”), no contexto da aquisição pela SIC da Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA. Em resposta a esta acusação, a PT Multimédia e a TV Cabo contestaram as alegações da Autoridade da Concorrência. Contudo, no início de Agosto de 2006, a Autoridade da Concorrência decidiu impor à PT Multimédia uma coima de 2,5 milhões de euros e, em consequência, a PT Multimédia e a TV Cabo recorreram da decisão junto do Tribunal do Comércio de Lisboa no dia 8 de Setembro de 2006. Este recurso suspende a decisão da Autoridade da Concorrência.

A Portugal Telecom entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que, embora não possa ser excluída a possibilidade de aplicação de sanções, em princípio não resultarão destes processos impactos materialmente relevantes, susceptíveis de afectar as suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

45.2 Outros processos

Processos com perda provável

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 38) para fazer face à provável saída de recursos do Grupo com estes processos. A natureza destes processos, à data de 31 Dezembro de 2006 e 2005, é conforme segue:

	2006	2005	euros
Responsabilidade civil	34.589.283	38.455.536	
Responsabilidade laboral	15.915.554	11.247.828	
Outras responsabilidades	1.882.105	2.760.612	
Responsabilidade administrativa (i)	-	22.253.098	
	52.386.942	74.717.074	

(i) Esta rubrica refere-se a um processo intentado contra a Vivo, decorrente da privatização da Telebrás em 1998, o qual teve uma resolução desfavorável em 2006, tendo a Vivo pago um montante de 26 milhões de euros (Nota 38).

Processos com perda possível

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso, intentados contra algumas empresas do Grupo, classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos. O seu detalhe é conforme segue:

	2006	2005	euros
Responsabilidade civil	155.603.666	131.599.578	
Responsabilidade laboral	21.521.774	13.916.057	
Outras responsabilidades (i)	396.550.612	276.882.649	
	573.676.052	422.398.284	

(i) Este valor inclui um montante de 280.203.417 euros referente a processos judiciais intentados contra as várias subsidiárias da Vivo, os quais estão relacionados com contingências fiscais (Imposto sobre o rendimento e impostos indirectos), e inclui um montante de 48 milhões de euros relativos a processos intentados contra várias empresas sediadas em Portugal, relacionados com contingências fiscais.

46 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes após 31 de Dezembro de 2006.

Anexo – detalhe das empresas participadas

I. Empresas subsidiárias

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	2006 Efectiva	2005 Efectiva
Portugal Telecom (empresa-mãe)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Archways	Pequim	Serviços de localização remota em todo o território chinês.	China Pathway (70%)	46,20%	46,20%
Cabo TV Açoreana, SA	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,98%	48,98%
Cabo TV Madeirense, SA	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (71,74%)	41,92%	40,32%
Cabo Verde Móvel ^(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	–
Cabo Verde Multimédia ^(a)	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	–
Cabo Verde Telecom, SA	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Canal 20 TV, SA	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimédia (50%)	29,22%	29,22%
Cellco – Ste Cellulaire du Congo SARL ^{(b) (c)}	Congo	Exploração de serviços de telecomunicações.	Lea Louise (51%)	51,00%	–
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
China Pathway Logistics BV	Pequim	Gestão de investimentos.	PT Ventures (66,00)	66,00%	66,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Comunicações (100%)	100,00%	–
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(c)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (90%)	90,00%	90,00%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	58,36%	58,36%
Empresa Cine Mourense ^(a)	Moura	Exibição cinematográfica.	PT Multimédia (99,46%)	58,12%	58,12%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ^(c)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimédia (4,03%)	53,65%	53,65%
Guinetel, SA ^(c)	Bissau	Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de telecomunicações e prestação de quaisquer serviços de telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal.	PT Investimentos Internacionais (55%)	55,00%	55,00%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	32,46%	32,46%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda. ^(c)	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	PT Multimédia (60%)	35,06%	35,06%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	2006	2005
			Efectiva	Efectiva	Efectiva
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda ("Janela Digital") (c)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	60,00%	60,00%
Lea Louise BV	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Audiovisuais, SA	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Cinemas, SA	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Editores, Lda.	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo España, SL ("Lusomundo España")	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, SA ("Lusomundo SII")	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimédia (99,87%)	58,36%	58,36%
Lusomundo Imobiliária 2, SA	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	58,24%	58,24%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100,00%)	58,43%	58,43%
Mobitel, SA	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (100%)	100,00%	95,74%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, SA (c)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Mobile Telecommunications Limited (Nota 2.b) (b)	Namíbia	Exploração do serviço móvel.	Portugal África BV (34%)	34,00%	–
Portugal África, BV (a)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Ventures (100%)	100,00%	–
Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, SPRL ("PT Europa") (c)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance, BV	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ("Previsão")	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (78,12%)	78,12%	78,12%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, SA	Lisboa	Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Centro Corporativo (a)	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Comunicações, SA ("PT Comunicações")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			2006		2005
			Directamente	Efectiva	Efectiva
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, SA	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, SA	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (58,43%)	58,43%	58,43%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Participações, SA (c)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Apoio à Gestão, SA (c)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Portugal, SGPS, SA (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Prestações Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA ("PT Prestações")	Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime, SGPS, SA (d)	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	–	–	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (66%)	66,00%	66,00%
PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Rede Fixa, SGPS, SA (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT – Sistemas de Informação, SA ("PT SI")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%)	100,00%	100,00%
PT Telecom por Cabo, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios de televisão por cabo.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Ventures, SGPS, SA ("PT Ventures")	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos Internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT.COM – Comunicações Interactivas, SA	Lisboa	Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. (d)	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo com a Portugal Telecom.	–	–	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, SA	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, SA (c)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT.COM (99,98%)	99,98%	99,98%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, SA (c)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT.COM (63,75%)	63,75%	63,75%
Teat Flower Trading Ltd. (c)	British Virgin Island	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. (c)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	2006	2005
				Efectiva	Efectiva
Timor Telecom, SA	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%)	41,12%	41,12%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
TPT – Telecomunicações Publicas de Timor, SA ("TPT")	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%)	76,14%	76,14%
TV Cabo Macau, SA (e)	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (67,5%) PT Ásia (20%)	87,49%	87,49%
TV Cabo Portugal, SA	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
Web-Lab, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100,00%)	100,00%	90,00%

(a) Estas empresas foram constituídas durante o exercício de 2006. (b) Estas empresas foram adquiridas durante o exercício de 2006. (c) Estas empresas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial. (d) Estas empresas foram liquidadas durante o exercício de 2006. (e) Esta empresa foi alienada já no decurso do exercício de 2007.

II. Empresas associadas

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	2006 Efectiva	2005 Efectiva
BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, SA ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT.COM (34%)	34,00%	34,00%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	29,22%	29,22%
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços	Lisboa	Gestão de redes.	PT Ventures (29%)	29,00%	29,00%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SARL	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (40,14%)	40,14%	40,14%
Hungaro Digitel KFT	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,37%	23,37%
Médi Télecom	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	32,18%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda.	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	35,00%
Octal TV, SA	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimédia (20%)	11,69%	11,69%
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA	Lisboa	Gestão de redes.	PT Ventures (15,27%)	15,27%	15,27%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimédia (11,11%) Portugal Telecom (11,11%)	28,72%	28,72%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	Portugal Multimédia (45%)	26,29%	26,29%
Sportinvest Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited	Macau	Operação de estações terrenas de satélite e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%)	22,22%	22,22%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, SA	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
UOL, Inc.	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT SGPS (22,17%) PT Brasil (6,83%)	29,00%	29,00%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda.	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT.com (50%)	50,00%	50,00%

III. Empresas controladas conjuntamente

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	2006 Efectiva	2005 Efectiva
Avista	São Paulo	Gestão de Participações	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Brasilcel, NV ("Brasilcel")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50,00%)	50,00%	50,00%
Celular CRT Participações, SA ^(a)	Porto Alegre	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	–	–	34,38%
Vivo, SA ^(a)	Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	31,38%	33,05%
Portelcom Participações, SA ("Portelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (39,85%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sport TV Portugal, SA	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (50,00%)	29,22%	29,22%
Sudeste Celular Participações, SA ("Sudeste Celular")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Tagilo Participações, Lda. ("Tagilo")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, SA ("TBS")	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Brasilcel (73,27%); Sudeste Celular (22,99%)	48,13%	48,13%
Tele Sudeste Celular Participações, SA ("Tele Sudeste") ^(a)	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel celular.	–	–	45,51%
Tele Leste Celular Participações, SA ^(a)	Baía	Exploração do serviço móvel	–	–	25,34%
Vivo Participações, SA ("Vivo Participações") ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (40,85%) Portelcom (4,68%) Sudeste Celular (6,22%) TBS (4,87%) Avista (3,91%) Tagilo (2,41%)	31,38%	33,05%
Telesp Celular, SA ("Telesp Celular") ^(a)	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	–	–	33,05%
Tele Centro Oeste Celular Participações, SA ^(a)	Brasília	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	–	–	17,34%

(a) Conforme referido na Nota 1, foi aprovada durante o primeiro semestre de 2006 uma reestruturação societária que consistiu na incorporação de ações da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades Tele Sudeste, Tele Leste e Celular CRT pela TCP. Após esta operação, a TCP foi redenominada Vivo Participações e todas as empresas operadoras do Grupo Vivo passaram a ser controladas a 100% por esta empresa. No segundo semestre de 2006, foi aprovada a fusão por incorporação na Global Telecom, posteriormente redenominada Vivo, SA, das restantes empresas que prestavam o serviço móvel celular. Em 31 de Dezembro de 2006, os direitos de votos na Vivo Participações são de 44,43%.

Documentos de certificação de contas

- 150 Relatório e parecer do Conselho Fiscal
- 152 Certificação legal das contas consolidadas
- 154 Relatório de auditoria

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas da Portugal Telecom, SGPS, SA

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho Fiscal reuniu mensalmente e acompanhou a evolução da actividade do Grupo Portugal Telecom ("Grupo PT"), nomeadamente, participando nas reuniões do Conselho de Administração. Verificámos o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido tanto do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva, assim como dos responsáveis por diversas áreas corporativas da Empresa, todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar.

Ao longo do exercício, procedemos, também, à realização de diversas reuniões com a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração e ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos do auditor externo do Grupo PT, bem como da Auditoria Interna Corporativa.

Acompanhámos, ainda, os desenvolvimentos verificados no processo da OPA sobre a Portugal Telecom e a PT Multimédia anunciada preliminarmente pela Sonaecom, em 6 de Fevereiro de 2006, a qual, por deliberação maioritária dos votos expressos na Assembleia Geral de 2 de Março de 2007, não teve sucesso.

No desempenho das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do exercício de 2006, bem como o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo naquela data.

Em 2006, as receitas operacionais consolidadas reduziram 0,7% face ao exercício anterior, para 6.342,9 milhões de euros, o EBITDA consolidado reduziu-se em 2,9% face ao ano anterior, para 2.423,5 milhões de euros, e o resultado consolidado líquido do exercício fixou-se em 866,8 milhões de euros, com um crescimento de 32,5% face ao exercício de 2005.

Para este crescimento do resultado consolidado líquido do exercício foram determinantes, nomeadamente, os ganhos com serviços passados relativos às alterações dos planos de benefícios de saúde, de 127,3 milhões de euros, o impacto da rescisão do Protocolo com o Serviço Nacional de Saúde, de 208,9 milhões de euros, a reversão de passivos por impostos diferidos decorrente da tributação voluntária de mais-valias diferidas na alienação de investimentos financeiros de 142,0 milhões de euros, e créditos fiscais decorrentes da reestruturação societária efectuada no Brasil e da liquidação de uma subholding, no total de 187,3 milhões de euros.

Este resultado consolidado líquido do exercício, apurado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), tal como adoptadas na União Europeia, diverge do resultado líquido do exercício constante das Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa, de 658,6 milhões de euros, o qual foi apurado em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e constantes do Plano Oficial de Contabilidade, conforme evidenciado em detalhe no Relatório de Gestão relativo à actividade individual da Empresa.

É ainda de salientar a reestruturação dos capitais próprios da Empresa, concretizada em 2006, envolvendo o aumento do capital social por incorporação de prémios de emissão de acções e de reservas, seguido da sua redução para 395,1 milhões de euros, por criação de reservas livres no montante de 1.072,4 milhões de euros, bem como o aumento dos resultados transitados em cerca de 827,0 milhões de euros decorrente da realização ao nível da Portugal Telecom de ajustamentos de partes de capital sobre empresas alienadas e liquidadas no exercício.

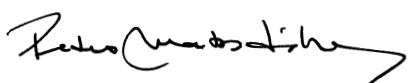
As análises que levámos a cabo foram também suportadas do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas Consolidadas anexa ao presente, bem como pelo Relatório do Auditor Externo do Grupo PT, documentos que foram emitidos sem reservas.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas acima referidas e o Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que merecem o nosso acordo e devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos ainda expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 23 de Março de 2007

O Conselho Fiscal



Pedro Matos Silva, presidente



Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, vogal



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO – SROC
Representada por Mário João de Matos Gomes, vogal

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Grupo Portugal Telecom") para o exercício de 2006, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de balanço de 14.171.249.300 euros e um total do capital próprio de 3.106.037.938 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na Demonstração dos Resultados Consolidados de 866.759.657 euros e um total dos interesses minoritários de 850.788.208 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 22 de Março de 2007



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO – SROC,
representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

Relatório de auditoria

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 14.171.249.300 euros e capitais próprios de 3.106.037.938 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 866.759.657 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e dos ganhos e perdas reconhecidos no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
(i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas reconhecidos; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 22 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC SA
Representada por Manuel Maria Reis Boto

Relatório de governo da Sociedade

página

capítulo

158 Declaração de conformidade

160 1 Divulgação de informação

- 160 1. Organigramas relativos à repartição de competências
- 161 2. Comissões específicas criadas na Sociedade
- 161 Comissão de Governo Societário
- 162 Comissão de Auditoria
- 163 Outras comissões dependentes da Comissão Executiva
- 163 _Conselho Consultivo
- 163 _Disclosure Committee
- 164 _Comité de Sustentabilidade
- 165 3. Conselho Fiscal
- 166 4. Estrutura de capital e principais accionistas
- 166 Estrutura de capital
- 166 Principais accionistas
- 167 5. Sistema de controlo de riscos
- 167 Principais factores de risco
- 168 Estratégias de gestão de riscos
- 168 Procedimentos internos para o controlo de riscos
- 169 6. Evolução da cotação das acções
- 169 Factos mais relevantes anunciados no exercício social de 2006
- 169 7. Distribuição de dividendos
- 169 Política de distribuição de dividendos
- 170 Dividendos distribuídos nos últimos três exercícios
- 170 8. Planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções
- 170 9. Negócios relevantes com membros de órgãos sociais, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo
- 171 10. Relação com investidores
- 172 11. Comissão de Vencimentos
- 172 12. Auditores externos
- 174 13. Mudança de controlo

175 2 Exercício do direito de voto e representação de accionistas

- 175 1. Assembleia Geral e direito de voto
- 175 Comissão de Vencimentos
- 176 2. Voto por correspondência e através de meios electrónicos
- 176 Votação por correspondência
- 176 Votação por meios electrónicos
- 177 Disposições comuns – escrutínio da votação
- 177 3. Representação de accionistas
- 177 4. Disponibilização de informação preparatória

O presente relatório visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adoptadas pela Sociedade no sentido de cumprir com o disposto nas Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em Novembro de 2005, bem como com as melhores práticas internacionais de governo societário, tendo sido elaborado de acordo com o disposto no artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários e com o modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, na versão alterada pelos Regulamentos da CMVM n.os 11/2003, 10/2005 e 3/2006.

Adicionalmente, visa o presente relatório cumprir com a obrigação de divulgação anual detalhada sobre a estrutura e práticas de governo societário, nos termos do artigo 245.º A do Código dos Valores Mobiliários aplicável aos emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.

página

capítulo

178	3 Regras societárias
178	1. Códigos de conduta
178	Código de ética
178	Código de ética para financial officers
179	Regulamento interno sobre transacções pelos dirigentes do Grupo
179	Regulamento sobre transacções com partes relacionadas
179	Política de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social
180	2. Procedimentos internos para o controlo dos riscos
181	Controlo pela holding, unidades de negócio e empresas instrumentais
181	3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição
181	Limitação de votos de um só accionista
182	Acções da categoria A
182	Limites à transmissibilidade de acções, acordos parassociais e limitações à titularidade de acções
183	4 Órgão de administração
183	1. Composição e características do Conselho de Administração
184	2. Comissão Executiva
185	3. Modo de funcionamento do órgão de administração
185	Conselho de Administração
185	Comissão Executiva
186	Competências do presidente do Conselho de Administração e do presidente da Comissão Executiva
186	Informação aos membros do Conselho de Administração
186	Número de reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva durante o exercício de 2006
187	Recomendações da CMVM relativas a administradores não executivos e a administradores independentes
187	4. Política de remuneração dos administradores
187	Política de remuneração de administradores executivos e não executivos
187	Alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade
187	Pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos dos administradores
188	5. Remunerações dos administradores
188	Ligação entre remuneração e desempenho dos administradores
188	Atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivo com acções – prémios, benefícios não pecuniários e participação nos lucros
188	Pagamentos devidos por cessação de funções
188	Estimativa de outros benefícios não pecuniários
189	6. Política de comunicações de irregularidades
190	Anexo
190	Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades
192	Qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos

Declaração de conformidade

A Sociedade adopta, na íntegra, as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em Novembro de 2005, com excepção das Recomendações 4, 8 e 9, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo descritas.

De seguida, indicam-se os Capítulos do presente relatório de governo da Sociedade onde se descrevem as medidas tomadas para o cumprimento das referidas Recomendações da CMVM, tomadas pela Sociedade.

Recomendações da CMVM	Cumprimento	Relatório
I _ Divulgação de informação		
1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal, deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	Capítulo 1 Número 10
II _ Exercício do direito de voto e representação de accionistas		
2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Consideram-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; e d) a não-existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	Sim	Capítulo 2
III _ Regras societárias		
3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Sim	Capítulo 3 Número 2
4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se, nomeadamente, contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Não	(1)
IV _ Órgão de administração		
5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.	Sim	Capítulo 4 Número 1
5a. O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim	Capítulo 4 Número 1
6. De entre os membros não executivos do órgão de administração, deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo, este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim	Capítulo 4 Número 1
7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.	Sim	Capítulo 1 Número 2
8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.	Não	(2)
8a. Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.	Não	(3)
9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Não	(4)
10. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.	Sim	Capítulo 1 Número 8
10a. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.	Sim	Capítulo 4 Número 6

(1)

Apesar de a PT entender não conterem os respectivos estatutos quaisquer cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, a CMVM entendeu, na sua Análise do Cumprimento das Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas em 2005, que a PT incumpria a Recomendação n.º 4.

Contudo, nesta matéria, os estatutos da PT, para além dos direitos especiais a favor do Estado descritos adiante, apenas contêm, no seu artigo 13.º, uma limitação de votos de um só accionista, no sentido de não serem contados os votos emitidos por um só accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital.

Na verdade, esta disposição, que traduz intrinsecamente – e surgiu historicamente em diversos países da Europa – uma medida de ampliação da democracia accionista (reduzindo o poder de voto dos maiores accionistas e ampliando correspondentemente o poder de voto das minorias), é também normalmente entendida como susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, sendo certo, porém, que ao possível efeito de diminuição da frequência de ofertas públicas (uma vez que a obtenção de controlo requer patamares mais elevados de participação accionista) não deve deixar de ser contraposto o efeito de incentivo à melhoria das condições de atracitividade das ofertas públicas, já que só níveis mais elevados de adesão pelos destinatários permitem alcançar limiares de controlo.

Acresce que, no contexto da oferta pública de aquisição ("OPA") da qual a PT foi objecto durante o exercício de 2006, a referida disposição estatutária (ver referência ao artigo 13.º dos estatutos supra) conheceu uma particular visibilidade. Efectivamente, nos termos, condições e contrapartida da oferta pública geral de aquisição de acções representativas do capital social da PT cujo anúncio preliminar foi publicado a 6 de Fevereiro de 2006, pelas sociedades Sonaecom, SGPS, SA e pela Sonaecom, BV, a eliminação da referida restrição de voto constituía uma condição a que a referida oferta pública se encontrava sujeita.

Convocada, porém, a Assembleia Geral para o dia 2 de Março de 2007 para se pronunciar sobre a referida eliminação, ainda que apenas no contexto da oferta pública em causa, a proposta foi rejeitada pela maioria dos votos emitidos.

Assim, a situação permaneceu inalterada, assente na convicção de que as limitações estatutariamente previstas contribuem para uma dispersão do capital social e maior transparência do governo da Sociedade.

(2)

A Sociedade entende não ser de observar a parte final da Recomendação n.º 8 da CMVM, no que respeita à discriminação individualizada da remuneração dos administradores, por considerar que tal opção não consubstancia a mais correcta visão e enquadramento desta matéria. Com efeito, a prática generalizada das demais sociedades é de apenas efectuar uma divulgação das remunerações pagas aos membros do órgão de administração em termos globais.

Na verdade, é importante a divulgação aos accionistas de informação sobre o valor global das remunerações pagas aos membros do órgão de administração e, em especial, à equipa de gestão da empresa corporizada na sua Comissão Executiva, pelo que a Sociedade divulga esta informação no n.º 5 do Capítulo 4 deste relatório.

Deste modo, a Sociedade, discordando e não adoptando a divulgação individualizada das remunerações dos membros dos órgãos sociais, mantém a posição de considerar que a análise por parte dos accionistas do desempenho da administração da Empresa deve ser feita em termos globais, competindo ao presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva analisar os desempenhos individuais de cada administrador, e cabendo à Comissão de Vencimentos a análise da adequação da sua remuneração individual, entendendo-se cumprir assim a ratio da recomendação ao divulgar informação suficiente para que os investidores conheçam os custos de gestão da Sociedade.

(3)

A Comissão de Vencimentos, responsável pela fixação da remuneração dos órgãos sociais para o triénio 2006-2008, foi nomeada apenas no dia 21 de Abril de 2006, precisamente na Assembleia Geral Anual, pelo que a sujeição à apreciação da Assembleia Geral Anual de accionistas, quer de uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais para o futuro, quer sobre a forma como a remuneração dos órgãos sociais foi aplicada durante o exercício de 2006, só poderá ocorrer de facto, em Assembleia Geral Anual a realizar após a sua nomeação, o que se prevê que venha a ocorrer em 2007. Assim, a Comissão de Vencimentos irá submeter à apreciação da próxima Assembleia Geral anual uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais para o triénio em curso, isto é, 2006-2008, bem como uma declaração sobre o modo como tal política foi aplicada no ano de 2006, cumprindo-se deste modo a presente Recomendação.

(4)

No exercício de 2006, a PT não cumpriu integralmente a Recomendação n.º 9 da CMVM, uma vez que um dos membros que integram a Comissão de Vencimentos é administrador não executivo da Sociedade, o qual não se subsume aos critérios de independência propostos pela CMVM no n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento 7/2001.

Conforme se refere no Capítulo 1, número 11 do presente Relatório de Governo da Sociedade, a proposta e a escolha dos membros que integram a Comissão de Vencimentos têm subjacente a cuidadosa ponderação de duas preocupações fundamentais.

Por um lado, a composição maioritária da Comissão de Vencimentos por membros independentes em relação à administração, em conformidade com os requisitos de independência previstos no n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM, 7/2001, permite assegurar o respeito e a prevenção de conflitos de interesses da Sociedade com os interesses dos membros do órgão de administração nesta matéria.

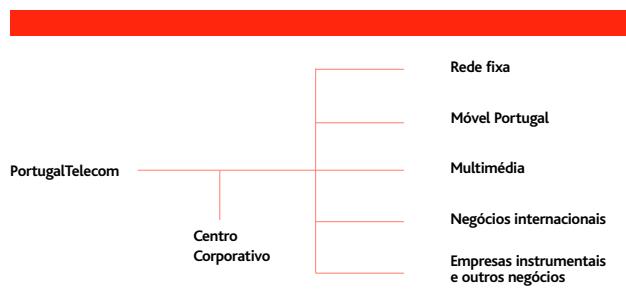
Por outro lado, pela presença de um administrador independente, nos termos vistos supra, de acordo com os critérios de aferição previstos no n.º 2 do Artigo 1.º do referido Regulamento da CMVM, pretende-se assegurar a articulação desta Comissão com aquele órgão, contribuindo assim para a ponderação e alinhamento dos interesses em causa na estruturação e fixação das remunerações dos administradores.

Desta forma, o modelo híbrido seguido pela Sociedade nesta matéria tem em vista assegurar a isenção e melhor prossecução dos interesses da Sociedade, bem como reforçar a eficiência e a independência na fixação de remunerações, razão pela qual a Comissão de Vencimentos, salvo o referido administrador, não executivo, não inclui qualquer membro que preste outro tipo de serviços ao Grupo PT, ou que tenha qualquer ligação familiar com membros do órgão de administração por via do casamento, parentesco ou afinidade em linha recta até ao terceiro grau.

1 _ Divulgação de informação

1. Organigramas relativos à repartição de competências

Durante o ano de 2006, o Grupo PT estava estruturado por linhas de negócio, correspondentes a cinco grandes núcleos: rede fixa, negócio móvel em Portugal (TMN), multimédia (PT Multimédia), negócios internacionais, que incluem a Vivo (a joint-venture com a Telefónica para negócios móveis no Brasil), e as empresas instrumentais. As unidades de negócio são coordenadas pela holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do Centro Corporativo. O reporte das empresas participadas ao Centro Corporativo é funcional e não hierárquico, sendo possível, desta forma, uma articulação efectiva:



No quadro do processo de decisão empresarial relativamente a estas linhas de negócio e ao governo da Sociedade, os membros da Comissão Executiva são responsáveis pelos seguintes pelouros:

Comissão Executiva	Funções corporativas	Funções executivas
Henrique Granadeiro Presidente	<ul style="list-style-type: none"> > Estratégia > Gestão regulatória > Concorrência > Comunicação e imagem corporativa > Políticas de recursos humanos e gestão do talento > Relações institucionais > Relações internacionais > Auditoria interna > Serviços jurídicos 	<ul style="list-style-type: none"> > Coordenação geral da Comissão Executiva > Fundação PT
Zeinal Bava Vice-presidente	<ul style="list-style-type: none"> > Relação com investidores > Projecto de sustentabilidade do modelo social 	<ul style="list-style-type: none"> > TMN > PT Multimédia > PT PRO > Previsão
Rodrigo Costa Vice-presidente	<ul style="list-style-type: none"> > Recursos humanos > Projecto rede aberta > Estratégia integrada de sistemas de informação e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> > PT Comunicações > PT.COM > PT Corporate > PT SI > PT Inovação
Luís Pacheco de Melo Chief financial officer	<ul style="list-style-type: none"> > Planeamento e controlo de gestão > Operações financeiras e tesouraria > Financial reporting > Corporate finance > Participações financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> > PT ACS
João Pedro Baptista Administrador executivo	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolvimento de negócios > Estratégia de convergência e distribuição > Participações financeiras de empresas do Grupo PT que operem no estrangeiro 	<ul style="list-style-type: none"> > PT Investimentos Internacionais > Vivo > Média Télecom > Unitel > CTM > MTC > CVT > CST > Timor Telecom > UOL
António Caria Administrador executivo	<ul style="list-style-type: none"> > Qualidade e satisfação do cliente > Estratégia de contratação de serviços > Estratégia integrada de redes 	<ul style="list-style-type: none"> > PT Compras > PT Contact
Rui Pedro Soares Administrador executivo	<ul style="list-style-type: none"> > Marketing > Políticas de segurança > Relação com regiões, Autarquias e comunidades lusófonas > Imobiliário > Projecto de loja única 	<ul style="list-style-type: none"> > PT Imobiliária

2. Comissões específicas criadas na Sociedade

As decisões dos investidores relativamente à alocação de capitais a empresas cotadas têm em conta, actualmente, não só as avaliações económicas, mas também a transparência da informação e os níveis de segurança e fiabilidade da gestão executiva das sociedades.

Deste modo, em cumprimento das exigências legais ou regulamentares aplicáveis, e procurando adoptar as melhores práticas internacionais neste âmbito, o Conselho de Administração criou no seu seio, para além da Comissão Executiva, duas comissões responsáveis pelo desempenho de funções específicas da competência do Conselho de Administração, as quais serão listadas infra.

Adicionalmente, a Comissão Executiva nomeou três órgãos consultivos para melhor desempenho das suas atribuições.

Previamente, cumprirá, porém, salientar que está previsto que o modelo de governo da Portugal Telecom venha a ser alvo de alterações ao longo do ano de 2007, fruto da necessidade de adaptação do modelo de governo adoptado pela PT às novas exigências legais resultantes da revisão do Código das Sociedades Comerciais.

O actual modelo de governo mantém a separação de poderes entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, sem prejuízo da concentração num só titular da presidência de ambos os órgãos, e assenta em quatro pilares básicos: eficácia, simplicidade, transparência e rigor.

À Comissão Executiva compete uma actuação de carácter predominantemente operacional, e o Conselho de Administração conta com o apoio de um conjunto de comissões, entretanto constituídas e nomeadas, que têm como função analisar, recomendar e supervisionar a aplicação da legislação em vigor, bem como os princípios e condutas adoptados pelo Grupo.

A composição e as atribuições dessas comissões específicas supra referidas são as seguintes:

Comissão de Governo Societário*

João Mello Franco (presidente)
Joaquim Goes
Jorge Tomé
Franquelim Alves
Francisco Pereira Soares

Nos termos definidos pelas entidades de supervisão e entidades gestoras de mercados regulamentados relevantes, a maioria dos membros que integra a Comissão são administradores independentes.

Atribuições

- Propor ao Conselho de Administração e rever e reavaliar o modelo de governo corporativo da Sociedade, incluindo a estrutura organizativa, funcionamento, responsabilidades e regras internas do Conselho de Administração;
- Estudar, rever e reavaliar os princípios e práticas de governo societário do Grupo, designadamente no tocante às relações do Grupo e, em particular, da Sociedade com o mercado, os accionistas, e outros stakeholders, às qualificações, independência e responsabilidade dos administradores, bem como à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação;
- Assistir o Conselho de Administração na avaliação do seu desempenho com vista a contribuir para a eficácia e transparência deste processo;
- Estudar, rever e reavaliar os valores, princípios e práticas que deverão reger a conduta dos colaboradores do Grupo, incluindo o estudo, revisão, interpretação e supervisão da aplicação dos códigos de ética ou conduta aprovados, ou a aprovar, pela Sociedade.

* A constituição e a presente composição da Comissão de Governo Societário foram deliberadas em Conselho de Administração em 29 Junho de 2006.

Ainda no âmbito das atribuições da Comissão de Governo Societário, cumpre salientar que o Regulamento que rege a respectiva actividade foi aprovado em reunião do Conselho de Administração datada de 8 de Novembro de 2006.

A Comissão de Governo Societário reuniu três vezes durante o exercício de 2006, tendo sido discutidas, principalmente, as seguintes matérias:

- Aprovação da proposta de regulamento de funcionamento da Comissão a submeter à aprovação do Conselho de Administração;
- Revisão do Projecto de Manual de Entity Level Controls a submeter à aprovação do Conselho de Administração;
- Revisão do Projecto de ordem de serviço sobre definição, controlo e reporte de transacções com Partes Relacionadas;
- Preparação do projecto de ordem de serviço sobre comunicação pelos dirigentes de participações sociais e respectivos direitos de voto na PT e na PT Multimédia;
- Preparação da ordem de serviço sobre transacções dos dirigentes do Grupo PT;
- Ponderação dos diversos modelos de governo e fiscalização das sociedades, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, em resultado das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março, com o objectivo de propor o modelo a adoptar ao Conselho de Administração/Comissão Executiva que, por seu turno, deverá submeter a sua proposta à aprovação da Assembleia Geral;
- Preparação de comunicação a dirigir ao Conselho de Administração sobre o grau de cumprimento pela Sociedade das normas, recomendações e best practices, nacionais e internacionais, aplicáveis em matéria de estrutura e governo societários e de princípios e práticas de conduta;
- Preparação do “Relatório sobre o Governo da Sociedade”, a divulgar pela PT;
- Avaliação das práticas de governo do Conselho de Administração;
- Preparação do plano de acção para 2007 a submeter ao Conselho de Administração;
- Preparação do relatório de auto-avaliação.

Nas referidas reuniões estiveram presentes a totalidade dos membros que integram a Comissão de Governo Societário.

Comissão de Auditoria*

João Mello Franco (presidente)
Luís de Azevedo Coutinho
Thomaz Paes de Vasconcellos

Atribuições

- Assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva (1) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de apresentação de contas da Sociedade, (2) na avaliação da habilitação e independência dos auditores externos da Sociedade, (3) na avaliação da qualidade e da integridade e eficácia do Sistema de Controlo Interno da Sociedade, (4) na avaliação da execução das funções desempenhadas pelos auditores externos da Sociedade e do Departamento de Auditoria Interna Corporativa e (5) na avaliação do cumprimento das disposições legais e regulamentares, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes.

A Comissão de Auditoria reuniu nove vezes durante o exercício de 2006, tendo sido discutidas, principalmente, as seguintes matérias:

- Análise das Demonstrações Financeiras trimestrais, semestrais e anuais;
- Acompanhamento trimestral do ponto de situação de implementação do Controlo Interno;
- Supervisão dos trabalhos de Auditoria Interna;
- Acompanhamento dos trabalhos relativos ao tratamento dado ao reporte de práticas indevidas;
- Acompanhamento dos trabalhos de Auditoria às demonstrações financeiras e Controlo Interno a efectuar pelos auditores externos;
- Acompanhamento e revisão das Políticas Contabilísticas mais relevantes, julgamentos significativos e transacções pouco usuais ocorridas em 2006;
- Análise do processo de preparação e reporte do Form 20-F à SEC.

Nas referidas reuniões, esteve presente a totalidade dos membros da Comissão de Auditoria.

* A presente composição da Comissão de Auditoria foi deliberada em Conselho de Administração, a 24 de Abril de 2006.

Outras comissões dependentes da Comissão Executiva

No âmbito da delegação de competências que o Conselho de Administração efectuou à Comissão Executiva, e apenas no exercício dessas funções, foram ainda constituídas, no seio da PT, as seguintes comissões específicas:

Conselho Consultivo*

Luís Todo Bom (presidente)
José de Almeida Mota
Miguel Amaro
Aníbal Santos
João Confraria
José Manuel Tribolet
José Lamego
Rui Albuquerque
João Ribeiro da Fonseca
Amílcar Martins

Atribuições

O Conselho Consultivo tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações.

O Conselho Consultivo reuniu seis vezes durante o exercício de 2006, tendo sido discutidas, principalmente, as seguintes matérias:

- > Análise e ponderação da actividade da PT e definição de linhas estratégicas no campo regulatório e concorrencial;
- > Ponderação de perspectivas de investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações.

Nas referidas reuniões, esteve presente a totalidade dos membros.

Disclosure Committee*

Luís Sousa de Macedo (presidente)
Francisco Nunes
Nuno Prego
Nuno Machado
Carlos Cruz

Atribuições

Este órgão tem como objectivo assegurar a qualidade e a fiabilidade da informação divulgada aos mercados financeiros e garantir o cumprimento de todos os requisitos regulamentares nacionais e internacionais respeitantes a esta matéria.

Cumpre, portanto, ao Disclosure Committee: definir, documentar e divulgar procedimentos adequados a uma correcta recolha, tratamento e reporte de informação, bem como rever toda a informação divulgada pela PT, nomeadamente: press releases, relatórios e contas (anuais e semestrais), Forms 20-F, comunicados para a CMVM.

Com esse propósito, deverá o Disclosure Committee aprovar e executar os procedimentos e controlos necessários para assegurar que a divulgação de informação pela PT aos accionistas e investidores: (i) cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis, (ii) é exacta, completa e realizada atempadamente e (iii) representa com fiabilidade a situação financeira e os resultados das operações do Grupo em todos os aspectos materialmente relevantes para o adequado conhecimento sobre a sua condição e performance financeira.

O Disclosure Committee reuniu sete vezes durante o exercício de 2006, tendo sido discutidas, principalmente, as seguintes matérias:

- > Adequação da informação financeira a divulgar ao mercado, tendo em consideração a informação financeira e não financeira reportada pelas empresas participadas;
- > Revisão de divulgações trimestrais, semestrais e anuais de resultados.

Nas referidas reuniões, esteve presente a totalidade dos membros que integram o Disclosure Committee.

* A presente composição do Conselho Consultivo foi deliberada em Comissão Executiva, em Junho de 2006.

* A presente composição do Disclosure Committee foi nomeada pela Comissão Executiva em Maio de 2006.

Comité de Sustentabilidade

Henrique Granadeiro (presidente)

João Pedro Guimarães

Luís Sousa de Macedo

José Pedro Pereira da Costa

Luís Avelar

Duarte Calheiros

Gonçalo Pinto Coelho

Graça Galvão

Luís Ribeiro

Miguel Amaro

Francisco Nunes

Nuno Prego

Luís Moura

Diogo Horta e Costa

Abílio Martins

Atribuições

Ao Comité de Sustentabilidade compete garantir que a sustentabilidade empresarial é integrante e coerente com a estratégia do Grupo e transversal a todas as suas empresas.

De modo a prosseguir estes objectivos, o Comité de Sustentabilidade tem as seguintes atribuições:

- Assegurar a criação, dentro do Grupo PT, das condições necessárias para o seu crescimento sustentado, segundo a óptica tridimensional, nas vertentes económica, social e ambiental, de acordo com os critérios internacionais;
- Desenvolver, promover e supervisionar os projectos e acções necessários aos fins em vista;
- Identificar, definir e controlar as melhores equipas para a realização desses projectos;
- Fortalecer a actuação da Fundação PT, nas suas áreas de actuação específicas, nomeadamente de cidadania e filantropia;

- Garantir a comunicação interna e externa, reforçando a actuação do Grupo enquanto empresa sustentável e tornando-o reconhecido como tal;
- Controlar e avaliar o plano de acções estabelecido e integrado na estratégia de sustentabilidade

O Comité está integrado no modelo de governo do Grupo PT, reportando directamente à Comissão Executiva.

Durante o exercício de 2006, foram redefinidas as responsabilidades e a composição do Comité de Sustentabilidade. Actualmente, o Comité de Sustentabilidade é presidido pelo presidente executivo e dele passaram a fazer parte administradores de cada uma das empresas do Grupo, o secretário-geral e os responsáveis pelas unidades corporativas da PT.

O Comité integra o modelo de governo da PT, promovendo a transparência e o rigor no relacionamento com os stakeholders, incentivando o diálogo, evitando conflitos de interesses e acautelando mecanismos para uma cultura anticorrupção. Nesse sentido, a PT não desenvolve qualquer actividade de lobby e/ou contribui monetariamente para organizações que não se enquadrem nas suas políticas de patrocínio, filantropia e mecenato.

O Comité de Sustentabilidade reuniu duas vezes durante o exercício de 2006.

Nas referidas reuniões, estiveram presentes a totalidade dos membros do Comité de Sustentabilidade.

3. Conselho Fiscal

Tendo em consideração a necessidade de fiscalização de acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, a PT dispõe de um Conselho Fiscal, cujas funções, durante o exercício de 2006, foram exercidas pelos seguintes elementos:

Pedro João Reis de Matos Silva (presidente)
Gonçalo Vaz Botelho (vogal)
Ascenção, Gomes, Cruz & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por **Mário João de Matos Gomes**
José Vieira dos Reis (vogal suplente)

De salientar que está previsto que o modelo de governo da PT venha a ser alvo de alterações ao longo do ano de 2007, fruto da necessidade de adaptação do modelo de governo adoptado pela PT às novas exigências legais resultantes da revisão do Código das Sociedades Comerciais. Nos termos da redacção conferida aos artigos 278.º e 413.º do Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, quer adoptem o modelo latino assente na existência de um Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quer adoptem o modelo anglo-saxónico com um Conselho de Administração e uma Comissão de Auditoria, deverão nomear um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (que, no primeiro modelo, não poderá ser membro do Conselho Fiscal).

Atribuições

De acordo com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais na redacção anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, eram atribuições do Conselho Fiscal durante o exercício de 2006:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar a observância da lei e do contrato de Sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade.

4. Estrutura de capital e principais accionistas

Estrutura de capital

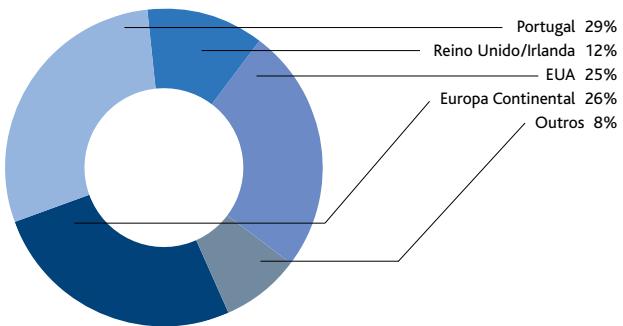
O capital social da PT é de trezentos e noventa e cinco milhões noventa e nove mil setecentos e setenta e cinco euros, encontrando-se integralmente realizado.

O capital social está representado por mil cento e vinte e oito milhões oitocentas e cinquenta e seis mil e quinhentas acções, com o valor nominal de trinta e cinco céntimos cada. Quinhentas dessas acções pertencem à categoria A, o que equivale a uma percentagem de 0,0000442% da totalidade do capital social. As acções da categoria A, nos termos estatutários, poderão ser detidas maioritariamente pelo Estado português ou por entidades que pertençam ao sector público e, actualmente, são detidas pela Direcção-Geral do Tesouro. Os direitos especiais relativos às acções da categoria A encontram-se descritos no Capítulo 3.

A totalidade das acções ordinárias da PT estão admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon.

Principais accionistas

Distribuição geográfica (%)



Participações qualificadas em 31 Dezembro 2006

Instituições	N.º de acções	%
Telefónica	112.473.826	9,96%
Banco Espírito Santo	87.734.177	7,77%
Brandes Investments Partners	83.649.255	7,41%
Caixa Geral de Depósitos	57.740.600	5,11%
Teléfonos de México (Telmex)	38.460.000	3,41%
Ongoing (inclui participação da Insight)	34.012.746	3,01%
Paulson & Co.	26.385.303	2,34%
Fidelity Group	23.592.185	2,09%
Fundação José Berardo	23.357.466	2,07%
Barclays	23.216.664	2,07%
UBS AG	22.779.481	2,02%

5. Sistema de controlo de riscos

O Sistema de Controlo de Riscos estabelecido na PT visa garantir um acompanhamento da situação da Sociedade que seja adequado aos riscos que afectam as actividades desenvolvidas no seio do Grupo.

Assim, importa descrever sumariamente os riscos a que a PT está sujeita por forma a facilitar a compreensão do Sistema de Controlo de Riscos criado.

Principais factores de risco

Enquanto grupo económico que desenvolve a sua actividade em diversas áreas de negócio, o Grupo PT encontra-se exposto a diversos riscos, sendo os principais factores de risco os seguintes:

- **Regulação:** assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, dadas as ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva do Grupo PT nos negócios em que este está inserido. A gestão do risco de regulação está entregue à Direcção de Regulação Corporativa, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector, com impacto para o Grupo PT, emitidas por entidades nacionais e internacionais;
- **Concorrência:** potencial redução das receitas do serviço fixo em resultado do progressivo efeito de substituição fixo-móvel, bem como pelo aumento da concorrência de outros operadores de rede fixa. A gestão deste risco é uma preocupação constante da Comissão Executiva da PT e das Comissões Executivas das suas empresas participadas na procura de novos e melhores produtos e serviços que se revelem inovadores e representem valor face aos da concorrência, que permitam consolidar, junto do cliente final, a imagem do Grupo PT como líder e pioneiro no mercado de telecomunicações;
- **Evolução tecnológica:** necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrentiais e com uma história recente de mudanças tecnológicas muito rápidas. O Grupo PT detém a PT Inovação, empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional;
- **Parcerias estratégicas:** assegurar alianças, joint-ventures, ou outro tipo de relações eficientes e eficazes que afectem de modo positivo a capacidade de competir. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes;
- **Retenção de talentos:** assegurar a capacidade de dispor das pessoas com as capacidades correctas, devidamente motivadas, nos lugares certos. A gestão deste risco está a cargo da Direcção de Activos Humanos Corporativa, que identifica os elementos-chave do Grupo PT para, depois, utilizar as estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão;

- > **Mercados financeiros:** alteração dos rendimentos esperados de investimentos efectuados no exterior, em resultado de alteração de diversas variáveis, nomeadamente taxa de juro e taxa de câmbio. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças Corporativa. A Portugal Telecom contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e taxa de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implementam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela Empresa. O Fair Value destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras;
- > **Fiscalidade:** evolução de legislação fiscal e eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e parafiscal de formas diversas. A gestão deste risco está entregue à Direcção de Reporte e Consolidação Corporativa, que acompanha toda a regulamentação fiscal e aproveitamento de oportunidades de planeamento fiscal. Poderá este departamento ser apoiado por consultoria fiscal sempre que os temas em análise possam ser mais críticos e, por isso, carecerem de uma interpretação de uma entidade independente;
- > **Riscos de índole social, ambiental e ética:** a Sociedade encontra-se sujeita aos riscos gerais de índole social, ambiental e ética que afectam a actividade de qualquer empresa ou instituição.

Estratégias de gestão de riscos

A gestão de riscos é assegurada pela Sociedade com base numa identificação prévia de riscos críticos, no desenvolvimento de estratégias de gestão de risco adequadas aos riscos identificados, com a consequente implementação de uma linguagem comum para identificação, priorização, avaliação e controlo dos riscos críticos para o negócio.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- > Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral;
- > Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- > A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- > Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional;
- > O valor accionista é maximizado;
- > A gestão operacional adopta as medidas necessárias para corrigir aspectos revelados de risco para o Grupo PT que tenham sido reportados.

Procedimentos internos para o controlo de riscos

Os procedimentos internos adoptados pela Sociedade para implementar as estratégias de controlo do risco acima descritas, designadamente a existência de unidades orgânicas dedicadas à implementação e avaliação do Controlo Interno, são descritos no n.º 2 do Capítulo 3 infra.

6. Evolução da cotação das acções

Factos mais relevantes anunciados no exercício social de 2006

6 Fevereiro

A Sonaecom publicou um anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de acções da PT, não solicitada, com vista à obtenção de uma posição de controlo na Empresa.

6 Março

Divulgação dos resultados anuais relativos ao exercício de 2005 e do Relatório do Conselho de Administração sobre a OPA preliminarmente anunciada pela Sonaecom.

18 Maio

Divulgação dos resultados relativos ao primeiro trimestre de 2006.

3 Agosto

Divulgação do aumento do pacote de remuneração accionista, anunciado em 6 de Março no Relatório do Conselho de Administração, incluindo o spin-off da PT Multimédia.

14 Setembro

Divulgação dos resultados relativos ao primeiro semestre de 2006.

14 Novembro

Divulgação dos resultados relativos aos primeiros nove meses de 2006.

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução da cotação das acções da PT ao longo de 2006.

7. Distribuição de dividendos

Política de distribuição de dividendos

A Sociedade adopta uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo PT, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios, tendo em consideração o custo e a oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da Sociedade.

De acordo com os estatutos da Sociedade, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT * deverão ser distribuídos aos accionistas a título de dividendo, sem prejuízo de a Assembleia Geral poder deliberar, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, no sentido da redução do dividendo ou, mesmo, da sua não-distribuição.

Relativamente à deliberação que aprove a aplicação de resultados, a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A é necessária para deliberar a distribuição de dividendos, quando os mesmos excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

Evolução da PT vs. DJ Stoxx Telecom Europe em 2006



* Calculados em função do resultado líquido evidenciado nas demonstrações financeiras individuais e determinadas de acordo com os princípios contabilísticos vigentes em Portugal, após dedução de prejuízos transitados, e dotação de 5% para a reserva legal até esta atingir 20% do capital social.

Dividendos distribuídos nos últimos três exercícios

Os dividendos brutos por acção referentes aos últimos três exercícios foram os seguintes:

2005 > 0,475 euros

2004 > 0,35 euros

2003 > 0,22 euros

Adicionalmente, nos termos do Relatório sobre a Oportunidade e Condições da Oferta elaborado pelo Conselho de Administração da PT relativamente ao anúncio de lançamento revisto relativo à oferta pública de aquisição das acções da PT lançada pela Sonaecom e pela Sonaecom BV, a PT definiu como estratégia, e sujeita às condições e limitações aí indicadas, a distribuição aos accionistas da PT de 6,2 mil milhões de euros em dinheiro entre 2006-2009.

Nessa medida, o Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral Anual de Accionistas uma proposta de atribuição aos accionistas do montante de 47,5 céntimos por acção, relativos ao exercício de 2006, bem como a atribuição gratuita aos seus accionistas da totalidade das acções detidas pela Sociedade na PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, num valor equivalente a 2,0 mil milhões de euros ou 1,8 euros por cada acção da Portugal Telecom (assumindo um preço por acção de 10,85 euros por cada acção PT Multimédia).

O referido pacote inclui ainda uma remuneração de 2,1 mil milhões de euros correspondente a um programa de aquisição de acções próprias. As acções serão adquiridas a preço de mercado, até ao valor máximo de 11,50 euros por acção, correspondendo à aquisição de um mínimo de 16,5% do capital social actual da PT. No entanto, o Conselho de Administração da PT reservou-se o direito de optimizar esta estrutura após o insucesso da Oferta da Sonaecom. O programa de aquisição de acções próprias será submetido a aprovação da Assembleia Geral por maioria qualificada inerente à alteração de estatutos para redução do capital social.

No âmbito do referido pacote de remuneração accionista, foi ainda assumido um compromisso de pagamento de um dividendo anual de 57,5 céntimos por acção em 2008-2009, após conclusão do programa de aquisição de acções próprias, o que, a um preço por acção de 10,50 euros, equivale a um dividend yield anual de 6,9% (após ajuste teórico no preço por acção da distribuição das acções da PT Multimédia e assumindo um impacto neutral na cotação decorrente do programa de aquisições de acções próprias e distribuição anual de dividendos).

8. Planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções

Durante o exercício de 2006, a Sociedade não adoptou nem se mantiveram vigentes quaisquer planos de atribuição de acções nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções a administradores ou colaboradores do Grupo.

9. Negócios relevantes com membros de órgãos sociais, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os termos ou as condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Alguns dos principais accionistas da PT são instituições financeiras, com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal decurso da actividade. Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de telecomunicações por parte do Grupo e à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte dessas instituições financeiras.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a PT pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital social da PT. Em 31 de Dezembro de 2006, a Telefónica detém 9,96% do capital social da PT. Adicionalmente, a PT estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo.

O Grupo estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

Para além destas operações, a PT não realizou qualquer outro negócio ou operação com membros de órgãos de administração ou fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo significativas em termos económicos para qualquer das partes envolvidas que não tenham sido realizadas em condições normais de mercado.

10. Relação com investidores

Em Março de 1995, foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar um adequado relacionamento com accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as Bolsas de Valores onde a PT está cotada e respectivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC.

Esta Direcção elabora regularmente apresentações, comunicados e press releases sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram e afectem o Grupo PT como um todo. Presta igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira em geral – accionistas, investidores (institucionais e retalho) e analistas. Qualquer interessado poderá aceder à Direcção de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Nuno Prego

Direcção de Relação com Investidores

Tel.: +351 21 5001 701

Fax: +351 21 5000 800

E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Morada: Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – 9.º, 1069-300 Lisboa

Website: <http://ir.telecom.pt>

Ao longo de 2006, a PT prosseguiu as suas actividades de relação com investidores, realizando diversos eventos, nomeadamente roadshows, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conference-calls, tendo ainda participado em conferências na Europa e nos Estados Unidos.

Em termos globais, a PT realizou, em 2006, cerca de 280 reuniões com analistas e investidores, 200 das quais foram realizadas no âmbito dos roadshows e conferências, tendo as restantes 80 reuniões e conference-calls tido lugar na sede da empresa.

É de destacar a realização, em 2006, de três roadshows na Europa e nos Estados Unidos, dos quais se salienta o roadshow realizado em Março (após a divulgação dos resultados anuais), que envolveu contactos com investidores em catorze cidades de oito países.

11. Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função fixar as remunerações dos titulares dos órgãos sociais da PT.

Com vista à consecução dessa tarefa, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário.

A composição actual da Comissão de Vencimentos, nomeada em Abril de 2006, é a seguinte:

António Menezes Cordeiro (presidente)
Manuel Alves Monteiro
João Mello Franco

O vogal da Comissão de Remunerações João Mello Franco é igualmente administrador não executivo da PT.

A proposta e escolha dos membros que integram a Comissão de Vencimentos têm subjacente a intenção da Sociedade de garantir uma composição maioritária da Comissão de Vencimentos por membros independentes em relação à administração, sem prejuízo da necessária articulação desta Comissão com o Conselho de Administração.

Desta forma, a Comissão de Vencimentos, salvo o referido administrador não executivo, não inclui qualquer outro membro do Conselho de Administração ou que tenha qualquer ligação familiar com membros do órgão de administração por via de casamento, parentesco ou afinidade em linha recta até ao terceiro grau.

12. Auditores externos

Durante o exercício de 2006, a remuneração anual paga aos auditores externos foi de 2.800.867 euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

	euros			
	2006	%	2005	%
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	1.686.520	60%	1.438.400	59%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	679.890	24%	467.896	19%
Serviços de consultoria fiscal	52.003	2%	307.135	12%
Outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria	382.455	14%	245.370	10%
Total	2.800.867	100%	2.458.801	100%

De forma a salvaguardar a independência dos auditores externos, o Conselho de Administração da Sociedade atribuiu os seguintes poderes à Comissão de Auditoria relativamente à auditoria externa da sociedade:

- Nomeação e contratação dos auditores externos e responsabilidade pelo estabelecimento da sua remuneração, bem como pela cessação de funções e a pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos auditores externos;
- Supervisão directa e exclusiva por parte da Comissão de Auditoria;
- Obtenção anual directamente dos auditores externos de um relatório sobre a auditoria externa, que deverá descrever os procedimentos internos dos auditores de controlo de qualidade, quaisquer questões substanciais surgidas no âmbito desse controlo ou na sequência de um inquérito levado a cabo nos últimos cinco anos pelas autoridades competentes, bem como todas as relações existentes entre a Sociedade e os auditores ou pessoas suas associadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso;
- Avaliação das habilitações, independência e desempenho dos auditores externos;

- > Definição da política de contratação pela Sociedade de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os auditores externos;
- > Revisão e emissão de parecer prévio sobre o Memorando e o Relatório de Auditoria elaborado pelos auditores externos, bem como sobre a informação financeira a incluir nos documentos de prestação de contas a apresentar na CMVM;
- > Revisão com os auditores externos do âmbito, planeamento e recursos a utilizar nos seus serviços;
- > Revisão e discussão com os órgãos de gestão do Relatório de Auditoria a incluir no reporte anual da Sociedade, constante do Form 20-F a apresentar na SEC;
- > Garantia de que a auditoria das demonstrações financeiras a incluir no Form 20-F foi efectuada de acordo com as leis em vigor nos Estados Unidos da América;
- > Responsabilidade por resolver qualquer divergência entre a Comissão Executiva e os auditores externos no que respeita à informação financeira;
- > Definição de limites anuais para honorários dos diversos serviços a prestar pelos auditores externos e revisão trimestral dos níveis de contratação desses serviços.

A avaliação de independência dos auditores externos resulta da aplicação da regra emitida pela SEC, a 26 de Março de 2003, que define os onze serviços vedados aos auditores externos. Deste modo, para todos os serviços que não sejam de Auditoria, a Sociedade realiza uma análise de conflitos de interesses entre a prestação de serviços potencial e o trabalho de Auditoria realizado pelos auditores externos. Com base nessa análise, a Comissão de Auditoria procede à emissão de um parecer, referindo a existência ou não-existência de conflitos de interesses inerente a essa prestação de serviços pelos auditores externos.

Por outro lado, os auditores externos são entidades independentes e internacionalmente reputadas, sendo a sua acção estreitamente acompanhada e supervisionada pela Comissão de Auditoria. A PT não concede aos auditores externos qualquer protecção indemnizatória.

Em conformidade com as regras da SEC, a Comissão de Auditoria, no âmbito das suas responsabilidades, definiu as regras que estabelecem as limitações e restrições que o Grupo PT tem de cumprir na eventual intenção de contratação de colaboradores da empresa de auditores externos.

Assim e num período de referência de um ano a contar da data de conclusão da última Auditoria Externa às contas da PT:

- > Estão sujeitas a pré-aprovação da Comissão de Auditoria todas as intenções de contratação de colaboradores provenientes da empresa de auditores externos, bem como de ex-colaboradores que tenham abandonado a empresa há menos de um ano da data de fecho da auditoria em que participaram.
- > Estão proibidas as contratações, durante o período referido, de Sócios ou outros membros da equipa de auditoria externa que tenham tido um envolvimento superior a 10 horas de serviços de auditoria e que sejam convidados para desempenhar funções num cargo de supervisão do processo de financial reporting da PT, nomeadamente:
 - a) Chief executive officer;
 - b) Chief financial officer;
 - c) Chief accounting officer;
 - d) Controller;
 - e) Outros com um papel relevante na elaboração e/ou supervisão do processo de reporting financeiro, quer na PT, quer em empresas participadas.

13. Mudança de controlo

A PT, no normal exercício da sua actividade, celebrou alguns acordos que poderão ser alterados ou cessar em caso de mudança de controlo da Sociedade, sendo de destacar, pela sua importância, os seguintes acordos:

- Acordo parassocial celebrado em 16 de Abril de 1999, relativo à constituição da Médi Télécom entre as sociedades integrantes do Grupo Banque Marocaine du Commerce Extérieur, a Holdco, SA, a Telefónica Intercontinental, SA e a Portugal Telecom. Nos termos do acordo, em caso de ocorrência de uma mudança de controlo em qualquer uma das partes do mesmo, as restantes terão uma opção de compra, nos termos da qual poderão exigir que a parte afectada pela mudança de controlo aliene a sua participação na Médi Télécom às restantes partes pelo valor justo de mercado, com um desconto de 10%. No caso desta opção de compra ser exercida por mais do que uma parte, a aquisição da participação da parte afectada pela mudança de controlo será executada de forma rateada. No caso da PT, e para efeitos deste acordo, deverá ser considerada como uma mudança de controlo a aquisição por um concorrente directo ou indirecto do Grupo de uma participação de controlo na PT.
- Acordo parassocial celebrado em 17 de Outubro de 2002 entre a Telefónica e a PT, nos termos dos quais foi acordado que a Telefónica Móviles terá o direito de vender à PT, que estará obrigada a comprar, a sua participação social na Brasitel, no caso de se produzir uma mudança de controlo na PT ou em qualquer das sociedades subsidiárias que, directa ou indirectamente, seja titular de uma participação social na Brasitel. De igual modo, a PT terá o direito de vender à Telefónica, que estará obrigada a comprar, a sua participação social na Brasitel, no caso de se produzir uma mudança de controlo na Telefónica ou em qualquer das sociedades subsidiárias que directa ou indirectamente seja titular de uma participação social na Brasitel.
- Credit Facility no montante total de 900 milhões de euros e alguns contratos de mútuo celebrados em 31 de Dezembro de 2006, totalizando 386 milhões de euros, com o BEI, que conferem aos mutuantes o direito de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da PT.

2 _ Exercício do direito de voto e representação de accionistas

1. Assembleia Geral e direito de voto

A Assembleia Geral, constituída pelos accionistas com direito de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos conselhos de administração ou fiscal, ou por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital social.

Durante o exercício de 2006, a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade teve a seguinte composição:

António Menezes Cordeiro (presidente)
Jorge Luís Seromenho Gomes de Abreu (vice-presidente)*
Luís Sousa de Macedo (secretário)*

Nos termos dos estatutos da Sociedade, a cada 500 acções corresponde um voto, podendo os accionistas possuidores de um número inferior de acções agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número de acções necessário ao exercício do direito de voto.

No âmbito de programas de American Depository Receipts (ADR) ou de Global Depository Receipts (GDR) que tenham por objecto acções da Sociedade, são considerados como accionistas os titulares dos ADR ou dos GDR e como mero representante destes a entidade em nome de quem as acções se encontram inscritas, desde que cumpram com as condições estabelecidas pelos estatutos para o exercício desse direito, as quais são comunicadas aos titulares de direito de voto em cada convocatória da Assembleia Geral.

Para confirmação da titularidade dos direitos de voto, os estatutos exigem a comprovação, até 5 dias úteis antes da respectiva reunião, da inscrição das acções em conta de valores mobiliários escriturais.

Para deliberar sobre a alteração dos Estatutos, é necessária uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos, quer em primeira, quer em segunda convocação, não sendo aprovadas deliberações nesta matéria contra a maioria dos votos correspondentes às acções da categoria A. Na Assembleia Geral que versar sobre a alteração dos Estatutos, devem estar presentes ou representados accionistas que detêm, pelo menos, acções correspondentes a um terço do capital social, podendo a Assembleia deliberar em segunda convocação, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados.

Ainda no âmbito da Assembleia Geral, e na sua dependência, cumpre referir a existência de uma Comissão de Vencimentos cuja composição, atribuições e actividade durante o exercício de 2006 se encontram a seguir descritas:

Comissão de Vencimentos**

António Menezes Cordeiro (presidente)
Manuel Alves Monteiro
João Mello Franco

Atribuições

Esta Comissão foi criada, nos termos estatutariamente permitidos, para fixar as remunerações dos órgãos sociais da PT. Compete-lhe ainda o acompanhamento e avaliação do desempenho dos administradores em função dos objectivos definidos.

A Comissão de Vencimentos reuniu três vezes, tendo sido discutidas as seguintes matérias:

- Ponderação e fixação da remuneração, componente fixa e variável, a atribuir aos administradores da PT.

* Por superveniência de incompatibilidade nos termos previstos no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, ex vi n.º 1 do artigo 374.º-A do mesmo Código, nos termos da redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 76A/2006 de 29 de Março, o mandato dos titulares assinalados caducou, pelo que, em sua substituição na Assembleia Geral decorrida no dia 2 de Março de 2007, foram nomeados os seguintes titulares: Daniel Proença de Carvalho (vice-presidente) e Francisco Manuel Leal Barona (secretário).

** A presente composição da Comissão de Vencimentos foi deliberada na Assembleia Geral Anual datada de 21 de Abril de 2006.

2. Voto por correspondência e através de meios electrónicos

Os estatutos da Sociedade prevêem que o exercício do voto por correspondência ou por meios electrónicos pode abranger todas as matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela fixados.

Não obstante essa consagração genérica, prevê-se para 2007 uma revisão estatutária contemplando o conteúdo mínimo da convocatória e dos próprios estatutos nesta matéria, de acordo com as recentes introduções legislativas neste campo.

Votação por correspondência

De acordo com a prática adoptada na PT, a votação por correspondência deverá ser exercida de acordo com o seguinte procedimento:

Os accionistas com direito a voto poderão, de harmonia com o artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, exercê-lo por correspondência, desde que, até à hora e data fixadas na convocatória, façam chegar uma comunicação dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, com assinatura reconhecida (ou, no caso de pessoas singulares, com assinatura simples acompanhada de fotocópia do respectivo bilhete de identidade), da qual conste a morada para onde devam ser enviados os boletins de voto e demais documentação. Em resposta, proceder-se-á ao envio dos respectivos boletins de voto e demais documentação, devendo esses accionistas remeter ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, por forma a que seja por este recebidos, até à hora e data fixadas na convocatória da Assembleia Geral, um sobreescrito contendo a declaração do intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo das respectivas acções e a declaração referida do n.º 12 do artigo 13.º dos Estatutos, e um outro sobreescrito fechado, contendo os boletins de voto devidamente preenchidos.

Poderão, ainda, em opção alternativa, os accionistas retirar do site www.telecom.pt os boletins de voto e remetê-los, dirigindo-os ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, devidamente preenchidos e em sobreescrito fechado, de modo a que sejam recebidos, juntamente com um sobreescrito contendo a fotocópia do bilhete de identidade (ou, no caso de pessoas colectivas, documento de reconhecimento de assinatura nos termos legais), a declaração do intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo das respectivas acções e a declaração referida no n.º 12 do artigo 13.º dos Estatutos, até à hora e data fixadas na convocatória da Assembleia Geral.

Para o efeito, aquando da preparação das reuniões da Assembleia Geral, existem boletins de voto à disposição dos accionistas na sede da Sociedade, podendo ser obtidos através do site da Sociedade, bem como ser facultados por entrega em mão, por via postal ou por correio electrónico.

Votação por meios electrónicos

Em alternativa ao voto por correspondência, os titulares do direito de voto poderão optar pelo exercício do seu direito de voto por meios electrónicos, podendo, contudo, o exercício do voto por meios electrónicos ser sujeito pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral à verificação das condições que fixar para a respectiva segurança e fiabilidade.

Efectivamente, os accionistas com direito a voto, de acordo com a prática implementada na Sociedade, poderão ainda votar através do site www.telecom.pt, de acordo com os requisitos no mesmo estabelecidos, desde que, até à hora e data fixadas na convocatória da Assembleia Geral, façam chegar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral uma comunicação, elaborada de acordo com o modelo disponibilizado no mesmo site da Internet, comunicação essa que deverá conter a assinatura reconhecida (ou, no caso de pessoas singulares, a assinatura simples acompanhada de fotocópia do respectivo bilhete de identidade), da qual conste um endereço postal para onde pretenda que seja enviada a palavra-chave a ser disponibilizada pela Sociedade.

Estes accionistas poderão exercer o seu direito de voto no período fixado na convocatória da Assembleia Geral. Só poderão ser considerados os votos dos accionistas relativamente aos quais tenham sido recebidas, durante o período fixado na convocatória da Assembleia Geral, a declaração do interme diário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo das respectivas acções e a declaração a que se refere o n.º 12 do artigo 13.º dos estatutos da Sociedade.

Disposições comuns – escrutínio da votação

Os votos exercidos quer por correspondência, quer por meios electrónicos, serão considerados no momento do escrutínio da votação por adição aos exercidos no decurso da Assembleia Geral.

A presença na Assembleia Geral de accionistas que tenham exercido o respectivo direito de voto quer por correspondência quer por meios electrónicos, ou de um seu representante, determina a revogação do voto expresso por aquela forma.

Os votos emitidos quer por correspondência, quer por meios electrónicos, serão considerados como votos negativos em relação a propostas de deliberação que venham, eventualmente, a ser apresentadas em momento posterior à respectiva emissão.

3. Representação de accionistas

Os accionistas podem participar directamente na Assembleia Geral ou nela fazer-se representar, nos mais amplos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral.

4. Disponibilização de informação preparatória

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente as devam acompanhar e os demais elementos de informação preparatória, são postos à disposição dos accionistas, na sede social e em prazo não inferior aos 15 dias antecedentes à reunião. O conteúdo desses documentos é igualmente divulgado no website da Sociedade, em português e em inglês.

Com vista a facilitar o acesso a estes documentos, especialmente aos accionistas estrangeiros, a Direcção de Relação com Investidores procede, mediante solicitação, ao envio dos mesmos por correio, fax ou correio electrónico.

Adicionalmente, o texto da convocatória da Assembleia Geral e o das propostas recebidas pela Mesa da Assembleia Geral com suficiente antecedência são disponibilizados no website da Sociedade.

O resultado das deliberações da Assembleia Geral é divulgado pela Sociedade no seu website, bem como através da Direcção de Relações com Investidores.

3 _ Regras societárias

1. Códigos de conduta

Código de ética

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em 18 de Dezembro de 2001, o código de ética do Grupo PT, o qual se aplica a todos os colaboradores, de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas do Grupo, sendo a sua actualização e implementação monitorizadas em permanência pela Comissão de Governo Societário.

O referido código de ética foi revisto pelo Conselho de Administração em reunião datada de 30 de Junho de 2005. No exercício de 2006, foram, por seu turno, tomadas algumas medidas com o objectivo de operacionalizar a sua implementação no Grupo PT.

O Código explicita e formaliza padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do Grupo PT, consolidando as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT, sendo de salientar os seguintes aspectos:

- Actuação pautada por rigorosos princípios de honestidade, integridade, dignidade, correção e diligência profissional, isenção e equidade;
- Observância de um dever de lealdade para com a empresa do Grupo PT a que se encontram adstritos, empenhando-se em salvaguardar a sua credibilidade e boa imagem em todas as situações, salvaguardando o seu prestígio. Devem ainda os colaboradores agir com verticalidade, isenção e objectividade na análise de decisões de negócio tomadas em nome da respectiva empresa;
- Cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo, nomeadamente as relativas a sigilo das comunicações e das informações a que têm acesso;

- Princípio de lealdade para com as empresas do Grupo, devendo os colaboradores empenhar-se na salvaguarda do seu prestígio e no cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo, designadamente no que respeita à obrigação de sigilo relativamente a informação relevante que ainda não tenha sido tornada pública e que seja susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas;
- Cumprimento dos limites de responsabilidades que lhes estão atribuídos;
- Cumprimento de determinadas regras no relacionamento com fornecedores, concorrentes, accionistas e entidades reguladoras.

O texto integral do código de ética do Grupo PT encontra-se disponível para consulta no website oficial da empresa (www.telecom.pt) e pode ser também disponibilizado através da Direcção de Relação com Investidores.

Código de ética para financial officers

Em 2004, o Conselho de Administração do Grupo PT aprovou o “código de ética para financial officers”, reforçando a importância das normas éticas específicas aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo PT que estejam, directa ou indirectamente, envolvidos na elaboração, análise e divulgação de demonstrações financeiras, press releases ou qualquer outra informação a divulgar aos mercados relacionada com alguma das entidades que integram o Grupo PT.

O código de ética para financial officers reforça os princípios de honestidade e responsabilidade e regula aspectos como o relato de conflitos de interesses, a competência e profissionalismo, o sigilo profissional, o cumprimento das leis aplicáveis ao Grupo PT e a responsabilidade pela divulgação de informação, tendo o seu âmbito sido dado a conhecer a todos os colaboradores relevantes, mediante a assinatura anual de uma declaração de cumprimento.

Este Código encontra-se igualmente disponível no website da Sociedade.

Regulamento interno sobre transacções pelos dirigentes do Grupo

Em 2006, foi aprovado o Regulamento sobre Transacções pelos dirigentes do Grupo que, substituindo o anterior Regulamento Interno sobre Operações por conta própria dos quadros de alta direcção, aprovado no anterior exercício, regula as matérias relativas à prevenção de abuso de mercado e transacções sobre instrumentos financeiros emitidos pelas sociedades do Grupo e bem assim define os conceitos relevantes de “informação privilegiada”, “manipulação de mercado” e “transacções relevantes”, entre outros associados.

Este Regulamento foi emitido, precisamente, em linha com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2006, de 15 de Março, ao Código dos Valores Mobiliários, designadamente no sentido da ampliação do âmbito objectivo e subjectivo das matérias e definições indicadas supra como objecto de regulação no documento. Em suma, o Regulamento visa complementar as regras de governo societário e bem assim as boas práticas de conduta já implementadas na PT para reforço da prevenção do abuso de mercado.

Regulamento sobre transacções com partes relacionadas

Em 2006, foi aprovado o Regulamento que visa implementar um conjunto de procedimentos orientados para garantir a correcta identificação e divulgação de transacções com partes relacionadas e bem assim definir os conceitos relevantes de “transacção” e “partes relacionadas”.

O Regulamento tem um duplo objectivo:

- Permitir que as demonstrações financeiras da PT evidenciem, se e quando aplicável, a possibilidade de a posição financeira e resultados da Sociedade poderem ser afectados pela existência de partes relacionadas e por transacções e saldos pendentes com as mesmas;
- Salvaguardar o interesse da PT em situações de potencial conflito de interesses face aos interesses de pessoas ou entidades que se entende terem a possibilidade de influenciar, directa ou indirectamente, a sua gestão.

Política de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

A estratégia de sustentabilidade empresarial na PT está integrada, de forma coerente e transversal, dentro do Grupo e assenta no desenvolvimento de um vasto conjunto de práticas e processos em três vertentes principais: económica, ambiental e social. Responsabilidade social, corporativa, económica e ambiental são vertentes intrínsecas a esta estratégia que a PT espera ir consolidando e renovando de forma sistemática e transversal à actividade do Grupo.

Nesse âmbito, a PT participa activamente no conjunto de movimentos internacionais do sector das telecomunicações, que procuram contribuir para o desenvolvimento sustentável. A PT faz parte da ETNO – European Telecommunications Network Operator's Association desde 1992, tendo sido sempre eleita para membro do Conselho Executivo.

O relatório de sustentabilidade é publicado anualmente, a par do relatório e contas consolidadas, e é elaborado de acordo com as linhas orientadoras do Global Reporting Initiative (GRI). O relatório é auditado por uma entidade externa e independente.

O documento descreve o conjunto de práticas e de indicadores económicos, sociais e ambientais que permitem evidenciar o desempenho da empresa na óptica tridimensional da sustentabilidade, bem como os compromissos que a PT assume perante os seus stakeholders.

Este relatório encontra-se publicado no website da Sociedade.

2. Procedimentos internos para o controlo dos riscos

Os principais factores de risco do Grupo PT, bem como as estratégias adoptadas pela Sociedade para combater esses riscos, foram já descritos no n.º 5 do Capítulo 1 supra.

Assim, interessa agora referir os procedimentos internos adoptados pela Sociedade para cumprir aquelas estratégias de controlo de factores de risco referidas supra.

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver uma função de Controlo Interno, que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, minimizar a ocorrência de fraude e garantir que os riscos críticos identificados são controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Esta função, alinhada com as melhores práticas internacionais e com as disposições do Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser executada nas principais empresas participadas, estando determinada a sua implementação nas empresas com processos relevantes do Grupo PT. O programa prevê não só a introdução de procedimentos de Controlo Interno, como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua.

Durante o ano de 2006, em linha com as melhores práticas internacionais, foi solicitada uma revisão global dos Controlos Internos relevantes para o Reporting Financeiro, de modo a assegurar se estariam adequados e operacionais e, sempre que não estivessem, serem desencadeados os remediation plans, de modo a corrigir eventuais deficiências do sistema.

A metodologia de avaliação que foi seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelos organismos responsáveis por promover a existência de mecanismos de Controlo Interno nos mercados de capitais, nomeadamente pela SEC e PCAOB, e que se fundamentaram numa análise dos sistemas de Controlo Interno à luz do COSO framework na vertente dos Entity Level Controls e Process Level Controls, e de acordo com o COBIT framework para a vertente de IS/IT.

No que se refere à implementação do Controlo Interno e, na sequência da utilização dos referenciais supra-mencionados, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas que permitiram reforçar substancialmente o ambiente de Controlo Interno do Grupo, nomeadamente:

- Formação de cerca 4.650 colaboradores em matérias relacionadas com o Controlo Interno e código de ética;
- Realização de workshops para esclarecimento dos requisitos de Compliance Norte Americanos;
- Aprovação do Manual Entity Level Controls em Conselho de Administração;
- Definição e controlo de um Plano de Compliance Corporativo para o ano de 2006;
- Revisão e aprovação dos Manuais de Controlo Interno para os principais negócios/empresas do Grupo PT;
- Definição e monitorização e reporte à Comissão de Auditoria de um conjunto de políticas com vista à implementação de iniciativas referentes ao Controlo Interno;
- Avaliação do Controlo Interno em todos os processos com maior impacto para Reporting Financeiro no Grupo PT.

Controlo pela holding, unidades de negócio e empresas instrumentais

O Controlo Interno do Grupo PT está estruturado de acordo com a distribuição de responsabilidades funcionais:

- > Os Entity Level Controls são definidos pela holding (Portugal Telecom, SGPS, SA) e são implementados pelas empresas do Grupo e visam estabelecer linhas orientadoras de Controlo Interno para as empresas participadas.
- > Os Process Level Controls e os IS/IT Controls são definidos nas empresas participadas que tenham responsabilidade de gestão dos processos inerentes a estes controlos, de acordo com a organização dos mesmos. Atendendo a esta repartição, os controlos relacionados com a recolha da informação incluída na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se nas empresas; os controlos relacionados com o processamento e registo contabilístico dessa informação encontram-se na PT PRO (empresa de serviços partilhados).

Em 2003, o Grupo PT implementou um modelo de certificações em cascata que tem como objectivo garantir uma responsabilização dos principais intervenientes no processo de “Reporting” Financeiro e assenta em certificações anuais. As referidas certificações visam responsabilizar os principais participantes no processo de preparação de informação financeira, incluindo os administradores com o pelouro do reporte de informação financeira, de que toda a informação financeira e não financeira relevante foi reportada e se encontra correcta.

3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Apesar de a PT entender não conterem os respectivos estatutos quaisquer cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, descrevem-se seguidamente as medidas existentes que são susceptíveis de ter incidência neste âmbito:

Limitação de votos de um só accionista

De acordo com o artigo 13.º dos estatutos da Sociedade, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital.

Não obstante o referido supra sobre o entendimento da PT quanto ao facto de os seus estatutos não conterem quaisquer cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, a CMVM entendeu, na sua Análise do Cumprimento das Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas em 2005, que a PT incumpria a Recomendação n.º 4.

Acções da categoria A

Por outro lado, para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de Categoria A, as quais poderão ser detidas pelo Estado ou por entidades que pertençam ao sector público, e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14.º, n.º 2, e no artigo 19.º, n.º 2 dos estatutos da Sociedade.

Nos termos destas disposições, as matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da Mesa da Assembleia Geral, assim como dos membros do Conselho Fiscal;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;

- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

Limites à transmissibilidade de acções, acordos parassociais e limitações à titularidade de acções

Não existem limites à transmissibilidade de acções, e a sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais.

Nos termos dos estatutos, os accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT, não podem ser titulares, sem prévia autorização da Assembleia Geral, de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da sociedade.

4 _ Órgão de administração

1. Composição e características do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da PT é composto por um número ímpar de membros, entre 15 a 23, que são eleitos pelos accionistas em Assembleia Geral por maioria dos votos expressos. Ainda nos termos dos Estatutos, para eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o presidente do Conselho de Administração, essa maioria deverá incluir a maioria dos votos conferidos às acções pertencentes à categoria A. Qualquer accionista, independentemente do capital detido, pode individualmente apresentar propostas para eleição do Conselho de Administração.

Por outro lado, e de harmonia com a lei societária, um mínimo de accionistas representando pelo menos 10% do capital social que tenha votado vencido na eleição do Conselho de Administração pode designar um membro do órgão de administração. O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, e não existindo restrições quanto à reeleição de administradores.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Conselho de Administração da PT tinha a seguinte composição:

Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2006

	Comissão Executiva	Administradores não executivos independentes	N.º de acções de que era titular	Primeira nomeação	Termo do mandato
Henrique Granadeiro (presidente)			150	2003	31-12-2008
Zeinal Bava (vice-presidente)			63.161	2000	31-12-2008
Rodrigo Costa (vice-presidente)			–	2005	31-12-2008
Luís Pacheco de Melo (CFO)			45	2006	31-12-2008
João Pedro Baptista			–	2006	31-12-2008
António Caria			486	2006	31-12-2008
Rui Pedro Soares			50	2006	31-12-2008
Franquelim Alves				2006	31-12-2008
António Viana-Baptista			9.008	2000	31-12-2008
Fernando Soares Carneiro			–	2006	31-12-2008
Nuno de Almeida e Vasconcellos (1)			–	2006	31-12-2008
Luís de Azevedo Coutinho			–	2006	31-12-2008
João Mello Franco			13.308	1998	31-12-2008
Joaquim Goes			2.437	2000	31-12-2008
Fernando Abril-Martorell			–	2001	31-12-2005
Gerald McGowan			–	2003	31-12-2008
Amílcar de Moraes Pires			2.146	2006	31-12-2008
Francisco Pereira Soares			–	2006	31-12-2008
Jorge Tomé			–	2002	31-12-2008
Armando Vara				2006	31-12-2008
Thomaz Paes de Vasconcellos			–	2003	31-12-2008

(1) Nomeado por cooptação no dia 13 de Setembro de 2006, face à renúncia ao cargo de administrador apresentada por Henrique Chaves, para completar o mandato relativo ao triénio em curso (2006-2008).

Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, não são considerados administradores não executivos independentes os que estejam associados a quaisquer grupos de interesses específicos na sociedade ou que se encontrem em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise e de decisão, estando nessa categoria, nomeadamente, os seguintes:

- a)** Os membros do órgão de administração que pertençam ao órgão de administração de sociedade que sobre aquela exerce domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- b)** Os membros do órgão de administração que sejam titulares, exerçam funções de administração, tenham vínculo contratual ou actuem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto na Sociedade, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerce domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- c)** Os membros do órgão de administração que sejam titulares, exerçam funções de administração, tenham vínculo contratual ou actuem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto na sociedade concorrente;
- d)** Os membros do órgão de administração que auferiram qualquer remuneração, ainda que suspensa, da Sociedade ou de outras que com aquela esteja em relação de domínio ou de grupo, excepto a retribuição pelo exercício das funções de administração;
- e)** Os membros do órgão de administração que tenham uma relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade em relação de domínio ou de grupo, quer directamente, quer por interposta pessoa. Por relação comercial significativa entende-se a situação de um prestador importante de serviços ou bens, de um cliente importante ou de organizações que recebem contribuições significativas da sociedade ou da entidade dominante;
- f)** Os membros do órgão de administração que sejam cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Adicionalmente, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: (a) ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade; ou (b) ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

A PT, enquanto sociedade com acções admitidas à negociação na New York Stock Exchange (NYSE), está igualmente sujeita às regras que permitem qualificar um administrador como independente, concretamente aos Independence Tests – Corporate Governance Standards emitidos pela NYSE, e que também são considerados na tabela supra.

No que se refere à composição e funções da Comissão Executiva, órgão responsável pela gestão corrente da Sociedade, as mesmas encontram-se descritas no ponto 2 infra.

No anexo a este relatório descrevem-se as funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades, com discriminação das exercidas em outras sociedades do Grupo, bem como as qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas por esses membros nos últimos 5 anos.

2. Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes administradores:

Henrique Granadeiro (presidente)
Zeinal Bava (administrador executivo)
Rodrigo Costa (administrador executivo)
Luís Pacheco de Melo (administrador executivo)
João Pedro Baptista (administrador executivo)
António Caria (administrador executivo)
Rui Pedro Soares (administrador executivo)

Atribuições

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da Empresa, atribuindo-lhe, sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas, todos os poderes para o efeito necessários, com exceção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- > Cooptação de administradores;
- > Pedido de convocação de assembleias gerais;
- > Relatórios e contas consolidadas, a submeter à aprovação da Assembleia Geral;
- > Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos Estatutos;
- > Mudança de sede da Sociedade;
- > Projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade, a propor à Assembleia Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões, e ainda os principais acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo;
- > Projectos de aumentos de capital a propor à Assembleia Geral;
- > Alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral;
- > Definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviços;
- > Extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da Empresa;
- > Planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais;
- > Definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva;
- > Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- > Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes.

3. Modo de funcionamento do órgão de administração

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos, o Conselho de Administração fixará as datas ou periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores ou pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração não pode funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o presidente do Conselho de Administração, em casos de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria, se esta estiver assegurada através de voto por correspondência ou por procuração, não podendo, contudo, um administrador representar mais do que outro administrador.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o presidente voto de qualidade.

As deliberações tomadas e as declarações de voto são registadas em acta, a qual deve ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração que participem na reunião.

Os participantes na reunião podem ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

Comissão Executiva

Para melhor assegurar o desempenho das suas funções de acordo com os critérios adoptados nessa data, o Conselho de Administração da PT criou uma Comissão Executiva, delegando nela funções de gestão corrente e retendo as funções de supervisão e controlo.

A Comissão Executiva fixa as datas e a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que for convocada pelo presidente ou por dois dos seus membros ou pelo Conselho Fiscal.

A Comissão Executiva não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o presidente, em caso de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria, se esta estiver assegurada através do voto por correspondência ou por procuração.

É permitido o voto por correspondência e por procuração, não podendo qualquer membro da Comissão Executiva representar mais do que outro membro da mesma.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o presidente voto de qualidade.

Competências do presidente do Conselho de Administração e do presidente da Comissão Executiva

Por força de deliberação tomada na Assembleia Geral Anual de 2006, foi decidida a concentração num único titular dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de presidente da Comissão Executiva. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2006 e nos termos dos estatutos e das normas de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o presidente Henrique Granadeiro, acumulava as funções de presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, competindo-lhe assim as seguintes funções:

- > Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- > Coordenar a actividade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, procedendo à distribuição de matérias pelos respectivos vogais, quando a isso aconselharem as conveniências de gestão;
- > Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva;
- > Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Informação aos membros do Conselho de Administração

Nos termos definidos na respectiva delegação de funções, a Comissão Executiva presta, em cada reunião do Conselho de Administração ou sempre que se mostre necessário, informação aos restantes administradores dos factos mais relevantes relacionados com a execução dos poderes que lhe foram delegados, nomeadamente sobre a execução das políticas e opções estratégicas cujos objectivos gerais hajam sido definidos pelo Conselho de Administração, bem como sobre a execução dos planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais aprovados pelo mesmo órgão.

A Comissão Executiva presta igualmente as informações adicionais relativas ao estado da gestão que o Conselho de Administração entenda solicitar, devendo proceder com diligência aos actos de execução relacionados com quaisquer indicações que o Conselho de Administração lhe transmita, em resultado das informações prestadas.

Número de reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva durante o exercício de 2006

Por regra, o Conselho de Administração reúne mensalmente, podendo, no entanto, reunir extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores ou pelo Conselho Fiscal. Durante o ano de 2006, tiveram lugar 17 reuniões do Conselho de Administração.

Por seu turno, a Comissão Executiva reuniu, durante o ano de 2006, 48 vezes.

Recomendações da CMVM relativas a administradores não executivos e a administradores independentes

Os órgãos de administração da PT têm uma pluralidade de membros, os quais garantem uma orientação efectiva da gestão da Sociedade e dos seus responsáveis.

A Sociedade tem 14 administradores não executivos num total de 21 administradores, pelo que se afigura serem em número suficiente para garantir o acompanhamento e avaliação contínuos do desempenho da Comissão Executiva. De entre estes, os administradores não executivos sete são independentes, de acordo com os critérios de independência supra-indicados. Assim, deverá considerar-se estarem assegurados os interesses de todas as entidades envolvidas na PT e existir a estrutura adequada para prevenir e gerir conflitos de interesses.

4. Política de remunerações dos administradores

Política de remuneração de administradores executivos e não executivos

A remuneração dos administradores da PT, determinada pela Comissão de Vencimentos, toma em consideração a performance do Conselho de Administração como um todo, a performance do Grupo PT e benchmarks com outras empresas de dimensão e negócio similar.

A remuneração do presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, bem como a remuneração dos demais administradores executivos é composta por uma vertente fixa e por outra variável. A remuneração dos restantes administradores não executivos inclui apenas uma componente fixa.

O valor da remuneração fixa dos administradores foi determinado com base num estudo de benchmark, levado a efeito por uma empresa internacional de consultoria de Recursos Humanos. Neste estudo foram analisadas empresas integrantes dos índices PSI-20, IBEX 35, DJ Eurostoxx 50 e CAC 40, bem como empresas europeias de telecomunicações comparáveis à PT.

A determinação da remuneração variável, a atribuir por conta da performance de 2006, tem em consideração a análise de cinco indicadores: (a) Receitas consolidadas; (b) EBITDA; (c) EBITDA - Capex; (d) Lucro líquido antes de curtailment e (e) Rácio do “Total Shareholder Return” da PT pelo “Total Shareholder Return” do DJ Stoxx 600 Telecom, sendo o “Total Shareholder Return” entendido como o somatório da variação do preço da acção com o valor dos dividendos por acção.

Alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade

Conforme descrito supra, a PT procura alinhar os interesses da gestão com os interesses da sociedade e dos acionistas, sendo que, para tal, a remuneração variável dos administradores está dependente da sua performance, bem como da sua sustentabilidade e da capacidade de atingir determinados objectivos que concorram para os objectivos estratégicos do Grupo PT.

Pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos dos administradores

A PT celebrou com alguns dos seus administradores executivos diversos acordos individuais, nos termos dos quais, caso os administradores não sejam reconduzidos após caducidade do mandato em curso, terão direito a uma compensação equivalente à retribuição que os mesmos aufeririam durante os dois anos subsequentes, sendo que, em alguns dos casos, foi igualmente fixada uma compensação variável. Como contrapartida pela compensação atribuída, os administradores cessantes comprometem-se a, durante um período acordado entre as partes, não exercer uma actividade concorrente com a PT.

Complementarmente, ao abrigo desses mesmos contratos, caso a PT proceda à destituição desses administradores, sem justa causa, deverá pagar uma compensação equivalente à retribuição que os mesmos receberiam até ao termo do mandato à data em curso.

5. Remunerações dos administradores

Remunerações fixas e variáveis de administradores executivos e não executivos

Em 2006, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos administradores executivos e não executivos foram as seguintes:

Remuneração	milhares de euros		
	Fixa	Variável	Total
Administradores executivos	4.670	3.813	8.483
Administradores não executivos	1.612	300	1.912
Total	6.282	4.113	10.395

Ligaçāo entre remuneração e desempenho dos administradores

De modo a maximizar o esforço de boa gestão (comentário à Recomendação n.º 8 da CMVM e Plano de Acção da Comissão Europeia), as remunerações variáveis efectivamente atribuídas ao presidente do Conselho de Administração/Comissão Executiva e a cada um dos administradores executivos foram indexadas ao desempenho desses titulares de cargos no órgão de administração da Sociedade, de acordo com os critérios apontados como relevantes no âmbito da política de remunerações da Sociedade supra descrita.

Atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivo com acções – prémios, benefícios não pecuniários e participação nos lucros

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções, de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivos com acções, nem quaisquer prémios ou benefícios não pecuniários de qualquer natureza, incluindo a participação nos lucros.

Sem prejuízo, alguns dos administradores são abrangidos pelos Planos de Benefícios de Reforma patrocinados pelo Grupo PT.

Pagamentos devidos por cessação de funções

Em conformidade com o referido supra, durante o exercício de 2006 a PT efectuou pagamentos a anteriores membros do Conselho de Administração pela aplicação da cláusula de não concorrência na cessação das respectivas funções que totalizaram 10.672 milhares de euros, sendo que 9.705 milhares de euros respeitam a administradores executivos e o remanescente a administradores não executivos.

Estimativa de outros benefícios não pecuniários

Para além dos supra-descritos, não foram atribuídos outros benefícios não pecuniários significativos.

Efectivamente, aos administradores da PT, em complemento da política de remuneração acima descrita, é apenas atribuído um conjunto de regalias inerentes e necessárias ao exercício dos seus respectivos cargos.

6. Política de comunicações de irregularidades

O Grupo PT instituiu, em 2005, um conjunto de procedimentos denominado “Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas”. No âmbito deste sistema, consideram-se “práticas indevidas” todos os actos ou omissões, dolosos ou gravemente negligentes, que sejam imputados à conduta de membros dos órgãos sociais e demais dirigentes, directores, quadros e restantes colaboradores de empresas do Grupo, nomeadamente em assuntos relativos à Contabilidade, ao Controlo Interno ou à Auditoria, que possam ter reflexos nas demonstrações financeiras ou nas informações enviadas à entidade reguladora portuguesa, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ou a norte-americana, a Securities and Exchange Commission (SEC), ou causar dano ao património do Grupo PT.

Após a sua implementação, a existência do Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas foi publicitada através de comunicação pessoal, dirigida a cada um dos colaboradores, e da inserção de um texto no website do Grupo PT. Qualquer colaborador pode participar práticas indevidas através de carta dirigida a um endereço postal disponibilizado para o efeito, devendo ainda ser criados, à medida que se mostrarem necessários ou convenientes, um número de telefone, um número de fax e um endereço de e-mail com a mesma função.

Qualquer prática indevida conhecida por alguém exterior ao Grupo (no sentido de não pertencer aos quadros do Grupo PT – por exemplo, um accionista, cliente ou fornecedor) poderá ser comunicada a um colaborador, o qual fica obrigado a comunicá-la através dos mecanismos próprios do Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas.

As participações são recebidas por um Núcleo de Análise de Participações Qualificadas (NAPQ), o qual procede ao seu tratamento e as envia à Comissão de Auditoria do Conselho de Administração. A Comissão de Auditoria, enquanto comissão especializada do Conselho de Administração nestas matérias, é competente para tomar as decisões necessárias, dando conhecimento destas ao CEO e ao CFO, bem como a outras entidades, internas ou externas, cujo envolvimento se impõe ou justifique.

Em qualquer caso, a identidade dos autores das participações de práticas indevidas é mantida confidencial (quando for conhecida), a menos que os próprios, inequivocamente, pretendam e declarem o contrário. Em caso algum é tolerada qualquer represália contra quem realize as referidas participações.

Adicionalmente, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, a competência para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade ou outros passará a ser da Comissão de Auditoria ou Conselho Fiscal das sociedades, consoante o modelo de fiscalização adoptado.

Anexo

Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades

As funções desempenhadas noutras sociedades por cada um dos administradores são as seguintes:

Henrique Granadeiro

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da PT Centro Corporativo, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Rede Fixa, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da Cabo TV Madeirense, SA | Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Administrador não executivo da OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, SA | Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia | Presidente da Direcção da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa | Membro do Conselho Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação | Administrador não executivo da Fundação Eugénio de Almeida | Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música.

Zeinal Bava

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA | Presidente da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Portugal, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA | Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA | Administrador da PT Centro Corporativo, SA | Administrador da PT Portugal, SGPS, SA | Administrador da PT Rede Fixa, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Prestações – Mandatária de Aquisições de Gestão de Bens, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, SA | Presidente do Conselho de Administração da Lusomundo Cinemas, SA | Presidente do Conselho de Administração da Lusomundo Audiovisuais, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Televisão por Cabo, SGPS, SA | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, NV || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Não aplicável.

Rodrigo Costa

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA | Presidente do Conselho de Administração não executivo da PT Sistemas de Informação, SA | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Inovação, SA |

Administrador da PT Centro Corporativo, SA | Administrador da PT Portugal, SGPS, SA | Administrador da PT Rede Fixa, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT.COM, Comunicações Interactivas, SA || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Membro do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico | Membro do Alto Conselho para o Investimento Estrangeiro.

Luís Pacheco de Melo

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador da PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA | Administrador da Cabo TV Madeirense, SA | Administrador da Cabo TV Açoreana, SA | Administrador da PT Prestações – Mandatária de Aquisições de Gestão de Bens, SA | Administrador não executivo do Banco BEST, SA | Administrador da Lusomundo Espanha, SL | Administrador da Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, SA | Administrador da Lusomundo Imobiliária 2, SA | Administrador da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Não aplicável.

João Pedro Baptista

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom – Investimentos Internacionais Consultoria Internacional, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Acessos de Internet WI-FI, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA | Conselheiro presidente da Portugal Telecom Brasil, SA | Vice-presidente do Conselho de Administração da Vivo Participações, SA | Vice-presidente da Brasilcel | Presidente do Conselho de Administração da Mobitel | Membro do Conselho de Administração da Universo Online – UOL | Presidente do Conselho de Gerência da Directel | Membro do Conselho de Administração da Unitel, SARL || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Não aplicável.

António Caria

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA | Administrador não executivo da Cabo TV Açoreana, SA || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Presidente da Assembleia Geral da APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade.

Rui Pedro Soares

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Imobiliária, SA || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Representante da Portugal Telecom na Administração da AIP – Associação Industrial Portuguesa.

Franquelim Alves

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador do Grupo Cinveste.

António Viana-Baptista

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Conselheiro de Brasilcel, NV || **Funções desempenhadas noutras sociedades:** Membro do Conselho de Administração, da Comissão Delegada e do Comité Executivo da Telefónica, SA | Presidente executivo da Telefónica Móviles España, SAU | Presidente executivo da Telefónica de España, SAU | Membro do Conselho de Administração da O2, PLC | Membro do Conselho de Administração da Telefónica Latinoamérica.

Fernando Soares Carneiro

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Não aplicável.

Nuno de Almeida e Vasconcellos*

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente do Conselho de Administração de Ongoing Strategy Investments, SGPS, SA.

Luís de Azevedo Coutinho

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Consultor da Administração do Grupo Abrantina.

João Mello Franco

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador da José de Mello Participações, SGPS, SA.

Joaquim Goes

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador do Banco Espírito Santo, SA | Administrador do BES-Vida, Companhia de Seguros, SA | Administrador do BEST, Banco Electrónico de Serviço Total, SA | Administrador do ESDATA – Espírito Santo Data, SGPS, SA.

Fernando Abril-Martorell

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Comissão Executiva (CEO) de Crédit Suisse Spain.

Gerald McGowan

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador de Overseas Private Investment Corporation | Administrador de Virginia Port Authority.

Amílcar de Moraes Pires

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador do Banco Espírito Santo, SA | Administrador da BES-Vida, Companhia de Seguros, SA | Administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, SA | Presidente do Conselho de Administração do Bank Espírito Santo (International) Limited | Administrador da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA | Administrador do Espírito Santo PLC (Dublin) | Administrador do Banco Espírito Santo Oriente, SA | Administrador do BES Finance Limited.

Francisco Pereira Soares

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Comissão Ambiente do CEEP – Centro Europeu de Empresas com Participação Pública e de Interesse Económico Geral, Bruxelas.

Jorge Tomé

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Comissão Executiva de Caixa – Banco de Investimento, SA | Presidente do Conselho de Administração de Trem II – Aluguer de Material Circulante | Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários Caixageste.

Armando Vara

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador da Caixa Geral de Depósitos | Presidente do Conselho de Administração da IMOCAIXA, SA | Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO, GI (ACE – Grupo CGD) | Administrador da Caixa Participações, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da CAIXATEC Tecnologias de Comunicação, SA.

Thomaz Paes de Vasconcellos

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Não aplicável ||
Funções desempenhadas noutras sociedades: Não aplicável

* Nomeado por cooptação no dia 13 de Setembro de 2006, face à renúncia ao cargo de administrador apresentada por Henrique Chaves, para completar o mandato relativo ao triénio em curso (2006-2008).

Qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos

Membros da Comissão Executiva

Henrique Granadeiro

Português, 63 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato anterior terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, desde 2001 | Membro executivo do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde 2002 a 2006 | Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Resources desde 2005 | Membro do Conselho de Administração da OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, SA desde 2005 | Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo Media, SGPS, SA desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Diário de Notícias desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal de Notícias desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva da TSF desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal do Fundão desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva da Açoreana Ocidental desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do DN da Madeira desde 2002 até 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria, SA desde 2001 até 2004 | Membro do Conselho de Administração da Parfil SGPS, SA desde 2001 até 2004 | Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia desde 2001 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde 2001 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Eugénio de Almeida desde 1992 | Membro do Conselho de Administração da Controljornal SGPS, SA desde 1990 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial SA desde 1990 até 2001 | Presidente da Fundação Eugénio de Almeida desde 1989 até 1992 | Presidente do IFADAP – Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas desde 1987 até 1990 | Administrador-delegado da Fundação Eugénio de Almeida desde 1981 até 1987 | Membro do Conselho de Administração da M.N. Tiago, Construções SA durante 1981 | Membro do Conselho de Administração da Standard Eléctrica durante 1981 | Embaixador de Portugal na OCDE desde 1979 até 1981 e Chefe da Casa Civil do Presidente da República desde 1976 até 1979 | É licenciado em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Universitário de Évora (Departamento de Sociologia).

Zeinal Bava

Português, 41 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato anterior terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Presidente da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Maio de 2003 | Presidente da TV Cabo Portugal, SA desde Março de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, SA desde Abril de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, NV desde Dezembro de 2002 | Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA desde Março de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da PT PRO – Serviços de Gestão, SA desde Fevereiro de 2003 | Vice-presidente executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA de Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 a Abril de 2006 | Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA desde Maio de 2004 a Abril de 2006 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA de Julho de 2002 a Março de 2004 | Membro do Conselho de Administração das Páginas Amarelas, SA de Janeiro de 2004 a Maio de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA de Maio de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração do BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, SA de Maio de 2001 a Outubro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA de Abril de 2001 a Dezembro de 2003 | Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA de 2003 a 2005 | Vice-presidente da PT Ventures, SGPS, SA de 2000 a 2002 | Merrill Lynch – Director executivo e de Relationship para a Portugal Telecom, de 1998 a 1999 | Deutsche Morgan Grenfell – Director executivo e de Relationship para a Portugal Telecom de 1996 a 1998 | Warburg Dillon Read – Director executivo de 1989 a 1996 | É licenciado em Engenharia Electrónica e Electrotécnica pela University College London.

Rodrigo Costa

Português, 47 anos.

Eleito pela primeira vez em 2005. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, SA desde Dezembro de 2005 | Membro do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico desde 2005 | Membro do Alto Conselho para o Investimento Estrangeiro desde 2004 | Corporate Vice-President da OEM Microsoft Corporation desde 2002 até 2005 | Director-geral da Microsoft Brasil desde 2001 até 2002 | Membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Comunicação Empresarial da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desde 1998 até 2000 | Membro da Direcção do Fórum dos Empresários para a Educação desde 1997 até 2001 | Director e vice-presidente da Câmara de Comércio Luso-Americana desde 1996 até 2001 | Director-geral da Microsoft Portugal desde 1990 até 2001 | Sócio, director de Marketing, director de Distribuição e director-geral adjunto da Prológica, SA desde 1987 até 1990 | Director-geral e sócio fundador da Intério, SA em 1986 | Consultor de Planeamento e Controlo da Duphar Portugal desde 1984 até 1989 | Consultor da Administração da Viagens Abreu desde 1983 até 1990 | Gerente, sócio, programador e analista de sistemas da Nogueira Informática, SA/Groupi, Lda. desde 1979 até 1985 | Tem formação nas áreas de Sistemas de Informação, Finanças e Planeamento, Gestão, Marketing Estratégico, Organização Social e Recursos Humanos.

Luís Pacheco de Melo

Português, 40 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Administrador executivo da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimedia, SGPS, SA desde Junho de 2002 até 2006 | Administrador da TV Cabo Portugal, SA desde 2002 até 2006 | Administrador da Lusomundo Audiovisuais, SA desde 2002 até 2006 | Administrador da Lusomundo Cinemas, SA desde 2002 até 2006 | Administrador da PT Conteúdos SA desde 2002 até 2006 | Administrador da PT Televisão por Cabo, SGPS, SA desde 2002 até 2006 | Administrador da Sport TV desde Junho de 2002 até Novembro de 2005 | Director da Lusomundo España, SL desde 2002 até 2006 | Director central e membro convidado da Comissão Executiva do BES Investimento desde 1998 a 2002 | Associado e director da UBS Warburg desde 1994 a 1998 | É licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, com MBA feito no IESE Barcelona.

João Pedro Baptista

Português, 49 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Membro do Comité de Auditoria de Victoria and Albert Museum em Londres desde 2005 | Líder da equipa global de telecomunicações no Reino Unido e sócio de Booz Allen Hamilton desde 2005 até 2006 | Líder global para o grupo de indústrias de tecnologia, informação e entretenimento de Marsh & McLennan Companies Inc. desde 2004 até 2005 | Membro da Comissão Executiva e sócio de Mercer Management Consulting desde 1997 até 2005 | Responsável global do grupo de tecnologia, informação e entretenimento desde 2000 até 2005 | Co-líder para o Reino Unido desde Janeiro de 2001 até 2005 | É licenciado em Engenharia Mecânica e com diploma de pós-graduação em Energia na Escola Politécnica Federal de Lausanne, Suíça, tem um MBA pela Stanford Graduate School of Business, Stanfond, CA, EUA.

António Caria

Português, 54 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Administrador da TV Cabo Portugal desde 2000 | Administrador da Cabo TV Açoreana desde 2004 | Presidente do Conselho de Administração e administrador delegado da TV Cabo Tejo desde 1998 até 2002 | Administrador delegado da TV Cabo Lisboa desde 2000 até 2002 | Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Sado desde 1996 a 1998 | Administrador do INESC desde 1997 a 2006 | Vocal do Conselho da Fundação Cultursintra desde 1999 a 2006 | Vocal da Associação Empresarial de Setúbal desde 1996 a 1998 | Administrador executivo da PT, SGPS desde 1995 a 1996 | Director regional em Santarém e Setúbal da Telecom Portugal desde 1990 a 1995 | Foi admitido para os CTT Telecomunicações em 1978, tendo sido o responsável pelo Planeamento Técnico Nacional na Direcção de Engenharia e o responsável pelo primeiro Departamento Técnico Comercial até 1989 | Recebe a Outorga do Título de Especialista em Telecomunicações pela Ordem dos Engenheiros em 2002 | É comendador da Ordem de Mérito de Pedro Álvares Cabral | É licenciado em Engenharia Electrotécnica, Electrónica e Telecomunicações pelo IST (1975) | Pós-graduado em Gestão de Empresas pelo ISCTE em 1988 e pela Universidade Nova em 1994.

Rui Pedro Soares

Português, 34 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Administrador executivo da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA desde 2004 até 2006 | É licenciado em Gestão de Marketing no IPAM – Instituto Português de Administração de Marketing.

Administradores não executivos

Franquelim Alves

Português, 52 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do IGCP – Instituto de Gestão do Crédito Público desde 2004 até 2006 | Secretário de Estado adjunto do ministro da Economia desde 2003 até 2004 | Presidente do Conselho de Administração da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA desde 2002 até 2003 | Administrador Financeiro do Grupo Lusomundo desde 2000 até 2002 | Administrador de Lusomundo, SGPS, SA, Lusomundo Net, Diário de Notícias, Lusomundo Media, SGPS, SA e Lusomundo Audiovisuais, SGPS, SA desde 2000 até 2002 | Administrador de PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde 2000 até 2002 | É licenciado em Economia no ISE – Instituto Superior de Economia. MBA em Finanças pela Universidade Católica | Advanced Management Program da Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

António Viana-Baptista

Português, 49 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA, Tele Leste Celular Participações, SA, Tele Sudeste Celular Participações, SA, Tele Centro Oeste Participações, SA e Celular CRT Participações, SA desde 2003 até 2006 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica de Argentina, SA desde 2003 até 2006, presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Telefónica Móviles España, SA desde 2002 até 2006 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, NV desde Dezembro de 2002 | Administrador de Latinoamérica, desde 1998 até 2002 | Membro do Conselho de Administração da Telesp, SA desde 2001 até 2006 | Administrador da Emergia Holding, NV desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica de España, SA desde Dezembro de 2000 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica, SA desde 2000 | Membro do Patronato da Fundación Telefónica desde 1999 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica Datacorp, SAU desde 1998 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica Perú Holding desde 1998 | Membro do Conselho de Administração da CTC Chile desde 1998 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica Internacional, SA desde 1998 até 2002 | Administrador de Latinoamérica desde 1998 até 2002 | Membro do Conselho de Administração do BPI desde 1991 até 1996 | Principal partner da McKinsey & Company desde 1985 até 1991 (Escritórios de Madrid/Lisboa) | É licenciado em Economia pela Universidade Católica de Lisboa, pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa e MBA pelo INSEAD, Fontainebleau.

Fernando Soares Carneiro

Português, 57 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Entre 2003 e 2006, foi conselheiro económico na Embaixada de Portugal em Londres e representante de Portugal nas Organizações Internacionais do Cacau, do Café e dos Cereais | Entre 2002 e 2003, desenvolveu actividades de consultor. Entre 1998 e 2002, desenvolveu actividade como presidente do Conselho de Administração da Somincor, Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA | Presidente do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA | Administrador da Associação Internacional do Cobre | É licenciado em Engenharia de Minas no Instituto Superior Técnico.

Nuno de Almeida e Vasconcellos*

Português, 42 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Presidente do Conselho de Administração da Ongoing Strategy Investments, SGPS, SA | Desde 1995 a 2006, managing partner em Portugal na área de consultoria da Heidrick & Struggles | Membro do Conselho de Administração de diversas empresas | Membro do Conselho de Remunerações de uma entidade bancária e director do Automóvel Clube de Portugal | É licenciado em Gestão de Empresas no Curry College, em Boston.

Luís de Azevedo Coutinho

Português, 46 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia da UNL, onde exerce funções desde 1985 | Consultor de Empresas | Membro do Conselho Fiscal da Fundação EDP até Março de 2006 | Membro da Comissão de Auditoria da Fundação EDP desde 2005 | Administrador e membro da Comissão de Auditoria da EDP – Energias de Portugal, SA desde Maio de 2003 até 2006 | Director da AMEC – Associação Música Educação e Cultura desde 2003 até 2005 | Consultor na Câmara Municipal de Lisboa desde 2002 até 2003 | Administrador da Valora – Serviços de Apoio à Emissão Monetária, SA desde 1999 até 2002 | Administrador no Grupo Abrantina entre 1991 e 1999 | Desempenhou ainda funções de consultor no Banco de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian e IPE | É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica. MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

* Nomeado por cooptação no dia 13 de Setembro de 2006, face à renúncia ao cargo de administrador apresentada por Henrique Chaves, para completar o mandato relativo ao triénio em curso (2006-2008).

João Mello Franco

Português, 60 anos.

Eleito pela primeira vez em 1997. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Membro do Conselho de Administração da José de Mello Participações, SGPS, SA desde 2002 | Vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária desde 2001 a 2004 | Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Residências e Serviços desde 2001 a 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Impólis (SGFI) desde 2001 a 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Engimais desde 2001 a 2004 | Membro do Conselho de Administração da International Shipowners Reinsurance Co desde 1998 a 2005 | Membro do Conselho Superior da PT desde 1996 até 1997 | Presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, SA desde 1997 até 2001 | Presidente da Comissão Executiva e vice-presidente do Conselho de Administração da LISNAVE desde 1995 até 1997 | Presidente do Conselho de Administração da Marconi desde 1994 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Guiné Telecom desde 1994 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações desde 1994 até 1995 | Membro do Conselho de Administração da CN – Comunicações Nacionais, SA desde 1993 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações desde 1993 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde 1991 até 1994 | Presidente do Conselho de Administração da TLP – Telefones de Lisboa e Porto, SA desde 1989 até 1994 | Director da TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. desde 1986 até 1989 | É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico | Bolsheiro da Junta de Energia Nuclear para especialização em Tecnologia Mecânica de Centrais Nucleares | Formação complementar em Gestão Estratégica e Alta Direcção de Empresas (PADE).

Joaquim Goes

Português, 40 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Agosto de 2002 | Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade – Vida, SA desde 2002 | Membro do Conselho de Administração da BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, SA desde Maio de 2001 | Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, SA desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da BES.COM, SGPS, SA desde 2000 | Presidente do Conselho de Administração da E.S. INTERACTION, Sistemas de Informação Interactivos, SA desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da ESDATA, Espírito Santo Data, SGPS, SA desde 1999 | Membro do Conselho de Administração da CREDIFLASH, SA desde 1999 | Director do Departamento de Marketing Estratégico do Banco Espírito Santo, SA desde 1995 até 1999 | Director do Departamento Estratégico da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SA desde 1994 até 1995 | Consultor sénior da Roland Berger & Partner desde 1992 até 1993 | Consultor da Roland Berger & Partner desde 1989 até 1992 | É licenciado em Administração e Gestão de Empresas | Especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa | MBA pelo INSEAD, Fontainebleau.

Fernando Abril-Martorell

Espanhol, 44 anos.

Eleito pela primeira vez em 2001. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Managing director e chief executive officer da Comissão Executiva do Crédit Suisse Spain. Ingressou no Crédit Suisse em Agosto de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Telecomunicações de São Paulo – Telesp desde 2001 até 2003 | Chief operating officer da Telefónica, SA desde 2000 até 2003 | Presidente da Comissão Executiva da Telefónica Publicidad e Información desde 1999 até 2000 | Chief financial officer da Telefónica, SA desde 1997 até 1999 | Director-geral de Corporate Finance da Telefónica Publicidad e Información desde 1997 até 1999 | Director do Departamento do Tesouro da JP Morgan desde 1987 até 1997 | É licenciado em Direito e bacharel em Gestão e Administração de Empresas pela ICADE (Madrid).

Gerald McGowan

Norte-americano, 60 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Embaixador dos Estados Unidos em Portugal desde 1997 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da "Overseas Private Investment Corporation" (OPIC) em 1996 | Membro do Conselho de Administração da Virginia Port Authority em 2002 | Membro da Conselho de Administração da Cellular Telecommunications Industry Association desde 1990 até 1998 | É licenciado em Direito na Georgetown University Law Center (J.D. 1974) e Georgetown University (B.S.B.A. 1968).

Amílcar de Moraes Pires

Português, 45 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Assessor para o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, SA em Julho de 2000 | Director-geral do Banco Espírito Santo, SA em Março de 2003 | Administrador do Banco Espírito Santo, SA desde Março de 2004 | É licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

Francisco Pereira Soares

Português, 57 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Consultor económico na Casa Civil do Presidente da República desde 2005 até 2006 | Presidente da Comissão Executiva da API Capital, Sociedade de Capital de Risco, SA desde Janeiro de 2003 até Outubro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da API Capital, Sociedade de Capital de Risco, SA desde Maio até Dezembro de 2004 | Administrador da NAER – Novo Aeroporto, SA desde 2001 até 2002 | É licenciado em Economia na Universidade Técnica de Lisboa | Master of Science in Management na Arthur D. Little Management Education Institute, Cambridge Massachusetts, EUA | Master in Public Administration na Harvard University, John F. Kennedy School of Government, Cambridge Massachusetts, EUA.

Jorge Tomé

Português, 52 anos.

Foi nomeado pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Administrador não executivo da Portugal Telecom, SGPS, SA desde 2002 | Presidente da Comissão Executiva da Caixa – Banco de Investimentos, SA desde 2001 | Administrador executivo da Caixa – Banco de Investimentos, SA desde 2001 | Presidente do Conselho de Administração da TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE desde Março de 2002 | Administrador não executivo da Caixa Gestão de Patrimónios desde Setembro de 2001 | Administrador não executivo da BANIF Imobiliária, SA de Abril a Junho de 2001 | Administrador não executivo da BANIF IMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário de Junho de 2000 até Junho de 2001 | Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA – Açor Pensões, SA (actual Banif Açor Pensões) de Outubro de 1999 até Julho de 2001 | Vogal executivo dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros “O Trabalho” e “O Trabalho Vida” de Maio de 2000 até Julho de 2001 | Administrador executivo da Companhia de Seguros Açoreana desde Dezembro de 1996 | Sócio da Coopers & Lybrand em Portugal de Junho de 1995 a Novembro de 1996 | Director do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA, com a coordenação da Sucursal em França, e do Sottomayor Bank of Canada de Fevereiro a Maio de 1995 | Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor de Março de 1994 a Janeiro de 1995 | Administrador executivo da SULPEDIP, SA (actual PME Investimentos, SA) de Junho de 1989 a Março de 1994 | Técnico na Direcção de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor em 1985 | Subdirector e director de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor de 1986 a 1989 | Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR | Técnico de Análise de Empresas e de Projectos Industriais e do Sector de Turismo, admitido em Abril de 1983 | Quadro técnico da Coopers & Lybrand Lda. admitido em Fevereiro de 1980 | Técnico economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), admitido em 1979 | Economista do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), admitido em 1979 | É licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE e possui um mestrado de Economia Aplicada da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Armando Vara

Português, 52 anos.

Eleito pela primeira vez em 2006 | Ministro-adjunto do primeiro-ministro do XIV Governo Constitucional de Outubro de 1999 a Setembro de 2000 | Ministro da Juventude e do Desporto do XIV Governo Constitucional de Setembro de 2000 a Dezembro de 2000 | É licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Independente | Pós-graduação em Gestão Empresarial no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Thomaz Paes de Vasconcellos

Português, 49 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 e foi reconduzido em 2006 | Sócio gerente da TPV, Lda. desde 1998 | Director-geral e Membro do Conselho de Administração do Grupo Santogal desde 1998 | Controller da Hubbard Group desde 1987 até 1988 | Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica.

Glossário

ADR – American Depository Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.

ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU – Average Revenue Per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex – Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Cash flow operacional – Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneio +/- provisões não monetárias.

CCPU – Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações e vendas de terminais por número médio de utilizadores no período.

CDMA – Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CRM – Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de curtailment – Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações.

ERP – Enterprise Resource Planning. Planeamento de recursos da empresa. Sistema de gestão que integra normalmente, para uma empresa, a produção, logística, distribuição, stocks, entrega, facturação e contabilidade.

Euronext Lisbon ou Eurolist by Euronext – Bolsa de Valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Free cash flow – Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/venidas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

Gearing – Gearing = dívida líquida/(dívida líquida + capital próprio).

Goodwill – É o montante em excesso que resulta do facto de o custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.

GSM – Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade/International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

ISP – Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA – Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

MMS – Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU – Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NYSE – New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Pay-to-basic ratio – Pay to basic ratio. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrisões dos serviços premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

PSTN – Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS – Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

Resultado operacional – Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

SARC – Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos de aquisição e de retenção por cliente. SARC = (70% dos custos de marketing e de publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + upgrades).

SEC – Securities and Exchange Commission. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS – Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e o recebimento de mensagens alfanuméricas.

3G – 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

Extracto da acta da Assembleia Geral anual

Realizada em 27 de Abril de 2007

...

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, submeteu à votação o ponto dois da Ordem de Trabalhos "Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2006", convidando os Senhores Accionistas a que de novo procedessem ao preenchimento dos boletins de voto por todos distribuídos.

...

Face aos resultados apurados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou ter sido aprovado o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2006.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prosseguindo, colocou à discussão o ponto três da Ordem de Trabalhos: "Deliberar sobre a aplicação de resultados"...

...

Perguntado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia se mais algum Senhor Accionista pretendia intervir ou ser esclarecido e não havendo quem o quisesse fazer, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu então à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre a aplicação de resultados", cuja aprovação está dependente do voto favorável do accionista Estado, detentor das 500 (quinhetas acções) da Categoria A, recomendando e recordando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Em consequência, face aos resultados apurados e verificando-se que nos votos a favor se compreendida o voto das acções da categoria A, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou ter sido aprovada a proposta apresentada relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Henrique Granadeiro

Vice-presidentes executivos

Zeinal Bava
Rodrigo Costa

Administradores executivos

Luís Pacheco de Melo
João Pedro Baptista
António Caria
Rui Pedro Soares

Administradores não executivos

António Viana-Baptista
Fernando Abril-Martorell
Joaquim Goes
Amílcar de Moraes Pires
Jorge Tomé
Armando Vara
Franquelim Alves
Nuno de Almeida e Vasconcellos
João Mello Franco
Thomaz Paes de Vasconcellos
Luís de Azevedo Coutinho
Gerald McGowan
Fernando Soares Carneiro
Francisco Pereira Soares

Indicadores-chave

Informação financeira por segmento de negócio										milhões de euros	
	Rede fixa		TMN		Vivo		PT Multimédia		Outros		
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	
Receitas operacionais	2.071,8	2.213,6	1.502,4	1.557,1	2.104,7	2.036,9	666,5	628,5	(2,4)	(50,6)	
EBITDA	1.072,9	1.129,3	658,7	673,5	496,2	507,4	211,1	195,3	(15,4)	(9,9)	
Margem EBITDA (%)	51,8	51,0	43,8	43,3	23,6	24,9	31,7	31,1	n.s.	n.s.	
Capex	238,5	233,1	188,6	170,2	386,8	361,0	132,8	185,5	53,8	59,0	
EBITDA menos Capex	834,3	896,1	470,1	503,3	109,4	146,5	78,3	9,8	(69,2)	(68,9)	
Capex em % receitas operacionais	11,5	10,5	12,6	10,9	18,4	17,7	19,9	29,5	n.s.	n.s.	

Informação financeira consolidada			milhões de euros		
	2006	2005	Δ 06/05		
Receitas operacionais	6.342,9	6.385,4	(0,7%)		
EBITDA	2.423,5	2.495,6	(2,9%)		
Resultado operacional	1.213,7	1.374,9	(11,7%)		
Resultado líquido	866,8	654,0	32,5%		
Total do activo	14.171,2	16.628,8	(14,8%)		
Dívida líquida	3.756,6	3.672,5	2,3%		
Total do capital próprio	3.106,0	2.582,1	20,3%		
Capital social	395,1	1.128,9	(65,0%)		
Gearing (%)	54,7	58,7	(4,0pp)		
Margem EBITDA (%)	38,2	39,1	(0,9pp)		
Dívida líquida/EBITDA (x)	1,6	1,5	0,1x		
EBITDA/juros líquidos (x)	10,7	9,7	1,0x		
Capex	1.000,5	943,1	6,1%		
Capex em % das receitas operacionais	15,8	14,8	1,0pp		
EBITDA menos Capex	1.422,9	1.552,5	(8,3%)		
Free cash flow operacional	1.599,4	1.305,7	22,5%		
Trabalhadores do Grupo	32.058	32.390	(1,0%)		
Mercado doméstico	12.666	13.101	(3,3%)		
Mercado internacional	19.392	19.289	0,5%		

Destaques operacionais

Base de clientes ('000)				Móvel Portugal _ TMN			
	2006	2005	Δ 06/05		2006	2005	Δ 06/05
Rede fixa	4.404	4.478	(1,7%)	Clientes ('000)	5.704	5.312	7,4%
Móvel	34.757	35.117	(1,0%)	Adições líquidas ('000)	391	259	51,2%
TV por subscrição	1.480	1.479	0,1%	MOU (minutos)	120	122	(1,1%)
Banda larga (ADSL retalho + cabo)	1.047	933	12,2%	ARPU (euros)	21,0	22,8	(7,9%)
Rede fixa				Facturação	17,2	18,1	(5,1%)
	2006	2005	Δ 06/05	Interligação	3,8	4,7	(18,7%)
Acessos ('000)	4.404	4.478	(1,7%)	Dados em % das receitas de serviço	13,3	11,8	1,5pp
Acessos de retalho	4.001	4.355	(8,1%)	SARC (euros)	55,1	59,2	(6,9%)
PSTN/RDIS	3.317	3.769	(12,0%)				
Linhões geradoras de tráfego	2.909	3.194	(8,9%)	Móvel Brasil _ Vivo			
Pré-selecção	408	575	(29,1%)		2006	2005	Δ 06/05
ADSL retalho	685	585	17,0%	Clientes ('000)	29.053	29.805	(2,5%)
Acessos de wholesale	403	123	226,2%	Adições líquidas ('000)	(752)	3.262	n.s.
Lacetos locais desagregados	196	72	171,8%	MOU (minutos)	74	78	(5,4%)
Acessos ORLA	142	0	n.s.	ARPU (reais)	27,1	28,7	(5,3%)
ADSL wholesale	65	51	25,6%	Dados em % das receitas de serviço	6,8	6,0	0,7pp
Adições líquidas ('000)	(74)	101	n.s.	SARC (reais)	130,7	166,6	(21,6%)
Acessos de retalho	(353)	25	n.s.				
PSTN/RDIS	(453)	(179)	153,0%	Multimédia _ PT Multimédia			
Linhões geradoras de tráfego	(285)	(269)	6,1%		2006	2005	Δ 06/05
Pré-selecção	(168)	90	n.s.	Casas passadas ('000)	2.852	2.666	7,0%
ADSL retalho	100	204	(51,0%)	Clientes TV por subscrição ('000)	1.480	1.479	0,1%
Acessos de wholesale	279	76	266,9%	Adições líquidas TV por subscrição ('000)	1	30	(96,5%)
Lacetos locais desagregados	124	63	95,7%	Pay-to-basic ratio (%)	52,7	52,3	0,4pp
Acessos ORLA	142	0	n.s.	Acessos banda larga via cabo ('000)	362	348	3,9%
ADSL wholesale	13	13	2,6%	Adições líquidas banda larga cabo ('000)	14	43	(68,1%)
Planos de preços ('000)	2.827	1.795	57,5%	ARPU total (euros)	29,1	27,6	5,7%
ARPU (euros)	30,1	30,5	(1,4%)				
Assinatura e voz	25,0	26,3	(4,7%)				
Dados	5,0	4,2	19,4%				
Tráfego total	13.442	14.818	(9,3%)				
Tráfego de retalho	5.575	6.400	(12,9%)				
Tráfego de wholesale	7.867	8.418	(6,5%)				
Trabalhadores	7.181	7.682	(6,5%)				
Acessos fixos por trabalhador	613	583	5,2%				

Informação adicional aos accionistas

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depository Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1.128.856.500 acções com o valor nominal de 0,35 euros cada, estando cotadas em bolsa 1.128.856.000 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 52.379.022, representando 4,6% do total do capital social da PT.

Informação bolsista

	2006	2005
Em 31 de Dezembro		
Capital social (euros)	395.099.775	1.128.856.500
Número de acções	1.128.856.500	1.128.856.500
Cotação (euros)	9,84	8,55
Capitalização bolsista (milhões de euros)	11.108	9.652
Dividendo bruto por acção (euros)	0,48	0,48
Dividend yield	4,8%	5,6%
Resultado líquido (milhões de euros)	867	654
Pay-out ratio	61,9%	82,0%
Cotações/transacções		
Cotação máxima (euros)	10,44	9,80
Cotação mínima (euros)	8,04	7,33
Transacções em volume (milhões de acções)	1.220	1.178
Transacções em valor (milhões de euros)	12.207	9.666
Peso no volume de transacções (Eurolist by Euronext)	23%	31%
Variação anual		
Portugal Telecom	15,1%	(6,0%)
PSI-20	29,9%	13,4%
DJ Stoxx Telecom Europe	16,9%	(1,8%)

Calendário financeiro 2007

- 08.FEV** | Resultados do exercício de 2006 (não auditados)
02.MAR | Assembleia Geral de accionistas
27.ABR | Assembleia Geral anual de accionistas
10.MAI | Resultados do primeiro trimestre de 2007
JUN | Filing do form 20-F com a SEC
06.SET | Resultados do primeiro semestre de 2007
08.NOV | Resultados dos primeiros nove meses de 2007

Contactos

Relação com investidores

Nuno Prego

Director de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

The Bank of New York
ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel: +1 212 815 2207
Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: + 351 21 500 2000

Coordenação e edição
Relação com Investidores
Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS, SA

Direcção de arte e design
+2 designers
Foto capa
Alexandre Koch
Paginação
Undo
Impressão
Punkte Art

Depósito legal n.º 155462/00